

V.II.OI

sociologia & antropologia

JANEIRO-ABRIL 2021
ISSN 2238-3875

Sociologia & Antropologia destina-se à apresentação, circulação e discussão de pesquisas originais que contribuam para o conhecimento dos processos socioculturais nos contextos brasileiro e mundial. A revista está aberta à colaboração de especialistas de universidades e instituições de pesquisa, e publicará trabalhos inéditos em português, inglês e espanhol. *Sociologia & Antropologia* ambiciona constituir-se em um instrumento de intermediação consistente do debate contemporâneo das ciências sociais e, assim, contribuir para o seu desenvolvimento.

S678

Sociologia & Antropologia. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. – v. 11, n.1 (jan.– abr. 2020) – Rio de Janeiro: PPGSA, 2011– Quadrimestral

ISSN 2238-3875

1. Ciências sociais – Periódicos. 2. Sociologia – Periódicos. 3. Antropologia – Periódicos. I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia.

CDD 300

INDEXADORES

EBSCOHOST

PROQUEST

SCIELO

SCOPUS

SEER/IBICT

DIRETÓRIOS

DOAJ

CLASE

SUMÁRIOS.ORG

CATÁLOGOS

LATINDEX

PORTAL DE PERIÓDICOS CAPES

RESEARCHING BRAZIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Reitora

Denise Pires de Carvalho

Vice-Reitor

Carlos Frederico Leão Rocha

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

Diretora

Susana de Castro Amaral Vieira

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

Coordenação

Felícia Picanço

Rodrigo Santos

Sociologia & Antropologia.

Revista do PPGSA

Programa de Pós-Graduação em

Sociologia e Antropologia

Largo de São Francisco de Paula 1 sala 420

20051-070 Rio de Janeiro RJ

t.+55 (21) 2224 8965 ramal 215

revistappgsa@gmail.com

sociologiaeantropologia.com.br

revistappgsa.ifcs.ufrj.br

Publicação quadrimestral

Triannual publication

Solicita-se permuta

Exchange desired

VOLUME 11 NÚMERO 01
JANEIRO-ABRIL 2021
QUADRIMESTRAL
ISSN 2238-3875

sociologia & antropologia

CORPO EDITORIAL

Editores

(Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Antonio Brasil Jr. (Editor Responsável)

Marco Antonio Gonçalves

Comissão Editorial

(Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

André Botelho

Elina Pessanha

Gláucia Villas Bôas

Maria Laura Cavalcanti

José Reginaldo Santos Gonçalves

José Ricardo Ramalho

Editor Associado

Maurício Hoelz (UFRRJ)

Assistentes Editoriais

Julia O'Donnell

Rodrigo Santos

Staff

(Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Júlia Kovac

Tayná Mendes

Francisco Kerche

Conselho Editorial

Alain Quemin

(Université Paris 8, Saint-Denis, France)

Anete Ivo

(Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil)

Brasílio Sallum Junior

(Universidade de São Paulo, Brasil)

Carlo Severi

(École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, France)

Charles Pessanha

(Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Cristiana Bastos

(Universidade de Lisboa, Portugal)

Edna Maria Ramos de Castro

(Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil)

Elide Rugai Bastos

(Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Brasil)

Ernesto Renan Freitas Pinto

(Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Brasil)

Gabriel Cohn

(Universidade de São Paulo, Brasil)

Guenther Roth

(Columbia University, New York, United States)

Helena Sumiko Hirata

(Centre National de la Recherche Scientifique, Paris, France)

Heloísa Maria Murgel Starling

(Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil)

Huw Beynon

(Cardiff University, Wales, United Kingdom)

Jeffrey C. Alexander

(Yale University, Connecticut, United States)

Irllys Barreira

(Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)

Jeffrey C. Alexander

(Yale University, New Haven, CT, United States)

João de Pina Cabral (University of Kent, United Kingdom)

José Sergio Leite Lopes

(Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

José Maurício Domingues

(Universidade do Estado do Rio de Janeiro/IESP, Brasil)

José Vicente Tavares dos Santos

(Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil)

Josefa Saete Barbosa Cavalcanti

(Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil)

Leonilde Servolo de Medeiros

(Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Brasil)

Lília Moritz Schwarcz

(Universidade de São Paulo, Brasil e Princeton University, New

Jersey, United States)

Manuela Carneiro da Cunha

(University of Chicago, Illinois, United States)

Mariza Peirano

(Universidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil)

Maurizio Bach

(Universität Passau, Bavaria, Germany)

Michèle Lamont

(Harvard University, Cambridge, Massachusetts, United States)

Patrícia Birman

(Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil)

Peter Fry

(Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Philippe Descola

(Collège de France, Paris, France)

Renan Springer de Freitas

(Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil)

Ruben George Oliven

(Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil)

Sergio Adorno (Universidade de São Paulo, Brasil)

PRODUÇÃO EDITORIAL

Projeto gráfico, capa e diagramação

a+a design e produção Glória Afflalo

Preparação e revisão de textos

Maria Helena Torres

© Programa de Pós-Graduação em

Sociologia e Antropologia/UFRJ

Direitos autorais reservados: a reprodução integral de artigos

é permitida apenas com autorização específica; citação

parcial será permitida com referência completa à fonte.

Apoio



APRESENTAÇÃO

Apesar de tudo, é com alegria, em meio a tantos desafios, problemas e dilemas impostos pela continuidade da pandemia global da Covid-19, que apresentamos aos leitores de *Sociologia & Antropologia* nosso primeiro número de 2021. Os limites orçamentários, de pessoal e mesmo de resistência física e mental colocados por uma crise sanitária ainda sem saída clara no horizonte tornam o processo de editoração – sempre plural, feito por muitas mãos e constituído por múltiplas vozes – uma empreitada difícil e arriscada. Em contexto de “beco sem saída”, no entanto, não há o que fazer senão continuar a oferecer à comunidade acadêmica o melhor da pesquisa científica nas ciências sociais e o estado da arte de seus diferentes campos e especializações – afinal, como está mais que evidente hoje, sem o esforço dos nossos cientistas, o Brasil estaria em situação ainda pior que a atual.

Abrimos o número com um conjunto especial de artigos dedicado à obra e ao legado de Karl Polanyi. Os livros e artigos do historiador húngaro ajudaram a modelar todo um campo de investigação interdisciplinar, com forte e longo impacto na sociologia e na antropologia, sobre as relações entre economia e sociedade. Os colegas Rodrigo Santos e Gustavo Onto, que organizaram esse conjunto, nos brindam com uma entrevista inédita realizada com Gareth Dale, professor da Brunel University (Reino Unido) e um dos mais importantes especialistas na obra de Polanyi. Além da entrevista, os artigos “Embeddedness and disembeddedness in economic sociology in three time periods”, de Cristiano Monteiro e Raphael Lima; “The unfinished development of the frontier: a Karl Polanyi reading of the conflict between the forestry industry, Mapuche communities and the Chilean State”, de Tomás Undurraga e Felipe Márquez; “Society

against markets. The commodification of money and the repudiation of debt”, de Felipe González-López; e “Mercados e praças de mercado: Karl Polanyi e o capitalismo contemporâneo”, de Marie France Garcia Parpet, revisitam a abordagem de Polanyi comunicando-a com a agenda teórica, metodológica e empírica da sociologia e da antropologia econômica contemporâneas. Ainda integra esse conjunto o registro de pesquisa de Viviane Fernandes, “Da educação ao empurrão: a participação das ciências comportamentais em programas de educação financeira”, bem como as resenhas dos livros de Daniel Fridman, *Freedom from work: embracing financial self-help in the United States and Argentina* (2017) e de Lisa Adkins, *The time of money* (2018), escritas por Elaine Leite e Ana Beatriz Martins, respectivamente.

Na sequência do número, em “Padre Cícero: reconciliação e modernidade”, Carlos Alberto Steil, por meio de pesquisa histórica, interpreta o sentido da reconciliação na ação política do padre Cícero nos marcos de dois projetos concorrentes de nação. “Em busca de uma nova forma de envelhecer: controvérsias da medicina *anti-aging* e mudanças na regulação médica do envelhecimento”, de Fernanda Rougemont, ao investigar o processo de medicalização do envelhecimento, chama a atenção para as controvérsias em torno da chamada medicina *anti-aging*, que altera as relações entre médico e paciente e implica a adesão a um determinado estilo de vida. Em “Aos poucos: agenciando pessoas, casas e ruas na periferia do Rio de Janeiro”, Thomas Jacques Cortado, ao se debruçar sobre um loteamento periférico na capital fluminense, aborda o lugar da casa no modo pelo qual os moradores do Jardim Maravilha se apropriam do tempo e do espaço. João Assis Dulci, em “Crise, emprego e renda na indústria automotiva: os casos do Sul fluminense, Camaçari e Grande ABC paulista em perspectiva comparada”, analisa a trajetória do emprego e da renda em três contextos distintos, avaliando os diferentes efeitos da crise econômica em cada um dos casos observados. “Um velho dilema? Civilização e cultura em Henri-Alexandre Junod”, de Lorenzo Macagno, explora a trajetória de um etnógrafo-missionário com longa atuação em Moçambique – e, a partir dela, repensa os debates contemporâneos no país africano quanto à construção de uma sociedade multiétnica em contexto “pós-socialista”. Fechando os artigos, Bráulio Sallum Jr, em “O governo Itamar e a democracia de 1988”, discute o período de Itamar Franco na Presidência da República como parte de um processo mais amplo de transição política, destacando como articulação de forças sociais e políticas permitiu tornar mais efetiva a dimensão “social” da Constituição de 1988.

Por fim, apresentamos neste número de S&A mais dois livros: *Relações reais e práticas entre a psicologia e a sociologia* (2018), de Marcel Mauss, e *Retratos latino-americanos. A recordação letrada de intelectuais e artistas do século XX* (2019), organizado por Sergio Miceli e Jorge Myers, resenhados respectivamente por Kátia Sento Sé Mello e Carmen Felgueiras.

Boa leitura!

Os editores

PRESENTATION

Despite everything, amid the many challenges, problems and dilemmas posed by the still unfolding Covid-19 global pandemic, we are delighted to present readers of *Sociologia & Antropologia* with our first issue of 2021. Limitations in terms of budget, staff and even physical and mental resistance posed by a health crisis with no clear end in sight make the editorial process – always plural, fashioned by many hands and constituted by multiple voices – a difficult and risky undertaking. Faced with a ‘dead end,’ however, there is nothing else to do but continue to offer the academic community the best scientific research in the social sciences and the state of the art of their different fields and specializations – after all, as is more than evident today, without the effort of our scientists, Brazil would now be in an even worse situation.

We open the issue with special series of articles on the work and legacy of Karl Polanyi. The books and articles of the Hungarian historian helped shape an entire field of interdisciplinary investigation with a strong long-term impact in sociology and anthropology on the relations between economy and society. Our colleagues Rodrigo Santos and Gustavo Onto, who organized this series, provide us with a previously unpublished interview with Gareth Dale, professor at Brunel University (United Kingdom) and one of the most important specialists in Polanyi’s work. Alongside the interview, the articles “Embeddedness and disembeddedness in economic sociology in three time periods” by Cristiano Monteiro and Raphael Lima, “The unfinished development of the frontier: a Karl Polanyi reading of the conflict between the forestry industry, Mapuche communities and the Chilean

State” by Tomás Undurraga and Felipe Márquez, “Society against markets. The commodification of money and the repudiation of debt” by Felipe González-López and “Markets and market places: Karl Polanyi and contemporary capitalism” by Marie France Garcia Parpet revisit Polanyi’s approach, setting it in dialogue with the theoretical, methodological and empirical agenda of contemporary sociology and economic anthropology. The series also includes the research report by Viviane Fernandes, “From education to nudge: the behavioral sciences in financial education programs,” as well as reviews of two books, one by Daniel Fridman, *Freedom from work: embracing financial self-help in the United States and Argentina* (2017) and the other by Lisa Adkins, *The time of money* (2018), reviewed by Elaine Leite and Ana Beatriz Martins, respectively.

In the rest of the issue, Carlos Alberto Steil in “Padre Cícero: reconciliation and modernity” draws on historical research to interpret the meaning of reconciliation in the political action of Father Cícero in the frameworks of two competing national projects. “In seek of a new way of getting older: controversy on anti-aging medicine and changes in the medical regulations of aging” by Fernanda Rougemont investigates the medicalization of aging, highlights the controversies surrounding so-called anti-aging medicine, which alters the relations between doctor and patient and entails following a particular lifestyle. In “Little by little: assembling personhoods, houses and streets in the Rio de Janeiro periphery,” Thomas Jacques Cortado, focusing on a peripheral housing development in the city, explores the place of the house in the ways in which residents of Jardim Maravilha appropriate time and space. João Assis Dulci’s article “Crisis, employment and income in the automotive industry: the cases of Sul Fluminense, Camaçari and ABC Paulista in comparative perspective” analyses the trajectory of employment and income in three distinct contexts, assessing the different impacts of the economic crisis in each of the observed cases. “An ancient dilemma? Civilization and culture in Henri-Alexandre Junod” by Lorenzo Macagno explores the long-term trajectory of an ethnographer-missionary in Mozambique and, through it, rethinks the contemporary debates in the African country over the construction of a multi-ethnic society in a “post-socialist” context. Closing the articles, Brasílio Sallum Jr in “The Itamar Franco government and the 1988 democracy” discusses Itamar Franco’s period as President of the Republic as part of a broader process of political transition, showing how an articulation of social and political forces allowed the “social” dimension of the 1988 Constitution to become more effective.

Finally, we present two more books in this issue of S&A: *Relações reais e práticas entre a psicologia e a sociologia* (2018) by Marcel Mauss and *Retratos latino-americanos. A recordação letrada de intelectuais e artistas do século XX* (2019), edited by Sergio Miceli and Jorge Myers, reviewed by Kátia Sento Sé Mello and Carmen Felgueiras, respectively.

Good reading!

The editors

VOLUME 11 NÚMERO 01
JANEIRO-ABRIL 2021
QUADRIMESTRAL
ISSN 2238-3875

- ENTREVISTA** 15 **CAPITALISMO, DEMOCRACIA E TEORIA SOCIAL EM KARL POLANYI: UMA ENTREVISTA COM GARETH DALE**
Rodrigo Salles Pereira dos Santos e Gustavo Gomes Onto
- ARTIGOS** 43 **EMBEDDEDNESS AND DISEMBEDDEDNESS IN ECONOMIC SOCIOLOGY IN THREE TIME PERIODS**
Cristiano Monteiro e Raphael Lima
- 69 **THE UNFINISHED DEVELOPMENT OF THE FRONTIER: A KARL POLANYI READING OF THE CONFLICT BETWEEN THE FORESTRY INDUSTRY, MAPUCHE COMMUNITIES AND THE CHILEAN STATE**
Tomás Undurraga e Felipe Márquez
- 97 **SOCIETY AGAINST MARKETS. THE COMMODIFICATION OF MONEY AND THE REPUDIATION OF DEBT**
Felipe González-López
- 123 **MERCADOS E PRAÇAS DE MERCADO: KARL POLANYI E O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO**
Marie France Garcia Parpet
- 149 **PADRE CÍCERO: RECONCILIAÇÃO E MODERNIDADE**
Carlos Alberto Steil
- 171 **EM BUSCA DE UMA NOVA FORMA DE ENVELHECER: CONTROVÉRSIAS DA MEDICINA *ANTI-AGING* E MUDANÇAS NA REGULÇÃO MÉDICA DO ENVELHECIMENTO**
Fernanda Rougemont
- 195 **AOS POUÇOS: AGENCIANDO PESSOAS, CASAS E RUAS NA PERIFERIA DO RIO DE JANEIRO**
Thomas Jacques Cortado

- 219 **CRISE, EMPREGO E RENDA NA INDÚSTRIA AUTOMOTIVA: OS CASOS DO SUL FLUMINENSE, CAMAÇARI E GRANDE ABC PAULISTA EM PERSPECTIVA COMPARADA**
João Assis Dulci
- 249 **UM VELHO DILEMA? CIVILIZAÇÃO E CULTURA EM HENRI-ALEXANDRE JUNOD**
Lorenzo Macagno
- 279 **O GOVERNO ITAMAR E A DEMOCRACIA DE 1988**
Brasílio Sallum Jr
- REGISTROS DE PESQUISA** 305 **DA EDUCAÇÃO AO EMPURRÃO: A PARTICIPAÇÃO DAS CIÊNCIAS COMPORTAMENTAIS EM PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA**
Viviane Fernandes
- MEMÓRIA** 325 **MARSHALL SAHLINS (1930-2021): PROVOCAÇÕES DE UMA ANTROPOLOGIA INQUIETA COMO LEGADO PARA O FUTURO**
Maria Raquel Passos Lima
- RESENHAS** 331 **AUTOAJUDA FINANCEIRA: GOVERNAMENTABILIDADE NEOLIBERAL E A PRODUÇÃO DE SUJEITOS**
Freedom from work: embracing financial self-help in the United States and Argentina. (2017). Daniel Fridman. Stanford: Stanford University Press.
Elaine da Silveira Leite
- 337 **SOBRE CAPITALISMO, ESPECULAÇÃO E TEMPO**
The time of money. (2018). Lisa Adkins. Stanford, California: Stanford University Press.
Ana Beatriz Martins
- 343 **UM DIÁLOGO INACABADO ENTRE A SOCIOLOGIA E A PSICOLOGIA**
Relações reais e práticas entre a psicologia e a sociologia. (2018). Marcel Mauss. (Org. e ed. Marcia Consolim, Noemi Pizarroso López e Raquel Weiss. Edição bilingue e crítica). São Paulo: Edusp.
Kátia Sento Sé Mello
- 351 **PARA UM PENSAMENTO SOCIAL LATINO-AMERICANO? RETRATOS DA MEMORIALÍSTICA LATINO-AMERICANA**
Retratos latino-americanos. A recordação letrada de intelectuais e artistas do século XX. (2019). Sergio Miceli e Jorge Myers (org.). São Paulo: Edições Sesc São Paulo.
Carmen Felgueiras

VOLUME 11 NUMBER 1
JANUARY-APRIL 2021
TRIENNIAL
ISSN 2238-3875

- INTERVIEW** 15 **CAPITALISM, DEMOCRACY AND SOCIAL THEORY IN KARL POLANYI: AN INTERVIEW WITH GARETH DALE**
Rodrigo Salles Pereira dos Santos and Gustavo Gomes Onto
- ARTICLES** 43 **EMBEDDEDNESS AND DISEMBEDDEDNESS IN ECONOMIC SOCIOLOGY IN THREE TIME PERIODS**
Cristiano Monteiro and Raphael Lima
- 69 **THE UNFINISHED DEVELOPMENT OF THE FRONTIER: A KARL POLANYI READING OF THE CONFLICT BETWEEN THE FORESTRY INDUSTRY, MAPUCHE COMMUNITIES AND THE CHILEAN STATE**
Tomás Undurraga and Felipe Márquez
- 97 **SOCIETY AGAINST MARKETS. THE COMMODIFICATION OF MONEY AND THE REPUDIATION OF DEBT**
Felipe González-López
- 123 **MARKETS AND MARKET PLACES: KARL POLANYI AND CONTEMPORARY CAPITALISM**
Marie France Garcia Parpet
- 149 **PADRE CÍCERO: RECONCILIATION AND MODERNITY**
Carlos Alberto Steil
- 171 **IN SEEK OF A NEW WAY OF GETTING OLDER: CONTROVERSY ON ANTI-AGING MEDICINE AND CHANGES IN THE MEDICAL REGULATIONS OF AGING**
Fernanda Rougemont
- 195 **LITTLE BY LITTLE: ASSEMBLING PERSONHOODS, HOUSES AND STREETS IN THE RIO DE JANEIRO PERIPHERY**
Thomas Jacques Cortado

- 219 **CRISIS, EMPLOYMENT AND INCOME IN THE AUTOMOTIVE INDUSTRY : THE CASES OF SUL FLUMINENSE, CAMAÇARI AND ABC PAULISTA IN COMPARATIVE PERSPECTIVE**
João Assis Dulci
- 249 **AN ANCIENT DILEMMA? CIVILIZATION AND CULTURE IN HENRI-ALEXANDRE JUNOD**
Lorenzo Macagno
- 279 **THE ITAMAR FRANCO GOVERNMENT AND THE 1988 DEMOCRACY**
Brasílio Sallum Jr
- 305 **FROM EDUCATION TO NUDGE: BEHAVIORAL SCIENCES IN FINANCIAL EDUCATION PROGRAMS**
Viviane Fernandes
- RESEARCH RECORDS**
- MEMORY** 325 **MARSHALL SAHLINS (1930-2021): PROVOCATIONS OF A RESTLESS ANTHROPOLOGY AS A LEGACY FOR THE FUTURE**
Maria Raquel Passos Lima
- REVIEWS** 331 **FINANCIAL SELF-HELP: GOVERNABILITY NEOLIBERAL AND THE PRODUCTION OF SUBJECTS**
Freedom from work: embracing financial self-help in the United States and Argentina. (2017). Daniel Fridman. Stanford: Stanford University Press.
Elaine da Silveira Leite
- 337 **ON CAPITALISM, SPECULATION AND TIME**
The time of money. (2018). Lisa Adkins. Stanford, California: Stanford University Press.
Ana Beatriz Martins
- 343 **AN UNPRECEDENTED DIALOGUE BETWEEN SOCIOLOGY AND PSYCHOLOGY**
Relações reais e práticas entre a psicologia e a sociologia. (2018). Marcel Mauss. (Org. e ed. Marcia Consolim, Noemi Pizarroso López e Raquel Weiss. Bilingual and critical editing). São Paulo: Edusp.
Kátia Sento Sé Mello
- 351 **FOR A LATIN AMERICAN SOCIAL THOUGHT? PORTRAITS OF LATIN AMERICAN MEMORIALISTICS**
Retratos latino-americanos. A recordação letrada de intelectuais e artistas do século XX. (2019). Sergio Miceli e Jorge Myers (org.). São Paulo: Editions Sesc São Paulo.
Carmen Felgueiras

ENTREVISTA

I Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), Rio de Janeiro, RJ, Brasil
santosrodrigosp@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-3640-3365>

II Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), Rio de Janeiro, RJ, Brasil
gustavo.onto@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-5849-817X>

Rodrigo Salles Pereira dos Santos^I
Gustavo Gomes Onto^{II}

CAPITALISMO, DEMOCRACIA E TEORIA SOCIAL EM KARL POLANYI: UMA ENTREVISTA COM GARETH DALE¹

Nosso pensamento social, centrado que está na esfera econômica, está por isso mesmo mal equipado para lidar com as exigências econômicas desta era de ajustamento. Uma sociedade centrada no mercado como a nossa deve achar difícil, senão impossível, avaliar com justiça as limitações da importância do econômico. Pois, uma vez que as atividades cotidianas do homem foram organizadas por meio de mercados de vários tipos, motivados no lucro, determinados por atitudes competitivas e governados por uma escala de valor utilitário, sua sociedade se torna um organismo que é, em todos os aspectos essenciais, subserviente a propósitos lucrativos. Tendo absolutizado assim o motivo do lucro na prática, o ser humano perde a capacidade de relativizá-lo mentalmente outra vez. Sua imaginação é cercada por limites estultificantes. A própria palavra economia evoca nele não a imagem do sustento do homem e a tecnologia que ajuda a assegurá-lo, mas lembra um conjunto de motivos particulares, atitudes peculiares e propósitos altamente específicos, que ele costuma chamar de econômicos, mesmo que sejam meros acessórios da economia real, devendo sua existência a uma interação efêmera de traços culturais. Não as características permanentes e palpáveis de todas as economias humanas, mas as meramente transitórias e contingentes lhe parecem essenciais. Está fadado a criar dificuldades para si mesmo onde, de outra forma, não há e a tropeçar em obstáculos facilmente evitáveis, cuja própria existência lhe é desconhecida. Em sua ignorância, não pode compreender nem as verdadeiras precondições de sobrevivência nem as formas menos óbvias de alcançar o possível. A obsoleta mentalidade de mercado é, a meu ver, o principal obstáculo para uma abordagem realista dos problemas econômicos da era que se aproxima (Polanyi, 1977: xlvi).²

Se a teoria social contemporânea já vinha fazendo referência constante à obra de Karl Polanyi (1886-1964) desde a crise financeira de 2008, a pandemia

do coronavírus colocou as ideias, os conceitos e os temas polanyianos ainda em mais evidência. Nesse ano que passou, a suposta oposição, reiterada por governantes conservadores e empresários, entre “vida” e “economia” ilustrava com clareza uma das grandes teses do historiador húngaro: os possíveis efeitos danosos de se conceitualizar e construir a economia como instância separada da política, da sociedade, da natureza e da vida. Além da obsolescência da mentalidade de mercado (Polanyi, 2012), manifesta no número desnecessário de vidas perdidas em nome da abertura econômica, o recrudescimento do autoritarismo na última década também fez reviver outro tema caro ao autor: a relação conflituosa entre democracia e capitalismo (ou sociedade de mercado, como preferia Polanyi). Para Karl Polanyi, demandas democráticas necessariamente induziriam a crises do sistema capitalista ou a governos autoritários, visando à defesa da ordem econômica.

A complexidade dessas ideias e temas é apontada e explicada minuciosamente pelo economista político e teórico social Gareth Dale, professor da Brunel University (Reino Unido), o mais reconhecido estudioso da obra e da vida de Karl Polanyi, que entrevistamos em 6 de julho de 2019. A entrevista e os artigos que compõem este número especial reforçam a relevância contemporânea do trabalho de Polanyi, cuja obra vem sendo reexaminada recentemente por meio de diversas publicações nas áreas de economia política, sociologia econômica e antropologia da economia.

Nesse registro se incluem obras como *Karl Polanyi: the life and works of an epochal thinker* (Aulenbacher et al., 2020); *Karl Polanyi: a life on the left* (Dale, 2016a); *Reconstructing Karl Polanyi* (Dale, 2016b); *Karl Polanyi: the limits of the market* (Dale, 2010); *Socioeconomia e democracia: a atualidade de Karl Polanyi* (Hiltenkamp & Laville, 2016); *The power of market fundamentalism: Karl Polanyi's critique* (Block & Somers, 2014); *From The great transformation to the great financialization: on Karl Polanyi and other essays* (Polanyi-Levitt, 2013); além de *Market and society: The great transformation today* (Hann & Hart, 2009).

Essa recuperação do autor, incluindo algumas novas traduções para o inglês e outras línguas (a exemplo de Polanyi, 2021), o preservam como um pensador fundamental para o entendimento da sociedade contemporânea e, em particular, de sua relação com questões econômicas. A persistência e renovação das políticas neoliberais (Plehwe, Slobodian & Mirowski, 2020) e de austeridade fiscal (Blyth, 2018) no Brasil e no mundo, a crescente tendência autoritária em democracias constitucionais (Snyder, 2019) e a criação de bens ou mercadorias naturais ou informacionais (Birch & Muniesa, 2020; Chiapello, Missemer & Pottier, 2020) fazem sua extensa obra adquirir uma atualidade pouco usual.

Na entrevista, Gareth Dale reforça a ideia de que Karl Polanyi deve ser lido como um pensador complexo que, por sua trajetória e influências intelectuais variadas, explicou de forma brilhante as transformações da sociedade

moderna no início do século XX, sem, contudo, se livrar de certas contradições e inconsistências teóricas significativas. Como autor da mais completa biografia do historiador (Dale, 2016a), além de livros que apresentam sua obra criticamente (Dale, 2010, 2016b), Dale tem procurado complexificar a leitura dominante, de caráter social-democrata, da trajetória de Polanyi. Nessa interpretação *soft* do pensador húngaro, segundo Dale, o único objetivo político moderno realista e desejável seria uma forma de capitalismo regulado, no qual o sistema de mercado seria o mecanismo coordenador das economias modernas, embora complementado por instituições redistributivas e socialmente protetoras (Dale, 2016b). O movimento duplo, descrito na obra mais fundamental de Polanyi, *A grande transformação*, publicada originalmente em 1944, consistiria em uma dinâmica de autoequilíbrio social, reduzindo as tendências predatórias do capitalismo *laissez-faire* e reinserindo (*re-embedding*) a economia na vida social.

Conforme Dale demonstra, Polanyi era um socialista mais radical, que não acreditava que o capitalismo pudesse ser aperfeiçoado a partir de cima, por meio de reformas político-sociais que protegessem a subsistência e a dignidade dos trabalhadores. Entretanto, apesar de almejar uma ordem socialista que suplantasse a capitalista, Polanyi não foi um anticapitalista revolucionário. Criticando simultaneamente as injustiças produzidas pela “sociedade de mercado” e as ambições de certa teoria econômica que pretendia explicar toda e qualquer sociedade como se fosse de mercado (a falácia economicista), Polanyi nunca se apoiou em uma teoria do processo de acumulação capitalista (Marx, 2015), em favor da adoção implícita da teoria marginalista do valor austríaca – tema enfatizado na entrevista.

Essa é, segundo Dale, talvez a maior das contradições de Polanyi, e explica parte de sua dedicação ao estudo de sociedades e economias pré-modernas. Se a teoria econômica moderna parecia suficientemente capaz de compreender o sistema de mercado e o capitalismo – termo que ele não utilizava – poderia ser apreendido sem levar em conta a apropriação do valor do trabalho, o surgimento da sociedade de mercado liberal e suas contradições deveriam ser explicados por meio de uma abordagem comparativa com sociedades radicalmente diferentes.

O estudo dos sistemas de troca de sociedades pré-modernas (Polanyi, 1966; Polanyi, Arensberg & Pearson, 1957) pretendia, conseqüentemente, demonstrar a variedade de formas institucionais da vida econômica – ou da subsistência dos homens (Polanyi, 2012). Apoiando-se nas primeiras etnografias de sistemas de trocas, além do primeiro volume de *O capital* (Marx, 2015), como identifica Dale, Polanyi evidencia como a constituição da economia liberal, ou o sistema de mercado, se deu a partir da criação de mercadorias fictícias – a terra, o trabalho e o dinheiro, isto é, bens não produzidos com vistas ao intercâmbio mercantil. Foram essas mercadorias fictícias que criaram os desequilíbrios da sociedade liberal e seu desmoronamento a partir dos anos 1920.

Nesse caso, à fragilidade apontada pelo economista político britânico a respeito da construção teórica do modelo das mercadorias fictícias, apoiada na inversão da noção neoclássica de fator de produção, se soma o tratamento desigual que o autor de *A grande transformação* (Polanyi, 2011) concedeu aos termos da equação, privilegiando o processo histórico entrelaçado de formação de mercados de terra e trabalho no caso britânico, e não apresentando propriamente uma análise sobre a formação do mercado de capitais – à exceção, obviamente, de sua preocupação com a unificação global dos mercados de moedas no âmbito do padrão ouro e suas consequências políticas catastróficas.

Dessa forma, Gareth Dale se debruça sobre o modo como a adoção, parcial e, em grande medida, pouco refletida, da teoria econômica austríaca se desdobrou em sua interpretação da relação entre o capitalismo e a democracia. Polanyi argumenta que o surgimento do fascismo e a crise dos anos 1930 foram consequência da ascensão democrática nos países ocidentais. A explicação, surpreendente, é que a influência da classe trabalhadora sobre o Estado e as medidas de proteção do trabalho prejudicaram o funcionamento do sistema de mercado, de acordo com a teoria de preços ortodoxa. Mesmo considerando o sistema de mercado inerentemente antidemocrático, Polanyi parece, contraditoriamente, concordar que o Estado de bem-estar social exacerbaria tendências autoritárias e ocasionaria o mau funcionamento da economia.

Assim, a ambiguidade característica da compreensão polanyiana dos contramovimentos políticos e sociais voltados para a circunscrição e o controle da expansão da esfera do mercado pode ser lida como um dos elementos representativos de uma teoria fundamentalmente aberta e, em grande medida, incompleta, a despeito de seu brilhantismo e da contínua oferta de recursos heurísticos para a investigação do capitalismo em sua forma contemporânea.

Nesse ínterim, tanto o Estado (Streeck, 2019) quanto a corporação (Crouch, 2011) aparecem como elementos subteorizados. No primeiro caso, Dale argumenta que Polanyi possui uma teoria do Estado liberal particularmente eficiente na explicação das condições sociopolíticas que permitem o surgimento das mercadorias fictícias. Em sua elaboração, no entanto, a política enquanto esfera institucional submete a organização estatal e, consequentemente, as dinâmicas micropolíticas – e de classe – a ela internas, emergindo como um anteparo indeterminado e frágil diante do avanço do mercado.

Por outro lado, a desatenção às organizações econômicas, particularmente a corporação empresarial, que povoavam, no momento de sua análise, mercados nacionais cada vez mais oligopolizados, parece ainda menos sustentável diante dos efeitos combinados de sua ação na conformação da própria instituição mercantil. De maneira paralela, a prevalência concedida ao mercado, concebido como instituição por Polanyi, constriange as possibilidades de emergência de uma teoria da ação coletiva de tipo econômico, nada menos do que essencial.

Em sua conjunção trágica nos regimes fascistas europeus – cada vez mais evidente até na literatura (Vuillard, 2019), mas também nas democracias liberais do entreguerras –, Estados e corporações definiram a paisagem socio-política e econômica analisada por Polanyi, sem que o autor os considerasse de maneira aprofundada, e continuam a fazê-lo no mundo contemporâneo, como Dale indica. Dessa forma, sua concepção de Estado corporativo (Polanyi, 2014: 198-199), vinculada à interpretação das consequências negativas da interferência política no mecanismo de preços – a chamada areia na máquina –, pouco contribuiu para a compreensão das dinâmicas *always embedded*, isto é, de interpenetração contínua das esferas da política e da economia, chave da concepção contemporânea de enraizamento (Granovetter, 2007).

Não obstante, mais do que uma crítica dirigida a vulnerabilidades de sua construção, é fundamental tomar a análise polanyiana sobre a sociedade de mercado como um trabalho em processo, cujos fundamentos estabelecidos por Polanyi continuam a estimular a curiosidade acadêmica e a imaginação política em um sentido anticapitalista e plural.

Finalmente, encerrando a entrevista, Dale reflete sobre as ideias de Karl Polanyi a respeito de crescimento econômico e meio ambiente (Dale, Mathai & Oliveira, 2016), temas em que o economista político se tem aprofundado recentemente. Segundo Dale, mesmo que Polanyi não se tenha dedicado profundamente à investigação da relação entre a economia e a natureza, ele pode ser considerado um precursor das ideias sobre o decrescimento econômico, de acordo com sua visão crítica, “esquerdo-romântica” (Dale, 2016b), do sistema capitalista.

O encontro entre um pesquisador inquieto e criativo como Gareth Dale e a obra de um dos pensadores mais influentes do século XX, Karl Polanyi, além de ensejar questionamentos específicos à trajetória e ao pensamento do autor, renovando seu entendimento e reabrindo possibilidades heurísticas, deu origem ao registro de entrevista aqui apresentado, assim como inspirou a reunião de uma série de trabalhos que, de maneiras diversas, seguem e reanimam a trilha analítica polanyiana.

Dessa maneira, à entrevista com Gareth Dale se segue um conjunto de quatro artigos, além de um registro de pesquisa e duas resenhas, que explicitam a abrangente e contínua relevância da obra de Karl Polanyi, bem como de abordagens e noções nela inspiradas, no que respeita à compreensão aprofundada de fenômenos econômicos, alguns já consagrados na literatura, outros de caráter emergente.

Os artigos aqui reunidos problematizam a centralidade da categoria *embeddedness* ou enraizamento e suas transformações na subárea da sociologia econômica; a relação entre mercadorias fictícias e processos *state-led* de mer-

cantilização; as dinâmicas de contestação à mercantilização e sua relação com expansão do endividamento no capitalismo contemporâneo; assim como praças de mercado e suas expressões contemporâneas. Por sua vez, o registro de pesquisa e as resenhas apresentados explicitam dinâmicas apreensíveis, de modo complementar, como processos de *disembeddedness* ou de desenraizamento econômico da sociedade, vinculando intimamente financeirização da vida e neoliberalismo, pedagogias econômicas e formas de reconstituição incessante das agências econômicas.

Anunciando o conjunto de trabalhos aqui reunidos, o artigo de Cristiano Fonseca Monteiro e Raphael Jonathas da Costa Lima, “Embeddedness and disembeddedness in economic sociology in three time periods”, sintetiza um veio analítico estruturante da subárea da sociologia econômica e apresenta inovadora contribuição teórica para o desenvolvimento subsequente do campo e de áreas correlatas. O trabalho evidencia a duradoura relevância da noção, introduzida por Polanyi, de *embeddedness* – e de construções conceituais dela derivadas, como *re-embeddedness* e, especialmente, *disembeddedness* – para a análise sociológica dos fenômenos econômicos. A estruturação da abrangente e variada bibliografia mobilizada nos “tempos” da construção social da economia, do “movimento duplo” e do “*embeddedness* no *disembeddedness*” reatualiza a compreensão das relações entre Estado, mercado e sociedade, e desafia fronteiras entre correntes teóricas e axiomas bem estabelecidos de modo promissor, particularmente no que respeita ao progresso da investigação acerca da consolidação do neoliberalismo como quadro moral normativo, se sobrepondo à sua dimensão político-institucional.

“The unfinished development of the frontier: a Karl Polanyi reading of the conflict between the forestry industry, Mapuche communities and the Chilean State” é a contribuição de Tomás Undurraga e Felipe Marquez. O artigo se inspira no modelo polanyiano de transição à modernidade, centrado na relação entre os processos constitutivos das chamadas mercadorias fictícias e a emergência e consolidação do capitalismo, para analisar o conflito entre o povo Mapuche, o Estado chileno e o setor florestal. Baseando-se em documentos históricos e de mídia e em pesquisa etnográfica, a análise histórico-institucional da interação entre Estado, mercado e sociedade a partir do caso aponta, no entanto, a intensificação do conflito e da violência em anos recentes, ilustrando os obstáculos ao encerramento de “fronteiras” em periferias extrativas. Mais importante, o caso integra as dinâmicas de movimento (de *disembeddedness*) e contramovimento em termos de redistribuição e reconhecimento de forma relacional, demonstrando sua natureza híbrida e aberta a respostas diferenciadas, que chegam mesmo a integrar mecanismos de proteção social de caráter mercantil.

O trabalho de Felipe González-López, intitulado “Society against the market. The commodification of money and the repudiation of debt”, por sua vez,

articula interrogações apartadas, em grande medida, dos estudos acerca da ação coletiva, de um lado, e sobre financeirização, de outro. Assim, a proliferação de movimentos sociais de repúdio à dívida – este último tópico brilhantemente discutido pelo antropólogo recém-falecido David Graeber (2016) –, que se segue à expansão do endividamento em diferentes contextos, recebe um tratamento analítico em termos do movimento duplo polanyiano. A partir de pesquisa bibliográfica e resultados de investigações etnográficas junto a movimentos de endividados no Chile, o autor apresenta contribuição inovadora em termos de variedades de repúdio ao endividamento, integrando as formas privadas e públicas de dívida às oportunidades e restrições à ação coletiva delas derivadas.

“Mercados e praças de mercado: Karl Polanyi e o capitalismo contemporâneo” representa a chave de ouro apropriada ao conjunto de artigos aqui reunidos. Marie France Garcia Parpet mobiliza ampla gama de contribuições teóricas e empíricas reunidas ao longo de sua trajetória, demonstrando a vivacidade da concepção polanyiana de “praça de mercado”, diante de outras formas de institucionalização da troca, para a compreensão do “sistema de mercado formador de preços” na contemporaneidade. A problematização da noção de mercado e de suas múltiplas representações, remetendo à renovada capacidade heurística dos padrões institucionais e princípios de comportamento econômico polanyianos, permite, nesse sentido, acessar sua relevância contemporânea, particularmente em sua expressão digital, “a meio caminho entre firma e praça de mercado” e, especialmente, suas dinâmicas criadoras *sui generis*, formativas da mercadoria e de seu valor. Nesse sentido, produtoras dos contextos sociais nos quais a troca se dá por meio de posições de *status* dos participantes, do local (o virtual incluído) e do tempo do intercâmbio, assim como da objetificação da competição, praças de mercado integram circuitos mercantis policêntricos e globais na contemporaneidade. Em sua forma digital, sobretudo, essas instituições ensejam processos de valorização simbólica e de diferenciação e desclassificação sociais centrais para a compreensão do capitalismo.

O registro de pesquisa “Da educação ao empurrão: a participação das ciências comportamentais em programas de educação financeira”, de Viviane Fernandes, apresenta contribuição complementar aos textos reunidos nesta edição, discutindo um aspecto pouco explorado das recentes dinâmicas de “conquista” econômica do comportamento cotidiano. Nesses termos, a autora apresenta as condições e os resultados da pesquisa etnográfica realizada nas Conferências de Ciências Comportamentais e Educação do Investidor, uma expressão relevante da Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef). A pesquisa ilumina os esforços científicos, pedagógicos e políticos que informam a engenharia comportamental associada à (re)construção social do agente econômico, conferindo relevo às ciências comportamentais e sua incorporação *sui generis* da crítica polanyiana ao *Homo economicus* como base do contínuo aprimoramento e vitalidade de ontologias econômicas *mainstream*.

Finalmente, duas resenhas complementam as reflexões apresentadas pelos artigos reunidos em torno da obra do pensador húngaro. A primeira delas, de Ana Beatriz Martins, intitulada “Sobre capitalismo, especulação e tempo”, aborda o livro de Lisa Adkins *The time of money*, que materializa uma matriz teórica interdisciplinar e mobiliza aplicações empíricas robustas em torno da relação entre tempo e capitalismo, cuja inflexão em favor da ampliação da esfera financeira e seu domínio sobre a vida social atualiza e aprofunda a descrição polanyiana do processo de *disembeddedness* da economia da sociedade – argumento caro à literatura da economia política.

Em “Autoajuda financeira: governamentalidade neoliberal e a produção de sujeitos”, Elaine da Silveira Leite resenha a obra de Daniel Fridman *Freedom from work: embracing financial self-help in the United States and Argentina*, traduzida em espanhol como *El sueño de vivir sin trabajar: una sociología del emprendorismo, la autoayuda financiera y el nuevo individuo del siglo XXI*. Enquanto o livro explicita o universo da autoajuda financeira e seus efeitos cotidianos a partir de incursões etnográficas na Argentina e nos EUA, a resenha destaca sua elegante análise da construção social do sujeito econômico, articulando o papel normativo do neoliberalismo e o enraizamento cultural da economia. O enquadramento *embeddedness* no *disembeddedness* não é, certamente, acidental.

Por fim, o conjunto aqui reunido expressa a dedicação à análise socio-antropológica sobre a vida econômica, inspirada e em diálogo com a obra de Karl Polanyi e, nesses termos, se afirma como uma contribuição ao entendimento e à construção de sociedades mais democráticas politicamente e igualitárias em âmbito econômico. Agradecemos a todas e todos, autoras/es, pareceristas, editoras/es, colegas e leitoras/es de S&A, que apoiaram e tornaram possível sua materialização.

Desejamos a todas e todos uma leitura proveitosa!

ENTREVISTA COM GARETH DALE³

Rodrigo Santos Muito obrigado por estar hoje aqui conosco e nos conceder esta entrevista. Para dar início à conversa, poderia nos explicar como sua trajetória o levou ao trabalho de Karl Polanyi?

Gareth Dale Minha primeira grande pesquisa foi sobre a Revolução da Alemanha Oriental em 1989. Na época eu morava lá, e foram tempos emocionantes aqueles. Voltei para casa com muito material nas mãos e a mente cheia de perguntas sobre o que havia acontecido. Então, escrevi minha tese de doutorado sobre o tema, posteriormente publicada em livro (Dale, 2007). Após alguns anos trabalhando naquilo, comecei a procurar outras coisas interessantes para fazer e pesquisar. Estava cansado do meu tema, com o qual já trabalhava há cerca de 14 anos. Alguns acadêmicos, de maneira mais sistemática, desenvolvem, se aprofundam e ramificam o tópico principal para outras áreas; eu queria dar uma guinada para algo completamente diferente.

Percebi que o trabalho de Karl Polanyi (1886-1964) estava em evidência. Parecia que ele estava sendo muito citado, mas não muito entendido em profundidade. Algumas de suas teses também me soavam muito particulares e bem distintas da minha maneira de entender a história do século XX. Por exemplo, a ideia de Polanyi de que a década de 1920 havia sido conservadora e a de 1930 revolucionária era o inverso da minha. Sendo assim, fui envolvido por aspectos menos comuns de seu trabalho. Também me identifiquei com alguns outros aspectos da sua perspectiva, particularmente com um certo romantismo, um pavor sobre o que capitalismo estava fazendo com o mundo, embora Polanyi não costumasse usar a palavra capitalismo. E sua capacidade de escrever uma ciência social com uma visão ampla, atitude hoje em dia quase desencorajada, que eu também achava bastante impressionante. Sendo assim, havia elementos em Polanyi que acreditei serem impressionantes e fascinantes, embora outros me soassem estranhos. Em alguns casos o modo como era citado me parecia inadequado. Por esses motivos passei a pesquisar seu trabalho e obtive uma bolsa para estudar os arquivos de Polanyi.⁴ Uma vez dentro dos arquivos, fui contaminado pelo vírus, e surgiu uma série de questões, *insights* surpreendentes tomaram conta de mim etc. Esse trabalho foi bem divertido. Visitei, naturalmente, outros arquivos, na Hungria, nos EUA, no Reino Unido, mas é nos arquivos Polanyi em Montreal que se encontra a maior parte dos tesouros...

R.S. Quais são os principais benefícios de se aprofundar no trabalho de um só autor, tendo em conta que, de uma perspectiva metodológica, há uma enorme diferença em tentar seguir uma abordagem mais temática? Ao se dedicar tanto a um autor, e se tornar *expert* no seu trabalho, é possível tornar-se uma espécie de guia, ou alguém que deve ser lido por aqueles que desejam adentrar

a obra de Polanyi? Então, como é essa experiência?

G.D. Bem, depende... para mim, eu estava seguindo o trabalho de um autor sensacionalmente talentoso, um verdadeiro intelectual polímata, renascentista, trabalhando com um escopo disciplinar que era, em termos gerais, o mesmo que o meu, mas, obviamente, no caso dele, em um nível muito mais avançado. Então, poder segui-lo por esses variados terrenos era, com certeza, intrinsecamente interessante, como se alguém investisse tempo estudando também Karl Marx ou Max Weber. Simples assim, eu diria.

De certo modo isso foi motivado pela emoção de eu ter descoberto tanta coisa nos arquivos. Sendo assim, por um lado, foi puramente a emoção intelectual de descobrir que algumas preconcepções da literatura eram simplistas ou errôneas, que poderiam ser novos ângulos que nos ajudariam a entender, sabe... É como encaixar peças de um mesmo quebra-cabeças de maneira diferente da anterior. Já por outro lado, também existe uma política nesse fazer, e meu trabalho sobre Polanyi é, talvez, entre minhas áreas de atuação, aquele com menos motivação ativista. Portanto, como na Alemanha Oriental eu estava envolvido na revolução, então meu trabalho sobre esse país evoluiu organicamente a partir daí. Meu trabalho atual sobre crescimento e meio ambiente é motivado por uma obsessão com relação à mudança climática e à crise ambiental, em geral, e pelos dilemas do crescimento econômico. Meu trabalho sobre Polanyi, porém, foi consideravelmente mais intelectual, embora também incluía uma alusão política.

Gustavo Onto Como, na sua opinião, esse trabalho também pode ser político?

G.D. Temos o fato de que a leitura dominante, *mainstream*, de Polanyi tem sido, por algum tempo, razoavelmente social-democrata, uma interpretação *soft*, como defino no meu livro (Dale, 2016b). Mas temos também o que podemos chamar de leitura de esquerda de Polanyi, a interpretação *hard*, associada à sua filha, Kari Polanyi-Levitt,⁵ entre outros. Não sendo eu um adepto intelectual de Polanyi, meu interesse nele parece um tanto estranho, mas eu me identifico, até certo ponto, com suas ideias, e, no meu entender, no período entreguerras, ele foi um socialista mais radical do que em geral o consideravam. Tendo dito isso, não acho que ele foi um socialista revolucionário, da maneira que eu entendo esse posicionamento, como no esquema marxista. Alguns sugerem que ele teria sido um socialista revolucionário, porém eu discordo deles. Então, tínhamos vários debates e eu tomava partido neles, o que muito se infunde no meu trabalho sobre Polanyi, naturalmente. Estou sugerindo que ele não é um anticapitalista revolucionário de um modo consistente, e isso, para mim, dada a minha tradição marxista, é uma das causas da fragilidade de seu trabalho.

R.S. Em que sentido Polanyi não era um pensador anticapitalista revolucionário?

G.D. Acima de tudo, em sua obra não há qualquer concepção de capitalismo ou acumulação de capital, crucialmente. Na minha opinião, a concepção marxista é fundamental para entendermos o mundo moderno e, caso você não compreenda essa dinâmica, de fato estará perdendo algo muito essencial. Eu também estava preocupado em defender o radicalismo de Polanyi contra alguns que tentavam domá-lo ou suavizá-lo, especificamente contra aqueles para os quais, por exemplo, o movimento duplo⁶ é somente um tipo de mecanismo homeostático de regulação, de modo que, se ao mercado for permitido ir muito longe, então a sociedade reagirá pela intervenção de partidos social-democratas e da ação dos sindicatos, fazendo com que o capitalismo retorne, novamente, ao equilíbrio. Algumas pessoas leram Polanyi dessa maneira, e eu acredito que isso não seja muito legítimo.

G.O. Mas você não estudou somente o trabalho escrito de Polanyi. Você escreveu uma importante biografia do historiador. Como esse trabalho reforça sua interpretação sobre suas ideias?

G.D. Eu acabei escrevendo três livros sobre Polanyi e eles se resumem em uma análise de sua vida e época e à relação entre, obviamente, sua obra e minha crítica. Levando em consideração os materiais que coletei nos diversos arquivos, mesmo que eu tivesse colocado todos em um único livro, ele seria gigantesco e excessivo. Sendo assim, acabei dividindo o material na ênfase de sua vida e época... Os três aspectos estão presentes nesses livros, obviamente, mas o foco do publicado pela editora Polity (Dale, 2010) é no seu trabalho; o enfoque do livro da Columbia University Press (Dale, 2016a) recai sobre sua vida e época; enquanto o foco do publicado pela Pluto Press (Dale, 2016b) é a minha crítica, ou melhor, talvez não o foco – a palavra é muito forte, mas dou um pouco mais de ênfase à crítica nesse trabalho. Na verdade, é um livro só, mas como teria muito material, foi dividido em três.

R.S. É bastante comum que comentaristas apresentem a obra de Polanyi como algo mais consistente do que você faz transparecer e, portanto, é tão instigante ler o seu trabalho, que nos traz uma série de possibilidades interpretativas. Você acha que a trajetória pessoal dele demonstra mais divergência e diversidade em relação às interpretações tradicionais de Polanyi?

G.D. Somos todos inconsistentes, e isso acontece, provavelmente, porque nós escrevemos por longos períodos de tempo, nos transformamos como indivíduos, e o mundo ao nosso redor também se transforma. Então, considerando isso, algumas das inconsistências de Polanyi são esperadas, e assim, é claro, grandes

teóricos sociais sofrem importantes influências de diversos tipos de acadêmicos, ativistas etc. Eles conduzem seus trabalhos em diferentes direções e exaeram, talvez, na aparência de consistência. No caso de Polanyi também, sabemos que ele, talvez mais do que Marx, viveu períodos de crises sociais e guinadas violentas, envolvendo revoluções, guerras e conflitos etc., sendo isso parte do motivo para suas movimentações intelectuais.

Essa é a razão pela qual precisamos de uma biografia que entenda algumas de suas inconsistências e a evolução de seu pensamento. Além disso, porém, tenho uma certa fascinação por essas tensões de seu passado, isto é, aquelas que enfatizo na biografia, envolvendo seu pai e mãe e as diferentes culturas que eles representam, assim como as várias influências que ele tenta condensar, influências de Marx, sobre a alienação do fetichismo da mercadoria,⁷ e que ele normalmente entende muito bem... aqueles poucos capítulos de *O capital*. O restante, que ele não compreende profundamente, é tratado a partir da combinação de conceitos, de modo geral, de Marx, com categorias da economia austríaca, que são, na verdade, um tanto quanto incompatíveis, mas que ele tenta unir em seu trabalho. Esses elementos contraditórios, de sua própria formação, são o que o tornam um grande pensador. No entanto, algumas das maneiras por meio das quais ele tenta reconciliar, até certo ponto, tradições incompatíveis, acabam por induzir certas fragilidades, perceptíveis em seu trabalho.

R.S. Seguindo esse caminho, como a teoria econômica e, particularmente, a teoria econômica neoclássica, se infiltra no pensamento de Polanyi? Sendo esse um elemento marcante de seu livro, e concordando com a ideia de que Polanyi não situou o capital e o processo de acumulação no centro de seu pensamento, de que maneira a economia austríaca influenciou algumas hipóteses polanyianas sobre o capitalismo?

G.D. Bem, ele é certamente muito crítico da economia burguesa pela sua propagação da falácia economicista,⁸ por suas suposições implícitas de que algo como uma sociedade baseada na troca mercantil existiu ao longo da história e de que é através dessas lentes que devemos analisar todas as formas de comportamento econômico, sejam elas situadas na Suméria antiga ou na Viena moderna; mas acabou adotando alguns dos princípios da economia austríaca ou economia neoclássica, a exemplo da teoria marginalista do valor. Como argumentei em *Reconstructing Karl Polanyi* (Dale, 2016b), ele rejeitou a teoria marxista do valor com base em sua essência ricardiana, mas, ao fazer isso, ele interpreta Marx de maneira errada... Polanyi acaba aceitando totalmente a teoria do valor da economia austríaca.

Ele concordava com Franz Oppenheimer (1864-1943)⁹ quanto à ideia de que a economia neoclássica era um modo essencialmente válido de analisar o comportamento mercantil, mas divergia dele no sentido de que Oppenheimer foi muito longe ao supor que essa abordagem fosse autossuficiente para ana-

lisar a economia. Dessa forma, esquecemos que a economia é criada por seres humanos, que são seres culturais e espirituais; são, acima de tudo, seres sociais, o que requer que toda economia seja sempre considerada em sua singularidade histórica, cultural e política, como um todo orgânico.

R.S. Esse ponto é muito interessante, porque a teoria marginalista é um modo subjetivo de compreender o valor, e Polanyi estabelece um tipo de teoria fundamental sobre como terra, dinheiro e trabalho não são *commodities* naturais, o que implica alguma contradição. Se ele quisesse fazer isso e se tivesse transitado pela teoria marxista com esse objetivo, talvez pudesse ter construído uma teoria do valor de inspiração mais materialista. Como você acha que ele pôde conciliar estas interpretações tão diferentes, a teoria subjetiva do valor e a ideia de mercadorias fictícias?

G.D. Não irei sugerir uma resposta, pois não sou um polanyiano. Meu trabalho tem sido como crítico simpatizante e solidário, assim como de exegese, para explicar a sua obra da maneira que eu a entendi. Quando me pedem para redesenhar sua teoria, para superar algumas dessas contradições, isso já ultrapassa o que eu sou capaz de fazer como um não polanyiano.

G.O. Acho que podemos começar por esmiuçar o problema do dinheiro, ou da moeda, em Polanyi. Por que ele achava que o dinheiro não devia ser considerado uma verdadeira mercadoria?

G.D. Porque o dinheiro é essencialmente um mecanismo socialmente construído para permitir a contabilidade social, basicamente, sob o ponto de vista de Polanyi, e isso é o cerne da questão. Além disso, serviria para intermediar relações entre pessoas desconhecidas etc. O dinheiro, porém, foi tratado, na opinião dele, nas sociedades liberais do século XIX como se fosse uma mercadoria, como se a moeda fiduciária fosse, simplesmente, um novo formato dado ao ouro. Por isso foi permitido que esse dinheiro flutuasse como qualquer outra mercadoria, de acordo com as mudanças das condições do mercado.

Como vocês sabem, algumas das ideias mais interessantes de Polanyi, eu acho, têm relação com sua análise detalhada do desmoronamento da civilização liberal no início do século XX. E sua principal preocupação foi sobre o modo como o padrão ouro restringia a autonomia dos governos, tendo como resultado uma volatilidade econômica traduzida em depredações sociais, sobretudo desemprego em massa, nas décadas de 1920 e 1930. Isso foi consequência do tratamento do dinheiro como se fosse uma mercadoria, quando de fato era uma ferramenta social para permitir a contabilidade econômica, entre outras funções descritas por sociólogos e antropólogos.

G.O. Então, o dinheiro era uma das divergências que ele tinha com os austríacos, que o consideravam essencialmente uma mercadoria. Ele, por outro lado, estava se alimentando dos trabalhos etnográficos que lia, sobre como o dinheiro poderia ter objetivos especiais em diferentes sociedades. Para ele, isso devia, necessariamente, ser levado em consideração?

G.D. Sim, de várias maneiras, sem dúvida. Não gostaria que achassem que estou sugerindo que ele era, seriamente falando, próximo dos austríacos. Os aspectos da teoria austríaca que ele carregou formam, em parte, a razão de sua inabilidade, na minha opinião, de teorizar o capitalismo. Existe uma versão austríaca da economia capitalista, como se pudéssemos descrever o capitalismo como um “momento”, simplesmente o puro momento da troca ou câmbio. E aqui, novamente, está parte de minha crítica a Polanyi. Pois não acho útil conceber o sistema econômico da modernidade como uma simples ampliação desse momento da troca, como o mecanismo de troca. Precisamos introduzir o Estado, por exemplo. Nesse sentido, ele faz isto, apresentando uma brilhante teoria do Estado liberal; uma de suas mais importantes contribuições é essa análise.

Mais uma vez, entretanto, acho que essa ambiguidade, as tensões e contradições internas de seu trabalho sobre essa questão... algumas das implicações de seu trabalho sobre o Estado liberal não foram extraídas. Isso significa que não basta dizer que o Estado liberal é crucial para que se estabeleça uma estrutura para o que ele chama de mercadorias fictícias. Mas, eu diria, mais do que isso, o Estado liberal está continuamente interferindo na gestão da sociedade, no interesse, acima de tudo, da acumulação de capital. Há um grau muito forte de integração entre os quadros e a lógica... entre o Estado e o capital. Porém, ele não discute isso, principalmente pela sua tradicional insistência liberal na demarcação de diferentes subsistemas. Podemos observar isso mais acentuadamente em sua fase pluralista, mas também em grande parte de seu trabalho.

G.O. Poderia explicar um pouco mais esse ponto, isto é, essa insistência de Polanyi na separação entre esferas ou subsistemas sociais?

G.D. Outro dia eu entrevistei alguém que está trabalhando muito com povos indígenas na região de Belo Monte, que me contou que a Companhia¹⁰ que está construindo a represa também está construindo escolas como uma moeda de troca junto à população indígena. A pessoa entrevistada tinha como principal função explicar para a população indígena, arrasada e desnordeada, o que estava acontecendo ao redor da represa, o que era tudo aquilo. Eles não estavam familiarizados com conceitos como Estado e empresas, e uma das principais perguntas que faziam era: “Onde começa o Estado e onde acabam as empresas?”

Porque vemos a empresa construindo as escolas. Então, qual é a diferença?” Existe uma tendência, a meu ver, no capitalismo, de continuar a combinar esses princípios, essas instituições. Polanyi se identifica com os austríacos, nesse sentido, por visualizar linhas de separação bem delimitadas entre elas.

R.S. Gostaria que você comentasse um pouco sobre como ele, sendo tão atento a essas instituições, especialmente o mercado, não se detém nas empresas em uma época na qual essas organizações já eram muito poderosas. Isso remete um pouco à crítica de Colin Crouch (2011) de que a sociologia econômica discutiria em excesso o mercado, quando deveria estar se dedicando mais às empresas e a suas expressões transnacionais. Então, como você vê essa questão?

G.D. Para mim, esse é um dos paradoxos no trabalho de Polanyi, porque ele é tão interessado nas instituições, um velho institucionalista, em certo sentido, e, mesmo assim, ele não observa as instituições dentro da economia, de um modo mais focado, como você diz. Ele desconsidera a sociologia das empresas ou a sociologia econômica.

G.O. Acredito que isso se deva aos trabalhos que ele estava lendo na antropologia e como eles buscavam criticar o pensamento econômico. A crítica assumia, de certa forma, algumas prioridades predefinidas pelos economistas. Por exemplo, Bronislaw Malinowski, em seu período na London School of Economics (LSE), buscava sustentar argumentos no que diz respeito ao comportamento econômico humano em oposição aos economistas. Ao tomar a teoria econômica como referência, mesmo que crítica, os antropólogos eram induzidos a um caminho, a certos temas, como o “mercado” ou o “comportamento autointeressado”. Sendo assim, Polanyi poderia estar preso na mesma discussão, na mesma forma de crítica que desenvolviam naquela época. Com exceção de Marcel Mauss (2017), talvez, as empresas eram um tema secundário para a maioria dos antropólogos, como Malinowski.

G.D. Esse é um ponto muito interessante. Não havia pensado nisso, mas me parece bem persuasivo. Porque podemos compará-lo a Joseph Schumpeter (1883-1950)¹¹ que, na época, estava muito interessado no desenvolvimento das empresas e o que aquilo significava para a lógica econômica. Para ser justo com Polanyi, alguns de seus trabalhos mais envolventes e inovadores implicam a recuperação de *insights* da antropologia econômica das sociedades pré-modernas para o nosso próprio entendimento do capitalismo moderno. Esse é um tipo de crítica romântica da modernidade que acho bem inspiradora, mas durante o processo algo se perde, e aí colocamos o dedo na ferida... seu argumento sobre as empresas...

R.S. Talvez possamos estender um pouco essa ideia de oposição entre economia e política e, especialmente, a dicotomia mercado *versus* democracia, que serve de inspiração a Polanyi e tem sido apontada por acadêmicos contemporâneos. Wolfgang Streeck (2019), por exemplo, argumentou que a convivência entre democracia e mercado seria temporária. Como você vê a relação entre mercados e democracia hoje em dia?

G.D. Começando pelo Streeck, que você mencionou, acho o trabalho dele inestimável de várias maneiras e, de fato, muito interessante. Porém, ele tende a insistir que a única arena ou estrutura natural e realisticamente possível para a democracia política é o Estado-nação. Mas o Estado-nação é um produto e um aliado do capitalismo. Estados-nação surgiram juntos e em conexão, criados sob o impacto de mudanças sociais radicais e fundamentais que ocorreram com a ascensão do capitalismo. A dissolução da sociedade estamental, o movimento em direção à força de trabalho assalariada etc. E em um mundo cada vez mais globalizado, é claro, as limitações de tal estruturação nacional da democracia são completamente visíveis.

G.O. Como podemos comparar o que Polanyi diz sobre as relações entre mercados e democracia com as ideias de Streeck? Para quem não leu o seu livro, qual seria a diferença?

G.D. Então, Polanyi fez alguns trabalhos muito interessantes no período entre guerras. Bem, parte da sua análise sobre os, assim chamados, efeitos disruptivos que levaram à Grande Depressão e à escalada do fascismo remete à ascensão da democracia política, que teria prejudicado o funcionamento normal do capitalismo. Isso porque, repentinamente, o Estado não é apenas influenciado pelos capitalistas, que o usam para interesses próprios, mas também o é pela classe trabalhadora. Isso nos remete ao argumento de Polanyi sobre a “areia na máquina”, a ideia da reivindicação do trabalhador... Como o Estado é forçado a concessões em questões de bem-estar social, o funcionamento do mercado e do mecanismo de precificação torna-se engessado – o que prejudica a máquina do mercado.

Bem, existe um problema básico nessa teoria, que é um dos aspectos austríacos do Polanyi, obviamente. Ele acredita que o mercado tem que ser protegido das reivindicações da classe trabalhadora para funcionar com eficácia. Mas, sabemos que, naturalmente, após a Segunda Guerra Mundial, o capitalismo estava em geral bastante regulado, e, no entanto, cresceu muito rapidamente, ficando esse período conhecido como a Era de Ouro. Em alguns países, talvez não aqui no Brasil, também foi uma era bem democrática. Então, essa tese se depara com problemas nessa parte.

Em termos políticos gerais, no entanto, todos à esquerda – Polanyi, marxistas, qualquer um – defendem a ideia de que os mercados são radicalmente antide-

mocráticos. Por quê? Porque eles concentram o poder nas mãos daqueles que possuem a riqueza, e existem fortes tendências para a exacerbação disso, no sentido de efeitos antidemocráticos que se difundem por toda a nossa sociedade.

R.S. No Brasil, tivemos um ciclo de quase 15 anos de governo do Partido dos Trabalhadores (PT) que, com uma plataforma social-democrata, buscou reconciliar a ideia de que democracia eleitoral e o pleno funcionamento dos mercados são compatíveis, com efeitos políticos particularmente negativos. Nesses termos, quais as perspectivas para a social-democracia e qual seria o tipo de política eleitoral de esquerda para os próximos anos, visto que essa suposta compatibilidade, ao menos em Polanyi, desconsiderava a interdependência e a concorrência intercapitalistas?

G.D. Movimentos democráticos aparecem e normalmente, em suas fases iniciais, tendem a ser mais baseados em mobilizações; eles são erguidos por movimentos de massa; no caso do Brasil, o Sindicato dos Metalúrgicos [do ABC] e suas intensas greves gerais. Quando um novo partido social-democrata é fundado, normalmente e quase sempre, apresenta um novo projeto, não a “velha social-democracia”, mas algo bem novo, frequentemente relacionado a algo não distinto do tipo de socialismo corporativo no qual Polanyi estava envolvido no início dos anos 1920: um compromisso entre democracias econômica e política, porém sem questionar a neutralidade básica do Estado.

Apesar de ser de esquerda e ligado a movimentos sociais, é isso que faz dele o partido essencialmente social-democrata em seu jogo estratégico. Seguindo essa lógica, procura estabelecer-se como o partido dominante capaz de governar e, também, é obrigado a buscar coalisão com os partidos políticos e as instituições existentes. Estes, por sua vez, estão presos dentro do funcionamento da sociedade capitalista e, pouco a pouco, a natureza popular do movimento desaparece e o partido transforma-se em algo burocratizado, de modo que o papel dos quadros se torna mais e mais dominante.

Estou falando aqui basicamente da história do PT, mas também de outros partidos em situações similares. E aí nos pegamos esquecendo o compromisso com a democracia econômica, o que o PT sob Lula fez muito rapidamente. Mas se encontrava lá fortemente no início, porque expressava o tipo de ideias críticas ao sistema que tendem a ser lançadas por movimentos de massa de trabalhadores comuns, quando sentem que são capazes de penetrar a camada sufocante da sociedade burguesa e realmente fazer diferença. Quando isso acontece, temos ideias muito radicais vindo à tona e sendo canalizadas nas organizações social-democratas, como o PT... e depois eles se reconciliam, vocês conhecem a história...

Polanyi era claramente parte desta tradição radical social-democrática da esquerda, mas entendo que ele não tinha os instrumentos de autocrítica,

da crítica dessa tradição, porque ele acreditava fundamentalmente na neutralidade de classe do Estado. Exceto no caso do fascismo, em que o Estado é, na sua visão, controlado pela classe capitalista. De modo geral, entretanto, nas democracias liberais o Estado é, na visão de Polanyi, neutro com relação à classe e ao sistema, não estando subordinado, significativamente, aos capitalistas.

Você mencionou a competição intercapitalista. Acho que parte da sua pergunta se refere ao fato de que já que o mundo todo é capitalista e dado que os mesmos Estados-nações do mundo estão subordinados ao capitalismo, qualquer desafio a ele será também um desafio a outros Estados. Como explicar isso? Bem, Polanyi encontra inspiração na União Soviética, que dava a impressão de estar tentando se desatrelar do mercado mundial e constituir-se como uma entidade socialista separada. Polanyi era crítico com relação à União Soviética, de várias maneiras, mas acreditava que aquilo era, essencialmente, o que deveria ser feito.

Não concordo com ele sobre isso. Quanto mais trabalhos vemos sobre a União Soviética, e estou aqui pensando, por exemplo, no livro de Sanchez-Sibony (2019) sobre a “globalização vermelha”, fica cada vez mais claro e irrefutável que a União Soviética estava muito integrada no mercado mundial e a ideia que era uma autarquia é um mito. Obviamente, naquela fase do capitalismo, a maioria dos países era mais autárquica que hoje em dia, porém a União Soviética não era uma autarquia.

Polanyi acreditava que o governo do Partido Comunista na União Soviética sob Stalin representou a vitória da política e, portanto, na sua visão, possivelmente, de um conjunto de princípios universais de base comunitária, por meio do qual ele acreditava que a política estava assumindo o controle da sociedade. Minha opinião é oposta, de modo que, no final da década de 1920, o próprio Partido Comunista foi “economicizado” e se submeteu ao princípio da rápida acumulação de capital.

R.S. É possível pensar em algum tipo de Estado e de política que compatibilize crescimento econômico e redução da desigualdade no capitalismo contemporâneo a partir dessa crítica a Polanyi?

G.D. De várias maneiras, é possível ler Polanyi como um defensor tanto do crescimento como do decrescimento. Acho interessante, pois apesar de não ser um defensor do decrescimento, isto é, não estando de acordo com o projeto do decrescimento, acredito que a questão do crescimento está se tornando, reconhecidamente, um grande problema e desafio.

Dessa forma, é possível interpretar Polanyi quanto à União Soviética a partir de seu apoio ao Estado e a Stalin, que estavam apresentando suas credenciais socialistas ao dirigir uma taxa de crescimento muito rápida. Por outro lado, porém, podemos lê-lo como o precursor do decrescimento, com sua ên-

fase na necessidade de, como ele chama... Esta díade em *A grande transformação* (Polanyi, 2011), a oposição entre habitação e progresso,¹² remete a seu tipo de crítica semirromântica do capitalismo, que se opõe ao progresso à custa da habitação. Desse modo, o equilíbrio tem que ser restabelecido, de maneira que a habitação deva ser o princípio central que nos guiaria para criar uma nova economia, em detrimento do progresso e do crescimento.

G.O. Por acaso seu interesse mais recente nas mudanças climáticas e no crescimento econômico também está relacionado ao trabalho de Polanyi? Em *A grande transformação* (Polanyi, 2011), o argumento de que a terra era uma mercadoria fictícia está muito relacionado à ideia de que, não sendo produzida pelo homem, a terra é uma dádiva da natureza. Essa interpretação da relação entre o capitalismo e a natureza ou entre a economia e a natureza é relevante na sua reflexão?

G.D. Não. Meu trabalho sobre crescimento não teve decorrência lógica de meu trabalho sobre Polanyi. Eu estava simplesmente analisando indícios de mudança climática e de crise ambiental e fiquei muito preocupado. O assunto do crescimento era, na época, uma questão mais acadêmica, que atraiu meu interesse. Dito isso, eu realmente acho Polanyi muito divertido, inspirador, no que diz respeito à sua crítica sobre o que a sociedade de mercado, na sua visão, faz com a natureza. Esse entendimento da natureza como objeto de exploração é muito forte, mas acho que ele, na verdade, não entra muito em detalhes sobre essa questão.

De fato, mesmo sua abordagem geral sobre as mercadorias fictícias carece de teorização completa. Sendo assim, a terra, o trabalho e o dinheiro são as mercadorias fictícias frequentemente consideradas, mas acredito que, mesmo a seu modo, seria melhor observar dois níveis diferentes. Ele está considerando a famosa trindade das fábricas manufatureiras da economia burguesa, terra, trabalho e capital... terra, trabalho e capital! E isso corresponde a natureza, seres humanos e dinheiro.

Acho que haveria escopo para que ele tivesse estruturado isso de maneira mais sistemática, e, assim, seria possível dizer que a natureza sob o capitalismo se torna simplesmente terra e, no pensamento econômico burguês, o que reflete o sistema econômico e sua ideologia, fazendo da terra simplesmente um objeto de exploração. Os seres humanos, nessa sociedade, se tornam simplesmente força de trabalho e objetos de exploração. O dinheiro nessa sociedade, em vez de ser um sistema complexo de contabilidade e mediação entre diferentes interesses econômicos etc., torna-se simplesmente capital, em sua infinita autoexpansão no interesse daqueles que o possuem.

Acredito que, se colocada nesses termos, teria sido uma teoria muito mais robusta e acho que podemos ler Polanyi legitimamente como tendo visto isso, mas teria sido mais útil caso ele tivesse demonstrado de maneira mais

clara e também se dedicado mais à questão do meio ambiente, porque o trabalho do Polanyi tem um viés ambientalista crítico, porém modesto. Quero dizer, comparado a Marx; quanto mais material é publicado sobre Marx e o meio ambiente, especialmente o livro recente de Kohei Saito (2017), que é simplesmente brilhante, e Bellamy Foster (2005), obviamente, fica mais evidente para nós. Marx e Engels também estavam pensando em detalhe a respeito da ação do capitalismo sobre o meio ambiente. Polanyi tem uma visão crítica similar sobre o que a sociedade de mercado fazia com o meio ambiente, mas é uma pena que ele não tenha se aprofundado mais. A menos que eu tenha deixado escapar alguma coisa dos Arquivos e um dia alguém descubra. Será maravilhoso se isso acontecer.

R.S. Bem, posso dizer que nossa conversa foi muito agradável e nos proporcionou uma excelente entrevista.

G.O. Sim, sem dúvida. Muito obrigado.

G.D. Ótimo!

Recebido em 13/02/2021 | Aprovado em 07/04/2021

Rodrigo Salles Pereira dos Santos é professor adjunto do Departamento de Sociologia, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia & Antropologia (PPGSA), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Dentre suas publicações, destacam-se: “New developmentalism in Brazil? The need for sectoral analysis”. *Review of International Political Economy*, v. 24, p. 332-362, 2017 (com Heike Doering e Eva Pocher); e “The global production network for iron ore: materiality, corporate strategies, and social contestation in Brazil”. (com Bruno Milanez).

Gustavo Gomes Onto é doutor em antropologia social pelo Museu Nacional (PPGAS, UFRJ) com período sanduíche na École Normale Supérieure (França). É mestre em sociologia pela Columbia University (EUA) e em administração pública e governo pela Fundação Getúlio Vargas (Eaesp). Atualmente é pesquisador de pós-doutorado Capes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA). Dentre suas principais publicações, destacam-se “Competition on paper: artifacts of visualization in antitrust policy” e “O agente econômico e suas relações: identificando concorrentes na política antitruste”.

NOTAS

- 1 Os autores agradecem à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo apoio financeiro recebido através do Edital Jovem Cientista do Nosso Estado, 2017 (E-26/203.218/2017) e do Programa Nacional de Pós-Doutorado (88882.316614/2019-01), respectivamente.
- 2 No original: “Our social thinking, focused as it is on the economic sphere, is for that very reason ill equipped to deal with the economic requirements of this age of adjustment. A market-centered society such as ours must find it hard, if not impossible, justly to gauge the limitations of the significance of the economic. For once man’s everyday activities have been organized through markets of various kinds, based on profit motives, determined by competitive attitudes, and governed by a utilitarian value scale, his society becomes an organism that is, in all essential regards, subservient to gainful purposes. Having thus absolutized the motive of economic gain in practice, he loses the capacity of mentally relativizing it again. His imagination is bounded by stultifying limits. The very word economy evokes in him not the picture of man’s livelihood and the technology that helps to secure it, but recalls instead a set of particular motives, peculiar attitudes, and highly specific purposes, all of which he is used to calling economic, even though they are mere accessories to the actual economy, owing their existence to an ephemeral interplay of cultural traits. Not the permanent and abiding features of all human economies but the merely transitory and contingent ones appear to him as the essentials. He is bound to create difficulties for himself where otherwise there are none and stumble over easily avoided obstacles whose very existence is unknown to him. In his ignorance, he can grasp neither the true preconditions of survival nor the less obvious ways of attaining the possible. The obsolete market-mentality is, as I see it, the chief impediment to a realistic approach to the economic problems of the oncoming era” (Polanyi, 1977: xlvi).
- 3 Algumas frases interrompidas pelo entrevistado foram suprimidas quando comprometiam a inteligibilidade da

leitura, sendo outras mantidas, seja por não afetar a compreensão, seja por sua relevância, aparecendo seguidas por reticências. Expressões idiomáticas e função fáticas, em geral, foram mantidas, compondo o estilo do orador.

- 4 O Karl Polanyi Digital Archive (KPIPE) é o principal repositório de material arquivístico sobre a vida e obra do autor. É mantido pelo Karl Polanyi Institute of Political Economy, Concordia University, em Montreal, Canadá. Para mais informações, ver <<https://www.concordia.ca/research/polanyi.html>>.
- 5 Kari Polanyi-Levitt (1923-) é professora emérita de economia na McGill University, Montreal, Canadá. Editora de importantes livros sobre a obra de Karl Polanyi (Aulenbacher et al., 2020; McRobbie & Polanyi-Levitt, 2006; Polanyi-Levitt, 1990), seu trabalho mais conhecido se debruça sobre o tema do poder corporativo (Polanyi-Levitt, 2002).
- 6 A noção polanyiana de movimento duplo se refere às dinâmicas opostas e complementares de mercantilização, isto é, de ampliação do “controle mercantil sobre os meios de subsistência humanos”, e da emergência de contramovimentos de proteção, sociais e políticos, em resposta à primeira. Segundo Dale (2016b: 4), a relação entre esses movimentos foi interpretada de modo bastante diferente por seus seguidores e comentaristas, sendo explorada em alguns dos trabalhos que integram o conjunto de textos desta edição da revista S&A.
- 7 A noção de fetichismo da mercadoria é tratada extensamente na seção quarta (O caráter fetichista da mercadoria e o seu segredo) do capítulo primeiro (A mercadoria) do Livro 1 (O processo de produção do capital) de *O Capital* (Marx, 2015).
- 8 Ao mobilizar a noção de *economistic fallacy*, o entrevistado se refere à tendência observada na ciência econômica *mainstream* (neoclássica e austríaca) a identificar a economia com sua forma de mercado e à “crença na existência de uma racionalidade econômica trans-histórica” (Dale, 2016b: 34). A noção é discutida, de modo aprofundado, no ensaio “A falácia economicista”, pelo próprio Polanyi (2012).
- 9 Influente sociólogo e economista político, assumiu a primeira cátedra dedicada à sociologia da Alemanha, na Universidade de Frankfurt.

- 10 O Consórcio Norte Energia (Norte Energia S.A.) foi responsável pela construção da Usina Hidrelétrica (UHE) Belo Monte.
- 11 Economista e cientista político austríaco, célebre por sua análise do papel do empreendedor capitalista no processo de desenvolvimento econômico.
- 12 A discussão entre oposição e progresso aparece no capítulo terceiro de *A grande transformação* (Polanyi, 2011).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aulenbacher, Brigitte et al. (eds.). (2020). *Karl Polanyi: the life and works of an epochal thinker*. Wien: Falter Verlag.
- Birch, Kean, & Muniesa, Fabian. (2020). *Assetization: turning things into assets in technoscientific capitalism*. Cambridge: MIT Press.
- Block, Fred & Somers, Margaret R. (2014). *The power of market fundamentalism: Karl Polanyi's critique*. Cambridge/London: Harvard University Press.
- Blyth, Mark. (2018). *Austeridade: a história de uma ideia perigosa*. São Paulo: Autonomia Literária.
- Chiapello, Eve; Missemmer, Antoine & Pottier, Antonin. (2020). *Faire l'économie de l'environnement*. Paris: Presses des Mines.
- Crouch, Colin. (2011). *The strange non-death of neo-liberalism*. Cambridge/Malden: Polity.
- Dale, Gareth. (2016a). *Karl Polanyi: a life on the left*. New York: Columbia University Press.
- Dale, Gareth. (2016b). *Reconstructing Karl Polanyi: excavation and critique*. London: Pluto Press.
- Dale, Gareth. (2010). *Karl Polanyi: the limits of the market*. Cambridge/Malden: Polity.
- Dale, Gareth. (2007). *The East German Revolution of 1989*. Manchester: Manchester University Press.
- Dale, Gareth; Mathai, Manu V. & Oliveira, José A. P. de. (2016). *Green growth: ideology, political economy and the alternatives*. London: Zed Books.

- Foster, John Bellamy. (2005). *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Graeber, David. (2016). *Dívida: os primeiros 5.000 anos*. São Paulo: Três Estrelas.
- Granovetter, Mark. (2007). Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. *RAE eletrônica*, 6/1, p. 1-41.
- Hann, Chris M. & Hart, Keith (eds.). (2009). *Market and society: The Great Transformation today*. Cambridge/New York: Cambridge University Press.
- Hillenkamp, Isabelle & Laville, Jean-Louis (eds.). (2016). *Socioeconomia e democracia: a atualidade de Karl Polanyi*. Porto Alegre: Escritos.
- Marx, Karl. (2015). *O capital: crítica da economia política. Livro I. O processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Mauss, Marcel. (2017). *A nação*. São Paulo: Três Estrelas.
- McRobbie, Kenneth & Polanyi-Levitt, Kari. (2006). *Karl Polanyi in Vienna: the contemporary significance of The Great Transformation*. 2 ed. Montreal: Black Rose Books.
- Plehwe, Dieter; Slobodian, Quinn & Mirowski, Philip (eds.). (2020). *Nine lives of neoliberalism*. London/New York: Verso Books.
- Polanyi-Levitt, Kari (ed.). (2013). *From The Great Transformation to the great financialization: on Karl Polanyi and other essays*. London: Zed Books.
- Polanyi-Levitt, Kari. (2002). *Silent surrender: the multinational corporation in Canada*. Toronto: McGill-Queen's University Press. (The Carleton Library Series, 196).
- Polanyi-Levitt, Kari. (1990). *Life and work of Karl Polanyi*. Montreal: Black Rose Books.
- Polanyi, Karl. (2021). *A grande transformação: as origens da nossa época*. Trad. C. Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Polanyi, Karl. (2014). *For a new West: essays, 1919-1958*. Cambridge/Malden: Polity Press.
- Polanyi, Karl. (2012). *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Polanyi, Karl. (2011). *A grande transformação: as origens da nossa época*. Trad F. Wrobel. São Paulo: Elsevier Brasil.

Polanyi, Karl. (1977). *The livelihood of man*. New York/San Francisco/London: Academic Press.

Polanyi, Karl. (1966). *Dahomey and the slave trade: an analysis of an archaic economy*. Seattle: University of Washington Press.

Polanyi, Karl; Arensberg, Conrad M. & Pearson, Harry W. (eds.). (1957). *Trade and market in the early empires: economies in history and theory*. Glencoe: The Free Press.

Sanchez-Sibony, Oscar. (2014). *Red globalization: the political economy of the Soviet cold war from Stalin to Khrushchev*. Cambridge: Cambridge University Press.

Saito, Kohei. (2017). *Karl Marx's ecosocialism: capital, nature, and the unfinished critique of political economy*. New York: New York University Press.

Snyder, Timothy. (2019). *Na contramão da liberdade: a guinada autoritária nas democracias contemporâneas*. São Paulo: Companhia das Letras.

Streeck, Wolfgang. (2019). *Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático*. São Paulo: Boitempo Editorial.

Vuillard, Éric. (2019). *A ordem do dia*. Barcelona: Planeta.

CAPITALISMO, DEMOCRACIA E TEORIA SOCIAL EM KARL POLANYI: UMA ENTREVISTA COM GARETH DALE

Resumo

Uma introdução à entrevista realizada com Gareth Dale (Brunel University) – economista político e especialista na trajetória e na obra de Karl Polanyi – e a um conjunto de textos inspirados na abordagem polanyiana publicados neste número de S&A. Recupera questões-chave apresentadas na entrevista e na obra de Dale, dando relevo à literatura recente produzida sobre o autor, à contínua e difundida relevância das ideias de Polanyi para a compreensão do capitalismo e da democracia, e a uma leitura crítica e aberta de suas contribuições teóricas. Divulga as contribuições específicas, teóricas e empíricas, de quatro artigos originais que mobilizam ativamente conceitos polanyianos no entendimento da pluralidade dos processos de enraizamento e das dinâmicas do movimento duplo, de mercantilização da terra e do trabalho, e da centralidade da praça de mercado no capitalismo contemporâneo; além dos aportes de um registro de pesquisa e duas resenhas sobre agências e pedagogias econômicas e financeirização da vida cotidiana.

Palavras-chave

Karl Polanyi;
Gareth Dale;
capitalismo;
democracia;
mercado.

CAPITALISM, DEMOCRACY, AND SOCIAL THEORY IN KARL POLANYI: AN INTERVIEW WITH GARETH DALE

Abstract

An introduction to the interview with Gareth Dale (Brunel University) – a political economist and expert on Karl Polanyi's life and work – and to a set of papers, inspired by the Polanyian approach, published in the current issue of S&A. The paper highlights key questions presented in the interview and in Dale's work, with a focus on the recent literature produced about the author, the continuous and widespread relevance of Polanyi's ideas for the understanding of capitalism and democracy, and a critical and open reading of his theoretical contributions. Next, the paper presents the specific contributions, both theoretical and empirical, of four original papers that actively dip into Polanyian concepts in understanding the plurality of the embeddedness processes and the dynamics of the double movement, the commodification of land and labor, and the centrality of the marketplace in contemporary capitalism; as well as the contributions of a research recording and of two book reviews on economic agencies and pedagogies and the financialization of everyday life.

Keywords

Karl Polanyi;
Gareth Dale;
capitalism;
democracy;
market.

ARTIGOS

I Universidade Federal Fluminense (UFF), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Niterói, RJ, Brasil.
cmonteiro@id.uff.br
<https://orcid.org/0000-0001-8210-0942>

II Universidade Federal Fluminense (UFF), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Niterói, RJ e Programa de Pós-Graduação em Administração, Volta Redonda, RJ, Brasil.
raphaeljonathas@id.uff.br
<https://orcid.org/0000-0001-9702-0515>

Cristiano Monteiro^I
Raphael Lima^{II}

EMBEDDEDNESS AND DISEMBEDDEDNESS IN ECONOMIC SOCIOLOGY IN THREE TIME PERIODS*

Karl Polanyi's analysis of the market as a key institution of capitalist society, combined with his critical dialogue with Marxism, make him essential reading for practitioners of economic sociology. Even when he turned to the analysis of non-capitalist societies (Polanyi, 1977; Polanyi, Arensberg & Pearson, 1957), his efforts were primarily aimed at defining the specificity of the market system vis-à-vis other forms of organizing the economy. Polanyi was born in Hungary, then passed through Vienna, a city he was eventually forced to leave due to the rise in antisemitism and fascism in 1933. He went to England where he lectured in economic history, before moving to the United States and subsequently to Canada (Benjamin, 2012). His circulation among economists, sociologists, anthropologists, and historians was facilitated by the wide-ranging influence of his masterpiece, *The great transformation* (Polanyi, 2001), a landmark in the critique of economic liberalism and a precursor in the use of the concept of embeddedness. Polanyi's contemporary readers have tried, each in their own way, to develop the implications of the concept of embeddedness and other aspects of his work – for example, the notion of countermovements in response to deregulation of the market – by shedding light on the dislocations between embeddedness and disembeddedness, the main topic to be explored in this article.

The concept of embeddedness has attracted both interest and criticism from economic sociologists. Inspired by the seminal article by Mark Granovetter (1985), a number of authors who participated in the intellectual enterprise

of the New Economic Sociology saw it as a central concept, associated with the more general notion of the “social construction of the economy” (Swedberg & Granovetter, 1992; Swedberg, 2003: 34; Steiner, 1999: 44-73). As economic sociology grew in popularity among social scientists, they started paying closer attention to the multiple meanings the concept had acquired in Polanyi’s own work (Polanyi, 2001, 1977) as well as in the interpretation advanced by Granovetter (1985). Along these lines, Krippner (2001), Krippner and Alvarez (2007) and Gemici (2008) approached the idea critically, mainly due to its continuing insistence on separating the economic and social spheres, a limitation that, they argued, the concept ultimately failed to overcome. For these authors, the concept of embeddedness may well have been useful to economic sociology’s initial critique of neoclassical economics and its presuppositions concerning the atomization of agents and a market functioning devoid of any kind of social connection. What the discipline lacked, however, was a common theoretical ground on which market functioning could itself be elaborated, a shortcoming that the concept of embeddedness tended to reinforce rather than overcome.

The present article contributes to this debate on the concept of embeddedness by incorporating more recent developments in economic sociology and related disciplines, setting out to argue that the concept remains relevant, albeit in a different sense to the one that informed the context of the New Economic Sociology. It hypothesizes that the continuing relevance of embeddedness resides in its connection with the correlate concept of disembeddedness, which grew in importance as the Polanyian debate became detached from the agenda of the New Economic Sociology, as inspired by Granovetter, and veered toward topics such as the relationship between state and market, development, and, especially, neoliberalism. This aim in mind, the article presents the recent development of economic sociology in three time periods, roughly organized in decades as follows: T1 – 1980s and 1990s; T2 – 2000s; T3 – 2010s. The division into decades is somewhat arbitrary, of course, and does not imply any clear linearity or watertight positions concerning the way the debate has evolved. Instead, this division is intended to highlight specific shifts in the debate on embeddedness (and disembeddedness), as presented below. It also recognizes the existence of emergent tendencies that accumulate, co-exist – or even converge – and form zones of intersection or opposition during the period under analysis. This exercise should help illuminate questions, raising new hypotheses and stimulating reflection on topics relevant to the field of economic sociology and connected to the concept of embeddedness.¹

Finally, the article places special emphasis on the debate surrounding embeddedness versus disembeddedness by comparing different approaches to neoliberalism, interpreted both as a kind of economic policy (as stressed in T2) and as a moral-normative system (as stressed in T3). By bringing these different perspectives on neoliberalism together, the article seeks to discuss questions

deeply relevant to the latter, such as the expectation of a “return of the state” (see Block, 2001) or a possible revitalization of civil society (Crouch, 2011) as paths to overcome the negative effects of the expansion of the market into social life. The focus on the normative (Dardot & Laval, 2010) and performative (Callon, 1998) dimensions of economics acknowledges the fact that the logic of the market tends to spread throughout society in a way that puts on hold the (presumed) contradiction between state and market, or between market and the interests of civil society agents, such as workers and popular classes. In this sense, the article looks at questions raised by the T3 debate in order to reflect on the challenges posed to the reconstruction of social solidarity in a context where there seems to exist more alignment than contradiction between the interests of civil society and the market logic.

T1 – EMBEDDEDNESS AS “SOCIAL CONSTRUCTION OF THE ECONOMY”

Contemporary economic sociology, during the time when it was recognized as the New Economic Sociology (Granovetter, 1985, Swedberg, 1997), stood out for its particular use of embeddedness, synthesized in the following excerpt, which sets the tone for the debate in T1 (Granovetter, 1985: 482-483):

I assert that the level of embeddedness of economic behavior is lower in non-market societies than is claimed by substantivists and development theorists, and it has changed less with ‘modernization’ than they believe; but I argue also that this level has always been and continues to be more substantial than is allowed for by economists and formalists.

In this vein, Granovetter inaugurates an intellectual response to the incursion of economics into the realm of sociological issues (the so-called “economic imperialism,” whose key author was Gary Becker). The concept would eventually be expanded through the identification of different types of embeddedness: structural, political, cognitive, and cultural (Zukin & DiMaggio, 1990).² This expansion of the concept resulted in the incorporation of authors who until then had not taken part in the debate with Granovetter or even with Polanyi, comprising a relatively large number of studies cited in the main literature on this “refoundational” moment of the discipline (*exempli gratia*, Swedberg, 1997). This literature includes the studies by Granovetter himself on the role of social networks in the functioning of labor markets (Granovetter, 1974) and about the electricity industry in the United States (Granovetter & McGuire, 1998); studies by Viviana Zelizer (1985, 1994, 2005) on the social value of childhood, the social meaning of money, and the “purchase of intimacy”, respectively; research by Neil Fligstein (1990) on the forms of control of the big corporations in the North-American economy and the comparative study by Dobbin (1994) about the relationship between political cultures and industrial development projects related to rail systems in the United States, Britain, and France.³

The work of Pierre Bourdieu (1997) is a singular case among this set of authors due to the way in which he incorporated the “economic field” into his research agenda. For the author, embeddedness means treating economic practices as a “total social fact,” whose understanding mobilizes the concepts of habitus, social capital, symbolic capital, and field (Bourdieu, 2005: 1-2). Economic action is thereby interpreted in terms of dispositions produced within historical and cultural processes. Bourdieu thus demonstrates a “double construction” of the market, mainly based on a case study of the market for individual houses, where agents’ behavior, from both the supply and the demand sides, is found to be the outcome of dispositions inscribed in collective dynamics driven by the state and, in a wider sense, by disputing forces within the economic field (Bourdieu, 1997, 2005; Lebaron, 2001).

A critical assessment of the transformations in course in late-twentieth-century capitalism, including the alleged institutional convergence towards liberal market capitalism propelled by globalization, constitutes a further chapter of T1. Under the rubric of the “comparative capitalisms” approach (Deeg & Jackson, 2007), this line of research aimed to scrutinize the impact of globalization on national, regional, or sectoral economic arrangements, comparing the similarities and differences between specific trajectories within each of these dimensions. Aligned with the notion of the “social construction of the economy,” one of the themes privileged by this literature is the identification of specific forms of organizing production and their “institutional embeddedness,” including issues such as distributional conflict, labor relations, and inter-firm relations. Hence, this strand of research sought to demonstrate the persistent institutional diversity of capitalism, despite tendencies towards convergence being identified – or at least defended – by mainstream economic approaches to globalization (see Ferrer, 1997). Examples of research that has challenged those arguments supporting the view that economic institutions should converge towards a liberal market economy thus include studies of economic governance at sectoral level (Campbell, Hollingsworth & Lindberg, 1991; Hollingsworth, Schmitter & Streeck, 1994), “social systems of production” (Hollingsworth & Boyer, 1997), “varieties of capitalism” (Hall & Soskice, 2001), and the relationship between state and business in the construction of joint development projects (Evans, 1995). Pursuing this approach, these works demonstrate both the vitality and the persistence of diversified types of market economy, all of them embedded in more or less robust institutional arrangements that provide resilience to the pressures generated by globalization, thus allowing them to pursue development trajectories distinct from those advocated by the so-called Washington Consensus.⁴

The turn of the 2000s, however, brought a new wave of interpretations concerning the concept of embeddedness that would mark the limits to the approach introduced by Granovetter (1985). In this sense, Krippner (2001) pro-

poses no less than relinquishing the concept as the main theoretical tool of economic sociology, arguing that the “intuition” that markets are socially embedded has beguiled economic sociologists into neglecting a more robust theorization of the market itself, which continues to be taken for granted. Thus, even though Granovetter, in his 1985 article, criticized Parsons’s conceptualization of the problem of order, Krippner maintains that he stuck to the Parsonian intellectual division of labor between sociology and economics, failing to theorize the market per se (Krippner, 2001; Krippner & Alvarez, 2007). Granovetter, in this sense, was much more interested in observing the connection between individuals and social networks, rather than in characterizing the institutional arrangement of the economic system (Dale, 2010). In other words, the large scale economic and political changes seen in modern society, spotlighted in the narrative of *The great transformation*, are absent from Granovetter’s classic article (1985).⁵ However, leaving aside from the Granovetterian approach, a “Polanyian” approach to embeddedness (Krippner, 2001; Krippner & Alvarez, 2007) still persists, which privileges the dynamics of disembeddedness and re-embeddedness, as elaborated in Polanyi’s discussion of the countermovements, and is more directly linked to the debate in T2.

T2 – EMBEDDEDNESS AS DOUBLE MOVEMENT

Notwithstanding Krippner’s criticism, the concept of embeddedness remained pertinent to the debate on economic sociology during the first decade of the new century. At this moment, however, the debate was less about the “social construction of the economy” and more about the changes in the relationship between state and market engendered by globalization, with a special interest in neoliberalism and its impact on economic development and social solidarity.⁶ In this way, the emphasis lay on the expected abandonment of the Washington Consensus agenda, having acknowledged its failure to cope with the challenges posed by globalization, especially in developing countries. Symptomatically, it was in 2001 that a new edition of *The great transformation* appeared, bearing a new introduction by economic sociologist Fred Block, a specialist in the debate on development and the state’s role in the economy (Block, 1994; Block & Evans, 2005), as well as a preface by Joseph Stiglitz, former chief-economist of the World Bank, Nobel laureate in economics in the same year of 2001, and a critic of the approaches that had underpinned the market reforms of the previous years (Stiglitz, 2002; Chang, 2001). In both the preface (Stiglitz, 2001) and the introduction (Block, 2001), the authors highlight the ideological character of the economic prescriptions concerning the “retreat of the state,” calling attention to their negative impacts on those societies where they have been implemented, and confronting such prescriptions with historical evidence of the persistent involvement of the state with the economy in both developed and developing countries, in both the past and the present.

Thus, the interpretation of capitalism as a phenomenon marked by a pendular movement gained traction. Such a movement would mean the advancement of market logic – as disembeddedness – and, in response to the inevitable crises spawned by this dislocation, the subsequent return to re-embeddedness, a process dubbed the “gradational approach” by Gemici (2008: 15-19) and “the great oscillation” by Dale (2010: 226-230).⁷ The perspective of re-embeddedness presupposes an interpretation of the economy as “always embedded,” based on several passages in which Polanyi speaks of the utopian character of the market economy and its tendency to destroy society if it becomes fully realized – the “satanic mill.” Along these lines, Block and Sommers, for example, argue that embeddedness is a substitute for politics, social relations, and institutions. According to the authors: “For Polanyi, an always-embedded market economy means that markets are *always* organized through politics and social practices” (Block & Sommers, 2014: 10, original italics).

Among the relevant reference works of T2 are the studies by Fred Block himself, focused on criticizing “market fundamentalism” and appealing for a greater engagement of economic sociology in the public scene (Block, 2007), as well as analyzing the public sector’s capacity to promote and financially support the private sector in the formation of a national innovation system in the United States. This runs counter to a prevailing liberal view (“market fundamentalism” again) that envisages the US economy as an exemplary case of the kind of success achievable by free economic agents, allowing the author to speak of a “hidden developmental state” in the country (Block, 2008). In a theoretical vein, Evans (2010) engages in the debate on development in the twenty-first century by arguing for an expanded understanding of embeddedness elaborated in his previous work (Evans, 1995): instead of an autonomous bureaucracy of a Weberian type, with formal and informal links to business imprinted in the “embedded autonomy” model, the author proposes a state qualified to increase citizen capacity, entailing more connections with civil society, as well as greater investment in deliberative institutions (Evans, 2003, 2008).

The literature on “comparative capitalisms,” for its part, has also contributed to the debate on the central role of the state. The chapters in Coates (2005) and the analysis by Boyer (2005) of the common and divergent traits between the “comparative capitalisms” approach and regulation theory are prime examples in this direction. Referring to this agenda, Nölke (2012) explores the role played by the BRIC nations in contemporary capitalism in a context of *neoliberalism in crisis* (to follow the lead of the title of the volume in which the text appears). More specifically, the author discusses a potential reconfiguration of capitalism in the opposite direction to the liberal model prevailing until the turn of the 2000s, probably towards a “BRICs variety of capitalism,” in which the role of the state in the economy would become more salient.⁸

While in T₁ the “comparative capitalisms” approach provoked little enthusiasm among Brazilian authors, in T₂ this perspective stimulated several works – not all of them, it is worth noting, identified with economic sociology. Mainly based around political science, this perspective has converged with sociological arguments concerning the relevance of politics as an analytic key to understanding globalization, highlighting the importance of institutional arrangements and strategic choices as factors explaining the way in which Brazil participated in economic globalization, both from a general perspective (Diniz, 2000; Velasco e Cruz, 1998), and from the viewpoint of specific economic sectors (Monteiro, 2011; Leme, 2009). The “comparative capitalisms” approach typically practiced in Brazil during T₂ explored the general idea of “varieties of capitalism” but did not necessarily demonstrate the institutional embeddedness of Brazilian capitalism’s key actors, especially in the case of firms. The chapters in Boschi (2011), for example, stress the choices made by strategic actors in the state bureaucracy of Brazil and other selected countries, identifying alternative development paths that disprove the hypothesis of convergence towards a single liberal model (see also Bresser-Pereira, 2011). From the viewpoint of the public debate, these studies supported the return to state activism, understood as a form of re-embeddedness, after the cycle of liberalization underscored by pro-market reforms. In a “post-Washington Consensus” context (Diniz, 2007), an emergent “neo-developmentalism” model would be explored (Bresser-Pereira, 2016) as a strategy capable of responding to the challenges posed by twenty-first-century capitalism.

In spite of the reverberation of the debate, which includes an approximation with the agenda of heterodox economists like Stiglitz, Chang, and Boyer, among others, the expectation of re-embeddedness represented by the restoration of the state’s protagonism far from confirmed the defeat of neoliberalism. The task of understanding the complex relationship between neoliberalism and society would have to begin by questioning the interpretation of neoliberalism as merely the “retreat of the state,” foregrounding its moral and normative dimension, as will be seen in the next section.

T3 – EMBEDDEDNESS IN DISEMBEDDEDNESS

T₃ of the debate on embeddedness brings disembeddedness centerstage, not as a “moment” in the relationship between market and society, subject to the ebbs and flows of historical processes, but as a distinctive trait of capitalism – that is, as a disruptive historical phenomenon, *against* the arguments in T₁ and T₂, anchored in the presupposition of an “always embedded” economy. In this sense, Dale (2010) highlights the confusion over the methodological meaning of the concepts of embeddedness and disembeddedness: are they empirical-descriptive terms or ideal types used for comparative ends? Such ambiguity resonates with the influence on Polanyi from Marx, Tönnies, and Weber, oscil-

lating between Marx and Weber. Dale, who inclines towards the Marxist interpretation, contends that what defines Polanyi's work is his capacity to demonstrate that, in addition to the fact that the economy is embedded in society in a wider sense, in market society, it is the economy's isolation from non-economic institutions that matters. Authors who favor the disembeddedness approach also argue that saying the economy is "instituted" (Polanyi, Arensberg & Pearson, 1957: 243-270) is not the same as saying it is embedded (Machado, 2010; Cangiani, 2011). So, for example, Machado (2010) stresses that while Block refers to state intervention as evidence of the "always embedded" approach, it was Polanyi himself who demonstrated the pivotal role of the state in the process of disembeddedness that produces market society. Cangiani (2011), in turn, underscores the need to distinguish "disembeddedness as instituted process" from the pure theory of abstract neoclassical models – it is the latter that possesses a utopian character and, therefore, cannot exist. It is precisely because disembeddedness is instituted – that is, because it becomes a reality – that society produces the counter-movements that "gives the social system its typical dynamics and complexity" (Cangiani, 2011: 191). In this vein, the author concludes in favor of the disembeddedness approach and delineates the core issue of T3 as follows:

The history of our society is to be considered as an irreversible process of institutional change, which is complex and indeterminate, but constrained by the need to reproduce the most general institutional features, that is, market- and capitalist relations, and therefore a disembedded economy (Cangiani, 2011: 192)

This point of view introduces a new perspective on contemporary capitalism, globalization, and neoliberalism, and has inspired more authors to take part in the debate on the meaning of embeddedness and its opposite, disembeddedness. On one side, those who emphasize Polanyi's detachment from the Marxist tradition in which he was formed (Block & Sommers, 2014; Burawoy, 2010);⁹ and, on the other, those who reinforce his Marxist inspiration, emphasizing the market economy's institutional specificity, whose distinctive trait is precisely the separation of the economic sphere from all others (Dale, 2010; Cangiani, 2011; Machado, 2010).¹⁰

Despite the aforementioned differences, it is worth noting the virtual consensus among these authors regarding the ways to cope with – or even to supersede – the destructive impacts of disembeddedness. Burawoy, for example, envisages an escape from the threats of the market logic via a socialism built "through the molecular transformation of civil society," which would open the way to constructing "small scale views of alternatives such as cooperatives, participatory budgeting, and universal income grants" (Burawoy, 2013: 47). Block and Sommers (2014), for their part, refer to the search for alternatives through the radicalization of democracy, which should entail the adoption of a series of strategies, such as "parliamentary institutions elected on a territorial basis,"

participative institutions through which “citizens would directly influence the allocations made by local governments [...] participation of employees in the governance of the workplace,” and also “the creation of local economic institutions that would give citizens direct voice in the patterns of economic development” (Block & Sommers, 2014: 238). Lastly, Dale (2010: 234) recognizes the strength of the financial and business interests driving the neoliberal project, but stresses that such interests do not assure its perpetuation, and concludes: “in order for neoliberalism to come to an end, powerful social movements would be necessary.”

By following alternative paths, approaches focusing on the moral and normative dimensions of the economic order highlight the limits of an approach centered exclusively on the contradiction between the interests of civil society and the market logic that underpins neoliberalism. Contributions to the literature that help redefine the perspective on the issue include the performativist approach of Michel Callon (1998, 2007), when he talks about the “embeddedness of economic markets in economics,” the works of Marion Fourcade and Kieran Healey concerning the forms of classification, valuation and status attribution engendered by the techniques and devices that organize markets in the contemporary world (*exempli gratia*, Fourcade, 2011; Fourcade & Healey, 2007, 2013, 2017) and, from a broader perspective, the work of Dardot and Laval (2010) on neoliberalism as a “new way of the world.” The principal insights from these authors include, firstly, a recognition that the state plays an active role in the production and reproduction of the neoliberal logic and in the strengthening of the market – something, it is worth noting, well established in the work of Karl Polanyi; and, secondly, their focus on the role of economic knowledge in the organization of social life under capitalism, eventually propped up by the advancement of information technologies, which have helped popularize market logic and indeed, by extension, neoliberalism.¹¹

In this sense, neoliberalism assumes the condition of a moral-normative frame that generalizes the market economy logic throughout the social system, exporting the intelligibility of calculation and economization to all social relations and individual behaviors. The endeavor of the intellectuals of neoliberalism, especially North Americans, has been to apply the *homo economicus* form to all social actors, economic or not, converting them into “entrepreneur[s] of one’s self” (Dardot & Laval, 2010). In this approach, moreover, neoliberalism ceases to be seen as mere ideology and becomes a power technology, a mirror of a political world (or a regime of governmentality) that diffuses the market model and establishes a mode of regulation determined not by the state, but by individual freedom (Gago, 2018). In other words, individual behavior ceases to be externally and coercively regulated, and becomes internally regulated by the self-monitoring of the social actors (Fourcade & Healey, 2007). In this way, faced with democracy’s increasing incapacity to work as a barrier to market

abuses, neoliberalism defines the radicalization of individual freedom and competition as its main pillars.

According to Fourcade and Healey (2007), the market can be seen as culture, not only because it is the product of human experience, but also because it is an explicitly normative moral project. Neoliberalism can be understood, therefore, not just as an expression of market society, historically embedded in the discourse of mainstream economics, but also as a moral category, in the sense of something that society defines either as legitimate or as inappropriate (Durkheim, 1996). Economists have thus become the main purveyors of performative techniques (Callon, 1998; Fourcade & Healey, 2007; Mackenzie, Muniesa & Siu, 2007). As a moral-normative system, neoliberalism acts upon governments, firms, and above all individuals by imposing criteria for efficiency and normalizing the diffusion of competitive practices into all dimensions of social life, thus materializing “embeddedness in disembodiedness.” As Dardot and Laval (2010) propose, neoliberalism thereby becomes the rationality of contemporary capitalism itself, producing a new model of social relations profoundly marked by individualization in detriment to more traditional forms of collective solidarity, such as trade unions, for example. In their interpretation of neoliberalism as a moral-normative system, strongly inspired by Foucault’s original characterization, and in close connection to empirical analyses of the popularization of neoliberalism (Gago, 2018; Fridman, 2016), Dardot and Laval demonstrate the operationalization of governmentality (the self-government of individuals) in the construction of a new pattern of subjectivity, identified with the notion of entrepreneurial subject. This entails a new understanding of individualism as a social value (Durkheim, 1996; Dumont, 1991),¹² with the incorporation of competition in the realm of social relations and the naturalization of inequality.

This understanding is shared by Gago (2018), who stresses the need to consider neoliberalism’s resilience beyond the crisis in legitimacy of democratic politics, such that a more accurate definition of neoliberalism does not presume the freeing of the economic sphere from political influences. Hence, the process of disembodiedness that marks neoliberalism cannot be associated merely with autonomization of the economic field, but must be conjugated with “the creation of a political world (a governmentality regime) that appears as the ‘projection’ of rules and requirements of a competitive market” (Gago, 2018: 235). Such a world persisted, for example, in Latin America during the 2000s, even after the election of progressive governments committed to a more active role of the state in the economy and critical of the excessive market deregulation of preceding years. Countries like Brazil and Argentina, with social-democratic governments in office for more than a decade, saw a significant advancement of the informal economy, financialization of the popular classes, and social inclusion through consumption, all of these processes evinc-

ing the continuing expansion of market logic despite the “anti-neoliberalism” discourse of these governments (Gago, 2018).

Returning to the debate surrounding the “comparative capitalisms” approach that cuts across T1 and T2, it is worth noting that some of its representative authors, when discussing the persistence of neoliberalism, turned to the analysis of capitalism’s common traits (Streeck, 2010), in contrast to a previous focus on its diversity. Crouch (2011), for example, discusses those characteristics specific to neoliberalism, and suggests that the traditional opposition between state and market must be complemented by a third party: big corporations. Irreducible to either of the other two poles, corporations actually subsume state and market as a result of their economic and political power. The author acknowledges the active role of the state in supporting the big corporations, but ultimately, he suggests, a re-invigoration of civil society and its institutions is the best way to recover forms of sociability that provide alternatives to neoliberalism. Streeck (2014), in turn, identifies the recomposition of the power relations between capitalists and workers under contemporary capitalism, a process actually unfolding since the crisis in Fordism and the welfare state in the 1970s, with capitalists reclaiming the lion’s share of wealth production after a period during which they were forced to cede ground to workers. His argument is that the state had to “buy time” by resorting first to inflation and then to public debt, mechanisms through which it was possible to keep on financing welfare programs that, albeit under huge pressure, continued to exist in developed countries over the ensuing decades. More recently, this extra time had to be bought through an expansion of individual debt, increasing the pressure exerted by economic interests over people. His conclusion, however, is that the capacity to postpone the crisis is probably drawing towards an end, with the same true for the convergence between capitalism and democracy.

In parallel, other authors have continued to explore the issue of institutional diversity, though recognizing a general common tendency towards liberalization. In this direction, Thelen (2014) refers to “varieties,” less in terms of firms, as in Hall and Soskice (2001), and more in terms of the role of coalitions and political alignments in shaping social solidarity in a selected group of developed countries (United States, Germany, Denmark, Sweden, and the Netherlands), resulting in different “varieties of liberalization.” The author’s analysis incorporates what she calls a “Durkheimian/Polanyian” dimension, referring to the greater or lesser degree of social solidarity present in each case, which varies according to the level of equality/inequality resulting from each liberalization process.¹³ Thelen acknowledges the convergence of the selected countries towards a more liberalized model – the amplification of a market logic – but she also demonstrates that room exists for varied degrees of inequality, highlighting the cases of the United States, where inequality has grown exponentially; Germany, with the dualization of its economy (those industrial

sectors able to maintain some degree of coordination and are relatively immune to the expansion of the market logic versus emergent or growing sectors subject to an expansion of market logic, in the service sector, for example); and Denmark, with the expansion of the market logic to all sectors, compensated by public policies on social security and employability. The latter provides an example of a more egalitarian society, an arrangement defined by the author as “embedded liberalization.”

In short, the works of Crouch, Streeck, and the interpreters of Polanyi in favor of the disembeddedness approach, such as Dale, Block and Sommers, put forward a perspective strongly marked by a contradiction of interests between neoliberalism and civil society, insofar as market expansion tends to be associated with the precarization of social life. However, as works informed by the moral-normative approach to neoliberalism have demonstrated, social life has become strongly embedded within the neoliberal/market logic – an embeddedness in disembeddedness – even though the economic gains and social costs of such a socioeconomic arrangement remain unequally distributed (not a characteristic of neoliberalism alone, it should be added). In this sense, one area that may still provide insights for economic sociology in T₃ is further investigation of the findings of the moral-normative approach. These can better inform the approaches more inclined to Marxism and/or “comparative capitalisms” regarding the relationship between civil society and neoliberalism. One promising path of investigation is to take more seriously the alignment of interests between workers and popular classes with the market logic, a phenomenon that should not be perceived as the naturalization or automatic alignment with inequality, as Thelen reminds us. Even if we take into account the arguments of Crouch and Streeck (1997) concerning the limits and contradictions between neoliberalism and the interests of workers and popular classes, and therefore, with democratic life, there would seem to be room for further investigation into the forms of “livelihood” (Polanyi, Arensberg & Pearson, 1957) that emerged with globalization and, following Thelen still, the strategies used to recompose social solidarity amid these new configurations.

Hence, the search for alternatives to neoliberalism must consider the centrality attributed by Polanyi to politics, especially his non-essentialist approach to social classes. As he emphasized (Polanyi, 2001: 201-219), capitalists supported countermovements when the market logic threatened their own interests. The debate in T₃ shows that alignments can occur between the interests of civil society and market logic. Consequently, expectations concerning the best way to overcome the threats of disembeddedness, either by overthrowing capitalism or institutionally embedding it, need to take into account the distinctive trait of contemporary society: the extent to which it is embedded in the disembeddedness represented by market logic.

CONCLUDING REMARKS

This article has discussed the ways in which the concept of embeddedness has been used in economic sociology, exploring its relationship to the correlate concepts of re-embeddedness and disembeddedness during three periods. The aim was to demonstrate how the concept remains relevant for economic sociology, in contrast to the arguments of Krippner and Alvarez (2007) and Gemici (2008). The “always embedded” approach typical of T₁, strongly influenced by the “Granovetterian” perspective, lost centrality, while in T₂ the “always embedded” approach served not so much as a “methodological framing” useful for all sociological analyses of the economy, but rather as a premise intended to explain why, in the face of the disembeddedness promoted by neoliberalism, a process of re-embeddedness would inevitably follow, the result of countermovements represented by the efforts of the state and society to take back control of the market.

The discussion subsequently presented embeddedness as a dynamic concept underlying the debate on the relationship between state, market, and society. The article then moved to T₃, focusing primarily on the relationship between embeddedness and disembeddedness. Based on the specific features of the market system, as per the interpretation of Cangiani and others, it is possible to distinguish a society increasingly embedded in a more and more disembedded economy. Based on this premise, the work discussed the autonomization of neoliberalism and the capacity of democratic institutions to curb its propensity to subsume social forces. Reaching the end of the third period, therefore, the discussion exposed the tension between the irreversibility of market autonomization through neoliberalism and its reframing by civil society.

It is worth noting that, although introduced by Michel Foucault in the late 1970s, the moral and normative view of neoliberalism that underscores the idea of “embeddedness in disembeddedness” remained latent for a long while, particularly during the 1990s and early 2000s when the T₁ and T₂ versions of the “always embedded” approach were dominant. The emergence of the “embeddedness in disembeddedness” perspective benefitted from interpretations of the popularization of neoliberalism that saw it as moral and normative system, which ultimately contributed to understanding a new model of the morality of individual economic behavior, assigning (neoliberal) subjects greater responsibility and autonomy for their actions. In this sense, disembeddedness and the imposition of a principle of self-control on individuals relied upon the performativity of economics in its role of describing and molding reality, converting individuals into “calculating agencies” (Callon, 1998; Fourcade & Healey, 2007; Mackenzie, Muniesa & Siu, 2007).

Lastly, it is notable that most of the authors linked to the Marxist interpretations of Polanyi and to the “comparative capitalisms” approach failed to discern the dissemination of values and representations of the neoliberal/mar-

ket logic illuminated by the moral-normative approach. The prevailing assumption of an antagonism between civil society interests and market logic deserves to be confronted by a research agenda that takes into consideration the extent to which a market/neoliberal logic has penetrated society (or society has become embedded in it), as the moral-normative approach suggests. In this way, the different approaches to neoliberalism can cross-fertilize each other, opening space for a more productive theorization of the alignments and conflicts of interest that constitute contemporary capitalism. Notwithstanding differences between the approaches, embedded or disembedded, the economy continues to be an instituted process, which underscores the relevance of interests, conflicts, and coalitions as keys to understanding market society.

Received on 02/Apr/2020 | Revised on 08/Jan/2021 | Approved on 15/Jan/2021

Cristiano Monteiro is professor of the Department of Sociology at Universidade Federal Fluminense, Brazil and has been affiliate faculty at the Graduate Program in Public Policies, Strategies and Development at Federal University of Rio de Janeiro, Brazil. His research areas are economic sociology, institutional analysis and economic development, and he has published articles and book chapters on regional development, labor relations in the automotive industry and state-market relationship in the air transportation industry.

Raphael Lima is professor of the Department of Multidisciplinary Studies in Volta Redonda, the Graduate Program in Administration and the Graduate Program in Sociology at Universidade Federal Fluminense, Brazil. He is CNPq Researcher 2 and Jovem Cientista do Nosso Estado/Faperj. His areas of interest are economic sociology, sociology of development and sociology of work. He has recently published articles and book chapters on corporate strategies in the automotive sector.

NOTES

- * The authors acknowledge financial support from CNPq and FAPERJ and two anonymous reviewers from *Sociologia & Antropologia* for their helpful suggestions.
- 1 In terms of methodology, the article follows Krippner (2001) and Krippner and Alvarez (2007) in its selection of the relevant bibliography, and mobilizes authors in economic sociology and related areas, with a focus on the theoretical elaborations around the concept and/or its application to empirical research. It does not claim to offer a systematic review of the existing literature, with the choice of relevant authors converging mostly with Krippner and Alvarez (2007) and other papers with more or less similar objectives (*exempli gratia*, Fligstein & Dauter, 2007).
 - 2 See also Swedberg (1997) and Steiner (1999). From a different perspective, Beckert (1996: 829) also proposes a research project for economic sociology based on different types of embeddedness, associated with what the author defines as “social devices,” namely: habits, institutions, structures, and power. The author more explicitly incorporates the issue of intentionality of the action in markets, and distinguishes his approach from neoclassical economics on the same matter with the proposition that such action is socially situated in a context of uncertainty. “Social devices” thus serve the purpose of providing stability for relationships, in an approach that, in this sense, looks to restore the Hobbesian problem of order.
 - 3 Discussing these very same authors, Krippner (2001) places, on one side, the works of Granovetter, which, according to her, failed to grasp the social dimension of the markets since they continue to insist on the separation between the economic and social spheres that underlies the concept of embeddedness. On the other side, Krippner places authors such as Zelizer and Fligstein, who “endorse a broad and encompassing notion of the economy in which the terrain of the market is coterminous with the groundwork of society itself” (Krippner, 2001: 801). In fact, the concept of the embeddedness does not even appear in the index to Fligstein’s work (1990), while Granovetter and Polanyi are both absent from the references. In a later work, however, Fligstein (2001: 168) states: “The results

presented here reinforce the general sense that market relations are embedded in social relations and that actions make sense only when understood from the context of these relations”, citing Granovetter (1985). Neither does Zelizer make direct reference to the concept of embeddedness, though the links between her own work and that of Karl Polanyi are thoroughly discussed in Steiner (2007).

- 4 Krippner (2001) treats the literature on “comparative capitalisms” (in her wording, the “governance approach”) as a “Polanyian” strand of the embeddedness approach, in opposition to the Granovetterian take. Differences aside, both manifest the aforementioned difficulty in theorizing the social dimension of the market. See also Krippner & Alvarez (2007: 229-230).
- 5 See also Dale (2010) and Cangiani (2011). Eventually, Granovetter himself would acknowledge that his 1985 article did not directly engage in Polanyi’s debate on embeddedness. He argues that his aim was to show the impact of social networks on social relations in which economic life is “embedded,” contributing to the understanding of the links between micro- and macro-level theories (see Krippner et al., 2004: 113-114).
- 6 It is worth noting that, at least from the point of view of some of the authors associated with the T1 agenda, embeddedness lost its centrality. For example, in the volume *The economic sociology of capitalism* edited by Nee and Swedberg (2005), with contributions by authors such as Evans, Fligstein, Zelizer, and DiMaggio, the index lists only three references to the concept and two to Karl Polanyi throughout its more than four hundred pages.
- 7 By way of illustration, Block (2001) compares “disembeddedness” with the movement of stretching a “giant elastic band”: “Efforts to bring about greater autonomy of the market increase the tension level. With further stretching, either the band will snap – representing social disintegration – or the economy will revert to a more embedded position” (Block, 2001: xxv).
- 8 In more recent work, Nölke continues to argue for the relevance of a state-led capitalism, China being the most relevant empirical case (other pertinent cases would be India and Brazil, or at least until a certain point in the

latter's recent trajectory). This permits the author to propose an expansion of the "varieties of capitalism" typology to incorporate a "state-permeated" type (Nölke, 2018). Although these references extrapolate the time frame of T2, they reveal the persistence of the theoretical and empirical (Polanyian) question about the centrality of the state in the organization of capitalism.

- 9 In fact, these approximations or detachments from Marxism also retain their nuances. Burawoy (2010), for example, suggests that the "always embedded" interpretation belongs to a particular kind of approach, which he dubs "sociological Marxism," Gramscian in inclination, which foregrounds the cultural dimension of the institutional changes generated by the market logic.
- 10 Once again revealing the nuances of the interpretations, Machado is aligned with the disembodied approach without explicitly connecting Polanyi to Marxism, although, when discussing the prospect of overcoming the threats of disembodiedness, he does make reference to arguments of a Marxist flavor, specifically the construction of a "post-capitalist society, namely with the abolition of the fictitious commodified character of labor, land, and money" (Machado, 2010: 13).
- 11 The Foucauldian notion of governmentality (Foucault, 2004) inspires such an approach more or less directly, pointing to the incorporation of the market logic as a form of self-government, orienting the conduct of agents in a diffuse manner, thus challenging the thesis that the neoliberal logic is "imposed" on agents by external political injunctions such as economic policy, free trade, or, more generically, globalization.
- 12 When discussing modern ideology, Dumont (1991) presents himself as a critic of economic liberalism. However, by treating individualism as an ideology, he sets himself apart from the Foucauldian perspective according to which individualism derives from a solid moral-normative system, and not only from a set of ideological devices. It is worth highlighting that for Dumont (1991: 31), Polanyi foresaw that liberalism forced the introduction of social safeguard measures, leading to what could be called a contemporary "post-liberalism."

13 Thelen distinguishes the institutions that organize the “varieties of liberalization” between those with a Williamsonian nature, whose emphasis is on the efficiency of the economic arrangements, and those of a *Durkheimian* or *Polanyian* nature, whose emphasis is on the capacity to promote social cohesion. Her theoretical model’s specific contribution is to disaggregate coordination and egalitarianism, dimensions that appear in Hall and Soskice (2001) as if they were aggregate by definition. This way, Thelen talks about types of liberalization that are more or less egalitarian.

BIBLIOGRAPHY

Beckert, Jens. (1996). What is sociological about economic sociology? Uncertainty and the embeddedness of economic action. *Theory and Society*, 25, p. 803-840.

Benjamin, César. (2012). Nota da edição brasileira. In: Levitt, Kari. (ed.). *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, p. 7-10.

Block, Fred. (2008). Swimming against the current: the rise of a hidden developmental state in the United States. *Politics & Society*, 36/2, p. 169-206.

Block, Fred. (2007). Confronting market fundamentalism: doing “public economic sociology”. *Socio-Economic Review*, 5/2, p. 326-334.

Block, Fred. (2001). Introduction. In: Polanyi, Karl. *The great transformation*. Boston: Beacon Press, p. xviii-xxxviii.

Block, Fred. (1994). The roles of the state in the economy. In: Smelser, Neil & Swedberg, Richard (eds.). *The handbook of economic sociology*. Princeton/New York: Princeton University Press/Russell Sage, p. 691-710.

Block, Fred & Evans, Peter. (2005). The state and the economy. In: Smelser, Neil & Swedberg, Richard (eds.). *The handbook of economic sociology*. 2 ed. Princeton/New York: Princeton University Press/Russell Sage, p. 505-551.

Block, Fred & Sommers, Margareth. (2014). *The power of market fundamentalism: Karl Polanyi’s critique*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Block, Fred & Evans, Peter. (2005). The state and the economy. In: Smelser, Neil & Swedberg, Richard (eds.). *The handbook of economic sociology*. 2 ed. Princeton/New York: Princeton University Press/Russell Sage, p. 505-551.

Boschi, Renato. (2011). *Variedades de capitalismo e desenvolvimento na América Latina*. Belo Horizonte: UFMG.

Bourdieu, Pierre. (2005). *The social structures of the economy*. Cambridge: Polity Press.

Bourdieu, Pierre. (1997). Le champ économique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 119, p. 48-66.

Boyer, Robert. (2005). How and why capitalisms differ? *Economy and society*, 34/4, p. 509-557.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos. (2016). Teoria novo-desenvolvimentista: uma síntese. *Cadernos do Desenvolvimento*, 11/19, p. 145-165.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos. (2011). Cinco modelos de capitalismo, Escola de Economia de São Paulo. *Textos para Discussão*, 280.

Burawoy, Michael. (2013). Marxism after Polanyi. In: Williams, Michelle & Satgar, Vishwas (eds.). *Marxisms in the 21st century: crisis, critique & struggle*. Johannesburg: Wits University Press, p. 34-52.

Burawoy, Michael. (2010). From Polanyi to Polyanna: the false optimism of global labor studies. *Global Labor Journal*, 1/2, p. 301-313.

Callon, Michel. (2007). What does it mean to say that economics is performative? In: Mackenzie, Donald; Muniesa, Fabien & Siu, Lucia. (eds.). *Do economists make markets? On the performativity of economics*. Princeton: Princeton University Press, p. 311-357.

Callon, Michel. (1998). Introduction: the embeddedness of economic markets in economics. In: *The laws of the market*. Oxford: Blackwell/The Sociological Review, p. 1-55.

Campbell, John; Hollingsworth, Joseph Rogers & Lindberg, Leon. (1991). *Governing the American economy*. Cambridge: Cambridge University Press.

Cangiani, Michele. (2011). Karl Polanyi's institutional theory: market society and its "disembedded" economy. *Journal of Economic Issues*. 45/1, p. 177-197.

- Chang, Ha-Joon (ed.). (2001). *Joseph Stiglitz and the World Bank: the rebel within*. London: Anthem Press.
- Coates, David (ed). (2005). *Varieties of capitalism, varieties of approaches*. New York: Palgrave Macmillan.
- Crouch, Colin. (2011). *The strange non-death of neoliberalism*. Cambridge: Polity Press.
- Crouch, Colin & Streeck, Wolfgang. (1997). *Political economy of modern capitalism. Mapping convergence and diversity*. London: Sage.
- Dale, Gareth. (2010). *Karl Polanyi: the limits of the market*. Cambridge: Polity.
- Dardot, Pierre & Laval, Christian. (2010). *La nouvelle raison du monde: essai sur la société néolibérale*. Paris: La Découverte.
- Deeg, Richard & Jackson, Gregory. (2007). Towards a more dynamic theory of capitalist variety. *Socio-economic review*, 5/1, p. 149-179.
- Diniz, Eli. (2007). El post-consenso de Washington: globalización, Estado y desarrollo reexaminados. *Boletín Brasil*, 4/1.
- Diniz, Eli. (2000). *Globalização, reformas econômicas e elites empresariais*. Rio de Janeiro: FGV.
- Dobbin, Frank. (1994). *Forging industrial policy: the United States, Britain, and France in the railway age*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Dumont, Louis. (1991). *Essai sur l'individualisme: une perspective anthropologique sur l'idéologie moderne*. Paris: Seuil.
- Durkheim, Émile. (1996). *De la division du travail social*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Evans, Peter. (2010). *The challenge of the 21st century development: building capability-enhancing states*. New York: Global Event Working Paper.
- Evans, Peter. (2008). Is an alternative globalization possible?. *Politics and Society*, 36/2, p. 271-305.
- Evans, Peter. (2003). Além da monocultura institucional: instituições, capacidades e o desenvolvimento deliberativo. *Sociologias*, 9, p. 20-63.
- Evans, Peter. (1995). *Embedded autonomy: states and indus-*

- trial transformation. Princeton: Princeton University Press.
- Ferrer, Aldo. (1997). Development and underdevelopment in a globalized world: Latin American dilemmas. In: Emerij, Luis (ed.). *Economic and social development into the XXI Century*. Washington: Inter-American Development Bank.
- Fligstein, Neil. (2001). *The architecture of markets: an economic sociology of twenty-first century capitalist societies*. Princeton: Princeton University Press.
- Fligstein, Neil. (1990). *The transformation of corporate control*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Fligstein, Neil & Dauter, Luke. (2007). The sociology of markets. *Annual Review of Sociology*, 33, p. 105-128.
- Foucault, Michel. (2004). *Naissance de la biopolitique: cours au Collège de France (1978-1979)*. Paris: Seuil.
- Fourcade, Marion. (2011). Cents and sensibility: economic valuation and the nature of “nature”. *American Journal of Sociology*, 116/6, p. 1721-1777.
- Fourcade, Marion & Healey, Kieran. (2017). Seeing like a market. *Socio-Economic Review*, 15/1, p. 9-29.
- Fourcade, Marion & Healey, Kieran. (2013). Classification situations: life-chances in the neoliberal era. *Accounting, Organizations and Society*, 38, p. 559-572.
- Fourcade, Marion & Healey, Kieran. (2007). Moral views of market society. *Annual Review of Sociology*, 33, p. 285-311.
- Fridman, Daniel. (2016). *Freedom from work: embracing financial self-help in the United States and Argentina*. Stanford: Stanford University Press.
- Gago, Verónica. (2018). *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular*. São Paulo: Elefante.
- Gemici, Kurtulus. (2008). Karl Polanyi and the antinomies of embeddedness. *Socio-Economic Review*, 6/1, p. 5-33.
- Granovetter, Mark. (1985). Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, 91/3, p. 481-510.
- Granovetter, Mark. (1974). *Getting a job: a study on contacts and careers*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Granovetter, Mark & McGuire, Patrick. (1998). The making of an industry: electricity in the United States. In: Callon,

- Michel (ed.). *The law of markets*. Oxford: Blackwell, p. 147-173.
- Hall, Peter & Soskice, David (eds.). (2001). *Varieties of capitalism: The institutional foundations of comparative advantage*. Oxford: Oxford University Press.
- Hollingsworth, Joseph Rogers & Boyer, Robert (eds.). (1997). *Contemporary capitalism: the embeddedness of institutions*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hollingsworth, Joseph Rogers; Schmitter, Philippe & Streeck, Wolfgang (eds.). (1994). *Governing capitalist economies: performance and control of economic sectors*. Oxford: Oxford University Press.
- Krippner, Greta. (2001). The elusive market: embeddedness and the paradigm of economic sociology. *Theory and Society*, 30/6, p. 775-810.
- Krippner, Greta & Alvarez, Anthony. (2007). Embeddedness and the intellectual projects of economic sociology. *Annual Review of Sociology*, 33, p. 219-240.
- Krippner, Greta et al. (2004). Polanyi Symposium: a conversation on embeddedness. *Socio-Economic Review*, 2/1, p. 109-135.
- Lebaron, Frédéric. (2001). Toward a new critique of economic discourse. *Theory, Culture and Society*, 18/5, p. 123-129.
- Leme, Alessandro. (2009). Estado e reformas orientadas para o mercado: compassos e (des)compassos na reestruturação do setor elétrico brasileiro na década de 1990. *Teoria e Pesquisa*, 18/2, p. 181-196.
- Machado, Nuno. (2010). Karl Polanyi e a nova sociologia econômica: notas sobre o conceito de (dis)embeddedness. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 90. Disponível em <https://journals.openedition.org/rccs/1771>. Acesso em 10 dez. 2020.
- Mackenzie, Donald; Muniesa, Fabien & Siu, Lucia. (2007). Introduction. In: *Do economists make markets? On the performativity of economics*. Princeton: Princeton University Press, p. 1-19.
- Monteiro, Cristiano. (2011). Political dynamics and liberalization the Brazilian air transport industry: 1990-2002. *Brazilian Political Science Review*, 5/11, p. 35-53.

Nee, Victor & Swedberg, Richard (eds.). (2005). *The economic sociology of capitalism*. Princeton: Princeton University Press.

Nölke, Andreas. (2018). Dependent versus state-permeated capitalism: two basic options for emerging markets. *International Journal of Management and Economics*, 54/4, p. 269-282.

Nölke, Andreas. (2012). The rise of the 'B(R)IC variety of capitalism' – towards a new phase of organized capitalism? In: Overbeek, Heek & van Apeldoorn, Bastiaan (eds.). *Neoliberalism in crisis*. London: Palgrave Macmillan, p. 117-137.

Polanyi, Karl. (2001) [1944]. *The great transformation*. Boston: Beacon Press.

Polanyi, Karl. (1977). *The livelihood of man*. New York: Academic Press.

Polanyi, Karl; Arensberg, Conrad & Pearson, Harry (eds.). (1957). *Trade and market in the early empires. Economies in history and theory*. New York/London: The Free Press/Collier-Macmillan.

Steiner, Philippe. (2007). Karl Polanyi, Viviana Zelizer et la relation marchés/société. *Revue du MAUSS*, 29, p. 257-280.

Steiner, Philippe. (1999). *La sociologie économique*. Paris: La Découverte.

Stiglitz, Joseph. (2002). *Globalization and its discontents*. New York: Norton & Company.

Stiglitz, Joseph. (2001). Foreword. In: Polanyi, Karl. *The great transformation*. Boston: Beacon Press, p. vii-xvii.

Streeck, Wolfgang. (2014). *Buying time: the delayed crisis of democratic capitalism*. New York: Verso.

Streeck, Wolfgang. (2010). E pluribus unum? Varieties and commonalities of capitalism. *MPIfG Discussion Paper*, 10/12.

Swedberg, Richard. (2003). *Principles of economic sociology*. Princeton: Princeton University Press.

Swedberg, Richard. (1997). Vers une nouvelle sociologie économique: bilan et perspectives. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, CIII, p. 237-263.

Swedberg, Richard & Granovetter, Mark. (1992). Introduc-

tion. In: *The sociology of economic life*. Boulder: Westview Press.

Thelen, Kathleen. (2014). *Varieties of liberalization and the new politics of social solidarity*. New York: Cambridge University Press.

Velasco e Cruz, Sebastião. (1998). Alguns argumentos sobre reformas para o mercado. *Lua Nova*, 45, p. 5-27.

Zelizer, Viviana. (2005). *The purchase of intimacy*. Princeton: Princeton University Press.

Zelizer, Viviana. (1994). *The social meaning of money*. New York: Basic Books.

Zelizer, Viviana. (1985). *Pricing the priceless child: the changing social value of children*. New York: Basic Books.

Zukin, Sharon & DiMaggio, Paul. (1990). Introduction. In: *Structures of capital: the social structures of the economy*. Cambridge: Cambridge University Press.

EMBEDDEDNESS E DISEMBEDDEDNESS NA SOCIOLOGIA ECONÔMICA EM TRÊS TEMPOS

Palavras-chave

Karl Polanyi;
mercado;
economia política;
instituições;
solidariedade social.

Resumo

O artigo tem como objetivo demonstrar a permanência da relevância do conceito de *embeddedness* na sociologia econômica, colocando-o em perspectiva com a questão do *disembeddedness* por meio de uma análise em três tempos. O conceito introduzido por Karl Polanyi foi marcado, no primeiro tempo, por uma interpretação vinculada à noção de “construção social da economia”. No segundo tempo, o debate se orientou para a crítica da agenda liberalizante do Consenso de Washington, sugerindo que os efeitos negativos dessa agenda para o desenvolvimento econômico e para a solidariedade social deveriam conduzir a uma retomada do controle do estado sobre a economia – o *re-embeddedness*. O terceiro tempo consiste no reconhecimento da especificidade da economia de mercado por meio de uma análise do neoliberalismo como arranjo político-institucional e sistema moral-normativo que produz “*embeddedness* no *disembeddedness*.” O artigo também reflete sobre a possibilidade de restabelecimento da solidariedade social em uma economia crescentemente *disembedded*.

EMBEDDEDNESS AND DISEMBEDDEDNESS IN ECONOMIC SOCIOLOGY IN THREE TIME PERIODS

Keywords

Karl Polanyi;
market;
political economy;
institutions;
social solidarity.

Abstract

The article sets out to demonstrate the continuing relevance of the concept of *embeddedness* in economic sociology, juxtaposing it with the question of *disembeddedness* through an analysis of three time periods. In the first period, the interpretation of the concept introduced by Karl Polanyi was marked by the notion of “social construction of the economy.” In the second period, the debate focused on criticizing the liberalizing agenda of the Washington Consensus, suggesting that its negative effects on economic development and social solidarity would force the state to retake control of the economy, re-embedding it. The third period acknowledges the specificity of the market economy through an analysis of neoliberalism as a political-institutional arrangement and a moral-normative system that produces “*embeddedness* on *disembeddedness*.” The article also discusses the re-establishment of social solidarity in an increasingly *disembedded* economy.

I Universidad Alberto Hurtado (UAH), Departamento de Sociología, Santiago, Chile
tundurraga@uahurtado.cl
<https://orcid.org/0000-0003-4267-5826>
II Universidad Alberto Hurtado (UAH), Departamento de Sociología, Santiago, Chile
marquelize@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-2392-288X>

Tomás Undurraga^I
Felipe Márquez^{II}

THE UNFINISHED DEVELOPMENT OF THE FRONTIER: A KARL POLANYI READING OF THE CONFLICT BETWEEN THE FORESTRY INDUSTRY, MAPUCHE COMMUNITIES AND THE CHILEAN STATE¹

On January 5, 2012, the Casa Piedra plantation of Forestal Mininco, Araucanía, suffered an arson attack that ended the lives of seven firefighters. On January 4, 2013, the Luchsinger-Mackay family burned to death inside their home in Vilcún, Araucanía. Both fires were attributed to Mapuche communities acting in retaliation for the murder of a Mapuche man, Matías Catrileo, who was killed on January 3, 2008 by police officers in contested “reclaimed” lands in Vilcún. On November 14, 2018, another Mapuche man, Camilo Catrillanca, was shot dead in Temuicui, Araucanía, by members of the special operations police dispatched to control the “Mapuche conflict.” The scene is familiar: confrontations between state police and members of the Mapuche community in invaded estates, police helicopters flying over Temuco, forced entry of Mapuche communities, and forestry companies, subcontracted workers, prosecutors, and the government making remarks about ‘terrorism’ in the media (López & Nitrihual, 2014: 15).

These clashes and the deaths they have often produced not only reflect the recent growing militarization of the Araucanía region: they echo a long-standing conflict between the Mapuche people and the Chilean State, a conflict that has intensified with the expansion of the forest industry during the last 40 years. The occupation of forestry estates, the blocking of roads and the burning of logging trucks, churches and schools are among the contentious actions instigated by Mapuche activists who have mobilized over land right issues,

human rights issues, and identity politics. According to the Mapuche Data Project (2019), between 1990 and 2016 there were seven hundred and ninety-eight events involving attack and/or invasion of forestry estates and private lands reported in the press.

These disputes take place in the frontier region (Klubock, 2014), the territory between the Bío-Bío and Toltén rivers, today made up of the regions of Bío-Bío and Araucanía. This was the historical border established between the invading Spaniards and the Mapuche people since the Spanish colonization of Chile (XVII century), and then finally seized by the Chilean State with the military occupation of 1860.² In fact, this further invasion took several decades and meant the slow dispossession of indigenous lands, the State imposition of special “enclosed” lands for the Mapuche people, and the deprivation of the Mapuche people of their historic freedom of movement in the forests. The State handed over frontier lands to companies that promised to bring settlers and develop the territory, contributing to its colonization. It aimed to install economic activities as a way of domesticating “the wild territory,” an expression in which this wilderness was understood to refer to both the native forest and the Mapuche people themselves (Bengoa, 2008). To integrate settlers and the indigenous population, the State provided public services, such as hospitals and schools, in the main towns, and developed rail, port and electricity infrastructures (Lima-Toivanen, 2012).

Despite these efforts, the conflicts in the frontier territory remain active. Indeed, they have intensified in recent years following increased militarization of the area by the Chilean State, which, in its eagerness to protect timber production and private property, has augmented its use of force to regulate relations of production. The State has prosecuted multiple Mapuche activists for occupying estates through application of its newly ratified anti-terrorism law (Pineda, 2014; Pairicán, 2014). This law has been widely criticized by human rights organizations for its overly broad definition of terrorism and for insufficient guarantees of due process.

The frontier disputes are not new. They have been documented and explored from different academic perspectives, including the environmental history of southern Chile (Camus, 2006), the ecological conflict surrounding forests in Chile’s frontier territory (Klubock, 2014), the reconstruction of Mapuche history (Bengoa, 1992, 2008; Foerster & Montencino, 1988), and the loss of native forests (Elizalde Mac-Clure, 1970). More recently, ethnographic research has studied Mapuche land claims (Di Giminianni, 2018), capitalist expansion in Chile’s southern forests (Skewes, 2019), the fraught relationship between Mapuche communities and the forestry industry (Torres-Salinas et al., 2016), and forest certification and labor practices within the forestry industry (Henne, 2015; Tricallotis, 2016).

This article explores the frictions (Tsing, 2005) between the Chilean State, Mapuche communities, and the forestry industry, taking Polanyi’s reading (2001)

of capitalist expansion as its point of departure. In line with recent literature inspired by Polanyi concerning the effects of and reactions to neoliberalism (Dale, 2010; Feinig, 2018; Goodwin, 2018; Sandbrook, 2011), different researchers have investigated conflicts of indigeneity (Li, 2010), capitalism's global transformations (Gemici & Nair, 2016; Halperin, 2018), and state protection and development policies (Hart, 2001). We propose a Polanyi-inspired reading of the frontier conflicts that stresses the historical-institutional dynamics of the relations between the State, the forestry industry, and civil society. As Triglia (2002) and Block and Evans (2005: 506) point out, this means paying special attention to "the activity of real human beings with associational ties forged out of kinship, neighborhood, ethnicity, religion, class, and other identities." This reading sheds light on the Mapuche counter-movement not only against a forestry industry that transformed the landscape, limiting Mapuche access to lands and forests, but also against a modernization process led by the Chilean State that eroded traditional Mapuche institutions and offered them integration merely as "poor peasants." The Mapuche reactions can be seen as responding both to their economic pauperization and to political and sociocultural structures that have not played in their favor.

Based on historical documents, press material, and the specialized literature, this article unpacks the current conflict on the frontier within a historical perspective. The article is also informed by ethnographic research conducted in 2019 within the main forestry industry in Chile, as well as by fifteen interviews with regulators, scholars, and forestry engineers.

We argue that the rising violence in this zone not only reflects the State's growing militarization of the area, but also to the counter-movement (Polanyi, 2001) of social protection initiated by the Mapuche people. We argue that the constant frontier violence evinces an unfinished "development" of this territory. The Chilean State encounters difficulties in governing this zone, partly because it has been unable to integrate Mapuche communities into a type of development from which they could benefit. The expansion of the forest industry, paradoxically, has to some extent played the role that the State has failed to play in the frontier territory. In Granovetter's terms (1985), it is an embedded industry in these territories. It provides jobs, transforms the territory, and gives shape to local institutions. Yet the economic wealth produced by this industry has not for the most part trickled down to indigenous people in this area. Further, the industry has shown little recognition of Mapuche institutions, language, and territorial rights. While it is true that many Mapuche work for the industry as subcontractors in the logging and haulage of timber, the Mapuche remain the population with the highest levels of regional poverty.³ The exponential growth of forestry plantations has not only meant the commodification of land and labor in the area but also a huge geographical transformation, replacing native forests and agricultural lands with exogenous trees.⁴ Large-scale forest

plantations have transformed vast territories into private monocrops, colliding with the “ontological” ways in which Mapuche communities traditionally inhabited these areas (Di Giminianni, 2018). This is not to say that all Mapuche communities seek to maintain their historical mode of livelihood, freely moving through forests between winter and summer, gathering fruits and wood (Skewes, 2019). Yet the deprivation of access to lands and economic progress, as well as low recognition of Mapuche institutions and traditions, have helped radicalize local forms of Mapuche protest.

The article is organized as follows. First, it reconstructs the role played by the forest industry in the Chile-Mapuche conflict and the changing relationship between the State, the forestry industry, and civil society in three periods: the occupation by the State of the frontier territory (1860-1930); State-guided afforestation (1930-1990); and the consolidation of the free-market forestry industry (1990-2020). Second, we examine the current conflicts surrounding the forest industry, taking five of Polanyi’s central concepts as a guide: the role of the “enclosures” at the dawn of capitalism; the embedded nature of the economy in society; the social consequences of commodifying land; the *laissez-faire* ideology and its attempt to make invisible the role of the State in producing markets; and the protective reactions that societies generate against the market’s advances. Finally, the article concludes by discussing the environmental and social consequences of the inorganic growth of the forest industry in the frontier region in light of Polanyi’s reading.

THE FORESTRY INDUSTRY IN THE LONG HISTORY OF THE FRONTIER

The forestry industry is today at the forefront of economic growth in central-southern Chile. The industry stands out for the vast extent of its plantations (more than three million hectares) and for the concentration of corporate power it represents: two large consortia (CMPC and Arauco) control over 80% of forestry production. The forestry industry expanded with special vigor during the military dictatorship (1973-1990), when large financial consortia acquired State land and companies. In 1974 the Pinochet dictatorship decreed law no. 701 (dl 701) on Forest Development, which established generous bonuses and tax exemptions for forest industry plantations (Kurtz, 2001). In practice, State support led to the multiplication of pine and eucalyptus plantations, homogenizing the landscape, and reducing native forests. Exotic plantations increased exponentially from 300,000 hectares in 1970 to 3,047,000 hectares in 2016 (CONAF, 2016), significantly altering land use and the environment with monocultural crops. Forest development in Chile, however, has a long history dating from the frontier’s military conquest in 1860, a history that we reconstruct in three periods.

LAND DISORDER (1860-1930)

Spaniards and Mapuche communities established a mutually respected border on the Bío-Bío River in 1598, when Spanish forces were defeated in the Battle of Curalaba. For centuries, trade was regular across both sides of the river and special “parliaments” were enacted that provided a political mechanism to deal with differences (Bengoa, 2008: 35). This balance of power was broken, however, with the independence of Chile in 1818, which unleashed growing demand for Mapuche lands. In 1845, the Chilean Congress enacted the Colonization Law, which sought to attract foreign and national immigrants to populate “vacant” land south of the Bío-Bío River. There was no such vacant land, however, as it was amply populated by Mapuche peoples. The arrival of foreign settlers resulted in the Mapuche uprising of 1859, which burned forts and settlements south of the Bío-Bío (Bengoa, 2008: 151-170). In this context, the Chilean State began the occupation of Araucanía in 1861, founding new cities and militarily occupying the frontier. This new attempt at occupation posed the political challenge of conquering what was historically an indomitable territory, along with the physical challenge of domesticating a dense and intractable jungle.

As part of the military offensive, the Chilean State enacted the Law of Indigenous Reductions in 1866. This law sought to confine Mapuche property to stable settlements within known limits. The Mapuche, however, were not accustomed to using land in compliance with the norms of fixed private property. Instead, they were transhumant, migrating with their herds grazing in high areas in the summer and low areas in the winter (Bengoa, 2008; Pinto, 2012). In practice, these attempts to reduce indigenous lands to settlements reflected an effort by the Chilean State to subdue the Mapuche people (Almonacid, 2009: 8). The Colonization Law (1845), which gave land to those who occupied and worked the land, and the Reductions Law (1866), which formalized the ownership of land by Mapuche families, led in practice to two parallel property regimes that contradicted each other. The existence of property vacuums generated situations in which Mapuche lands were appropriated by settlers (Klubock, 2014: 48). Although complete Mapuche military defeat came in the 1890s, there was still little certainty about where the land of each owner began and ended at the dawn of the twentieth century. This meant “the failure of state colonization officials to protect the borders of Mapuche reductions and settle pioneers or occupants in small plots” (Klubock, 2014: 54), increasing the conflicts resulting from the usurpation of both State and indigenous lands.

The attempted occupation of the frontier at this time also led to ecological and social disasters. At the beginning of the twentieth century, nine million hectares of native forest had been destroyed by fire (Klubock, 2014: 69), used to replace the forests with wheat and other agricultural crops, which over the years left the soil eroded (Camus, 2006). This ecological disaster was accompanied by the social tragedy of indigenous land reductions, producing a

confined population that became impoverished by its new social and natural living conditions (Bengoia, 2008). At this time, the State gave away a large amount of land through concessions to private companies with the aim of settling immigrants in the territory. This strategy, however, failed in many respects because companies often found it difficult to successfully attract and settle immigrant families, and instead cut down native forests for their own benefit. The Forestry Law of 1925 and the Southern Property Law of 1931 were State efforts to resolve the aforementioned property issues, as well as the problems of environmental erosion, all the while imposing greater order on the frontier.

“STATE-GUIDED” FORESTRY AND INDIGENOUS POLITICS (1930-1990)

The Chilean forestry industry gained strength at the beginning of the twentieth century by virtue of a stronger alliance between the State and landowners. The State promoted afforestation by building pulp mills and ports, installing rail lines, and improving sawmills. Influenced by the forestry science developed in Europe (Mathews, 2011), it committed to a plan for afforestation with exotic species, especially the Monterrey pine. The State-landowner alliance had a double purpose: on the one hand, it aimed to build a modern forestry industry that would develop the area and protect the soils from increasing erosion. On the other, it sought to establish greater order in what had been seen as a “wild territory.” Echoing Scott (1998), we could say that the Chilean State sought to simplify and make readable an untamed territory of thick arboreal jungle through scientifically planned plantations, reinforcing the principle of ownership. Afforestation would make possible the quantification and statistical management of the territory, as well as limiting the free movement of the Mapuche through the forests (Klubock, 2014: 19-20). It is worth mentioning, however, that these State efforts were based on an idea of modernization that promoted a shift of norms from traditional rules and roles toward a more “rational,” secularized normative framework (Germani, 1981) that failed to recognize the value of Mapuche institutions, lands, and ways of living.

Between 1930 and 1970 the State was primarily interested in transforming forests into commodities. Through forestry inventories, scientific trials, resources for machinery, and large-scale afforestation, the *Corporación de Fomento de la Producción* (CORFO) laid the foundations for forestry development (Nazer, Camus & Muñoz, 2009). The developmentalist approach led by the State (CORFO) prompted landowners to exert controlled exploitation of native forests and to plant coniferous trees from North America (Camus, 2006). These species were more readily planted on eroded land, grew easily, and required less care than other species.

The strengthening of the forestry industry, however, generated new territorial disputes with indigenous communities. By way of a palliative, in 1952 president Ibañez del Campo appointed the indigenous leader Venancio Coñopán

as minister of Land and Colonization (Foerster & Montesinos, 1988), and in 1953 he founded the National Directorate of Indigenous Affairs. Despite these efforts to appease Mapuche grievances through symbolic concessions, the conflict over land remained lively (Pinto, 2012). A decade later, through the 1967 Peasant Unionization Act (*Ley de Sindicalización Campesina*), the farm labor organization achieved formal recognition for the first time, which allowed for more joint negotiations between landowners and peasants (Klubock, 2014: 183). At the end of 1960s, though, stimulated by the land reform then underway across the country, peasant farmers and Mapuche communities in Southern Chile initiated a wave of land invasions, demanding both the restoration of “usurped land” to Mapuche communities and the expropriation and redistribution of private estates to their workers (Klubock, 2014: 210).

The Chilean socialist agenda, led by president Allende (1970-1973), intensified pressure for profound social structural change. The Popular Unity (UP) program entailed the nationalization of key industrial sectors, including copper mines and banks, and deepening land reform (Taylor 2006). In the forestry sector, the Chilean State increased control over planted farms and sawmills, such as the emblematic Panguipulli Forest and Logger Complex (Skewes, 2019). In 1973, CORFO controlled most of the pulp and paper plants, and possessed a majority stake in large paper companies (Lima-Toivanen, 2012). During the UP, land invasions increased throughout southern Chile, along with a demand for more radical agrarian reforms.

The 1973 coup d'état meant a radical shift in terms of official policy towards Mapuche communities and forestry plantations. General Pinochet's regime sought to accelerate the process of land division and auction and to end the indigenous legal status (Boccaro & Seguel-Boccaro, 1999: 767). His regime revoked the agrarian reform and peasant unionization laws, auctioned most of its industrial facilities and forest plantations, and pushed relations of production in a neo-liberal direction (Lima-Toivanen, 2012). Forest policy was radically transformed by the *dl 701* enacted in 1974. This decree stimulated the private development of the forestry industry with a system of forest bonuses that covered 75% of the value of land afforestation. It also excluded forest land from taxes and allowed export of unprocessed timber resources. These incentives produced the desired effect, generating exponential growth of forest plantations. While in 1970 there were 300,000 hectares of planted trees in Chile, by 1990 there were 1,460,530 hectares (ODEPA, 2012). In sum, Pinochet's dictatorship (1973-1990) promoted a significant rearrangement of the State's economic and social policies, with an emphasis on market-oriented solutions to public issues and on the exportation of raw materials.

MEDIATOR STATE, IDENTITY POLITICS AND CONTEMPORARY CONFLICT BETWEEN THE MAPUCHE PEOPLE AND THE FORESTRY INDUSTRY (1990-2020)

Neoliberal policies in Chile, as in the rest of Latin America, Africa, and Asia, endorsed strategies of de-industrialization that focused instead on primary export industries (such as agriculture, forestry, aquaculture, and mining) in the search for “comparative advantages” (Undurraga, 2015). While industrialization programs that had been emblematic of the developmentalist state until the 1970s waned in countries such as Brazil, Argentina and Mexico, Chile turned towards a strategy of complete de-industrialization (Domingues, 2008). The reprimarization of local economies implied a renewed pressure on natural resources. As Svampa (2013: 34) points out, this neo-extractivism installs a vertical dynamic that bursts into territories, affecting regional economies, destroying biodiversity, and dangerously deepening the process of land grabbing by expelling or displacing rural, peasant or indigenous communities. The expansion of the forestry industry in Chile is an iconic example of such neo-extractivist pressures on land and people.

In 1990 the Chilean forestry industry was already highly concentrated (Lima-Toivanen, 2012), generating environmental concerns both in Chile and overseas (Auld, 2014). With the return to democracy, Mapuche territorial claims increased, connected to new environmental claims related to protecting biodiversity and the remnants of native forest (Skewes, 2019; Di Giminianni, 2018). Several Mapuche communities regrouped, forming movements dedicated to land recovery and the sustainable use of native forests, proposing an alternative to free-market forest development (Klubock, 2014: 25). Identity politics and indigenous pride took on new life with the commemoration of the Fifth Centenary of America’s discovery (1992), challenging the paradigm of a mono-cultural nation (Foerster & Vergara, 2002: 79). President Aylwin’s government (1990-1994) channeled these pressures and created the National Indigenous Corporation (CONADI), a conflict-mediating institution that administers the Fund for Indigenous Lands and Waters, aimed at buying land in disputed areas from private individuals to be transferred to indigenous communities. CONADI also began promoting State initiatives for the development of indigenous communities and their cultural and economic integration into national life. These initiatives include student scholarship programs aimed at educating Mapuche leaders, the development of bilingual schools in the frontier region in which the Mapudungun language is taught alongside Spanish, supporting indigenous entrepreneurs in tourism and ecological activities, as well as management support for the development of local forestry plantations, among others.

An emblematic case of Mapuche territorial claims was the 1992 invasion of the Quinquén estate instigated by the Meliñir community. They accused the Galletue forestry company of illegally cutting *Araucaria* pine trees. The invasion was settled in the supreme court, which recognized the company’s right to the land, and ordered the community to end its seizure and leave the area (Klubock

2014: 279). This resolution raised alarm and indignation. Mapuche *comuneros* blocked roads in Lonquimay to prevent the entry of trucks, while the indigenous community appealed to its historic grazing rights in the forest. There was a fresh push to link indigenous land claims to the conservation language echoed by the NGO World Wildlife Fund (WWF), which was concerned about the illegal felling of protected trees like the Araucaria (Bengoa, 1992). President Aylwin declared the land near Lake Galletué a national reserve. Finally, in 2007 the Meliñir community managed to acquire property titles on the Quinquén estate and developed an ecotourism project promoted by the WWF.

Land claims appealing to Chile's Indigenous Law were increasingly lodged over contested lands where forestry or agricultural companies were operating (Foerster & Vergara, 2002: 83). Despite the State's efforts to purchase land and mediate relations, on October 12, 1997 two hundred Mapuche blockaded the road in Lumaco and cut off access to the Pidenco estate owned by Forestal Arauco (Pairicán, 2014: 41). A month later the demonstrations took an unexpected turn, burning infrastructure, machinery, and trucks. From the late 1990s, the Chilean-Mapuche conflict entered a new stage. The pictures of burnt forestry machinery became a symbol of protest for activist groups. An image of the Mapuche people as a danger to society was revived in the press, linked to so called "terrorist" activities. The democratic governments from the 1990 onwards maintained two parallel strategies in response to this conflict. On the one hand, they sought to purchase land for distribution via CONADI as reparation for the historical debt to indigenous communities and financed programs aimed at improving the situation of the Mapuche both culturally and economically. On the other hand, these governments used repressive tactics to assure the production of forest plantations, transforming areas of southern Chile into armed camps patrolled by State police (Klubock, 2014: 293).

THE UNFINISHED DEVELOPMENT OF THE FRONTIER: A POLANYI-STYLE READING

In what follows we pay greater attention to the current conflict between the Chilean State, Mapuche communities, and the forestry industry, offering a historical interpretation based on five interpretative insights from Karl Polanyi's reading of capitalist transformations. These are: the role of the "land enclosures" on which the Chilean forestry industry is founded; the embedded nature of the economy in society and how the legitimacy problems faced by the forestry industry are partly explained by its attempt to dissociate itself from the territory in which it operates; the social consequences of the forest industry's commodification of land on Mapuche communities; the *laissez-faire* ideology promoted by the forestry industry, and its attempt to make invisible the role of the State in its development; and the protective reactions that Mapuche communities generate against the forestry industry's advances.

LAND ENCLOSURE'S ROLE AT THE DAWN OF CAPITALISM

The history of the forest industry and the conquest of the southern territory of Chile echo similar processes described by Polanyi at the dawn of capitalism, such as the enclosure of communal lands in seventeenth century England. Homologous processes include the conquest of the West and the extermination of natives in North America, and the “conquest of the desert” and the indigenous massacre in the Argentine pampas. In *The great transformation*, Polanyi (2001: 35) argues that the industrial revolution in England represented a radical break in the history of mankind, not only because technological progress triggered “an almost miraculous fact of improvement in production tools”, but also because the industrial revolution implied profound changes in the organization of human societies. The enclosure of common lands, together with governmental changes in State intervention and labor relations, transformed societies traditionally characterized by a close connection between people and land into societies where land and property were concentrated in a few hands. The enclosures in England “liberated” people from the countryside to provide labor to the nascent industries. In this process, market exchange penetrated relationships that until then had been based on social and political factors. The forced exodus of peasants to the city produced a serious social dislocation.

The development of the forestry industry in Chile was instrumental in the conquest of the southern frontier and was based on a process similar to the one Polanyi describes for the English enclosures. Converting the frontier territory into a commodity was the primary way in which the State sought to secure its dominion. The State essentially attempted to “normalize” the land via the imposition of known limits and boundaries, the standardization of the soil, and other techniques designed to simplify the territory through standardization (Scott, 1998). While the Chilean State aimed to integrate the frontier population through the provision of public services such as schools and hospitals, it also provided state incentives and low-cost auctions of forest land for the development of the forestry industry. From 1930, large areas of land were purchased by economic groups, leading to the concentration of forest properties. These forestry companies began to restrict other economic activities, expel tenants from farms, buy land from peasants at low prices, and secure cheap labor for logging (Klubock, 2014: 242). The colonization of the territory via the plantation of foreign species, however, was originally resisted by the rural poor, the Mapuche communities, land occupants, and forest debt-peonage workers; groups different from each other in many ways but who were lumped together as “peasants” by the State and the forestry enterprises.

The enclosure of planted territories was also accompanied by another enclosure: the creation of State national parks. In 1926 the first national park was created: Parque Vicente Perez Rosales. This form of enclosure also deprived indigenous communities of their access to forests that had been protected for

conservation, preventing them from accessing the land to graze livestock or collect fruits and firewood (Skewes, 2019). In the Ránquil peasant rebellion in 1934, for example, hundreds of indigenous people, supported by the Workers Federation, rose up against their lost access to forests. The first man killed by the popular movement was the park ranger who guarded the Alto Bío-Bío reserve and had prevented them from cultivating crops and pasturing livestock on the land they had traditionally occupied in the mountain range. The police response to this rebellion was brutal, initiating a violent crackdown that left more than thirty dead (Klubock, 2014). This was just one of several peasant protests, which, from the 1920s onwards, flared up against the enclosed territories.

Land enclosures played a fundamental part of the development of the forest industry in Chile. Consonant with the neo-extractivist pressures stressed above, Cotula (2013) points out that today's global land rush impelled by the forest industry continues to bring competing land claims into conflict, creating ongoing tensions between more commodified and more "socially embedded" conceptions of land. The Chilean case is paradigmatic of the former.

THE EMBEDDED NATURE OF THE ECONOMY IN SOCIETY

Historically, markets had always been embedded in society, Polanyi argues. Economic exchange in all previous economic systems rested on wider social institutions. Economic systems up until feudalism in Western Europe were all organized either on the principle of reciprocity, or on redistribution, or on householding, or on some combination of the three. These forms of economic organization were based around the social aspects of the society; that is, they operated in and were explicitly tied to social relationships. The capitalist attempt to control the economic system exclusively in market terms meant the running of society as an adjunct of the market, "disembedding" the economy from society.

Polanyi's claim concerning the embeddedness of economic life in broader social relations has several antecedents (Dale, 2010: 190). He took from Marx the idea that economic behavior cannot be studied in isolation from society. In line with Tonnies, Polanyi understands the economy in capitalist societies to be instituted in a singular historical form, which is distinguished in the transition from community to society (*Gemeinschaft und Gesellschaft*). From Weber, he elaborates the claim that economic behavior is anchored in the cultural arena of customs, language, and collective ethos, and that the ethics of capitalism contrasts sharply with that of previous systems. Polanyi's thesis concerning embeddedness has attracted fresh interest in recent years, generating an intense debate about the relationship between economic action and social structure. While for Granovetter (1985) this embeddedness is manifested in networks in which agents are immersed, and from which economic action emerges, for Beckert (2007) Polanyi's idea of embeddedness is anchored in an institutional analysis in which markets are more than mere networks: they are social structures from which markets emerge that, in turn, determine how networks are structured.

How to understand the embeddedness of the forestry industry in Chilean society? The “free market” approach incentivized by the State (dl 701) since 1974 led to a huge expansion and concentration of pine plantations owned by two Corporations – Arauco & CMPC – covering three million hectares, mostly located in former Mapuche territories. A large proportion of this production is dedicated to exports. From the perspective of the forestry sector, the industry has been a dynamic force for economic development. Yet the industry suffers an important problem of legitimacy, related both to the historical territorial conflicts and to the large-scale neglect of the communities in which it operates. Many plantations are resisted by Mapuche and local communities, who claim that their land has been illegally usurped and are fearful of the natural disasters, such as droughts and forest fires, that are often triggered or worsened by these plantations (Torres-Salinas et al., 2016). While there are a few local Mapuche producers who own small tree plantations, the Mapuche participation in forestry generally takes the form of precarious, sub-contracted low-wage labor. Put another way, the managerial cadres of both Arauco and CMPC contain no Mapuche people.

When faced with the problem of legitimacy connected to its land use, the forestry industry tends to blame the State. A representative of the industry explains: “there is a historical problem that has nothing to do with large companies, but with the Chilean State. Chile conquered these lands and took away the territory from people who lived here before. Large companies bought these lands from previous owners. Yet today a big corporation is an easy target to point your finger at” (interview, July 2019). What the industry representative does not acknowledge is that its mode of production has a huge environmental impact and that the wealth produced has not “trickled down” to the regions where it operates. This is an industry more embedded in global markets than in regional development. It speaks to and emulates the customs, language, and ethos of export forestry markets more than it does that of local communities. Interestingly, the massive forest fires of recent years, particularly the megafires of 2017 which burned down 570,197 hectares (González et al., 2020), have become such a growing threat to the sector that the main forestry companies have begun working collaboratively with local government and small owners on prevention measures (for example, the Red de Protección Comunitaria program). Megafires have become an opportunity for the forestry industry to establish greater local embeddedness.

THE MORAL DEGRADATION ASSOCIATED WITH COMMODYING LAND AND LABOR

According to Polanyi, markets cannot function in the absence of a parallel system of social relationships; the neoliberal concept of a “self-regulating” market is a myth (Granovetter & Swedberg, 1992). In this circumstance, “instead of the economy being embedded in social relations, social relations are embedded in the economic system” (Polanyi, 2001: 60). Human society, as a consequence,

becomes an accessory of the economic system. To allow market mechanisms to become the sole director of the fate of human and natural beings, Polanyi warned, would result in the destruction of society. “Robbed of the protective covering of cultural institutions, human beings would perish from the effects of social exposure; they would die as the victims of acute social dislocation through vice, perversion, crime and starvation” (Polanyi, 2001: 76).

Despite capitalism’s unprecedented capacity to create wealth and improve economic conditions, Polanyi stresses that the implementation of free-market capitalism in the nineteenth century also produced huge dislocation and suffering, spreading inequality, human misery, and environmental degradation. Polanyi depicts the “destructive spirit” of capitalism in the “satanic mills” of the Industrial Revolution, which he describes as machines that physically destroy men and transform their surroundings into a new type of wilderness (Undurraga, 2014). So called “self-regulated” markets are a threat to humans and nature alike, destroying the old social fabric and transforming men into “faceless masses.” The market economy, in Polanyi’s reading, denies authentic individual responsibility, undermines community, and obstructs incentives for moral behavior. Human labor is transformed into a commodity and society deteriorates into a more unequal condition. As made evident by the Industrial Revolution, workers were physically dehumanized, and the owning classes became morally tainted. “Liberalism,” according to Polanyi, had created wealthy yet ethically impoverished societies. While for Mandeville the free market system magically converts private vice into public virtue, for Polanyi the alchemy is demonic, transmuting private virtue into public vice (Dale, 2010).

The social consequences of the free-market forest industry in Chile and its commodification of land – and partly of labor – bear out some of Polanyi’s grimmest predictions. This industry is the second largest producer of wealth in Chile – after mining – and, without doubt, that wealth has transformed the landscape and cities of central-southern Chile. A representative from the industry remarks: “Plantations have helped us solve poverty problems, generate 300,000 jobs, and extensive economic activity: banks, hotels, transporters, ports, many positive externalities. 8% of Chile’s exports are wood products” (interview, June 2019). Yet the regions from which the forest industry extracts its wealth remain among the poorest in Chile. They are the areas where social conflict, environmental erosion, and the difficulties of a fraying social cohesion are most clearly manifest. According to CASEN 2017, 8.2% of the Chilean population lives in poverty, while in the Araucanía Region the figure is 17%, and in the Bío-Bío region 13.1%. The indigenous population has a greater tendency to be poor (Ministerio de Desarrollo Social Development, 2018). Furthermore, the forestry industry promotes a commodified approach to labor. Its production system is not based on the local labor force but rather on teams of subcontractors very often hired from abroad. One of the main demands made to the forestry cor-

porations by local communities through the Red de Protección Comunitaria is to contract more local workers (interview, June 2020).

Environmentally speaking, the massive presence of monoculture plantations has triggered several criticisms. On the one hand, environmental experts accuse the forestry industry of complicity with recent mega-fires, depletion of waterways, and damage to biodiversity caused by the industry's use of pesticides. The replacement of the native forest – a natural barrier to fire – by plantations of exogenous and highly-flammable species such as pine and eucalyptus, combined with the drying out of watersheds due to the vast amounts of water absorbed by these species, have increased the occurrence of forest fires (Altamirano et al., 2013, González et al., 2020). On the other hand, the forestry industry is criticized for impoverishing the surrounding communities. Academics and activists discuss whether, how, and to what extent plantations reduce or maintain poverty. In defense of the forestry industry, scholars such as Nazif (2014) point out that the frontier lands were already eroded by the exhaustive agriculture practiced by the poor communities who lived there before the forestry industry developed. Arguing against the forestry industry, Andersson et al. (2016: 125) claim to show a positive correlation between the poorest areas and those areas with forest plantations, arguing that forestry monoculture fails to produce good jobs and has exacerbated rural poverty. Regardless of where the truth may lie on this question, forest commodification has not provided socially and environmentally responsible development in the territories it exploits.

THE LAISSEZ-FAIRE IDEOLOGY AND THE ATTEMPT TO DENY THE STATE'S ROLE IN PRODUCING MARKETS

According to Polanyi, the market economy was not “the natural evolution of trade and barter,” as Adam Smith (1986) argued, but an eccentricity in history, the consequence of a particular political project guided by economic liberalism. Organizing economic life based on self-interest is, for Polanyi, unnatural. The two world wars, the spread of fascist regimes across Europe, and the Great Depression were, Polanyi argues, the unintended consequences of the liberal political economy. In *The great transformation*, Polanyi (2001) sought to explain the political turbulence and economic collapse of nineteenth-century civilization: after such a long period of relative peace and prosperity (1815-1914), why did Western nations take such a destructive path? The deep root of these crises, according to Polanyi, was “market utopianism.” The attempt to universalize capitalist institutions at global level broke traditional societies and spawned contradictions that ultimately brought the system crashing down. One element of this market utopianism was to deny the State's role in producing markets. As an example, Polanyi evokes the cotton industry in England. In this case, the free market was not self-created but grew thanks to State protective mechanisms such as cotton tariffs, export bonds, and indirect wage subsidies.

When we turn to examine the development of the free-market forest industry in Chile, Polanyi's critique of laissez-faire ideology appears germane. Like the cotton industry in England, the Chilean forest export boom was also created by State-led intervention (Kurtz, 2001). Despite the relentless discourse of the forest industry association *Corporación de la Madera (CORMA)* and its attempts to explain the sector's success through appeals to the role of the 'free' market, the State's role in the expansion of the forestry sector has, in fact, been fundamental.

The Chilean State has guided the forestry industry in different ways over various historical periods. The conquest of the frontier and the giving away of large territories of native forest for exploitation would have been inconceivable without the impulse of the State. "Rational" management of forests was also part of a State strategy to contain eroded soils, support industrialization, and control frontier territories, establishing boundaries between different properties. State incentives during the twentieth century were multiple: 30-year tax exemptions for those who assigned their land to afforestation (1931 Forest Bonuses Law); the creation of forestry companies by CORFO; CONAF forestry agreements in 1970; and *dl 701* in 1974. Belying the free-market discourse promulgated by the forestry industry today, the Chilean forest "miracle" was the product of sustained State intervention. The current police protection provided for forest production is another contribution made by the State. Moreover, the various reparation actions made by the Chilean State to the Mapuche during the post-dictatorship era – buying lands, supporting indigenous education, and eco-tourism programs – are all State interventions intended to ameliorate the conflict in the frontier region and support the forestry industry.

DOUBLE MOVEMENT AND REACTIONS OF SOCIAL PROTECTION

Polanyi's idea of movement and counter-movement sheds light on the contentious nature of the Chilean forestry sector, as well as the diverse social protection strategies used by different groups to shield themselves from the damaging impacts of market capitalism. As a market economy, in Polanyi's terms, capitalism is an economic system exclusively guided by market prices in which labor, land, and money are treated as commodities. "Disembedded" markets, however, can generate human pauperization and financial instability, negative consequences that the market alone is unable to correct. According to Polanyi, the commodification of labor, land, and money produce such corrosive tendencies that spontaneous reactions of "social protection" become inevitable. Once market capitalism attempts to separate itself from the social realm, protectionism is society's natural response. "No society could stand the effects of such a system of crude fictions for the shortest stretch of time unless its human and natural substance as well as its business organization was protected against the ravages of this satanic mill" (Polanyi, 2001: 77).

A “double movement” governs the dynamic of capitalist societies, Polanyi explains. Two antagonistic organizational principles vie with each other: economic liberalism and social protection. While the former aims to establish “a self-regulating market, relying on the support of the trading classes, and using largely laissez-faire and free trade as its methods,” the latter aims at “the conservation of man and nature as well as productive organization, relying on the varying support of those most immediately affected [...] using protective legislation, restrictive associations, and other instruments of intervention as its methods” (Polanyi, 2001: 139). If an unrestrained free market is imposed, then social protectionism will be the spontaneous reaction to the dislocation it produces. This “collectivist” counter-movement appears in a great variety of forms. No single group or class comprises its source (Polanyi, 2012). What generate these social reactions, ultimately, are the broad range of vital social and cultural interests affected by the expanding market mechanism.

Conflicts in the frontier region can be read not only as territorial disputes, but as reactions of social protection, opposing capitalist pressures to commercialize land and labor, while defending cultural institutions and ways of living instigated by the various groups that surround the forest industry and are labelled under the generic concept of “peasants.” These reactions have taken different forms over time but present a common pattern. In the early twentieth century, for example, peasants claimed to ascribe to Chile’s Colonization Law by invading private or state lands and claiming to have worked them. Burning forests, fencing the land, and planting wheat were ways to produce evidence of land usage either to obtain settler deeds or to support indigenous land claims. Likewise, the peasant revolts of the 1920s and 1930s on the frontier were concerted reactions of social protection, in defense of access to native forests and in demand of better living conditions under *inquilinaje* (tenancy).⁵ The most iconic of these revolts was the Ránquil Uprising. In 1934 the peasants of Ránquil State in Lonquimay rose in arms against the farm stewards (Klubock, 2014: 94). *Carabineros* (the Chilean police) stifled the rebellion after ten days. Many peasants and Mapuche were chained and marched to Temuco, while over 30 people were killed and disappeared. A similar reading can be made of the significant increase in land invasions during the UP government. Land invasions gained momentum at the end of the 1960s with the agrarian reform and peasant popular movements. The counter reaction of Pinochet’s dictatorship after 1973 was to abolish the peasants’ law and agrarian reform, and to repress indigenous land claims. Waves of movements and counter-movements mark the dynamics between market advancements and society’s attempts to seek protection.

With the significant expansion of the free-market forestry industry during the last 40 years, and the material, symbolic, and territorial conquest of the frontier through pines and eucalyptus, the social protection reactions of local communities have multiplied. Since the return to democracy, the Mapuche have

linked their land claims to an environmentalist discourse, asking for land restitution to protect biodiversity and their traditional ways of life. Thanks to the Indigenous Law of 1994, the Mapuche were able to recover territories, opening a new cycle of land conflict during the 1990s (Pairicán, 2014). The invasion of estates, blockading of roads and burning of logging trucks, churches, and schools continue until this day. Despite the different social protection reactions, forest legislation and indigenous mediation mechanisms have not been enough to contain the conflict in the frontier region.

DISCUSSION

This article has examined the current conflict between the forest industry and Mapuche communities in light of Karl Polanyi's postulates, contextualizing the Chilean State's long-standing difficulties in establishing control and promoting socially and environmentally sustainable development in the southern frontier. Notwithstanding the differences between the industrial revolution in seventeenth-century England and neoliberalism in twentieth-century Chile, both attempts to commodify land and labor generated large-scale social, environmental, and political dislocations in many of the ways Polanyi describes.

In the Chilean case, given immense industry pressure to exploit new lands (Cotula, 2013), Mapuche communities have deployed various social protection mechanisms, both legally claiming indigenous lands through CONADI, as well as invading estates, blocking roads, and burning logging trucks. In an attempt to defuse the conflict, the Chilean State has bought several disputed lands and transferred them to Mapuche communities. In the Bío-Bío and Araucanía regions alone, 151,619 hectares were transferred between 1994 and 2018 (CONADI, 2019a). Yet despite the legal transfer of these lands, the conflict remains alive. It is interesting to note here how public awareness of Chilean society's debt to the Mapuche, and the depth of the conflict, have shifted from the 1990s to today. While in the early 1990s the institutional creation of CONADI and the disposition to buy land for indigenous communities was considered a great step forward, Mapuche leaders today expect more: not only the return of dispossessed lands, but also a cultural and political recognition of their place in history. Politically, this has led to the development of a new kind of identity politics, which may be seen in the demand for the Mapudungun language to be taught in local schools, for Mapudungun messages and signs to be posted in public spaces, and for the actions of dissidents branded "terrorist" to be reconsidered.

Notably, the last wave of counter-movements initiated in the 1990s did not lead directly to a decline in the forestry industry's commodification of the frontier territory. Similar to Goodwin's (2018) findings in communities in Ecuador, reactions to commodification have not necessarily led to a re-embedding of the economy in society. Although the Mapuche are usually read as being

more closely connected to nature, and therefore as having a stronger commitment to defending it (Di Giminiani, 2018), it is worth avoiding essentialist readings of their approach to land. An essentialist reading not only leaves out the occupation history of the Mapuche before the Spanish invasion (Bengoa, 2008), but also marginalizes the dilemmas and practical activities that come with living in a territory marked by conquest (Di Giminiani, 2018: 88). The paradox for many Mapuche is that their traditional way of life forces them to live directly off the land, something they can increasingly do only by adopting the values and practices of the market economy that now dominates the relationship to the land where they live.

While the Mapuche land claims are linked to a legalistic grammar (Di Giminiani, 2018) traversed by poverty and violence, other hybrid reactions, such as indigenous ecotourism, show that alternative paths exist. The Mapuche community of Quinquén in Galletué is known for its forest management and sustainable use of *Araucaria* forests. The communities near Lican Ray and Picura studied by Skewes (2019) are other positive cases of ecotourism, in which Mapuche economic development and resistance discourses have come together in fruitful ways.

While Polanyi's analysis helps shed light on capitalism's advances and the waves of social protection manifested in the Chilean frontier region, this analysis also has its limitations with respect to the case at hand. This limitation is expressed in at least three ways. First, Polanyi assumes that social protection reactions against the market will be forceful and organized in defense of the collective. In the Mapuche case, however, although there are protection responses, there are also a series of hybridizations that overflow this logic. Moreover, while there are multiple territories that are highly conflictive today – Tirua, Temucucui, Carahue, to name a few – there are also Mapuche entrepreneurs who have been integrated into the forestry sector as small pine producers. Just as there are Mapuche communities who have sought to repel the forestry industry and defend their connection to the territory, so others have joined the productive chain as subcontractors. Second, one might expect that, from Polanyi's perspective, social protection reactions would be organized in a more coherent way on behalf of all Mapuche communities, their institutions, and their cultural heritage. This has not been the case, though. Politically, the Mapuche are a nation-people who have had difficulties in articulating a unitary political defense against the Chilean State. While the lonkos or caciques are the chiefs or heads of Mapuche communities, they do not always succeed in organizing communities beyond their own local territory. The social protection reactions described by Polanyi involve a level of political development that enables the orchestration of the defense of common interests. Such a level of political development does not always occur among Mapuche communities in the frontier territory.

Third, regardless of Polanyi's negative reading about the market's role in society, in this case, paradoxically, market-driven certification mechanisms have been among the most successful initiatives to rebuild relationships among forestry industry actors – firms, subcontractors, communities, NGOs, and local authorities. The case of the Forest Stewardship Council (FSC) is telling. FSC is a private governance model launched in 1993 by different global NGOs aiming to regulate the forestry industry and protect native forest. It was built as a reaction to the failure of states to protect native forests worldwide. This council established standards of production and certification that encourage the industry to maintain good practices of benefit to local communities and the environment. The wood certified by this standard is traceable and has greater economic value. The FSC grew rapidly worldwide during its early years (Auld, 2014), yet it was strongly rejected by the Chilean forestry industry. Things started to change in 2002 when *The New York Times* called for a boycott of Chilean wood products because they were produced by an industry that replaces native forests with monoculture plantations (Tricallotis, 2016). After a decade of slowly ceding ground, the main forestry players (Arauco and CMPC) incorporated the FSC standards in 2012. Even though the FSC's power to transform and regulate the forest industry is limited (Moog, Spicer & Böhm, 2015), incorporating external standards of production has pushed the Chilean industry to adopt new ways of relating with actors and stakeholders. Today the FSC has managed to certify more than 2.3 million hectares of plantations as environmentally, socially, and economically sustainable, which has transformed relationships between companies (CMPC and Arauco), civil society (environmentalists, unions) and local communities, beyond the State's mediation (Tricallotis, 2016). What the Chilean State was not able to tame – an industry with too much structural and instrumental power – a market-coordinated initiative has thus managed to curb to some degree.

The Chilean forestry industry has a clear desire to look to the future and overcome the environmental and social frictions on which it rests. It generally presents itself as an internationally certified “green” industry (Henne, 2015), whose production helps reduce the country's carbon footprint. The CORMA logo today is green leaves, under the slogan “Renewable resources” and “Forests for Chile.” The CORMA logo until 1960 was an Araucaria pine tree circled by a chainsaw blade. The current slogan clearly denies the environmental impacts of its plantations, especially the destruction of native forests on which they depended. Despite recent efforts of large forestry companies (Arauco and CMPC) to move “closer” to local communities, friction, and distrust with indigenous populations remains alive in some areas. A recognition of the industry's controversial history, including its role in logging native forests, and a more balanced assessment of the environmental impacts of monoculture plantations would be vital steps to restore trust within the frontier region. Its purely eco-

nomic justification as an industry that generates multiple jobs, produces a material vital for subsistence, and drives economic growth, are not enough. The forestry sector would also benefit from recognizing the historical role played by the State in its development, which would go hand-in-hand with recognizing the State's right to regulate its future development.

There is hope of better relationships in the frontier region, both because of the industry's better practices and because of the State's efforts to begin repaying its debts to the Mapuche people. However, the structural relationships between Mapuche communities, the forestry industry and the Chilean state remain extremely unbalanced in terms of economic power, political influence, and cultural recognition. Until these structural imbalances are ameliorated, the conflict in the frontier territory is likely to continue.

Received on 09/Feb/2020 | Revised on 03/Aug/2020 | Approved on 20/Oct/2020

Tomás Undurraga (PhD, University of Cambridge) is associate professor at the Department of Sociology, Universidad Alberto Hurtado, Chile.

His research interests intersect cultural and economic sociology, expert knowledge and media studies. His empirical research has focused on the making of the public economic sphere in Argentina, Brazil and Chile, and knowledge production in climate science. He has published in journals such as *Cultural Sociology*, *The Sociological Review*, *Journal of Cultural Economy*, *Journalism Studies*, *Revista de Sociología e Política*, among others.

Felipe Márquez is master in sociology from Universidad Alberto Hurtado. His research is focused on social movements, economic sociology and environmental certification. He currently works as an academic in the Sociology Department of Universidad the Alberto Hurtado, and as a research assistant in the project "Incendios Forestales y Nuevo Régimen Climático".

NOTAS

- 1 We would like to thank the guest editors of this special issue and the two anonymous reviewers for their insights and comments, which improved this article. The authors also thank the participants at the 2019 workshop “Incendios forestales y nuevo régimen climático: interrogando agendas de investigación” at Universidad Alberto Hurtado and the VII Encuentro Anual de la Red CTS-Chile 2020, where earlier versions of this paper were presented. We especially thank Sasha Mudd for her English proofreading. The research for this paper was supported by the National Research and Development Agency (ANID) under FONDECYT Grant number 11180611. Tomás Undurraga also thanks the support of Anillo Conicyt-PIA SOC180039.
- 2 Dillehay (2016) argues that in the 250 years of the Arauco War, the Spanish recognized an Indomitable State south of the Bío-Bío. For Dillehay, the use of the word State is indicative of Araucanian sovereignty, a networking arrangement of trans-territorial, supra-ethnic, and inter-institutional leaders.
- 3 While the average proportion of the population living in poverty in Chile is 8.7%, in the Araucanía region it is 17.2% and in the Bío Bío region 12.3% (Ministerio de Desarrollo Social, 2018). Within these regions, the indigenous population living in poverty is 26.35% and 18.26%, respectively (CONADI, 2019a, 2019b).
- 4 Araucanía has a total area of 3,180,348 hectares, 964,153 hectares of which correspond to native forest versus 482,113 hectares of forest plantations. The Bio-Bío Region has a total of 3,703,001 hectares of land, 845,552 hectares of which are native forest versus 913,173 hectares of forest plantations (INFOR, 2019).
- 5 For the particular ways in which the *inquilinaje* system worked in the frontier region, see Klubock (2014).

BIBLIOGRAPHY

- Almonacid, Fabián. (2009). El problema de la propiedad de la tierra en el sur de Chile (1850-1930). *Historia*, 1, p. 5-56.

Altamirano, Adison et al. (2013). Influencia de la heterogeneidad del paisaje en la ocurrencia de incendios forestales en Chile Central. *Revista Geografía Norte Grande*, 55, p. 157-170.

Andersson, Krister et al. (2016). More trees, more poverty? The socioeconomic effects of tree plantations in Chile, 2001-2011. *Environmental Management*, 57/1, p. 123-136.

Auld, Graeme. (2014). *Constructing private governance. The rise and evolution of forest, coffee, and fisheries certification*. New Haven: Yale University Press.

Beckert, Jens. (2007). The great transformation of embeddedness: Karl Polanyi and the new economic sociology. *MPiG Discussion Paper*, 7/1.

Bengoa, José. (2008). *Historia del Pueblo Mapuche. Siglos XIX y XX*. Santiago: LOM.

Bengoa, José. (1992). *Quinquén: 100 años de historia Pehuenche*. Santiago: LOM.

Block, Fred & Evans, Peter. (2005). The State and the economy. In: Neil, J. Smelser & Swedberg, Richard (eds.). *The Handbook of Economic Sociology*. Princeton: Princeton University Press, p. 505-526.

Boccarda, Guillaume & Seguel-Boccarda, Ingrid. (1999). Políticas indígenas en Chile (siglos XIX y XX). De la asimilación al pluralismo (el caso mapuche). *Revista de Indias*, 59/217, 741-774.

Camus, Pablo. (2006). *Ambiente, bosques y gestión forestal en Chile. 1541-2005*. Santiago de Chile: Ediciones de la Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos/LOM.

CONADI. Corporación Nacional de Desarrollo Indígena. (2019a). Región del Biobío Estadísticas Sociales. Retrieved from [http://siic.conadi.cl/tmp/obj_424163/25833_Región del Biobío \(3\).pdf](http://siic.conadi.cl/tmp/obj_424163/25833_Región del Biobío (3).pdf).

CONADI. Corporación Nacional de Desarrollo Indígena. (2019b). Región de La Araucanía Estadísticas Sociales. Retrieved from [http://siic.conadi.cl/tmp/obj_601447/25836_Región de La Araucanía 2019 \(5\).pdf](http://siic.conadi.cl/tmp/obj_601447/25836_Región de La Araucanía 2019 (5).pdf).

CONAF Corporación Nacional Florestal. (2016). Superficies catastros y usos de suelos y recursos vegetacionales. Departamento de Monitorio de Ecosistemas Forestales. <http://sit.conaf.cl>.

Cotula, Lorenzo. (2013) *The great African land grab? Agricultural investments and the global food system*. London/ New York: Zed Books.

Dale, Gareth. (2010). *Karl Polanyi*. Cambridge: Polity Press.

Di Giminiani, Piergiorgio. (2018). *Sentient lands. Indigeneity, property and political imagination in neoliberal Chile*. Tucson: University of Arizona Press.

Dillehay, Tom D. (2016). Reflections on Araucanian/Mapuche resilience, independence, and ethnomorphosis in colonial (and present-day) Chile. *Chungara*, 48/4, p. 691-702.

Domingues, José Maurício. (2008) *Latin America and contemporary modernity*. London: Routledge.

Elizalde Mac-Clure, Rafael. (1970). *La sobrevivencia de Chile. La conservación de sus naturales renovables*. Santiago de Chile: Ministerio de Agricultura.

Feinig, Jakob. (2018). Beyond double movement and re-regulation: Polanyi, the organized denial of money politics, and the promise of democratization. *Sociological Theory*, 36/1, p. 67-87.

Foerster, Rolf & Montencino, Sonia. (1988). *Organizaciones, lideres y contienas mapuches (1900-1970)*. Santiago: Centro de Estudios de la Mujer.

Foerster, Rolf & Vergara, Jorge Iván. (2002). Permanencia y transformación del conflicto mapuche. *Revista Austral de Ciencias Sociales*, 6, p. 35-46.

Gemici, Kurtulus & Nair, Manjusha. (2016). Globalization and its countermovement: marxian contention or polanyian resistance? *Sociology Compass*, 10/7, p. 580-591.

Germani, Gino. (1981). *The sociology of modernisation. Studies on its historical and theoretical aspects with special regards to the Latin American case*. New Brunswick, NJ: [s.n.].

González, Mauro et al. (2020). *Incendios forestales en Chile. Causas, impactos y resiliencia*. [s.l.]: Centro del Clima/ Resiliencia (CR)2/Universidad de Chile/Universidad de Concepción/Universidad Austral de Chile.

Goodwin, Geoff. (2018). Rethinking the double movement: expanding the frontiers of polanyian analysis in the global south. *Development and Change*, 49/5, p. 1268-1290.

- Granovetter, Mark. (1985). Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, 91/3, p. 481-510.
- Granovetter, Mark & Swedberg, Richard (eds.). (1992). *The handbook of economic sociology*. Princeton: Princeton University Press.
- Halperin, Sandra. (2018). Polanyi's two transformations revisited: a 'bottom up' perspective. *Globalizations*, 15/7, p. 911-923.
- Hart, Gillian. (2001). Development critiques in the 1990s: culs de sac and promising paths. *Progress in Human Geography*, 25/4, p. 649-658.
- Henne, Adam. (2015). *Environmentalism, ethical trade, and commodification. Technologies of value and the Forest Stewardship Council in Chile*. New York: Routledge.
- INFOR. (2019). Estadísticas Forestales Regionales. Retrieved from https://wef.infor.cl/estadisticas_regionales/estadisticasregionales.php.
- Klubock, Thomas Miller. (2014). *La Frontera: forests and ecological conflict in Chile's frontier territory*. Durham: Duke University Press.
- Kurtz, Marcus. (2001). State developmentalism without a developmental State: the public foundations of the 'free market miracle' in Chile. *Latin American Politics and Society*, 43/2, p.1-25.
- Lima-Toivanen, Maria Barbosa. (2012). The South American pulp and paper industry: the cases Brazil, Chile, and Uruguay. In Lamberg, Juha-Antti et al. (eds.). *The evolution of global paper industry 1800-2050*. Ebook.
- Li, Tania Murray. (2010). Indigeneity, capitalism, and the management of dispossession. *Current Anthropology*, 51/3, p. 385-414.
- Lopez, Sandra & Nitrihual, Luis. (2014). *Vidas de papel*. Temuco: Editorial Universidad de la Frontera.
- Mapuche Data Project. (2019). Base de datos MACEDA. Retrieved from <http://mapuchedataproject.cl/datos-de-conflicto/>.
- Mathews, Andrew S. (2011). *Instituting Nature. Authority, expertise and power in Mexican forest*. Cambridge: MIT Press.

Ministerio de Desarrollo Social. (2018). Encuesta de caracterización socioeconómica nacional. Retrieved from <http://observatorio.ministeriodesarrollosocial.gob.cl/casen>.

Moog, Sandra; Spicer, André & Böhm, Steffen. (2015). The politics of multi-stakeholder initiatives: the crisis of the Forest Stewardship Council. *Journal of Business Ethics*, 128/3, p. 469-493.

Nazer, Ricardo; Camus, Pablo & Muñoz, Ignacio. (2009). *Historia de la Corporación de Fomento de la Producción*. Santiago de Chile: CORFO.

Nazif, Iván. (2014). *Plantaciones y pobreza en comunas forestales. Forestación y estilo de desarrollo*. Santiago: Corporación Nacional Forestal.

ODEPA. (2012). Estadísticas forestales. Serie histórica 1990-2012. Retrieved from <https://www.odepa.gob.cl/wp-content/uploads/2013/10/Estadísticas-Forestales.xlsx>.

Pairicán, Fernando. (2014). Lumaco: la cristalización del movimiento autodeterminista mapuche. *Revista de Historia Social y de Las Mentalidades*, 17/1, p. 35-59.

Pineda, César Enrique. (2014). Mapuche: resistiendo al capital y al Estado. El caso de la Coordinadora Arauco Malleco en Chile. *Latinoamérica. Revista de Estudios Latinoamericanos*, 59, p. 99-128.

Pinto, Jorge. (2012). El conflicto Estado-pueblo mapuche 1900-1960. *Universum*, 1, p. 167-189.

Polanyi, Karl. (2012). *A subsistência do homem. E ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto.

Polanyi, Karl (2001) [1944]. *The great transformation: the political and economic origins of our time*. Boston: Beacon Press.

Sandbrook, Richard. (2011). Polanyi and post-neoliberalism in the global south: dilemmas of re-embedding the economy. *New Political Economy*, 16/4, p. 415-443.

Scott, James C. (1998). *Seeing like a State. How certain schemes to improve the human condition have failed*. New Haven: Yale University Press.

Skewes, Juan Carlos. (2019). *La regeneración de la vida en los tiempos del capitalismo. Otras huellas en los bosques nati-*

vos del centro y sur de Chile. Santiago de Chile: Ocho Libros
Smith, Adam. (1986) [1776]. *The wealth of nations*. Harmondsworth: Penguin Classic.

Svampa, Maristella. (2013). Consenso de las commodities. *Nueva Sociedad*, 244, p. 30-46.

Taylor, Marcus. (2006). *From Pinochet to the Third Way: neoliberalism and social transformation in Chile*. London: Pluto Press.

Torres-Salinas, Robinson et al. (2016). Forestry development, water scarcity, and the mapuche protest for environmental justice in Chile. *Ambiente e Sociedade*, 19/1, p. 121-144.

Tricallotis, Marcos. (2016). ¿En qué contexto surge la certificación forestal en Chile? desempeño ambiental, social y económico de empresas no certificadas. *Bosque*, 37/3, p. 613-624.

Triglia, Carlo. (2002). *Economic sociology. State, market, and society in modern capitalism*. Hoboken: Blackwell Publishers.

Tsing, Anna Lowenhaupt. (2005). *Friction. An ethnography of global connection*. New Jersey: Princeton University Press.

Undurraga, Thomas. (2015). Neoliberalism in Argentina and Chile: common antecedents, divergent paths. *Revista de Sociología e Política*, 23/55, p. 11-34.

Undurraga, Thomas. (2014). *Divergencias: trayectorias del neoliberalismo en Argentina y Chile*. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Diego Portales.

THE UNFINISHED DEVELOPMENT OF THE FRONTIER: A KARL POLANYI READING OF THE CONFLICT BETWEEN THE FORESTRY INDUSTRY, MAPUCHE COMMUNITIES AND THE CHILEAN STATE

Palavras-chave

Indústria florestal;
Mapuche;
Estado chileno;
contramovimento;
proteção social;
Polanyi.

Resumo

O artigo explora conflitos entre a indústria florestal, as comunidades Mapuche e o Estado chileno à luz da leitura de Polanyi sobre a expansão capitalista. Oferece análise histórico-institucional das maneiras pelas quais o Estado chileno usou a florestação para domar uma fronteira selvagem e os povos nativos que ali vivem. Argumenta que o aumento da violência nessa zona responde à crescente militarização do Estado na área e reflete o contramovimento de proteção social iniciado pelo povo Mapuche – contra uma indústria florestal de livre mercado que transformou a paisagem, limitando o acesso dos Mapuche a terras e florestas, e contra um processo de modernização liderado pelo Estado chileno que corroeu as instituições tradicionais dos Mapuche e lhes ofereceu integração em termos desiguais, como “campeiros pobres”.

THE UNFINISHED DEVELOPMENT OF THE FRONTIER: A KARL POLANYI READING OF THE CONFLICT BETWEEN THE FORESTRY INDUSTRY, MAPUCHE COMMUNITIES AND THE CHILEAN STATE

Keywords

Forestry industry;
Mapuche;
Chilean State;
counter-movement;
social protection;
Polanyi.

Abstract

This article explores conflicts between the forestry industry, Mapuche communities and the Chilean State in light of Polanyi’s reading of capitalist expansion. It offers a historical-institutional analysis of the ways in which the Chilean State used afforestation to tame a wild frontier and the native people living there. We argue that the rise of violence in this zone responds to the State’s growing militarization of the area and reflects the counter-movement of social protection initiated by the Mapuche people – both against a free-market forestry industry that has transformed the landscape, limiting Mapuche access to lands and forests, and a modernization process led by the Chilean State that eroded traditional Mapuche institutions and offered them integration on unequal terms as “poor peasants.”

SOCIETY AGAINST MARKETS. THE COMMODIFICATION OF MONEY AND THE REPUDIATION OF DEBT

The financialization of the economy and society engenders different forms of resistance that fall under the category of debt repudiation, which we can conceive as a distinctive feature of advanced capitalism. From anti-debt movements in Mexico, Spain, Poland, Croatia and Chile to occupy movements in the United States, Israel and Canada, to mention a few examples, organizations have emerged to repudiate both debt and the centrality of financial markets.

The financialization literature has yet to come to terms with these conflicts since it has mostly stressed the disciplining character of finance, rather than its resistance and repudiation. For two decades now, financialization studies have invested considerable effort in mapping the dense network of actors, devices, institutions, and processes that lead to the financialization of the economy and society (Krippner, 2005; Langley, 2008; Mader, Mertens & Van der Zwan, 2020; Van der Zwan, 2014), including households (Montgomerie, 2013), companies (Fligstein & Shin, 2007), food (Clapp, 2014), pension funds (Macheda, 2012), education (Eaton et al., 2016), poverty (Mader, 2015) and culture (Langley, 2010), to mention a few. However, conflicts around debt or the politicization of finance do not stand as a subject of inquiry in itself. Social studies of finance have tackled this gap indirectly and began to address the way households “domesticated” finance and shaped it in novel and unpredictable ways (Deville et al., 2016), often stressing the conflictive relationship that emerges in this process (Montgomerie & Tepe-Belfrage, 2019; Pellandini-Simányi, Hammer & Vargha,

2015). Investigating the repudiation of debt represents an addition to this collective effort.

How should we investigate the repudiation of debt? There is no single framework to encompass the enormous variety of debt repudiation across different scales (local and international social movements) and domains (student debt, mortgages, sovereign debt, and so on). The documentation of debt repudiation cases, moreover, remains scattered across distinct disciplinary fields, ranging from international political economy to scholarship on social movements. Consequently, the existing works interrogate the empirical world pursuing different research goals and depicting both distinct aspects of the repudiation of debt and different understandings of what debt is. International political economists, for instance, investigate the default probabilities of a given government (Asonuma, 2016; Tomz & Wright, 2013), the political economy of debt cancellation (Ocampo et al., 2014), or offer critical insights into the way in which debt serves the political project of neoliberalism (Soederberg, 2013). Scholars of social movements, on the other hand, offer a variegated approach to anti-debt movements. Guzmán (2015), for example, studies why people trust institutional misinformation from lenders over alternative information provided by anti-debt movements. Brumley (2013) studies the shifts in collective identities of the Mexican debtors' movement known as *El Barzón*. Many scholars tackle issues such as the resistance engendered by austerity policies (Della Porta, 2015), or offer historical accounts of anti-debt movements focusing on their characteristics and accomplishments (Marchini, 2004; Ross, 2014; Williams, 1996). Finally, some scholars offer broader reflections on how to resist debt (Caffentzis, 2013; Caraus, 2016).

The goal of this article is twofold. Conceptually, it seeks to organize a wide range of cases of debt repudiation under an economic sociology framework that draws from Karl Polanyi's notion of "double movement" to help contextualize debt repudiation within a broader historical context. I argue that Polanyi's framework offers four main vantage points to address the repudiation of debt: it shows the systemic interdependence of the commodification of land, labor, and money (financialization) in the era of neoliberalism; it sheds light on how different forms of debt repudiation intertwine with broader movements against financial markets and austerity politics worldwide; it draws attention to the way the expansion of finance erodes democratic institutions; and, finally, Polanyi's work draws attention to the moral dimension of economic institutions – not least debt, which lies at the base of the micro and macro-mobilization processes through which actors seek to subvert financial obligations.

The second goal of the article is empirical. It seeks to map both financialization processes and related forms of debt repudiation, whose documentation remains dispersed across various disciplinary fields. For this I rely on three main sources: first, I draw from the extant financialization literature to characterize both the commodification of money as a transformation of economic

and social institutions, and how it leads to the advancement of financial power over different realms of society, most notably companies, households, and governments. Second, I rely on dispersed accounts of anti-debt movements, as documented by scholars of social movements, international political economy analysts, activists and, to a lesser extent, financialization scholars. Finally, I draw many insights from my own ethnographic research on social movements of student debtors in Chile, which I conducted between 2016 and 2018. In this fieldwork, I spent two years following activists from the movement *Deuda Educativa* in Santiago, conducting direct observation – and later participant observation – in assemblies, public debates, and protests. I held 36 recorded interviews with activists, debtors, experts, and policymakers, as well as countless conversations and fieldnotes.

The article has three parts. The first section outlines the conceptual framework that draws from Polanyi's notion of double movement to frame financialization and debt repudiation as two related processes. Then, I sketch the way in which the commodification of money – namely, financialization – entails a transformation of the economic and social institutions that sustain debt relations in society. In the final section, I explore the rise of social movements of debtors at the national level, and the repudiation of external debt. In doing so, I try to shed light on the social, cultural, and political processes underpinning the politicization of debt, as well as the multiple connections among different types of mobilizations against financial power.

POLANYI'S DOUBLE MOVEMENT AND FINANCIALIZATION

According to Polanyi (1945), the attempt to impose *laissez-faire* ideology in the nineteenth century came at the cost of an entire re-organization of society driven by the marketization of three “fictitious commodities” that were created neither by nor for markets: labor, land, and money. The commodification of these “fictitious commodities,” wrote Polanyi, engendered a reaction of society, a countermovement that aimed to protect itself from disruptive market forces and established regulatory bodies. These protective forces of society against markets took different forms, many of which were spontaneous responses that came from the most affected groups of society, the landed gentry and the working classes, which explains why these reactions came in the form of both conservative and progressive movements. Thus, for example, while the protection of land from commodification included agricultural tariffs to ameliorate the effects of competition, labor protection was driven by the demands of the rising working classes for government assistance to the unemployed, as well as regulations such as limiting the length of the working day (Polanyi, 1945). In this way, Polanyi asserted that the implementation of free market policies was followed by successive regulatory interventions that aimed to establish protective laws and restrictions on markets.

The commodification of the fictitious commodity of “money,” on the other hand, was engendered by *haute finance* during the nineteenth century, which sought in the gold standard the means to achieve a stable store of value (Block & Somers, 2014). However, it brought about deflation, inaugurating a new era of endemic conflicts. The reactions of society were multiple and had no pre-established direction. Depending on the dominant class coalitions on each country, the gold standard gave birth to totalitarian movements, democratic arrangements, or revolutionary reactions.

At its base, Polanyi’s “countermovement” asserts not only the attempt to protect society against market logics, but also the primacy of social and cultural institutions over the economic principle of profitmaking, which explains why “persons belonging to various economic strata unconsciously joined forces to meet the danger” (Block & Somers, 2014: 63). Through these protective forces, the economy is “embedded” back into the cultural institutions of society and not the other way around.

Although Polanyi used the concept to make sense of the collapse of the liberal period of the nineteenth century, scholars have re-interpreted it as a means to critically assess the free market ideology of the neoliberal age, as well as make sense of the way in which subordinate forces seek to restrain the advance of self-regulating markets (Block & Somers, 2014; Dale, 2010; Levien, 2007; Silver & Arrighi, 2003; Worth, 2013). Following Polanyi, it is possible to assert the role of both progressive and conservative responses to a new wave of marketization in the era of globalization and neoliberalism, which range from social movements and organizations demanding environmental regulations, to religious congregations providing charity, or right-wing populist governments eroding free trade.

I see in the Polanyian “double movement” a vantage point to characterize the advance of financialization as a second wave in the commodification of the fictitious commodity of “money,” though different in nature from the early marketization of the nineteenth century. In this new wave, neoliberalism reshaped the economic and social institutions that had curbed the advance of finance, most notably through the deregulation of financial markets and the dismantling of both the welfare and tax states. While the former process paved the way for the implementation of multiple innovations that revolutionized financial markets, the latter created the conditions to force both households and governments to increasingly rely on financial markets to cope with market volatilities and distributive conflicts (Streeck, 2014).

Following Polanyi’s idea of double movement, it becomes clear that the financialization literature has been primarily concerned with one part of the historical process, the movement, understanding the way finance expands the frontiers of markets and its devastating effects over society. It also tells us that scholars have been less concerned with the “counter-movement,” or the way

finance's expansion confronts resistances and a varied reaction from society to protect itself from financialization and its economic and moral imperatives.

I conceive financialization and the repudiation of debt as two sides of the same process, the "movement" and the "counter-movement" engendered by the "commodification of money" that took place in the second half of the twentieth century. To illustrate this idea, I begin by characterizing the "movement" as the expansion of financial markets and its imperatives into different realms of society. Second, I characterize the "counter-movement" of society against (financial) markets as the micro- and macro-mobilization processes of resisting and dismantling financialization, characterized by the attempt to subsume the dominant principles of economic profit and the morality of debt into a new hierarchy of moral principles underlying financial obligations.

FINANCIALIZATION AND THE FICTITIOUS COMMODITY OF MONEY UNDER NEOLIBERALISM

The current cycle of the commodification of money, known to us as "financialization," can be characterized as a displacement of power from financial institutions to financial markets, reinforcing the "tendency for profit making in the economy to occur increasingly through financial channels rather than productive activities" (Krippner, 2011: 4). This process took shape roughly around the 1980s in the developed world, where financial markets reached a stage of impressive innovation, complexity and dynamism led by liberalization and deregulation. Nowadays, astonishing levels of credit, debts, stocks and insurances are traded on a real-time basis with the help of information technologies and risk-management techniques, becoming a global phenomenon (Rona-Tas & Guseva, 2018). This phenomenon was to a great extent driven by the fact that non-financial firms turn to finance as a source of profits. Business came to be increasingly funded by financial markets, rather than banks, which resulted in a situation in which the growth and complexity of intermediary activities shaped the behavior of both firms and households (Erturk et al., 2007).

Neoliberalism was the context in which money became commodified, producing a systemic interdependence between the further commodification of *labor* and *land* through successive institutional changes, with privatizations – of both public goods and nature – standing out as a main force. This systemic interdependence is nowhere more visible than in the financialization of households. It began with the retrenchment of the welfare state and the privatization of public services (Montgomerie, 2006), which lead to an ever increasing dependence of households on different sources of credit to continue to reproduce their everyday life, acquire housing, consume, access higher education, possess a safety net against the flexibility of labor markets, and access privatized health services (Montgomerie, 2013; Streeck, 2014). The extension of credit to households was primarily facilitated by a revolution in retail banking practices during the 1980s,

which turned workers' salaries into a source of profit and designed complex innovations, such as asset-backed securities and credit default swaps, that allowed financial markets to extract value from labor (Langley, 2010; Lapavistas, 2011). Pensions and savings were invested in mutual funds, whereas credit cards and auto loans, together with mortgages, were turned into bonds traded in international financial markets (Davis & Kim, 2015). In this way, the fate of the salaried (labor) and their property (land) became tied to the fate of financial markets, something that many came to realize in the financial crash of 2008.

As with the early commodification of fictitious commodities that Polanyi described in the nineteenth century – and despite the renewed free market ideology – the commodification of money has been largely driven by state action, which actively sought to create all sorts of financial markets alongside the privatization of public goods, among which markets for housing (Quinn, 2010) and higher education (González-López, 2020b) became prominent policy fields. The same holds true for markets in consumer goods, which in some cases have been promoted by governments as a social right (Calder, 1999; González-López, 2018; Trumbull, 2014), as well as for the market in micro-credit to the poor, widely conceived as a policy panacea to fight poverty by governments and international agencies alike (González-López, 2020a; Mader, 2015).

In this context, mounting levels of debt have sparked several crises worldwide, triggering fragmented – although related – responses from society. On one hand, the housing bubble exploded in 2008 in the form of a global crisis that erased hundreds of thousands of jobs and triggered home evictions, paving the way for the rise of housing movements (Casellas & Sala, 2017). Student loan debt, on the other hand, skyrocketed in many countries as a response to the privatization of higher education, and workers increasingly face saturated labor markets whose salaries barely help them meet their financial commitments (González-López, 2020b; Larson, 2014). Moreover, the financial crash of 2008 – and later the sovereign debt crisis – exposed the way in which money commodification contributed to the erosion of democratic institutions. Because banks and financial institutions now concentrate so much power, they have been able to demand massive bailouts, while at the same time avoiding being held accountable for the damage they have inflicted on citizens and public finance.

The rise of international financial powers connects directly with the proliferation of manifestations worldwide, from occupy movements in Spain and the US to spontaneous protests in Israel, Canada, Greece and so on (Calhoun, 2013). Such protests called into question the capacity of financial powers to transfer the costs of the crises they themselves brought into being onto national governments and ordinary citizens in the form of bailout packages, austerity policies, home evictions, and mounting levels of household and public debt (Berglund, 2018). Thus, these movements have denounced the way governments handle finance, challenged the attempts to implement austerity policies that

favor international financial markets and fought to reclaim democratic control over national institutions. In parallel, anti-debt movements have repudiated financial obligations outright and demanded government intervention to relieve debtors and erase debt.

THE FINANCIALIZATION OF CULTURAL INSTITUTIONS

As finance pervades the everyday life of ordinary citizens, the commodification of money also subsumes cultural institutions under the logic of finance. Mortgages, consumer loans, credit cards, student loans, insurance, and pension funds, to mention a few, became central to household budgeting, which increasingly embrace an orientation towards accounting and risk across several domains (Martin, 2008). This is reinforced by the proliferation of credit ratings and financial discourses that stress entrepreneurial spirit and values, inviting people to adopt an entrepreneurial management of the household and to transform it into an object of speculation (Fligstein & Goldstein, 2015).

This process, known as the financialization of everyday life (van der Zwan, 2014), bears a striking resemblance to Polanyi's description of how the implementation of *laissez-faire* capitalism entailed the subsuming of "the social" to the imperatives of the market economy. In this sense, we can conceive financialization as a form of "colonization" through which motives, values, calculative frames, and subjectivities spread from financial markets to every domain of life, producing new subjectivities and specific ways of exerting power over individual conduct (Langley, 2010). Banking practices, for instance, address subjects as responsible and calculative agents who are meant to take control over their own economic fates and assume responsibility for their own welfare (Geisst, 2009; Manning, 2001; Pellandini-Simányi, Hammer & Vargha, 2015). In a similar vein, as credit ratings become a true social test for the credibility of individuals, they prompt people to change their behavior in order to improve their scoring (Langley, 2008).

The commodification of money thus entailed a re-configuration of social ties through the proliferation of debt relations, which can be conceived as power relations maintained and reinforced through both external and internal means of coercion (Davey, 2019; González-López, 2018). External coercion is set by institutional means. So long as financial contracts work under the assumption that actors will pay back their debts, there exists a social infrastructure in charge of monitoring and enforcing debt compliance, which includes credit bureaus, bankruptcy laws, and consumer protection agencies. The extent to which these institutional arrangements favor the expansion of finance or protect consumers against powerful lenders varies from country to country (Ramsay, 2012).

The internal coercion of debt, on the other hand, relies on moral frames and public discourses that assert individual responsibility (Jefferson, 2013). Debt is itself a moral institution, underpinned by the obligation to pay back, which is why it is always framed in moral ways, as something that ought to be, forming the base of social hierarchies (Peebles, 2010). Financial markets work in large part because people internalize the moral obligation to pay back their debts, which is systematically reproduced through media discourses, marketing practices, and conventional wisdom (Graeber, 2011). This idea is reinforced by shared values such as meritocracy and individual responsibility, which are systematically promoted by media outlets, financial institutions, and public agencies.

These institutional and moral aspects assert both the material and symbolic power of debt, respectively, and make debt repudiation an unlikely event. In the third part of this article, I turn to a very diverse body of literature to outline what it means to repudiate debt from a sociological point of view, mapping different forms of debt repudiation as a social response to the commodification of money under neoliberalism.

THE POLANYIAN COUNTERMOVEMENT OF SOCIETY AND THE REPUDIATION OF DEBT

There are several ways in which society protects itself from the advancement of finance and the commodification of money. In this article, I am concerned with a particular form of resistance: debt repudiation.

What is debt “repudiation” and how does it differ from simple “default”? The simplest distinction is that default is the fact of not complying with financial obligations, whereas repudiation entails a purposeful rejection of such an obligation on moral grounds. On many occasions, debtors may simply be unable to pay back their debts. Income shocks may leave a household without the resources to pay back its mortgage or credit card bill outright. In other cases, the burden of a debt may become more unbearable than the moral imperative to pay it back, and individuals may see more benefits in defaulting than in paying. What makes debt repudiation different from merely defaulting, however, is the grounds on which this action takes place. Debt default may arise from the impossibility of paying or as a strategic response to a situation, whereas “repudiation” is a conscious way of denying the obligation to pay one’s debt on moral or political grounds. It is the moral foundation of debt repudiation that allows us to talk of a Polanyian counter-movement, as it implies re-embedding economic obligations and logics into broader frames of justice and legitimacy.

When do actors reject debt on moral grounds? Feelings of anger, injustice and more broadly grievance are at the basis of many actions of disobedience and the disruption of social order (Diani, 1992; Jasper, 2004; Polleta & Jasper, 2001). This is no different in the case of debt repudiation. Debt repudiation originates with the erosion of the legitimacy of debt, normally stemming from what is perceived as an unfair situation, either due to the debt’s illegitimate origin or because it does not fulfil the purpose for which it was originally intended. In a sudden devaluation of housing – as occurred during the 2008 crisis, for example – a mortgage debt may become not only unbearable but also illegitimate. What is at stake in a case like this is that the promise to pay back one’s debt is made under the assumption of another underlying (and unfulfilled) promise, namely that the value of the house will increase with time (or at least not fall). Such is also the case with student loans. Student loans are issued under the assumption that the individual debtor will capitalize their education over time, receiving a higher salary at a later point in time when the debt needs to be paid back (Ziderman, 2013). Nevertheless, this may become an unfulfilled promise for many. The lack of opportunities for young people, the saturation of labor markets, and the frustration this produces are all major drivers of the repudiation of student loans and the emergence of social movements focused on debt (Larson, 2014). Moreover, as people conceive education to be a social right, student loans are perceived as illegitimate in their origins.

Seen in this way, the repudiation of debt may be either individual or collective. In the remainder of this article, I am concerned with collective ways of repudiating debt that require the enrolment of various debtors and the politicization of debt more broadly. I focus on the collective repudiation of debt because it represents a broader “politicization of debt,” or countermovement of debtors, which I understand as the coordination of collective action to repudiate debt publicly and to demand the intervention of third parties to enforce underlying obligations and mitigate power asymmetries. It is this type of repudiation which leads to the demand for public interventions to create regulatory bodies in a Polanyian sense.

Anti-debt movements

The rise of social movements of debtors is one distinctive way in which society protects itself from financial markets. As I show in this section, these stand out as a countermovement to the further commodification of money insofar as they seek to re-shape financial obligations on moral grounds (re-embed the economy), create collective power to balance asymmetries, and target authorities to shape or create regulatory bodies.

Anti-debt movements are the result of a complex process that involves both the agency of activists and the effects of broader social forces, and they may unfold either through slow processes of collective identity formation or as a more immediate response to dramatic events.

Many social movements of debtors arise from dramatic events that make their debt illegitimate, an impossible burden, or both simultaneously, thus pushing people into coordinated action. Such is the case, for example, of the Mexican El Barzón movement. After the liberalization of the Mexican economy in the 1990s, currency exchange and interest rates became free-floating. In 1994, the sudden devaluation of the Mexican peso against the US dollar turned mortgage debts into an impossible burden for many Mexicans, who, in response, organized to defend their properties (Kingsolver, 2008). El Barzón grew out of the organization of farmers spread throughout the country (most notably Jalisco and Zacatecas), and gathered a wide range of people from the middle classes to land-holding farmers, which led it to become a broader political movement (Brumley, 2013).

A similar story can be told about housing mortgage debtors in Spain. Perhaps one of the most documented cases is the Plataforma de Afectados por la Hipoteca (PAH), which began in the city of Barcelona as a reaction to home evictions after the financial crisis of 2008 and the implosion of the Spanish real estate boom. Massive foreclosures sparked after the rise in unemployment rates in the 2010s, which reached 25% of total population and more than 50% of people under the age of 25 (Casellas & Sala, 2017). In this context, citizens organized to resist evictions and demand a fairer mortgage law, which has so far worked in favor of debt repayment and left homeowners to their own fate. The PAH stood as a grassroots organization whose aim was to protect the right of citizens affected by evictions, proposing as a solution the repossession of houses and the transformation of empty properties into social housing. Later, during the rise of the 15 May movement in

2011, it became a hosting organization for many activists seeking to fight austerity policies and home evictions alike. Currently, the PAH network is the most important organization dealing with home evictions and with transforming the Spanish mortgage law (Ordóñez, Feenstra, & Torney, 2015).

Creating a collective identity for debtors

Dramatic events tend to trigger debt repudiation as an immediate response, yet this is not always the case. Even a huge foreclosure crisis, such as the one that followed the financial meltdown of 2007, may not be enough to trigger the mobilization of debtors. As Robinson (2013) shows, for example, no movement followed the high rates of foreclosure among workers of southern California, even though it was among the most affected areas. In this case, a mix of interrelated phenomena prevented workers from mobilizing, such as a community individualistic ideology that suppresses discontent among people suffering foreclosures, the general lack of engagement in civic organizations, and participation in religious organizations that were indifferent or even opposed to any action.

Social movements usually arise when shared feelings of fear and injustice motivate action (Benford, 1997; Castells, 2012). In the case of debt, there are several obstacles that prevent this from happening. On one hand, debt is marketized and experienced as the outcome of individual decisions. If debtors concur freely to take on debt, why would they organize to collectively repudiate it? Moreover, credit is issued under the promise of future repayment, which is endorsed by a sense of moral obligation. So how do debtors change their moral frames, and how do they overcome feelings of shame or guilt to collectively demand debt relief? Seen from this angle, anti-debt movements arise from a complex problem: to change the moral frames of other debtors in order to enlist them and, later, create collective material and symbolic power to both counterbalance the power of financial actors and convince broader publics and political authorities about the necessity of debt relief.

To illustrate these processes, I draw from (though not exclusively) my own research on the rise of social movements of student debtors, conducted in Chile between 2016 and 2017. Chile has one of the most expensive higher education systems in the world (in terms of PPP, purchasing power parity) (Garitzmann, 2016), and different student loan schemes have been systematically used since the 1980s to meet the demand for higher education in a context of low wages. The conflict around student debt began during the early 2010s in the wake of the student movement, which demanded free and public education. By then, the first generation of students indebted to the State Guaranteed Loan (created in 2005) were having to pay back their student loans. Default rates soared to 60%, one third of debtors had to use almost 20% of their monthly income to service their debt, and 60% of defaulters did not even finish up in their chosen careers (González-López, 2018).

In this context, debtors from different loan schemes organized in 2013 to demand debt relief and lower interest rates, among other changes to the educational system. Some of these concerns were tackled during the student mobilizations in 2012, but the demand for debt relief gained momentum at a later point with the transition towards a new higher education system. During the 2017 presidential election, the left-wing candidate Beatriz Sánchez worked hand-in-hand with the movement and proposed a complete remission of student debt, although she did not manage to win the election. The examples I draw from here come from ethnographic research I conducted between 2016 and 2017 in Santiago de Chile with the movement *Deuda Educativa*. It includes 36 recorded interviews with activists, debtors, policymakers, and authorities, as well as countless fieldnotes taken during assemblies, protests, and the everyday coordination of activists through different virtual platforms, most notably WhatsApp.

What stands out in this case is that the first move to politicize (student) debt is to turn it into a collective – rather than individual – phenomenon. Anti-debt movements bring together people who would otherwise not have met or come together in a political movement. They share grievances, feelings of injustice, and anger stemming from the unfair terms of debt contracts, as well as a lack of protection against powerful lenders. However, they are not necessarily aware of these mutual connections. Activists or lone resisters searching for others are needed in any attempt to “collectivize debts” (*id est* to unite people currently bearing the burden of debt in isolation in an acknowledgement that they share the same grievances). This is how *Deuda Educativa* was born, out of the desperate attempts of lone resisters to find others experiencing the same problem and sharing the same feelings of outrage.

Activists connecting debtors with the help of social media made the collectivization of debt possible in Chile, eliciting the feeling of “togetherness,” a fundamental psychological mechanism that helps people overcome fear and engage in social movements (Castells, 2012). But this alone is not enough. In the absence of dramatic events that directly prompt debtors to act (such as home evictions), scholars of social movement teach us that a necessary step to the rise of social movements of debtors is the creation of “collective action frames.” These are the “interpretive packages that activists develop to mobilize potential adherents and constituents” (Polleta & Jasper, 2001: 291), which stand as a precondition for any social movement to arise. It is through these collective action frames that activists seek to target their “sentiment pools” and enlist adherents and supporters, as well as change normative and cultural representations of debt.

Initially, activists needed to create collective action frames to convince other debtors that they were not responsible for getting into debt in the first place, for failing in their payments, or for not being able to catch up with oth-

ers. Collective action frames in this setting help shift blame attribution (Benford & Snow, 2000) from the individual and isolated debtor to those that designed, implemented, and legitimized student loans as a solution to the rising cost of tuition fees: politicians. In other words, collective action frames were crucial to undermining existing conceptions of debt, overcoming the feelings of shame associated with it, and challenging the idea that debtors are individually responsible for their debt.

Bringing people together in parks, assemblies and public debates is a way of both collectivizing student (and other) debt and changing moral frames. People were able to acknowledge that their afflictions were shared by others, and that there were alternative ways of interpreting their own situation. In Chile, one of the most successful ways of doing this was by setting up a Facebook fan page, which today has around 200,000 followers. Such an outlet gave activists real leverage against politicians who have no wish to become the target of their videos, posts, or memes. Social media is a useful resource for this action in at least two ways. First, it provides a virtual space for isolated and dispersed debtors to meet. Second, it becomes a place where activists can foster group solidarity through memes and humorous posts, as well as any content that helps draw boundaries between “them” (the politicians responsible for their debt) and “us” (the victims of badly designed social policies). Group solidarity and collective identity were thus crafted in online platforms as much as in other public forums.

The politicization of debt and the public sphere

A third aspect of the rise of anti-debt movements is the need to address third parties enforcing debt relations, which means that the problem must be made public. This works by challenging moral conceptions about debt in the public sphere.

The case of student debt is again illustrative. The entire world is against debtors. From the point of view of policymakers, debt repudiation seems unnecessary and even unfair, as state subsidies attenuate market forces in considerable ways (Albrecht & Ziderman, 1993). After all, why should anyone revolt if student loans provide interest rates below market prices, flexible payment schemes, and in some cases include debt-relief mechanisms? Common sense is also on the side of governments and creditors. As long as governments issue student loans under the premise that students invest in themselves (human capital) and hence that benefits are private, paying back one’s debt becomes both an economic and a moral imperative. Intellectuals, scholars, journalists, and the like play a crucial role in bringing these collective action frames to broader audiences to convince both public opinion and policymakers. This logic holds true for housing debtors as well. As Jefferson (2013) showed when investigating the reaction of Michigan’s debtors after the foreclosure crisis that

started in 2007, activists and homeowners produced public narratives of suicide or strategic default in order to contradict mainstream narratives that hold debtors responsible for the consequences of their housing debt.

Finally, politicizing debt not only entails the collectivization of debt, but also requires that this collectivity works in a coordinated way. In other words, debtors must unite and create collective power in a way that challenges the power asymmetries between creditors and governments on one side and isolated debtors on the other.

Creating collective power among people with student debt is exceedingly difficult as this takes organizational effort and time. Normally, debtors are no longer students when they become aware of the problem: they have families, jobs, and, of course, a debt to service. They do not belong to the same trade union, nor do they live in the same neighborhood – a key asset in the resistance to home evictions. They therefore need to create their own organizations. In Chile, assemblies with debtors consistently failed, as it was always difficult to bring together people who were both dispersed and busy. Building alliances with actual students was crucial to raise the issue and to occupy public spaces, but it was not enough to bring attention to the problem among authorities (González-López, 2020b). In this scenario, activists in Chile found a more effective way of “organizing debtors”: the judicialization of the struggle. They did this by launching six class actions against banks involved in the SGL (State Guaranteed Loan), which are still in courts. They claim that the contracts that originate student loans violate the country’s consumer protection regulations.

More broadly, as financial obligations are embedded in different legal corporuses, the judicialization of conflicts is a common avenue for debtors to resist debt, and stands as a way of creating or shaping regulatory bodies to protect people from financial markets. Court action has been a common strategy among housing debtors. These have sought to judicialize the conflict in countries such as Croatia, Poland, and Spain, and they have been successful in changing different laws and regulations that institutionalize asymmetric power relations with creditors.

Debt repudiation at the international level

One distinct kind of conflict arising from the commodification of money originates in the relationship between financial powers – markets and states – and peripheral countries. Across several ages and regions, ruling countries – or empires – have exerted their domination and accumulated wealth with the help of debt. The rise of capitalism was no different, with major capital powers relying on external debt to assert their domination over rising republics (Toussaint, 2019). Ever since the establishment of financial markets, credit contracts have been carefully designed to extract wealth from poorer countries and punish default, providing justifications for invasions, the occupation of territories, the

establishment of favorable trading conditions, or the right to access natural resources in indebted countries. In this final section, I outline major features of the conflicts arising from the international debt system.

The history of debt repudiation among states is as long as capitalism itself. In Latin America, for example, the creation of new republics after the independence wars went hand-in-hand with the massive indebtedness of the recently established governments. Since this era, Latin American countries have experienced at least four debt crises which, as Toussaint (2019: 177) shows, are systematically preceded “by a boom in the central economies when a part of the surplus capital was recycled into the peripheral economies.”

External debt exposes power imbalances between creditors and debtors, which many scholars and activists have sought to tackle through the writing of manifestos and campaigns in favor of debt repudiation. Two key elements help elucidate the repudiation of external debt: its origins and its consequences.

Governors can incur debt to repress citizens, pursue personal goals, or wage war against other states, and capitalism favors debt servitude in all events. It makes no distinction between dictatorships and democracies, which depend on financial markets and international credit alike. In this context, several scholars and international organizations have raised the case for debt repudiation at international level under the doctrine of the “odious debt” (Jayachandran & Kremer, 2003). First, in 1927, the Russian lawyer Alexander Sack, in his book *Les effets des transformations des États sur leurs dettes publiques et autres obligations financières*, established that debts contracted by dictators, absolute monarchies, or non-representative governments are illegitimate since they are not issued under consent, are not used for the benefit of the people, and originate from the dishonest machinations of the creditors (Ambrose, 2005).

In any case, the doctrine of “odious debt” is not majoritarian among legal scholars, and such a claim is also not enough to erase the debt held by countries, most of them poor. There need to be institutions and international organizations – or global powers – representing debtors. In recent times, the repudiation of external debt reached its peak in the wake of the external debt crisis in the 1980s and 1990s (Jones, 2013; Kugler, 1987), where debt was conceived as a political tool through which global super powers – not least American banks – exerted their dominance over developing and poor countries (Fridell, 2013a, 2013b, 2013c). As scholars and activists increasingly highlighted the negative effects of external debt on the economic and social performance of indebted countries (Hanlon, 2000), the doctrine of odious debt was used alongside other arguments to campaign for debt relief in the wake of the external debt crises of the 1980s and 1990s.

This points to a second feature relevant to understanding the repudiation of external debt: the effects of this debt. An external debt crisis is simple to understand. Loans that countries from the Global North issue to poor coun-

tries from the Global South originate in development assistance, but end up producing a contrary effect. As interest rates soared during the 1980s, debt payment became a nightmare for impoverished countries, which spent more on servicing debt than on public services, reversing the logic of development assistance between countries. In the end, these countries end up in an endless circle of taking more loans to service their debts (Ambrose, 2005).

According to the study by Pettifor and Greenhill (2003), developing countries in the 1970s owed USD 72.7 bn to the rest of the world, corresponding to around 10% of their collective GDP. However, by 2000 external debt rose to USD 2,527.3 bn, which amounted to 37% of GDP. As a share of GDP, Sub-Saharan countries accounted for the most heavily indebted countries, rising to 75% of GDP in 2000. In absolute terms, though, Latin America stood as the biggest debtor, its total debt having risen to USD 809 bn, or just under 40% of GDP. The external debt crisis of the 1980s in Latin America provided a precedent for the way in which international organizations would handle external debt over the coming decades. The loan package that the IFM put together to bailout Mexico became a template for the negotiations that would ensue in the 1990s in countries such as Indonesia, South Korea, Russia, and Brazil (Williams, 2001). It attached conditions that would re-orient the trajectories of developing countries from the import substitution to trade openness and cuts in social spending.

During the 1990s, external debt was tackled by an unprecedented global campaign that advocated cancellation of the external debt of poor countries, an initiative known as the Jubilee 2000 movement (Ambrose, 2005; Fridell, 2013c; Reyes Tagle & Sehm Patomäk, 2007; Somers, 2017). This campaign originated from the writings of British scholar Martin Dent in the 1990, which sought to link the turn of the new millennium with the ancient Biblical mandate of Jubilee. Working with the Debt Crisis Network, originally launched to demand debt relief for Third World countries, it assembled a platform that included Third World leaders to lobby the IMF and the World Bank. It enlisted political and religious leaders from Africa, the Americas, and Europe, who met the chief executive of the IMF in 1996 to discuss Third World debt and make a decisive step towards the Heavily Indebted Poor Countries initiative (HIPC). The campaign launched an aggressive agenda that included meetings in different regions of the world, recruiting Catholic and Evangelical churches alongside local movements to support the initiative (Busby, 2007). The most eloquent move of the Jubilee 2000 movement was to systematically gather 10,000 people at the WTO and G8 summits in 1997, 1998, 1999 and 2000 to demand debt relief on at least four grounds: unpayable debt that requires the sacrifice of poor people; debts that had been already paid in real terms; debt accrued to poorly designed programs; and odious debt inherited from predecessors. Similar manifestations were held in debtor countries, which successfully connected trade unions, grassroots organizations, churches, local activists opposing the IMF, and international activists.

Jubilee 2000 was distinctive because it stood as a “global civil society” campaign. From the viewpoint of civil society, the collective action frame mobilized against external debt was switching the approach to overseas aid from “charity” to “global justice.” The demand for debt cancelation was thus framed around concepts like “human rights” and the “historical debt” of the North to the Global South. In the end, the campaign did not manage to erase debt as intended, but it pushed the IMF to implement debt-relief programs, the most famous being the Heavily Indebted Poor Countries debt initiative (HIPC). To date, these initiatives have relieved more than USD 100 billion in debt from 37 countries, 80% of which are concentrated in Africa. As critics have pointed out, however, debt relief programs run by international agencies work as a tool for concealing underlying power relations between countries, while simultaneously neutralizing the political underpinnings of debt relations (Fridell, 2013c).

CONCLUSIÓN

In this article, I have drawn on Karl Polanyi’s work to frame both the financialization of society and different forms of debt repudiation as a “double movement” characterized by a second wave of money commodification and the attempts by society to protect itself from the advancement of finance. Polanyi’s notion of double movement helps us place the repudiation of debt in a historical context, shedding light on the way in which the second wave of money commodification produces a systemic interdependence with the commodification of both labor and land. It also draws attention to how the expansion of finance entails a re-shaping of cultural institutions, which in turn engenders a reaction from society to protect itself from debt relations asserted through both internal and external means of coercion.

Mapping a wide range of anti-debt movements at national and international level, I have explored the conditions and processes that lead to a conscious repudiation of debt in a collective fashion. The way actors seek to repudiate debt differs across types of debt (housing, student loans, external debt) and context but, as a common ground, it entails the re-embedding of financial relations in new moral hierarchies, which establish *who shall pay to whom and at what cost*. This challenge broadly shared the same conceptions about the legitimacy of debt. As the analysis shows, changing these conceptions at the individual and social levels is a precondition for the politicization of debt in the public sphere.

Several questions still remain open for investigation, such as why social movements of debtors arise in some countries or areas and not in others; what repertoires characterize debtors’ actions across the globe; how they turn into broader political movements, such as El Barzón or the Plataforma de Afectados por la Hipoteca; what kind of narratives work best for politicizing debt in the public sphere; what tactics they deploy to counterbalance powerful creditors; and when they succeed and when they do not. This article provides

a first step in this direction by offering a broad picture of the advancement of finance and the way it encounters different forms of resistance in society.

Received on 25/May/2020 | Revised on 09/Feb/2021 | Approved on 09/Feb/2021

Felipe González-López is associate professor at the Universidad Central de Chile, where he leads since 2020 the Max Planck Partner Group for the Study of the Economy and the Public. He got his PhD in Sociology from the Max Plank Institute for the Study of Societies, in Cologne, where he researched the financialization of households. During his postdoctoral research in Chile, he researched the conditions that lead to the rise of social movements of debtors. His latest publications include “The financialization of social policy and the politicization of student debt in Chile” and “Micro-credit and The Financialization of Low-income Households”, “Big data, algoritmos y política: las ciencias sociales en la era de las redes digitales” y “Crédito, deuda y gubernamentalidad financiera en Chile.”

BIBLIOGRAPHY

- Albrecht, Douglas & Ziderman, Adrian. (1993). Student Loans: an effective instrument for cost recovery in higher education? *The World Bank Research Observer*, 8/1, p. 71-90. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/3986488>.
- Ambrose, Soren. (2005). Social movements and the politics of debt cancellation. *Chicago Journal of International Law*, 6/1.
- Asonuma, Tamon. (2016). Serial sovereign defaults and debt restructurings. Retrieved from <https://www.imf.org>.
- Benford, Robert D. (1997). An insider's critique of the social movement Framing Perspective*. *Sociological Inquiry*, 67/4, p. 409-430. doi:10.1111/j.1475-682X.1997.tb00445.x.
- Benford, Robert D. & Snow, David A. (2000). Framing processes and social movements: an overview and assessment. *Annual Review of Sociology*, 26, p. 611-639. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/223459>.
- Berglund, Oscar. (2018). Contesting actually existing austerity. *New Political Economy*, 23/6, p. 804-818. doi:10.1080/13563467.2017.1401056.
- Block, Fred & Somers, Margaret R. (2014). *The power of market fundamentalism. Karl Polanyi's Critique*. London: Harvard University Press.
- Brumley, Krista M. (2013). From responsible debtors to citizens: collective identity in the debtors' movement in Monterrey, Mexico. *Journal of Contemporary Ethnography*, 42/2, p. 135-168.
- Busby, Joshua W. (2007). Bono made Jesse Helms cry: jubilee 2000, debt relief, and moral action in international politics. *International Studies Quarterly*, 51/2, p. 247-275. doi:10.1111/j.1468-2478.2007.00451.x.
- Caffentzis, George. (2013). Reflections on the history of debt resistance: the case of El Barzón. *South Atlantic Quarterly*, 112/4, p. 824-830. doi:10.1215/00382876-2345315.
- Calder, Lendol. (1999). *Financing the American dream: a cultural history of consumer credit*. Princeton: Princeton University Press.
- Calhoun, Craig. (2013). Occupy Wall Street in perspective. *The British Journal of Sociology*, 64/1, p. 26-38. doi:10.1111/1468-4446.12002.

Caraus, Tamara. (2016). Debt resistance: beyond or within capitalism. *Filozofija i Drustvo*, 27/1.

Casellas, Antonia & Sala, Eduard. (2017). Home eviction, grassroots organisations and citizen empowerment in Spain. In Brickell, Katherine; Fernández Arrigoitia, Melissa & Vasudevan, Alexander (eds.). *Geographies of forced eviction: dispossession, violence, resistance*. London: Palgrave Macmillan, p. 167-190.

Castells, Manuel. (2012). *Networks of outrage and hope: social movements in the internet age*. Cambridge: Polity Press.

Clapp, Jennifer. (2014). Financialization, distance and global food politics. *The Journal of Peasant Studies*, 41/5, p. 797-814. doi:10.1080/03066150.2013.875536.

Dale, Gareth. (2010). *Karl Polanyi. The limits of the market*. Cambridge: Polity Press.

Davey, Ryan. (2019). Suspensory indebtedness: time, morality and power asymmetry in experiences of consumer debt. *Economy and society*, 48/4, p. 532-553. doi:10.1080/03085147.2019.1652985.

Davis, Gerald F. & Kim, Suntae. (2015). Financialization of the economy. *Annual Review of Sociology*, 41/1, p. 203-221. doi:10.1146/annurev-soc-073014-112402.

Della Porta, Donatella. (2015). *Social movements in times of austerity: bringing capitalism back into protest analysis*. Cambridge: Polity Press.

Deville, Joe et al. (2016). Domesticizing financial economies. Studies of finance in between market devices, everyday calculation and government. Paper presented at the Debt Trails Workshop, Budapest.

Diani, Mario. (1992). The concept of social movement. *The Sociological Review*, 40/1, p. 1-25. doi:10.1111/j.1467-954X.1992.tb02943.x.

Eaton, Charlie et al. (2016). The financialization of US higher education. *Socio-Economic Review*, 14/3, p. 507-535. doi:10.1093/ser/mwv030.

Erturk, Ismail et al. (2007). The democratization of finance? Promises, outcomes and conditions. *Review of International Political Economy*, 14/4, p. 553-575. doi:10.2307/25261930

Fligstein, Neil & Goldstein, Adam. (2015). The emergence of a finance culture in American households, 1989-2007. *Socio-Economic Review*, 13/3, p. 575-601. doi:10.1093/ser/mwu035.

Fligstein, Neil & Shin, Taekjin. (2007). Shareholder value and the transformation of the U.S. economy, 1984-2001. *Sociological Forum*, 22/4, p. 399-424. doi:10.1111/j.1573-7861.2007.00044.x.

Fridell, Gavin. (2013a). Debt politics and the free trade 'package': the case of the Caribbean. *Third World Quarterly*, 34(4), p. 613-629. doi:10.1080/01436597.2013.786286.

Fridell, Gavin. (2013b). Introduction – Politicising debt and development: activist voices on social justice in the new millennium. *Third World Quarterly*, 34(8), p. 1492-1496. doi:10.1080/01436597.2013.841389.

Fridell, Gavin. (2013c). Politicising debt and development: activist voices on social justice in the new millennium. *Third World Quarterly*, 3/4, p. 726-745. doi:10.1080/01436597.2013.786294.

Garritzmann, Julian L. (2016). *The political economy of higher education finance: the politics of tuition fees and subsidies in OECD countries, 1945-2015*. London: Palgrave Macmillan.

Geisst, Charles. (2009). *Collateral damaged: the marketing of consumer debt to America*. New York: Bloomberg Press.

González-López, Felipe. (2020a). Micro-credit and the financialization of low-income households. In: Mader, Philip; Mertens, Daniel & Van der Zwan, Natascha (eds.). *The Routledge international handbook of financialization*. London: Routledge, p. 301-311.

González-López, Felipe. (2020b). The financialization of social policy and the politicization of student debt in Chile. *Journal of Cultural Economy*, 1/18. doi:10.1080/17530350.2020.1831574.

González-López, Felipe. (2018). Crédito, deuda y gubernamentalidad financiera en Chile. *Revista Mexicana de Sociología*, 80, p. 881-908. Retrieved from http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-25032018000400881&nrm=iso.

Graeber, David. (2011). *Debt, the first 5,000 years*. New York: Melville House.

Guzmán, Sebastian G. (2015). "Should I trust the bank or the social movement?" Motivated reasoning and debtors' work to accept misinformation. *Sociological Forum*, 30/4, p. 900-924. doi:10.1111/socf.12201.

Hanlon, Joseph. (2000). How much debt must be cancelled? *Journal of International Development*, 12/6, p. 877-901. doi:10.1002/1099-1328(200008)12:6<877::AID-JID720>3.0.CO;2-9.

Jasper, James. (2004). A strategic approach to collective action: looking for agency in social-movement choices. *Mobilization: An International Quarterly*, 9/1, p. 1-16. doi:10.17813/maiq.9.1.m112677546p63361.

Jayachandran, Seema & Kremer, Michael. (2003). Odious debt. *Wall Street Journal*, 96/1, p. 82-92.

Jefferson, Anna. (2013). Narratives of moral order in Michigan's foreclosure crisis. *City & Society*, 25/1, p. 92-112. doi:10.1111/ciso.12006.

Jones, Tim. (2013). Debt and power: global injustices and grassroots alternatives. *Third World Quarterly*, 34/8, p. 1497-1498. doi:10.1080/01436597.2013.841390.

Kingsolver, Ann. (2008). "As we forgive our debtors": Mexico's El Barzón Movement, bankruptcy policy in the United States, and the ethnography of neoliberal logic and practice. *Rethinking Marxism*, 20/1, p.13-27. doi:10.1080/08935690701739881.

Krippner, Greta R. (2011). *Capitalizing on crisis: the political origins of the rise of finance*. Cambridge: Harvard University Press.

Krippner, Greta R. (2005). The financialization of the American economy. *Socio-Economic Review*, 3/2, p.173-208. doi:10.1093/SER/mwioo8.

Kugler, Jacek. (1987). The politics of foreign debt in Latin America a study of the debtors' cartel. *International Interactions*, 13/2, p. 115-144. doi:10.1080/03050628708434671.

Langley, Paul. (2010). *The everyday life of global finance: saving and borrowing in Anglo-America*. Oxford: Oxford University Press.

- Langley, Paul. (2008). Financialization and the consumer credit boom. *Competition & Change*, 12/2, p. 133-147. doi:10.1179/102452908x289794.
- Lapavistas, Costas. (2011). Theorizing financialization. *Work, Employment & Society*, 25/4, p. 611-626. doi:10.1177/0950017011419708.
- Larson, Ann. (2014). The case for debt resistance. *New Labor Forum*, 23/2, p. 50-56. doi:10.1177/1095796014526703.
- Levien, Michael. (2007). India's double-movement: Polanyi and the National Alliance of People's movements. *Berkeley Journal of Sociology*, 51, p. 119-149. Retrieved from www.jstor.org/stable/41035623.
- Macheda, Francesco. (2012). The role of pension funds in the financialisation of the Icelandic economy. *Capital & Class*, 36/3, p. 433-473. doi:10.1177/0309816812460753.
- Mader, Philip. (2015). *The political economy of microfinance: financializing poverty*. Houndmills: Palgrave Macmillan.
- Mader, Philip; Mertens, Daniel & Van der Zwan, Natascha. (2020). *The Routledge international handbook of financialization*. London: Routledge.
- Manning, Robert. (2001). *Credit card nation: the consequences of America's addiction to credit*. New York: Basic Books.
- Marchini, Geneviève. (2004). Financial liberalisation, the banking crisis and the debtors' movement in Mexico. *Portal*, 1/2.
- Martin, Randy. (2008). *Financialization of daily life. Financialization at work*. Philadelphia: Temple University Press.
- Montgomerie, Johnna. (2013). America's debt safety-net. *Public Administration*, 91/4, p. 871-888. doi:10.1111/j.1467-9299.2012.02094.x.
- Montgomerie, Johnna. (2006). Giving credit where it is due: public policy and household indebtedness in Anglo-America. *Policy and Society*, 25/3, p. 109-142.
- Montgomerie, Johnna & Tepe-Belfrage, Daniela. (2019). Spaces of debt resistance and the contemporary politics of financialised capitalism. *Geoforum*, 98, p. 309-317. doi:<https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2018.05.012>.

Ocampo, José Antonio et al. (2014). *La crisis latinoamericana de la deuda desde la perspectiva histórica*. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe.

Ordóñez, Vicente; Feenstra, Ramón A. & Torney, Simon. (2015). Citizens against austerity a comparative reflection on Plataforma de Afectados por la Hipoteca (PAH) and Bündnis Zwangsäumung Verhindern (BZV). *Araucaria: Revista Iberoamericana de Filosofía, Política, Humanidades y Relaciones Internacionales*, 17/34, p. 133-154.

Peebles, Gustav. (2010). The anthropology of credit and debt. *Annual Review of Anthropology*, 39, p. 225-240. doi:10.2307/25735109.

Pellandini-Simányi, Léna; Hammer, Ferenc & Vargha, Zsuzsanna. (2015). The financialization of everyday life or the domestication of finance? *Cultural Studies*, 29/5-6, p. 733-759. doi:10.1080/09502386.2015.1017142.

Pettifor, Ann & Greenhill, Romilli. (2003). Debt relief and the millenium development goals. Retrieved from Human Development Report Office. Occasional Paper. Background paper for HDR.

Polanyi, Karl. (1945). *La gran transformación*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica.

Polleta, Francesca & Jasper, James M. (2001). Collective identity and social movements. *Annual Review of Sociology*, 27, p. 283-305.

Quinn, Sarah Lehman. (2010). *Government policy, housing, and the origins of securitization, 1780-1968*. Doctoral thesis. Sociology Department/University of California.

Ramsay, Iain. (2012). Between neo-liberalism and the social market: approaches to debt adjustment and consumer insolvency in the EU. *Journal of Consumer Policy*, 35/4, p. 421-441. doi:10.1007/s10603-012-9210-0.

Reyes Tagle, Yovana & Sehm Patomäk, Katarina. (2007). The rise and development of the global debt movement. A North-South dialogue. Retrieved from Civil Society and Social Movements Programme Paper, 28.

Robinson, J. Gregg. (2013). The white working-class and the foreclosure crisis: tracing the roots of a failed move-

ment in southern California. *Sociological Perspectives*, 56/1, p. 131-159. Retrieved from www.jstor.org/stable/10.1525/sop.2012.56.1.131.

Rona-Tas, Akos & Guseva, Alya. (2018). Consumer credit in comparative perspective. *Annual Review of Sociology*, 44/1, p. 55-75. doi:10.1146/annurev-soc-060116-053653.

Ross, Andrew. (2014). You are not a loan: a debtors movement. *Culture Unbound*, 6, p. 179-188.

Sack, Alexander. (1927). *Les effets des transformations des États sur leurs dettes publiques et autres obligations financières*. Paris: [s.n.].

Silver, Beverly J. & Arrighi, Giovanni. (2003). Polanyi's "Double movement": the belle époques of British and U.S. hegemony compared. *Politics & Society*, 31/2, p. 325-355. doi:10.1177/0032329203252274.

Soederberg, Susanne. (2013). The politics of debt and development in the new millennium: an introduction. *Third World Quarterly*, 34/4, p. 535-546. doi:10.1080/01436597.2013.786281.

Somers, Jean. (2017). Transnational debt movements: challenging States and international decision-makers, or Intermeshed with these? *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 28/3, p. 1054-1077. doi:10.1007/s11266-015-9619-6.

Streeck, Wolfgang. (2014). *Buying time: the delayed crisis of democratic capitalism*. London: Verso.

Tomz, Michael & Wright, Mark L. J. (2013). Empirical research on sovereign debt and default. *Annual Review of Economics*, 5/1, p. 247-272. doi:10.1146/annurev-economics-061109-080443.

Toussaint, Éric. (2019). *The debt system. A history of sovereign debts and their repudiation*. Chicago: Highmarket Books.

Trumbull, Gunnar. (2014). *Consumer lending in France and America: credit and welfare*. Cambridge: Cambridge University Press.

Van der Zwan, Natascha. (2014). Making sense of financialization. *Socio-Economic Review*, 12/1, p. 99-129. doi:10.1093/ser/mwto20.

Williams, Heather. (2001). Of free trade and debt bondage: fighting banks and the State in Mexico. *Latin American Perspectives*, 28/4, p. 30-51. doi:10.1177/0094582x0102800403.

Williams, Heather. (1996). *Planting trouble: The Barzón Debtors' Movement in Mexico*. San Diego: University of California.

Worth, Owen. (2013). Polanyi's magnum opus? Assessing the application of the counter-movement in international political economy. *The International History Review*, 35/4, p. 905-920. doi:10.1080/07075332.2013.817464.

Ziderman, Adrian. (2013). Student loan schemes in practice: a global perspective. In: Heller, Donald E. (ed.). *Student financing of higher education. A comparative perspective*. Abingdon: Routledge, p. 32-60.

**A SOCIEDADE CONTRA OS MERCADOS.
A MERCANTILIZAÇÃO DO DINHEIRO E
O REPUDIA DA DÍVIDA**

Resumo

Dos movimentos sociais de endividados no México, Espanha, Polônia, Croácia e Chile aos movimentos Occupy nos Estados Unidos, Israel e Canadá, as organizações que repudiam tanto a dívida quanto a centralidade dos mercados financeiros proliferam em todo o mundo. Neste artigo, me apoio na obra de Polanyi para enquadrar a financeirização da sociedade e as diferentes formas de repúdio ao endividamento como um duplo movimento, caracterizado como uma segunda onda de mercantilização do dinheiro e das tentativas da sociedade de se proteger do avanço das finanças. Baseando-me na literatura secundária e em minha própria investigação etnográfica sobre movimentos sociais de endividados, exploro as semelhanças e diferenças entre as diversas formas de repúdio à dívida por meio de ação coletiva, tanto em nível nacional quanto internacional.

Palavras-chave

Financeirização;
Karl Polanyi;
duplo movimento;
repúdio à dívida;
movimentos sociais de endividados.

**SOCIETY AGAINST MARKETS. THE COMMODIFICATION
OF MONEY AND THE REPUDIATION OF DEBT**

Abstract

From anti-debt movements in Mexico, Spain, Poland, Croatia, and Chile to the Occupy movements in the United States, Israel and Canada, organizations repudiating both debt and the centrality of financial markets have proliferated worldwide. In this article, I draw on Polanyi's work in order to frame the financialization of society and different forms of debt repudiation as a double movement, characterized as a second wave of the commodification of money and the attempts by society to protect itself from the advancement of finance. Relying on a secondary literature and my own ethnographic research on debtors' movements, I explore the commonalities and differences between diverse forms of repudiating debt through collective action at both national and international level.

Keywords

Financialization;
Karl Polanyi;
double movement;
debt repudiation;
anti-debt movements.

MERCADOS E PRAÇAS DE MERCADO: KARL POLANYI E O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Neste artigo exploramos distinções conceituais, concebidas por Karl Polanyi, entre mercado, sistema de mercados formadores de preços e praça de mercado, para mostrar como podem ser úteis para pesquisas atuais sobre a evolução do capitalismo, particularmente, as que estudam salões de exposição e plataformas digitais.¹ Num primeiro momento, evocamos, de maneira breve, a contribuição de Polanyi para repensar o conceito de mercado tal como manipulado pela literatura econômica, ao operar a distinção entre os conceitos de praça de mercado e mercado formador de preço, assim como seu esforço em *A grande transformação* (Polanyi, 1983) para colocar em evidência a historicidade do sistema de mercados formadores de preço (também denominado sistema capitalista por outros autores), apoiando-se em trabalhos de antropologia social e de história. Em seguida, exploramos a ideia de que o conceito de praça de mercado não é apenas útil para a análise das sociedades primitivas ou camponesas, mas é também pertinente para analisar o sistema capitalista contemporâneo e seus desdobramentos. Com esse intuito, recorreremos a trabalhos etnográficos e/ou sociológicos, sobre praças de mercado do mundo contemporâneo, selecionados no decorrer de uma trajetória de pesquisa empírica e bibliográfica.² Entre os efeitos múltiplos que podem ser observados por meio da literatura, veremos como a praça de mercado pode ser criadora de valor, especialmente simbólico, mas também material, assim como pode estar na origem de nova diferenciação social. Assim, o conceito de praças de mercado pode contribuir para o estudo da evolução dos sistemas de mercado na era da mundialização.

As preocupações de Polanyi com os efeitos nefastos do sistema de mercados formadores de preço (mercados capitalistas) sobre a democracia perpassam sua obra como um todo. Em *A grande transformação* (Polanyi, 1983), ele mostrou como a economia, organizando-se inteiramente à base de mercados interconectados, a partir do século XIX, tendeu a separar-se das outras instituições sociais que a controlavam, para tornar-se instituição dominante, supostamente autorregulável. Paralelamente a publicações de cunho mais político, tais como *Our obsolete market mentality* (Polanyi, 1968) empreendeu um trabalho de pesquisa sobre a gênese da economia e do sistema de mercados que marcou o pensamento das ciências sociais contemporâneas. Recrutado pela Universidade de Columbia, New York, em 1947, junto com Conrad Arensberg, ele se debruçou sobre as sociedades primitivas, em busca de outras formas de inscrição de mercados na organização social e de outros modos de circulação de bens e serviços diferentes dos mercantis (reciprocidade, redistribuição etc.). Fixou um programa de pesquisa sobre as origens das instituições econômicas, que se somou às suas reflexões a partir de Bronislaw Malinowski e Richard Thurnwald, e o levou à formulação de que a economia não existe, separadamente, como sistema nessas organizações sociais, mas “imbricada” (*embedded* no original) em outras instituições: parentesco, religião, sistema político etc. Um grupo composto por antropólogos, historiadores da antiguidade, sociólogos e economistas trabalhou na crítica da teoria econômica, na construção de tipologias de sistemas econômicos, em especial sobre o mercado e o uso da moeda. Esses trabalhos, reunidos sob o título *Trade and market in the early empires: economies in history and theory* (Polanyi, 1957) trouxeram, a partir dos exemplos empíricos estudados, uma nova definição da economia, que demonstra ser a existência do econômico sob forma de instituições separadas e independentes das demais uma exceção histórica, de maneira alguma algo intrínseco à natureza humana. O “sistema de mercados autorregulável”, suposto pelos economistas, é uma construção histórica que presumiu a performatividade das teorias elaboradas pelos especialistas dessa disciplina (MacKenzie, Muniesa & Siu, 2007). *Trade and market* esteve na origem de um grande debate entre seus seguidores, nomeados substantivistas, e seus opositores, ditos formalistas – estes últimos buscando preservar a universalidade do domínio econômico, considerada pelos adeptos dos economistas neoclássicos – com concepções retomadas por certos cientistas sociais, como Talcott Parsons, que lhe enviou manuscritos de *Economy and society* (Parsons & Smelser, 1956) ainda inédito, a quem Polanyi (1957) agradece, na Introdução ao livro, que apresenta dois de seus capítulos voltados para o debate com o mais influente sociólogo norte-americano na época. Scott Cook (1966), na prestigiosa *American Anthropologist*, dá início ao longo e denso debate em “antropologia econômica”, que implicou artigos em revista, coletâneas de ambas as escolas de pensamento e etnografias adequadas de uma ou de outra posição teórica. Diversidade de sistemas econômicos, no tempo e no espaço, contra unicidade dos modos de existência da atividade econômica;

caráter histórico dos conceitos adequados à economia capitalista, *versus* caráter universal dos conceitos de economias de mercado; tal é o ponto central das controvérsias em ciências sociais, desde o final dos anos 1950.

Os estudos empíricos realizados sobre a Antiguidade e sobre sociedades contemporâneas não ocidentais focalizaram, em grande medida, locais onde trocas mercantis se passavam com regularidade periódica; tais espaços são conceituados como praças de mercado. Essas reuniões repetidas de compradores e vendedores de bens, nas quais ocorrem muitas outras interações, como espetáculos de arte, reuniões políticas, cerimônias religiosas em espaços adjacentes, competições esportivas etc., são distinguidas do conceito de mercado, tal como usado pelos economistas, que supõe o encontro potencial de compradores e vendedores de bens e serviços, unicamente com esse fim, com frequência ocorrendo de forma desterritorializada e provocando flutuação dos preços dos bens trocados. O pressuposto do mercado é que haja uma multiplicidade de indivíduos ou grupos interessados em vender os bens e serviços que possuem, confrontados regularmente com uma multiplicidade de indivíduos ou grupos interessados em adquirir tais mercadorias. Essa atenção particular em direção ao estudo de praças de mercados e das moedas que servem ao intercâmbio dos bens e serviços permitiu a Polanyi mostrar a particularidade dos circuitos restritos de trocas mercantis em determinadas sociedades, que de forma alguma se vinculam a intercâmbios generalizados da quase totalidade dos bens e serviços, como em sociedades capitalistas. A passagem de mercados isolados, e regulados por autoridades específicas, a mercados interconectados, cujos agentes das trocas tomam decisões apenas em função dos interesses econômicos, é processo histórico particular de importância capital. Por isso mesmo é o objeto central do livro *A grande transformação*, em que o autor analisa como a terra e o trabalho se transformam em mercadorias, provocando a interdependência do conjunto dos mercados existentes. Em capítulo do *Trade and market*, intitulado “A economia enquanto processo instituído”, Polanyi chama atenção para o fato de que, até então, eram os economistas que definiam os problemas sociológicos existentes na esfera da economia, afirmando a universalidade da racionalidade induzida por mercados, definindo a economia de uma maneira formal, como modo de enfrentar problemas de raridade e de maximização de uso dos recursos escassos: uma definição da economia que decorria da observação exclusiva da Europa Ocidental e dos EUA, em época recente, onde existia um sistema de mercados formadores de preço (em que trabalho, moeda e terra viraram mercadorias). A observação atenta de outras sociedades, por historiadores e antropólogos, os confrontava porém com grande variedade de instituições diferentes do mercado para trocas correntes, marcadas pela dominância dos princípios da reciprocidade e da redistribuição, nas quais estavam “imbricados” para regular a produção e a circulação dos meios de subsistência das pessoas. Vemos assim, que os conceitos de praças de mercado, mercado (no sentido de categoria utili-

zadas pelos agentes contemporâneos) e sistemas de mercados formadores de preço se referem a coisas diferentes, que apontam para configurações sociais com perfil próprio, dando lugar a interações sociais diversificadas e evidenciando que tais conceitos nunca podem ser tomados como sinônimos.

Esses exemplos permitiram perceber que a transformação dos mercados em um sistema autorregulador, dotado de uma potência avassaladora e capaz de desregular e forçar transformações em outros subsistemas sociais, não é o resultado de uma tendência à proliferação espontânea, inerente às praças de mercado, mas antes uma consequência de estimulações administradas ao corpo social por certos agentes, e Polanyi menciona que os princípios do *laissez-faire* nada tinham de natural. Os mercados livres nunca se teriam expandido se as interações mercantis fossem movidas apenas pelo movimento que determina sua existência. Foram atos políticos que modificaram os modos das interações mercantis e dotaram os mercados da potência que passaram a exhibir. Assim, segundo Polanyi (1983: 189), “as manufaturas de algodão na Inglaterra, principal indústria do ‘livre comércio’, foram criadas com a auxílio de ajudas tarifárias protecionistas, incentivos à exportação, subsídios indiretos aos salários; o próprio *laissez-faire* foi imposto pelo Estado. [...] O liberal utilitarista vê no governo o grande agente da realização da felicidade”.

Ao opor o estudo de praças de mercado, lugar físico em que se encontram com regularidade os comerciantes e sua clientela, como as feiras, em que pessoas se reúnem, ofertando e demandando produtos ou serviços, ao conceito de mercado, modalidade de regulação da transferência de bens de indivíduos (ou grupos, ditos ofertantes) para outros indivíduos (ou grupos, ditos demandantes) por meio da flutuação dos preços, que não precisa se materializar em um espaço físico apenas, tal autor abriu a possibilidade de estudar, etnograficamente, praças de mercado existentes em sociedades não ocidentais na África (Bohannan, Dalton, 1962; Pialult, 1971), mas também na própria sociedade capitalista, nos países europeus (de La Pradelle, 1996), na Ásia (Skinner, 1964) e na América Latina (1957). Karl Polanyi nunca se dedicou a estudos de praças de mercado no sistema capitalista; sua preocupação era enunciar o caráter histórico do mercado autorregulador e denunciar seus efeitos perversos. A análise das praças de mercado, das sociedades ditas primitivas ou de épocas mais remotas, era uma maneira de mostrar a peculiaridade do lugar da economia e do mercado em nossa sociedade, e também que essas configurações sociais não podiam ser tomadas como um embrião do sistema de mercados, que nelas teria apenas seu ponto inicial e passageiro. No entanto, para Polanyi (1957: 189), o mercado autorregulador não deixa de se realizar em condições muito concretas: “O *laissez-faire* nada tem de natural, os mercados livres não poderiam ter aparecido se as coisas tivessem ficado iguais a si mesmas”. A dominância do sistema econômico pelos mercados, todavia, tem efeitos irresistíveis sobre a organização inteira da sociedade: a sociedade passa a existir como apêndice

de mercados. Em vez de a economia estar imbricada nas relações sociais, são as relações sociais que estão imbricadas no sistema econômico, e os outros domínios sociais se tornam subordinados aos movimentos do mercado; isso não impede que a sociedade tente resistir ao sistema de mercado, como se observa na transferência de órgãos humanos, em operações cirúrgicas, concebidos com “dons”, mas nunca como operações de compra e venda (Steiner, 2010), uma vez que as transações têm materialidade, por mais que sejam pensadas como algo abstrato. Essa materialidade das relações mercantis não escapou a Polanyi quando ele menciona os regulamentos que facilitaram a instalação do mercado autorregulável e os combates que acompanham o desenvolvimento do mercado.³ Se, para os economistas, o mercado é um mecanismo abstrato no qual oferta e demanda se confrontam por meio de flutuação de preços, nosso autor se preocupa em compreender as condições concretas que permitem essa confrontação entre a oferta e a demanda, e seu ajustamento mútuo mediante transações com flutuação de preços. A evidência atual da existência material dos modos de operar da lei da oferta e da procura não deve impedir o entendimento da maneira como pessoas e bens se tornam parte integrante da curva da oferta e como pessoas dispondo de meios de troca se agrupam na curva da demanda para os adquirir.

PRAÇAS DE MERCADO: FORMAS REMANESCENTES DE UNIVERSOS TRADICIONAIS?

Formatada segundo o paradigma do mercado autorregulável, a sociedade de mercado é muitas vezes vista como não precisando de praças de mercado, conhecendo outras formas de distribuição que parecem, aos olhos de alguns, melhor satisfazer suas exigências de rentabilidade e de racionalidade. Segundo Michèle de la Pradelle (1996: 11), “É em virtude de um economicismo muitas vezes implícito que somente as praças de mercado exóticas ou arcaicas podiam ser objeto de etnografia (como se a etnografia não pudesse ser útil para estudo da economia)”. Dessa forma, uma vez que se generalizou a extensão do mercado, as praças de mercado constituem cada vez menos objetos de pesquisas tidos como pertinentes. Ora, as praças de mercado não existem apenas como formas remanescentes de universos tradicionais nem como instituições que pretendem resistir ao capitalismo, como no caso das praças de mercado alternativas, analisadas por Paul Albinsson e Yasanti Perera (2012), no sul dos EUA, no começo do século. Longe de ser abandonadas em ambientes capitalistas, elas tendem a se multiplicar e a se diversificar, com o decorrer do tempo e, sobretudo, na atualidade, haja vista a criação, permanência e centralidade de bolsas de valores (Hassoun, 2000a, 2000b; Müller, 2006; Muniesa, 2007). As feiras em que se abastece a população para a vida quotidiana não deixaram de existir, nem na capital francesa (Lallement, 2010). No Paraguai diferenças de tributação estão na origem de uma vasta praça de mercado na fronteira com o Brasil (Rabossi,

2004). Na Europa, os leilões decrescentes para a venda de frutas, legumes e gado foram criados para se contrapor ao predomínio de relações pessoais durante as trocas e se aproximar do paradigma de mercado como mecanismo impessoal, como o imaginam os economistas (Bousquet, 1969; Vaudois, 1985 Garcia Parpet, 2003). Se as feiras são particularmente numerosas para os bens artísticos (Moulin, 1992; Quemín, 1994; Bueno, 2005), elas existem também para outros bens, tais como automóveis, móveis, aviões, turismo etc. (Pulman, 2019) e tecnologias de gestão (Piçanco, 2018). Na França, no Brasil, na Turquia, nos EUA, as feiras, salões ou festivais para promoção de um produto particular se multiplicaram: por exemplo, no Brasil, as feiras ou salões de cerveja (Krohn, 2017) e de gado (Leal, 2008). Feiras e salões de exposição de vinho, filmes e livros mostram que esses eventos podem ser decisivos no entendimento da expansão, criação e recomposição de mercados globalizados (Garcia Parpet, Leclerc & Sorá, 2015). Símbolos da modernidade, enfim, as praças de mercado digitais (plataformas), por sua vez, se desenvolvem, segundo Ursula Huws (2016), a um ritmo exponencial, mundo afora. Brisset e Naegelen (2008) mostram assim a evolução fulgurante de E-bay. Plataformas generalistas propõem produtos não virtuais, tais como serviços de realização de compras, de *baby-sitting* e outros pequenos trabalhos que não requerem formação específica (a exemplo do TaskRabbit, que tem filiais em vários países), ou produtos virtuais, como *design* gráfico, programação informática e duplicação de dados, que se desenvolvem, independentemente da localização geográfica dos ofertantes e demandantes e, por isso mesmo, têm muitas vezes envergadura mundial (Casilli, 2017). Ou, ainda, o Google, que aparentemente nada apresenta para vender, mas recolhe inúmeros dados que se tornam objeto de transação posterior.

Essas praças de mercado têm efeitos *sui generis* e, portanto, sua análise é indispensável, em contraponto ao conceito de mercado, no sentido assumido pelos economistas *mainstream*, ou seja, um mecanismo abstrato em que, por meio da flutuação de preços, oferta e demanda se confrontam e se ajustam. Esses tipos de concentrações da oferta e da demanda em espaços específicos não são neutros do ponto de vista das transações, da criação de valor dos produtos, das relações sociais envolvidas entre os agentes, das categorias sociais que participam das trocas e, em consequência, da repartição dos ganhos materiais e simbólicos decorrentes desses intercâmbios. A existência dessas praças de mercado supõe a competição com outras instituições, também dedicadas a trocas mercantis, como, por exemplo, supermercados, cooperativas, vendas na propriedade etc. Os diferentes circuitos de trocas mercantis e os agentes que participam de cada um deles também estão em concorrência, para drenar participantes e intercâmbios concretos. Não custa lembrar que há competição entre produtores para vender seus produtos, mas há também competição no nível da institucionalização das relações mercantis (Bourdieu, 1997b) que, por sua vez, é o resultado de uma competição entre grupos sociais, mas também

entre concepções da economia e dos mercados, que tentam se impor de forma performática às relações mercantis (Garcia Parpet, 1996; Callon, 1998; Mackenzie, Muniesa & Siu, 2007; Paranthoën, 2015). Mediante as disputas sobre as redes de mercado, concebidas como mais eficientes, travam-se os combates pela recomposição das instituições sociais como um todo e de seu caráter duradouro ou efêmero.

PRAÇAS DE MERCADO E CRIAÇÃO DE VALOR

O valor dos produtos culturais tem realidade dupla, mercadoria por um lado, com preço de compra e venda, e significações por outro, o que explica o fato de o valor propriamente simbólico e o valor mercantil ficarem relativamente independentes. As instituições e os dispositivos aparentemente destinados ao julgamento e à circulação dos produtos fazem parte integrante do aparelho de produção que deve assegurar a crença no valor dos produtos (Bourdieu, 1977a). Como afirma Arjun Appadurai (1986, p. 2), o valor nunca é inerente às propriedades dos objetos, mas é julgamento dos indivíduos a respeito dos objetos. A feira de Carpentras, analisada por Michèle de la Pradelle (1996: 211), é reveladora do efeito praça de mercado, que “faz a mercadoria”: a autora mostra que, nessa cidade do sul da França, são vendidos produtos que podem ser encontrados em todos os supermercados da região, mas que “na feira se passa algo mais do que compra”. A feira oferece uma sociabilidade *sui generis*, uma mistura social, em que as distinções sociais são colocadas entre parênteses. Em volta de cada banca de venda instaura-se “uma microsociedade – cujos atores coexistem como numa multidão, mas entram em relação... e é uma combinação de situação de anonimato e interação entre sujeitos, que se reconhecem como iguais – que faz da feira um espaço público” (Pradelle, 1996: 283). Limitando-se à troca de lugares-comuns, consegue-se uma base de entendimento. É essa sociabilidade que, junto com o regateio, reconfigura os produtos e faz com que as azeitonas, por exemplo, um produto local, sejam preferidas às do supermercado. Enquanto outrora as feiras se opunham ao pequeno comércio estabelecido, “A feira é uma produção coletiva de anacronismo, e por isso mesmo corresponde a uma lógica contemporânea, entrando assim em competição com supermercado” (Pradelle, 1996, p. 359). Dito de outra maneira, os produtos vendidos na feira adquirem nova qualificação, pelo fato de ser vendidos num lugar referido ao passado e, portanto, ser objeto de uma certa patrimonialização, como ressaltaram Luc Boltanski e Arnaud Esquerre (2017), analisando essa nova forma de capitalismo.

Constituindo outra configuração de praças de mercados, os leilões ascendentes acentuam a dimensão de mercadoria dos objetos, de tal maneira, que os preços fixados podem ser considerados inapropriados em outros contextos. Assim, Arjun Appadurai (1986) nota que os preços podem aumentar demasiadamente em um leilão de arte. Alain Quemin (1994: 52), por sua vez, mostra que os leilões, como o de Drouot-Nord, em Paris,

longe de ser um espaço desmaterializado onde se pode materializar a concorrência pura e perfeita, na prática fazem com que o lugar da venda dependa das características do produto, e, em parte, ele as condiciona. As características dos produtos dispersos podem revelar-se progressivamente no decorrer da interação que constitui o leilão.

O autor mostra que o valor de um objeto não tem a ver só com suas características, mas também remete ao *status* do comprador e ao local dos leilões em que são negociados os objetos: a sala Drouot-Richelieu é destinada a móveis e objetos que constituem a mobília de interiores burgueses e que chegam, às vezes, a ser objetos de arte; a sala Drouot-Montaigne é, claramente, destinada a objetos de arte; e a sala Drouot-Nord, a produtos de uso comum, em meio aos quais, entretanto, pode haver produtos de categoria mais distinta. Os comissários não são simples árbitros entre os vários ofertantes e demandantes, mas eles classificam os objetos para ser comercializados em leilões diferentes, uma classificação que, em si, contribui para as variações de valor. Quemim mostra ainda que a posição do objeto na ocasião da venda faz variar o valor: em geral, a venda “esquenta” mais entre a metade da transação e seu final, e retorna a um clima mais fraco nos últimos momentos.

Os leilões descendentes, por sua vez, que se desenvolveram na Europa para comercialização das flores, frutas e legumes no período pós-guerra (Vaugeois, 1980, 1985), foram estimulados pelas instituições científicas e governamentais para viabilizar uma confrontação da oferta e da demanda, o que daria mais transparência às transações, tradicionalmente impregnadas de relações pessoais. A análise etnográfica do leilão de morangos em Fontaines-en-Sologne permitiu objetivar relações de força entre os produtores e, ao mesmo tempo, reconfigurá-las, assim como houve modificação das estratégias dos diferentes agentes participantes (Garcia Parpet, 2003). O modo de institucionalização da venda dos morangos modificou-lhes o estatuto e o de seus produtores. Graças a esse modo de comercialização, as frutas adquiriram um selo de qualidade e notoriedade regional. A exposição das mercadorias de diferentes produtores, umas ao lado das outras antes de iniciar o leilão de preços, está na origem de preços diferenciais, durante a realização das vendas. A transparência exigida pelos ofertantes fez com que os produtores fossem confrontados com produtos de mais qualidade e tivessem forte estímulo para melhorar a de seus próprios produtos, e os preços, até ali inferiores à média nacional, passaram a ser nitidamente superiores, com a entrada, em funcionamento regular, do mercado computadorizado de Fontaines-en-Sologne.

Assiste-se, também, ao crescimento dessas praças de mercado de produtos específicos, de feiras ou salões de exposição, a distinção do termo sendo relevante:⁴ Bertrand Pulman (2019) menciona a existência de 450 salões internacionais, e somente em Paris podem ser citados, por exemplo, o salão de jogos eletrônicos, que reúne 300 mil pessoas, e o de automóveis, que recebe mais de

um milhão de visitantes por ano. Parte significativa do comércio internacional passa por essas manifestações, que atraem profissionais do mundo inteiro. Invisíveis nos dados agregados das trocas internacionais e das análises do comércio internacional dos economistas, as feiras têm, no entanto, um papel crescente na internacionalização dos mercados. Os bens simbólicos não são exceção, e, a partir do caso dos filmes e programas audiovisuais, dos livros e dos vinhos estudados por Garcia Parpet, Leclerc e Sorá (2015), veremos que as feiras contribuem para objetivar a relação de força em níveis internacional, nacional ou mesmo regional e, ao mesmo tempo, para reconfigurar e modificar as estratégias dos diferentes agentes que delas participam. Assim, no mundo da literatura, a Feira de Frankfurt ocupa indiscutível lugar central na apreciação das obras, assim como Cannes o faz para o mercado de filmes.

Elas objetivam a competição de alta qualidade, em dado momento do tempo, e contribuem para que se visualizem as formas de valorização simbólica dos bens, das quais depende frequentemente a flutuação dos preços. Elas constituem megaeventos de periodicidade regular, rituais que reúnem profissionais de um bem particular (importadores, negociantes, publicitários etc.) e, ao mesmo tempo, lugares de troca de informações e de sociabilidade, assim como de competição simbólica entre os participantes, torneios de valor, para empregar a expressão de Igor Kopytoff (1986). Nesses locais reelaboram-se, de maneira constante, novas hierarquias de valores pelo viés de exposição de produtos, de concursos, de conferências e de debates, que têm consequências econômicas. Como nas coleções de moda (Bourdieu, 1975), as praças de mercado internacionais constituem eventos para imprensa, que tem um papel significativo no sucesso das vendas, porque divulga os nomes dos vencedores dos diversos concursos. A internacionalização da Feira de Frankfurt se deve em grande medida à criação de um espaço para a imprensa.

No Festival de Cannes, por exemplo, um dos maiores festivais de cinema, a obtenção de um prêmio tem repercussão no tocante ao valor simbólico, mas também há repercussão imediata, sob o ponto de vista comercial dos filmes: os vendedores preveem que, em caso de obtenção da Palme d'or, por exemplo, o montante pago pelo comprador aumenta automaticamente. No caso dos salões de vinho, é a importância das instalações das firmas americanas, tais como Mondavi, que contribui, fortemente, para demonstrar o questionamento da hegemonia plurissecular da França, no âmbito dos vinhos de qualidade (Garcia Parpet, Leclerc & Sorá, 2015). Esses elementos mostram como as análises dessas feiras são essenciais para compreender o mercado, no sentido assumido pelos economistas, ou seja, como um mecanismo abstrato, no qual oferta e demanda se confrontam e se ajustam por meio da flutuação dos preços.

Como menciona Raymonde Moulin (1992) a respeito da arte contemporânea, as praças de mercado internacionais não são isoladas, sendo complementares entre si e formadoras de ciclos e circuitos mercantis. Elas se inscrevem em

um sistema policêntrico, no qual algumas são mais ou menos centrais do que outras. Localizadas principalmente na Europa e nos EUA, regiões de produção e de aquisição dominantes, vêm se desenvolvendo cada vez mais em países emergentes, especialmente na Ásia. Os profissionais seguem esses circuitos anuais e cíclicos das praças de mercado internacionais e os utilizam de maneira diferenciada. No caso do cinema, por exemplo, algumas praças de mercado preparam outras; Rotterdam no começo do ano, e Berlim e Cannes na primavera do hemisfério Norte. Alguns são mercados de liquidações, como o de Toronto, no fim do ano, ou especializados, como o de Hong Kong.

O fato de participar desses salões de exposição, assim como o lugar ocupado nesses eventos, é importante. Assim como Brian Moeran (2010) menciona a respeito das feiras do livro, o texto de Valéria Sinischalci (2013) a propósito do salão internacional de *Slow food*, em Milão, mostra a importância dos lugares em que os produtores expõem no decorrer dessas concentrações. Assim, um grupo de produtores de bens em via de desaparecimento ficou contrariado ao constatar que a distribuição de lugares estava sendo modificada de um ano para o outro, e que seu desempenho sofreria com esse deslocamento do centro da feira, localização que, pela proximidade da imprensa, os vinha beneficiando em anos anteriores, e reivindicava voltar à posição anterior.⁵

Constituindo plataformas de observação e lugar de competição, as praças de mercado internacionais permitem aos agentes de diferentes campos nacionais elaborar novas estratégias coletivas e individuais. A frequência a feiras propicia socialização profissional. Os indivíduos procuram outras estratégias publicitárias, e outras maneiras de fazer transações, em particular porque não é na própria feira que se concluem negócios. Assim, Havens (2006) e Moran (2009) notaram que a integração, no meio da distribuição internacional de produções para televisão, demora vários anos para se constituir. Vários autores destacam também a importância das relações diretas entre vendedores e compradores, contrariando a ideia de que, à medida que se entra em “negócios importantes”, as relações sociais personalizadas se diluem, necessariamente.

Da mesma forma, as plataformas digitais, praças de mercado *sui generis*, que não precisam de tijolo e cimento para ser erguidas,⁶ sem comissários nem presença física dos participantes, podem instalar-se com investimento mínimo e são seguramente criadoras de valor, como veremos adiante. Elas constituem locais de concentração da oferta e da demanda, que ficam a meio caminho entre firma e praça de mercado, reduzem o que os economistas chamam de custos de transação (Williamson, 1989) e permitem investimento menor do ponto de vista da *start-up*.

Como praças de mercado, plataformas sincronizam atores independentes, prestando serviços que podem ser virtuais ou não e, ao mesmo tempo, tipificar consumidores e seu comportamento; e assim, como firmas, elas se apoiam em uma estrutura centralizada para extrair uma mais-valia significa-

tiva. Mediante dispositivos que utilizam algoritmos, elas têm capacidade de coordenar dados a respeito de categorias de usuários os mais diversos e díspares (dados sobre perfil pessoal, localização, hábitos de consumo etc.), e de captar o trabalho, geralmente não remunerado, invisível e muitas vezes de natureza lúdica, dos utilizadores das redes sociais, ou de mercados, como Uber ou Airbnb. Na origem do funcionamento das plataformas, segundo Casilli (2018), há uma força de trabalho que não é reconhecida e que se ignora enquanto tal, e ignora também que está na base da produção de valor. Assim, como menciona esse autor, as redes sociais valem-se de contribuições voluntárias e de metadados dos seus usuários, que podem ser valorizados por essas plataformas por meio da sua revenda, junto a sistemas de leilões publicitários, a corretores de dados ou mesmo a Estados preocupados em vigiar sua população.⁷

PRAÇAS DE MERCADO E DIFERENCIAÇÃO SOCIAL

As praças de mercado são geralmente concorrentes com outras institucionalizações de troca, mercantil ou não (cooperativas, comércio estabelecido, grande distribuição, centrais de abastecimento etc.). São o resultado de compromissos entre lógicas, interesses e modelos científicos distintos, até antagonistas, de legislações estatais, de autoridades municipais e de tecnologias, que podem beneficiar, de maneira diferencial, produtores, comerciantes estabelecidos, intermediários etc., ou seja, podem favorecer ou não certas categorias sociais. Raramente suas modalidades são neutras para as trocas mercantis a que se vinculam.

As feiras do Brejo da Paraíba, no Nordeste do Brasil (Garcia Parpet, 1983), constituem um bom exemplo para colocar em evidência a incidência da institucionalização específica das feiras sobre a reprodução econômica e social das diferentes categorias sociais. Nessa região existiam, no final do século XX, grandes propriedades produzindo cana-de-açúcar e criando gado, e um campesinato dotado de pouca terra, sempre ameaçado pela extensão de fazendas de gado (Garcia Jr., 1990). Nessas feiras, era possível aos pequenos produtores retalhar produtos do seu roçado, tais como farinha de mandioca, feijão, milho e frutas. Essa venda ao retalho, além de trazer para esses camponeses renda maior do que se tivessem vendido em grosso a comerciantes, também os familiarizava com a manipulação do dinheiro e evolução dos preços. Em paralelo, essa venda lhes permitia fazer, no mesmo dia, o abastecimento da casa, deixando mais tempo para trabalhar no roçado.⁸ A articulação dos dias de feira, em um circuito de feiras, possibilitava aos agricultores tornar-se pequenos intermediários: podiam comprar produtos (alimentícios ou não) em uma feira de atacado e percorrer outras feiras durante a semana, para os retalhar junto à população local, conservando alguns dias da semana para trabalhar no roçado. A renda assim obtida os livrava da necessidade de vender sua força de trabalho nas grandes propriedades, no período de entressafra, opção considerada a pior pos-

sível. Em alguns casos, além de os proteger dessa venda de força de trabalho, a combinação de roçado e do “negócio”, termo usado para designar essa atividade, dava-lhes possibilidades de comprar terra e, portanto, de se “encampesinar”. Essa renda complementar à do produto do roçado era muito importante, e quando houve boatos, a respeito de uma decisão por parte das autoridades locais, de colocar as feiras dos diferentes municípios contíguos em um só dia, a reação por parte dos pequenos produtores foi expressiva. O dia da feira era também importante para facilitar a participação dos trabalhadores residentes nos engenhos e, se não houvesse feira no sábado ou no domingo, seriam obrigados a comprar no barracão do engenho, por preços muito mais altos. Evocando o passado, os produtores mencionavam também a passagem do uso da cuia (medida barata de latão) para medição dos produtos vendidos ao retalho para o uso da balança, instrumento que requeria certo investimento monetário, o que impedia os mais desprovidos de vender na feira, troca que esteve na origem da chamada revolta do quebra-quilo, em finais do século XIX (Almeida, 1957). Pelas observações anteriores, poder-se-ia pensar que essa ocorrência de efeitos sociais palpáveis em praças de mercado só poderia surgir em locais periféricos ao sistema capitalista. A análise do funcionamento das plataformas digitais, que estão na ponta da modernidade do mundo atual, entretanto, não apresenta resultados menos significativos, como veremos adiante.

PLATAFORMAS DIGITAIS: DESESTRUTURAÇÃO DE ESPAÇOS ECONÔMICOS E DESCONSTRUÇÃO DO “TRABALHO DECENTE”

As plataformas digitais têm por característica agrupar ofertantes e demandantes de produtos ou de serviços sem que estejam fisicamente presentes, o que poderia levar a pensar que se trata de uma situação perfeitamente neutra, de ponto de vista dos agentes sociais. Por um lado, como analisa Paul Belleflamme (2017), elas modificam o funcionamento de um grande número de setores, como transporte, restauração, entregas, emprego *on demand*, setor bancário. O autor recapitula as vantagens dessa nova forma de *business*. A escolha de organização em plataformas tem consequências importantes no nível dos custos, da qualidade, dos preços e das consequências que podem se transformar em vantagens concorrenciais, em relação às firmas já instaladas. Essas empresas nada produzem e contentam-se em estabelecer o contato entre produtores e consumidores, colocando assim em xeque a teoria clássica da firma (Coase, 1937). Elas têm uma estrutura de custos completamente diferente das firmas convencionais. Além disso, essas diferenças de custo são muitas vezes ampliadas, pelo fato de as novas firmas escaparem, por um tempo, das regulações às quais estão submetidas as firmas já existentes. A organização em plataforma também tem implicações em termos de qualidade dos produtos e serviços oferecidos aos consumidores. Nada produzindo, elas são mais flexíveis que as firmas convencionais (que fizeram uma escolha de produção e o investimento necessário) e

podem, portanto, se concentrar sobre os produtos e serviços que correspondam ao gosto do consumidor, adaptando-se, se for necessário.

Por outro lado, com o desenvolvimento das plataformas, assiste-se a uma desconstrução simultânea do mercado de trabalho tal como institucionalizado no capitalismo do século XX e que, atribuindo garantias sociais aos trabalhadores e proteção frente a doenças, invalidez ou garantindo a aposentadoria, estava na origem de uma certa coesão social, permitindo mesmo que se falasse em sociedade salarial (Castel, 1995). O relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de acordo com Berg et al. (2018: XV), considera que a emergência de plataformas de trabalho digital *on line* é uma das maiores transformações no mundo do trabalho, nas últimas décadas, indo contra o “trabalho decente”, norma a ser respeitada no universo quotidiano, que compreende um “trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna”. Da mesma maneira, a respeito da Europa, Vendramin e Valenduc (2016) chamam atenção para a economia das plataformas, que se afasta de uma maneira inquietante do quadro-padrão do trabalho remunerado e, se por um lado, as plataformas que se dedicam ao uso regular de serviços ‘externalizados’ devem respeitar os preceitos legislativos, no que diz respeito ao direito comercial, à proteção dos consumidores, ao código civil e à proteção dos dados, não existem quadros legais, coletivamente definidos, que enquadrem a externalização aberta do trabalho no mundo empresarial. O trabalhador age como se fosse independente, e o conjunto de condições que o afetam (remuneração, condições de trabalho, propriedade intelectual etc.) é, em regra, determinado pela plataforma, de tal maneira que Huws (2003) desenvolveu o conceito de *cybertariado* (*cyberproletariado*), para designar esse contingente de mão de obra. Se as plataformas favorecem a eclosão de pequenas empresas e dão a um grande número de indivíduos a possibilidade de completar sua renda em condições muito flexíveis, esse modelo favorece, por outro lado, a generalização da economia dos bicos e biscates, atividades reduzidas a tarefas banais, em inglês *gig economy*. Com uma retórica de libertação do trabalho, por “não ter chefe, poder trabalhar em casa, ser dono do seu tempo, ter flexibilidade”, as plataformas digitais facilitam a decomposição do trabalho em tarefas mais simples, a transformação em mercadoria dessas formas precárias, vendendo-as *on demand* ao *boss*, que procura extrair uma carga de trabalho a baixo custo, opondo-se a uma relação mais duradoura e mais protetora, caracterizada pelo contrato de trabalho assalariado.

O caso de Uber, no setor de transporte urbano, é o mais emblemático (Stefano, 2016), mas Deliveroo para entrega de refeições, Taskrabit para trabalhos de limpeza e bricolagem, e Airbnb para hospedagem estão na origem de exemplos usados com frequência para designar essa nova maneira de institucionalizar o mercado de serviços pessoais. O trabalhador digital é uma figura da precarização, da desclassificação que atinge os meios criativos, assim como

os utilizadores corriqueiros de internet e forma, cada vez mais, um proletariado numérico. E se as plataformas não levam ao desaparecimento do trabalho, mudam a proporção do trabalho implicitamente produtivo em relação ao trabalho formalmente identificável.

O *crowdworking* atingiu rapidamente cunho comercial, a exemplo da plataforma Mechanical Turk (www.mturk.com), da Amazon, em 2006. Trata-se de um mercado com duas vertentes. Na primeira delas, encontra-se a demanda de trabalho, na qual empresas ou indivíduos procuram mão de obra ocasional para tarefas realizáveis a distância (traduções, transcrições etc.). Na outra vertente, encontra-se a oferta de trabalho, na qual figuram indivíduos prontos a vender sua força de trabalho para tarefas intelectuais de curta duração, que funciona como em um leilão, em escala mundial.

O império crescente das plataformas informáticas, para regular contratos de diferentes tipos de serviços, transforma as empresas em mecanismos de coordenação de atores sociais que, de fato, operam uma marginalização, para não dizer uma denegação da força de trabalho efetivamente empregada (Casilli, 2019). Fato notável é que as plataformas são um tipo de praça de mercado que, contrariamente às praças tradicionais, como a estudada por De La Pradelle (1996) ou Emmanuelle Lallement (2010), não implicam relações pessoais, a ponto de as exigências que têm a ver com a realização do trabalho não poder ser expressas, o que complica a vida dos trabalhadores, que veem atos recusados como válidos sem saber por quê. A ambiguidade em torno do trabalho fornecido é grande, a exemplo do caso do *Huffington Post*, que realiza jornalismo contributivo gratuito, e no qual somente 20% dos artigos provêm de trabalho de jornalistas remunerados. O jornal, que funcionava com nove mil *bloggers*, foi vendido à America On Line por 315 milhões de dólares, o que motivou a reação dos *bloggers*, que contribuíam gratuitamente para o funcionamento do jornal, desde sua fundação em 2005. Esses trabalhadores fizeram greve e entraram na justiça; tratava-se de um trabalho para uma causa que, de repente, era apropriada como trabalho gratuito (Simonet, 2018). Certos autores, como Antonio Casilli (2017), mencionam “sumiço” ou denegação da força de trabalho. E, se os trabalhadores assalariados, com garantias sociais, tendem a desaparecer, as firmas tradicionais que os utilizam são também progressivamente excluídas do mercado. Por exemplo, no Booking, a cotação dos utilizadores fica mais em evidência do que as qualificações atribuídas pelas associações profissionais do turismo, que concedem notas ou estrelas aos hotéis a partir de um trabalho de avaliação (Pasquier, 2014).

As plataformas digitais estão na origem de uma dinâmica de disparidades globais. Apoiando-se em Marc Graham et al. (2017), Casilli (2017) mostra que, em nível mundial, a demanda dos bens é mais concentrada nos EUA e na Europa, quando a oferta é, geograficamente, mais difusa, o que o leva a afirmar que, de certa maneira, haveria uma reprodução da situação colonial devida às condições de trabalho existentes. Graham et al. (2017) mostram que essa *gig*

economy provém largamente da Índia e das Filipinas, seguindo em direção aos EUA, Austrália, Canadá e Inglaterra. A perda de poder de barganha e a insegurança do trabalho são intensificadas por uma opacidade da cadeia de extração da mais-valia em nível global, na qual os usuários ignoram para quem eles trabalham e não têm referências a respeito das condições de remuneração e de proteção. No *survey* realizado pela OIT, a percepção dos trabalhadores é de que se paga pouco, além do fato de que em certos países não se paga em dinheiro, mas em papéis, como *vouchers*, acabando com a liquidez da remuneração. Além do mais, os trabalhadores têm que pagar o serviço de transferência de dinheiro, pelo Paypal, por exemplo. Sobretudo em países da África, da Ásia e da América Latina, muitos *crowdworkers* estão em uma situação financeira precária. Percebem-se dinâmicas de exclusão social em países como a Índia, as Filipinas, Bangladesh, Vietnã, Malásia, Nigéria e Quênia. Essa modalidade de trabalho é apresentada como a melhor (e às vezes a única), personificando o “futuro de trabalho”. Entre os vários efeitos dessa concentração da demanda em países como os EUA e as nações europeias, Daniel Kleiner (2016) descreve as estratégias das plataformas que tornam homogêneas não somente as mercadorias, mas as normas exigidas dos participantes das trocas. Esses diversos exemplos mostram claramente que uma determinada institucionalização das trocas, como a das plataformas, tem incidência significativa sobre os termos das trocas e o enriquecimento ou empobrecimento dos parceiros envolvidos, assim como sobre a reestruturação dos campos de atividade.

CONCLUSÃO

Neste artigo, demonstramos que o corpo conceitual e os questionamentos teóricos propostos por Karl Polanyi, em sua passagem pela Grã-Bretanha e pelos EUA, durante a Segunda Guerra Mundial e nas décadas seguintes, continuam válidos para abrir caminhos novos de investigação em ciências sociais e para compreender os significados e as condições novas de funcionamento da economia, que têm sido apresentados como globalização (ou mundialização dos mercados). Entre os anos 1940 e 1960, o desafio enfrentado por Karl Polanyi foi objetivar modalidades de trocas mercantis e não mercantis que haviam sido objeto de estudo de várias disciplinas, como a antropologia social, a sociologia, a história antiga, para evidenciar que a tendência a realizar trocas mercantis não estava inscrita na natureza humana, como afirmam os economistas *mainstream*, mas estava associada a instituições que fixavam as tonalidades e as condições do intercâmbio. A gênese do sistema capitalista é um processo particular da Europa do século XVIII, estudada como momento histórico de “grande transformação”. As distinções conceituais produzidas nas controvérsias científicas, especificadas a partir das diferenças entre os conceitos de mercado –, operado pelos economistas, supondo o encontro virtual de agentes possuidores de bens e serviços dispostos a trocá-los por moeda, em poder de agentes despojados

daqueles bens e serviços – e praças de mercado, locais concretos onde trocas mercantis são realizadas, permitem ir muito além das evidências apresentadas em estudos antropológicos, sociológicos ou históricos.

Se a existência da praça de mercado não é um indício de funcionamento do sistema de mercado, sua análise não deixa de ser um elemento essencial para estudo do sistema capitalista atual, especialmente no que toca à valorização simbólica de bens e de serviços e à diferenciação social que pode engendrar. O sistema de mercados formadores de preço não é único nem homogêneo, nem está dado uma vez por todas; por exemplo, certas praças de mercado reforçam laços sociais, enquanto outras os diluem, e podem ser mais ou menos favoráveis a certas categorias sociais. Entender sua dinâmica exige estar muito atento às suas formas de institucionalização para os agentes sociais, que atuam como protagonistas, para as categorias de pensamento e ação de que lançam mão, e com que conseguem graus variáveis de legitimidade. Sua análise vem se somando ou se combinando com as regulamentações, que podem constituir ou não barreiras de entrada nos mercados, tanto quanto os acordos internacionais de profundas repercussões, em intercâmbios no interior das nações, como vêm assinalando, por exemplo, os estudos de Pierre Bourdieu (1997b), Neil Fligstein (2001) e François Denord e Antoine Schwartz (2009). No caso das plataformas digitais, por exemplo, seria interessante analisar como as lutas travadas para requalificar o trabalho e suas implicações sobre o direito social e instituições de proteção à saúde, aquelas voltadas para aposentadoria e pensões. Os debates suscitados com os poderes públicos sobre tributação dos ganhos auferidos pelas plataformas, que, por sua vez, adquirem um caráter específico devido ao gigantismo e internacionalização de algumas delas (Google, Facebook, Amazon etc.) podem constituir outro objeto de investigação. Longa é portanto a lista dos potenciais usos heurísticos do reconhecimento da peculiaridade de praça de mercado como conceito, assim como de seu emprego, para elaborar teoria e proceder à análise empírica dos fatos econômicos.

Recebido em 01/06/2020 | Revisto em 21/07/2020 | Aprovado em 20/10/2020

Marie France Garcia Parpet é antropóloga formada pelo Museu Nacional; foi professora no IFCS/UFRJ e pesquisadora no Instituto Nacional de Pesquisa Agronômica. Trabalha em torno da sociologia da economia e em especial dos mercados no Brasil e na França. Atualmente é pesquisadora associada no Centre de Sociologie Européenne/EHESS. Publicou “La construction sociale d’un marché parfait: le marché au cadran de Fontaines en Sologne, *Le marché de l’excellence: les grands crus à l’épreuve de la mondialisation*”, “Marché, rationalité et faits sociaux totaux: Pierre Bourdieu et l’économie”.

NOTAS

- 1 Agradeço a Rodrigo Santos e aos pareceristas da revista pelas sugestões preciosas, a Afrânio Raul Garcia Jr., por sua leitura meticulosa e sugestões.
- 2 A literatura a respeito das plataformas digitais foi recolhida numa revisão específica, a respeito desse tema, realizada com Camila Belivaqua e publicada numa coletânea de textos coordenada por José Roberto Afonso, *Revolução 4.0* (Garcia Parpet & Belivaqua, 2020).
- 3 “Nenhuma sociedade poderia suportar, mesmo por tempo breve, os efeitos de um tal sistema fundado em ficções grosseiras, se a substância humana e natural, assim como sua organização comercial, não fosse protegida contra a destruição desse moinho satânico” (Polanyi, 1983: 108-109).
- 4 Por exemplo, a feira dos vinhos mais popular de Chinon foi renomeada como salão, termo mais nobre, quando os organizadores dessa denominação de origem passaram a ser produtores para a elite (Garcia Parpet, 2005).
- 5 É interessante notar que na França a extensão de stands situada na entrada do salão de exposição de vinho é chamada de quadrado de ouro (Garcia Parpet, 2009).
- 6 O que se pode perceber como uma certa desmaterialização não impede que essas praças de mercado sejam objeto de regulamentos e lutas, no que diz respeito à tributação e à qualidade ética dos produtos.
- 7 Patricia Vendramin e Gérard Valenduc (2016) nomeiam os agentes desse processo “prossumidores”, porque são ao mesmo tempo produtores e consumidores. O prossumidor realiza trabalho, na maior parte das vezes não remunerado, que consiste em fornecer dados e serviços, antes fornecidos pelos assalariados, como, por exemplo, a avaliação de qualidade de um serviço ou de um produto por um usuário. Essa evolução levou Ursula Huws (2003) a considerar que as tecnologias de informação e comunicação (TIC), fornecendo novas ferramentas que permitem estender e diversificar o trabalho não remunerado, contribuem para reorganizar a divisão social do trabalho.
- 8 Em Pernambuco, Moacir Palmeira (2014), que analisa por meio da feira as mudanças sociais na área canavieira, observa essa oportunidade de vender para os trabalhadores e complementar sua renda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albinsson, Paul & Perera Yasanti. (2012). Alternative market places in the 21st Century: building community through sharing events, *Journal of Consumer Behavior*, 11, p. 303-315.
- Almeida, Horacio de. (1957). *O Brejo de Areia*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura.
- Appadurai, Arjun (org.). (1986). *The social life of things: commodities in cultural perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 64-91.
- Belleflamme, Paul. (2017). Les plateformes de l'économie collaboratives et enjeux. In: Drecop, Alain. *La consommation collaborative: enjeux et défis de la nouvelle société du partage*. [S.l.]: De Boeck.
- Berg, Janine et al. (2018). *Digital labour platforms and the future of work: toward decent work in the online world*. [S.l.]: International Labour Office.
- Bohannon, Paul & Dalton, Georges. (1962). *Markets in Africa*. Evaston: Northwestern University Press.
- Boltanski, Luc & Esquerre, Arnaud. (2017). *Enrichissement*. Paris: Gallimard.
- Bourdieu, Pierre. (1977a). La production de la croyance: contribution à une économie des biens symboliques. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 13, p. 3-43.
- Bourdieu, Pierre. (1997b). Le champ économique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 119, p. 48-66.
- Bourdieu, Pierre. (1975). Le couturier et sa griffe: contribution à une théorie de la magie. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 1, p.7-36.
- Bousquet, Georges Henry. (1969). Un système de ventes publiques curieux et important: les veillings au Pays Bas. *Revue d'Économie Politique*, 79/4, p. 818-821.
- Brisset, Karen & Naegelen, Florence. (2008). Enchères en ligne et E-commerce. *Revue Française d'Économie*, 23/1, p. 165-201.
- Bueno, Maria Lucia. (2001). *Artes plásticas no século XX: modernidade e globalização*. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp/Imprensa Oficial/Fapesp.
- Callon, Michel. (1998). *The laws of the market*. Hoboken: Wiley-Blackwell.

Casilli, Antonio. (2019). Is there a global digital labor culture? Marginalization of work, global inequalities, and coloniality. *Archive Ouverte en Sciences de l'Homme et de la Société*. Disponível em: <<https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-01387649>>. Acesso em 31 mar. 2021.

Casilli, Antonio. (2018). La plateforme comme mise au travail des usagers. Digital labour et nouvelles inégalités planétaires. In: Corat, Benjamin et al. *Vers une république des biens communs*. Paris: Les liens qui libèrent, p. 41-56.

Casilli, Antonio. (2017). Digital labor studies go global: toward a digital decolonial turn. *International Journal of Communication*, 11, 3934-3954.

Castel, Robert. (1995). *La métamorphose de la question sociale*. Paris: Fayard.

Coase, Ronald. (1937). *The nature of the firm?* Paris: Economica.

Cook, Scott. (1966). The obsolete anti-market mentality: a critique of the substantive approach to the economic anthropology. *American Anthropologist*, 68, p. 323-345.

Denord François & Schwartz, Antoine. (2009). *L'Europe sociale n'aura pas lieu*. Paris: Raisons d'agir.

Fligstein, Neil. (2001). *The architecture of markets*. Princeton: Princeton and Oxford.

Garcia Jr., Afrânio. (1990). *Terra de trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Garcia Parpet, Marie France. (2009). *Le marché de l'excellence, les grands crus à l'épreuve de la mondialisation*, Paris: Seuil.

Garcia Parpet, Marie France. (2005). Le salon des vins de Loire: convivialité et vocation internationale. *Ethnologie Française*, 35/1, p. 63-72.

Garcia Parpet, Marie France. (2003). A construção social de um mercado perfeito: o caso de Fontaines em Sologne. *Estudos, Sociedades e Agricultura*, 25/2.

Garcia Parpet, Marie France. (1996). Représentations savantes et pratiques marchandes. *Genèses*, 25.

Garcia Parpet, Marie France. (1983). Negócio e campesinato: uma estratégia de reprodução social. *Boletim do Museu Nacional*, 45.

Garcia Parpet Marie France & Belivaqua, Camila. (2020). As novas economias digitais: impacto sobre o trabalho e “gig” economy. In: Afonso, José Roberto. *Trabalho 4.0*. São Paulo: Almedina Brasil.

Garcia Parpet, Marie France; Leclerc, Romain & Sorá, Gustavo. (2015). Salons, foires internationales et mondialisation des biens symboliques. In: Siméant, Johanna (dir.). *Guide de l'enquête globale en sciences sociales*. Paris: Éditions du CNRS.

Graham, Marc et al. (2017). Digital labour and development: impacts of global digital labour platforms and the gig economy on worker livelihoods. *Transfer, European Review of Labor and Research*, 23/2, p. 135-162.

Hassoun, Jean-Pierre. (2000a). Trois interactions hétérodoxes sur les marchés à la criée du Matif. *Rationalité locale et rationalité globale*. *Politix*, 52, p. 99-119.

Hassoun Jean-Pierre. (2000b). Le surnom et ses usages sur les marchés à la criée du Matif. *Contrôle social, fluidité relationnelle et représentations collectives*. *Genèses*, 41, p. 5-40.

Havens, Timothy. (2006). *Global television marketplace*. London: British Film Institute.

Huws, Ursula. (2016). Logged labour: a new paradigm of work organisation? *Work Organisation, Labour & Globalisation*, 10/1, p. 7-26.

Huws, Ursula. (2003). The making of a cybertariat: virtual work in a real world. New York, *Monthly Review Press*.

Kleiner, Daniel. (2016). Mr. Peel goes to cyberspace: resisting digital colonization. Paper presented at the Digital Bauhaus Summit 2016: Luxury Communism, Weimer, Germany.

Kopytoff, Igor. (1986). The cultural biography of things: commoditization as process in *The social life of things: commodities in cultural perspective*. In: Appadurai, Arjun (org.). *The social life of things: commodities in cultural perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 64-91.

Krohn, Lilian. (2017). *Beber, fazer, vender: formação do mercado de cerveja “artesanal” no Brasil*. Dissertação de Mestrado. PPGS/Universidade de São Paulo.

Lallement, Emmanuelle. (2010). *La ville marchande: enquête à Barbès*. Paris: Téraèdre.

Leal, Natacha. (2008). *É de agronegócio. Circuitos relações e trocas entre peões de rodeio e tratadores de gado em feira de pecuária*. Dissertação de Mestrado. PPGAS/Universidade de São Paulo.

MacKenzie, Donald; Muniesa, Fabian & Siu, Lucia (orgs.). (2007). *Do economists make markets?* Princeton: Princeton University Press.

Malinowski, Bronislaw et al. (1984). The economics of a Mexican market system. *Ethics*, 94/4, p. 721-723.

Moeran, Brian. (2010). The book fair as a tournament of values. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, 16/1, p. 138-154.

Moran, Albert. (2009). *New flows in global TV*. Bristol/Chicago: Intellect Books/The Mill/The University of Chicago Press.

Moulin, Raymonde. (1992). *L'artiste, l'institution et le marché*. Paris: Flammarion.

Müller, Lucia Helena. (2006). *Mercado exemplar: um estudo antropológico sobre a Bolsa de Valores*. Porto Alegre: Zouk.

Muniesa, Fabian. (2007). <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03085140701428340>>. Market technologies and the pragmatics of prices. *Economy and Society*, 36/3, p. 377-395.

Palmeira, Moacir. (2014). Feira e mudança econômica. *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, 11/1, p. 324-360.

Paranthoën, Jean-Baptiste. (2015). L'incursion des scientifiques dans l'organisation des marchés agricoles: la promotion des circuits courts. *Politix*, 28/111.

Parsons, Talcott & Smelser, Neil J. (1956). *Economy and society*. Glencoe, Illinois: The Free Press.

Pasquier, Daniel. (2014). "Les jugements profanes en ligne sous le regard des sciences sociales", *Réseaux*, 183, p. 9-26.

Piault, Marc. (1971). Cycle de marchés et 'espaces' socio-politiques. In: Meillassoux, Claude. *The development of indigenous trade and markets in Africa*. Oxford: Oxford University Press.

Picanço, Monise Fernandes. (2018). *Caleidoscópio da valoração. A HSM Expomanagement e o processo de constituição de seus produtos*. Tese de Doutorado. PPGS/Universidade de São Paulo.

Polanyi, Karl. (1983) [1944]. *The great transformation*. Paris: Gallimard.

Polanyi, Karl. (1968) [1947]. Our obsolete market mentality. In: Dalton, Georges (ed.). *Primitive archaic and modern societies, essays of Karl Polanyi*. New York: Anchor books.

Polanyi, Karl. (1957). *Trade and market in the early empires: economies in history and theory*. Glencoe: The Free Press.

Pradelle, Michèle de la. (1996). *Les vendredis de Carpentras*. Paris: Fayard.

Pulman, Bertrand. (2019). *Salons: rencontres et surprises*. Paris: Dunod.

Quemin, Alain. (1994). L'espace des objets. Expertises et enchères à Drouot-Nord. *Genèses*, <https://www.persee.fr/issue/genes_1155-3219_1994_num_17_1?sectionId=genes_1155-3219_1994_num_17_1_1261> 17, p. 52-71.

Rabossi, Fernando. (2004). *Nas ruas de Ciudad del Este: vidas e vendas num mercado de fronteira*. Tese de Doutorado. PP-GAS/Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Simonet, Maud. (2018). *Travail gratuit: la nouvelle exploitation?* Paris: Textuel.

Siniscalchi, Valeria. (2013). Slow versus food. *Terrain*, 60, p. 132-147.

Skinner, Georges W. (1964). <<https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-asian-studies/article/marketing-and-social-structure-in-rural-china-part-i/20071250B7BC9B70B1C47DF11B608FCA>>. Marketing and social structure in rural China, part I. *The Journal of Asian Studies*, 24/1, p. 3-43.

Stefano, Valerio. (2016). *The rise of the "just-in-time workforce": on-demand work, crowdwork and labour protection in the "gig-economy"*. Geneva: ILO. (Conditions of Work and Employment Series, 71).

Steiner, Philippe. (2010). *La transplantation d'organes. Un commerce nouveau entre les êtres humains*. Paris: Gallimard.

Vaudois, Jean. (1980). Le développement des marchés au cadran dans la région du Nord. *Études Rurales*, 78/80, p. 113-133.

Vaudois, Jean. (1985). Marchés physiques et organisation du marché des fruits et légumes frais dans les pays de la CEE. Le rôle des enchères dégressives. *Economie Rurale*, 165, p. 12-17.

Vendramin Patricia & Valenduc, Gérard. (2016). *Le travail virtuel. Nouvelles formes d'emploi et de travail dans l'économie digitale*. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/2078.1/174224>>. Acesso 31 mar. 2021.

Williamson, Olivier E. (1989). <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1573448X8901006X>>. *Transaction cost economics – handbook of industrial organization*. Amsterdã: Elsevier.

MERCADOS E PRAÇAS DE MERCADO: KARL POLANYI E O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Palavras-chave

Mercado, praça de mercado; sistema de mercados; institucionalização; Karl Polanyi, salões de exposição, plataformas digitais.

Resumo

Explorando as distinções conceituais entre mercado, sistema de mercados formadores de preço e praça de mercado, concebidas por Karl Polanyi, o artigo mostra a pertinência dessas diferenças para a análise do capitalismo contemporâneo, ao focalizar a caracterização e os efeitos específicos de praças de mercado da atualidade. Evoca a contribuição de Polanyi para repensar o conceito de mercado tal como referido na literatura econômica e especificar a historicidade dos mercados, sobretudo do sistema de mercados formadores de preço (equivalente de sistema capitalista), opondo esses conceitos a praças de mercado. Recorre a trabalhos etnográficos e/ou sociológicos, sobre praças de mercado contemporâneas, verificando que elas existem nas configurações atuais das trocas mercantis e podem criar valor simbólico e material, estando na origem de processos de diferenciação social, intensificados, por exemplo, no caso das plataformas digitais.

MARKETS AND MARKET PLACES: KARL POLANYI AND CONTEMPORARY CAPITALISM

Abstract

This article explores the conceptual distinction between market, system of price-making market and marketplace created by Karl Polanyi and shows the relevance of this differences for the analysis of the contemporary capitalism focusing on the characterization and specific effects of actual marketplaces. It evokes Polanyi's contribution to rethink the concept of market as the economic literature refers to specify the historicity of the markets, especially the system of price-forming market (equivalent to the capitalist system), opposing these concepts to marketplaces. It resorts to ethnographic and/or sociological works on marketplaces in the contemporary world. It supposes that marketplaces exist in the current configuration of market exchange, may create value symbolic, and material, as well as are at the origin of processes of social differentiation, intensified, for example, in the case of digital platforms.

Keywords

Market; marketplace; system of price-forming market; institutionalization; Karl Polanyi; fair; digital platform.

PADRE CÍCERO: RECONCILIAÇÃO E MODERNIDADE

Neste artigo revisitamos a literatura sobre as controvérsias eclesiais e políticas em torno do padre Cícero Romão Batista, que marcou de forma indelével a história do Brasil, propondo uma interpretação a partir da chave da reconciliação.¹ Ao mesmo tempo, queremos colocar-nos em sintonia com os milhares de romeiros que com seu peregrinar pelo sertão nordestino continuam trazendo-o de volta à vida. A trajetória do santo nacional mais popular, como mostra a extensa literatura sobre o catolicismo e a política no país, desdobrou-se em inúmeros eventos, que mobilizaram fortes paixões desde a segunda metade do século XIX até os dias de hoje. Vistos numa perspectiva histórica, os acontecimentos do Juazeiro estão distantes de qualquer intento de localizá-los num espaço local ou isolado. Ao contrário, como bem mostrou Ralph Della Cava (1976: 20),

este movimento religioso-popular originou-se e desenvolveu-se dentro de um contexto social definido pelas estruturas dominantes em âmbito mundial e nacional. Para sermos mais precisos, o movimento religioso-popular de Juazeiro afetou e foi afetado: (1) pela instituição eclesiástica internacional, a Igreja Católica Apostólica Romana; (2) pelo sistema político nacional do Brasil imperial e republicano; e (3) por uma economia nacional e internacional em mudança.

Repensar esse movimento, no contexto do século XXI, é o desafio a que nos propomos, tendo como ponto de ancoragem o trabalho realizado na Comissão de Reabilitação Histórica do Padre Cícero, criada pela diocese do Crato no início dos anos 2000, bem como o acompanhamento das ações do Vaticano que culminaram com a reconciliação oficial da Igreja católica com o padre Cícero,

ocorrida em 2015, por meio da anulação das sanções que lhe foram impostas pela hierarquia católica em 1892.² Como mostram esses desdobramentos, o movimento de Juazeiro não foi interrompido pelos decretos eclesiásticos que tentaram extirpá-lo da cena pública e apagá-lo da memória social nem pelas interpretações dos jornalistas e cientistas sociais que pretendiam relegá-lo a um passado que seria totalmente superado pelo projeto político modernizador e iluminista. Ao contrário, entendemos que ele está vivo e presente na atualidade, abrindo a possibilidade de novas interpretações.

Ao retomar a análise do movimento de Juazeiro, buscamos privilegiar uma visão de processo, aberta à ideia de invenção e de improvisação constantes. Ao mesmo tempo, procuramos pôr em xeque algumas interpretações sociológicas e teológicas que deram origem a uma série de categorias, forjadas no âmbito das ciências sociais, que, embora tivessem o propósito de oferecer um marco compreensivo para o movimento, foram usadas, social e politicamente, como categorias de acusação, discriminação e menosprezo em relação ao sertão e aos romeiros. Na contramão dessas interpretações, que foram hegemônicas no meio intelectual brasileiro, refletimos aqui sobre o sentido político e social da reconciliação.

O percurso deste texto inicia-se com algumas breves considerações teológicas sobre o lugar da reconciliação no pensamento bíblico, seguidas da interpretação filosófico-política de Hannah Arendt sobre o perdão. Essa incursão pela teologia e pela filosofia permite-nos perceber, para além do campo das ciências sociais, outros fios interpretativos que tecem a trama do que vem sendo vivido como uma experiência de reconciliação. Feito isso, passamos a seguir os fios que vêm guiando as ciências sociais na compreensão da reconciliação nos espaços eclesial e político brasileiros, tendo como referência os eventos de Juazeiro. Nesse sentido, destacamos dois movimentos: um, pensado a partir da perspectiva da Igreja católica, denominado romanizador; e outro, referido à sociedade nacional inclusiva, chamado de modernizador. Como mostramos, esses dois movimentos são linhas que se entrelaçam, mantendo, contudo, as suas respectivas especificidades. No passo seguinte, analisamos os desdobramentos da prática de reconciliação na vida do padre Cícero, que se expressa em sua luta por incluir os pobres na narrativa da nação. O percurso do texto termina com a interpretação de uma cena pública, narrada pelo jornalista e educador Lourenço Filho, de seu encontro com o padre Cícero, no Juazeiro.

A RECONCILIAÇÃO À LUZ DA TEOLOGIA BÍBLICA DE JOAHANNES BAUER

O exercício da reconciliação não é prerrogativa de uma instituição nem de uma pessoa, mas envolve indistintamente todos aqueles que fazem parte de um determinado grupo social ou que pertencem a um movimento. Com o intuito de acessar algumas camadas de sentidos que conferem densidade à experiência da reconciliação, fazemos uma breve incursão às referências teológicas so-

bre o seu sentido bíblico. Nessa incursão, guiamo-nos pelas indicações do *Dicionário bíblico-teológico*, editado por Joahannes Bauer (2000: 357-358).

A primeira indicação é a de que a reconciliação pertence fundamentalmente à tradição neotestamentária. O Antigo Testamento não desenvolveu uma teologia da reconciliação. Seu solo de origem, portanto, é a vivência das primeiras comunidades cristãs, ao qual temos acesso por meio das cartas paulinas (Rm 5, 10s; 11, 5; 2Cor 5, 18-20; Ef. 2, 16; Cl 1, 20s). A segunda indicação é a de que a experiência da reconciliação, entre os primeiros cristãos, tinha um caráter eminentemente escatológico. Ou seja, seu sentido primordial, que engloba os demais, é o da reconciliação com o universo. No seu horizonte, o Juízo Final e a restauração da Nova Jerusalém apresentam-se como prelúdio de novos céus e de nova terra. Os outros dois sentidos: o eclesiológico e o antropológico, estão subordinados ao primeiro. Disso decorre o fato de que a reconciliação, em qualquer nível em que ela aconteça, traz consigo a ideia de um fim iminente para o mundo, ao mesmo tempo em que reitera o dogma da nova vinda de Cristo.

Esse sentido escatológico da reconciliação impregna a vida e a prática dos romeiros do padre Cícero, para os quais o Juízo Final e a Nova Jerusalém deveriam se realizar em Juazeiro. E, extrapolando o contexto do Juazeiro, podemos afirmar, como o fizemos em relação a Bom Jesus da Lapa, que a reconciliação é o fio mestre na tessitura da cultura bíblico-católica que conforma o modo de habitar e o estilo de vida dos peregrinos do sertão (Steil, 1996: 151). Observa-se, assim, uma linha de continuidade entre a escatologia bíblica e a visão de mundo dos sertanejos. Para ambas, a reconciliação se apresenta como um caminho aberto, englobando a vida e a morte num processo contínuo, que envolve a pessoa em sua relação com os outros seres humanos e com o universo. Imersa no mundo material e social, a escatologia apresenta-se como uma linha de fuga que permite experimentar a vida como um processo sem fim. É, enquanto peregrinos, caminhando neste mundo, ameaçados pelas catástrofes anunciadas, mas, ao mesmo tempo, movidos pela esperança, que os romeiros do sertão encontrarão a reconciliação com Deus e com o universo.

Ao imprimir movimento à reconciliação, a escatologia instaura o devir no centro da vida. A morte, nessa perspectiva, não é o fim, mas apenas mais um acontecer no movimento da vida. À luz da escatologia, aqueles que afirmamos ter morrido, que já não estão mais aqui – Jesus, Nossa Senhora, os santos e o próprio padre Cícero – para os romeiros e devotos, continuam vivos e presentes, uma vez que são pontos de conexão entre vivos e mortos. A reconciliação, portanto, estende-se para as múltiplas dimensões da Igreja, configurando e reafirmando a crença na comunhão dos santos. Essa, por sua vez, engloba os peregrinos, que habitam a terra; os santos, que vivem na eternidade; e as almas do purgatório, que pagam as penas pelos resíduos desagregadores de suas ações, realizadas neste mundo, quando aqui estiveram, enquanto aguardam a reconciliação final, que as introduzirá no convívio dos santos.

A RECONCILIAÇÃO À LUZ DA FILOSOFIA POLÍTICA DE HANNAH ARENDT

Passamos, agora, a considerar a reconciliação, tomando como referência a reflexão de Hannah Arendt (1989) sobre o perdão, em seu livro *A condição humana*, publicado originalmente em 1958. Em consonância com o argumento teológico, que desenvolvemos, Arendt (1989: 250) afirma que “o descobridor do papel do perdão na esfera dos negócios humanos foi Jesus de Nazaré”. Partindo da premissa de que existimos atados numa teia de relações que produzem atritos e conflitos constantes, Hannah Arendt afirma que o perdão é indispensável para libertar e desobrigar o ser humano das consequências desagregadoras de suas ações. Ou seja, o perdão é condição para a liberdade. Nas suas palavras, “somente através dessa mútua e constante desobrigação [produzida pelo perdão], os seres humanos podem ser agentes livres” (Arendt, 1989: 252). O perdão é, portanto, o oposto da vingança, a qual atua como “re-ação”. Ao contrário da vingança, o ato de perdoar jamais pode ser previsto. Ele acontece de modo inesperado e, embora seja reação, conserva algo do caráter original da ação. Em outras palavras, o perdão é a única reação que não apenas “re-age”, mas age inesperadamente, sem ser condicionado pelo ato que a provocou. E a consequência dessa ação inesperada faz com que o perdão liberte tanto o que perdoa quanto o que é perdoado.

Hannah Arendt prossegue sua reflexão, chamando a atenção para a dimensão humana da reconciliação. E cita a formulação de Jesus, segundo a qual, a iniciativa do perdão é sempre do ser humano. O evangelho afirma que se deve perdoar não porque Deus perdoa, mas, sim, que Deus perdoará “se cada um de vós, no íntimo dos vossos corações, perdoar o outro” (Mt 18, 35 e Mc 11, 25). O ato de perdoar consiste, portanto, em mediar os conflitos diários, as pequenas ofensas, os mal-entendidos e os sofrimentos não intencionais que decorrem, como resíduos, da ação humana. Sem a reconciliação, a vida social se tornaria impraticável. Assim, é no nível do convívio cotidiano que a reconciliação ocorre. Ela liberta tanto aquele que ofende quanto o ofendido do inextricável processo da ação.

Outro aspecto a resgatar do pensamento de Arendt diz respeito à relação da reconciliação com o amor. Aqui, segundo a autora, o evangelho é claro: “Perdoados lhe serão os seus muitos pecados, porque amou muito; mas ao que menos se perdoa, menos ama” (Lc 7, 47). Embora esteja referido sobretudo ao universo das relações pessoais, o amor se traduz, no âmbito político, segundo Arendt, por respeito. E, respaldada em Aristóteles, ela define o respeito (*philia politike*) “como uma espécie de amizade sem intimidade [...] nutrida a distância” (Arendt, 1989: 255). O problema dos tempos modernos, prossegue Arendt (1989: 255), é que “o respeito está restrito ao que se admira ou se preza”. No entanto, argumenta a autora, na vida política e social, o respeito pelo outro, enquanto tradução do amor, é condição indispensável para que possa haver reconciliação. Enfim, a existência de um ambiente amoroso torna-se indispensável para o

exercício do perdão e para a prática da reconciliação na vida cotidiana. Sem esse ambiente, em vez da reconciliação, teremos a intolerância e o desprezo pelo outro.

A MODERNIZAÇÃO LIBERAL E A ROMANIZAÇÃO: DOIS PROJETOS NA CONTRAMÃO DA RECONCILIAÇÃO

Após esse rápido *détour* pelos campos da teologia e da filosofia, tomamos o caminho das ciências sociais em busca de um aprofundamento dos sentidos da reconciliação na vida social e política. Assim, ao lançar um olhar sobre o final do século XIX e início do XX, período em que viveu padre Cícero, vamos perceber que esse momento histórico esteve marcado por uma profunda ruptura cultural, produzida pelo projeto de modernização que se impôs, de fora para dentro, tanto no âmbito da sociedade brasileira quanto da Igreja católica. Deslumbradas pela crença no progresso, as elites econômicas e políticas, secundadas pelos intelectuais e pelo clero ultramontano, reinterpretaram as relações sociais de complementariedade da sociedade agrária e tradicional – fundadas sobre os estatutos do compadrio, do arrendamento de terras e do faccionalismo político – na chave da ideologia moderna, criando uma divisão irreconciliável entre as elites nacionais escolarizadas e o povo pobre e iletrado dos sertões.

Para os modernos, já não se trata, portanto, de promover a reconciliação entre ricos e pobres ou, ainda, entre peregrinos e convertidos, mas de erradicar as massas ignorantes e supersticiosas, combatendo, pela violência simbólica, os valores de sua cultura e religiosidade e, se preciso for, pela força militar, seus insurgentes, como aconteceu nas guerras de Canudos e do Contestado. O projeto moderno liberal, coloca-se, então, na contramão da reconciliação e do perdão. Ou seja, tanto as elites quanto o clero reformador posicionam-se externamente em relação ao povo: sua cultura, tradição e religiosidade. Ambos voltam o olhar para o futuro idealizado dos países desenvolvidos, onde se poderia ver realizadas as promessas da modernidade, e dão as costas para o povo dos sertões.³

A concepção de nação que se forja a partir desse ideário enseja uma prática social, política e eclesial que internaliza e institui a divisão entre uma minoria iluminada, que se vê como a vanguarda de um futuro a ser construído, e uma maioria não escolarizada, que precisa ser erradicada da vida social e política do país. Como mostramos em seguida, essa concepção, incorporada pela teoria social, acaba sendo justificada pela pena de seus intelectuais, que reforçam e legitimam a visão dualista de um país cindido. Esse dualismo que, por sua vez, não é inocente, continua operando ideologicamente na economia, na política e no campo religioso. E, apesar dos avanços materiais que possam ser contabilizados, ao longo deste século e meio de implementação do projeto moderno, esse dualismo permanece, até os dias de hoje, disseminando a discriminação e o desprezo das elites pelos pobres e por suas tradições, reiterando o sentimento de que tudo que é brasileiro é ruim.

No âmbito eclesial, o dualismo instituiu a divisão entre o catolicismo popular tradicional, aqui implantado com a conquista portuguesa sobre o território indígena, e o catolicismo romano clerical, que resultou do movimento tramontano de reforma institucional e burocrática, de ocorrência no catolicismo mundial. Esse movimento, que ficou conhecido como romanização, inicia-se na segunda metade do século XIX e se estende até os dias de hoje.⁴ À luz da romanização, as práticas devocionais populares com suas rezas, festas e folias são classificadas como supersticiosas e interpretadas como um legado histórico negativo a ser superado pela catequese e a disciplina moral. Assim, embora discordassem em relação aos princípios fundantes da vida social e ao modelo de sociedade a ser implantado, o projeto moderno liberal das elites brasileiras e o movimento eclesial reformador convergiram em termos político-programáticos e estabeleceram uma aliança estratégica contra a cultura e o catolicismo populares, vistos como obstáculos no caminho da modernização política e da ordem moral. Ou seja, além dos conflitos que marcaram as relações entre a Igreja católica e o Estado no reinado de Pedro II, que engendraram a questão religiosa,⁵ após a proclamação da república, observa-se uma convergência de interesses, que se expressa no apoio das elites modernas laicas e do clero romanizador ao uso da força militar contra os movimentos populares milenaristas que eclodiram nas guerras de Canudos e do Contestado.⁶

Na contramão do consenso em torno de um projeto que mira o futuro e despreza o presente, permitam-me citar a voz dissonante de Lévi-Strauss que, em 1944, escreveu uma resenha de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, na revista *American Anthropologist*. Nesse texto, ele conclama os intelectuais brasileiros a não recusar, em nome da modernidade, aquilo que seria autêntico e estruturante da sua cultura. O grande mérito de Euclides da Cunha, segundo Lévi-Strauss (1944: 396), teria sido o de “trazer a elite brasileira de volta à realidade” em vez de “tentar escapar do seu próprio destino nacional e simular sofisticação”. Na sua avaliação, Euclides da Cunha teria “se recusado a ser um aprendiz infantil dos mestres europeus” e demonstrado que, “para o Brasil existir, seus aspectos primitivos, seus pontos mais feios deveriam ser aceitos; não para deles se envergonhar, mas para deles se cuidar e amar com a maior paciência e compreensão”. Segundo Lévi-Strauss, Euclides fez o que era preciso: “lembrar o povo brasileiro que as conquistas da civilização industrial não são tão formidáveis e incontestáveis que ele devesse tentar esquecer, em vez de se orgulhar, daquelas fontes virgens da natureza e da humanidade, nas quais, entre todas as nações, ele pode se fiar para a construção de um futuro melhor”.

A RECONCILIAÇÃO COM OS POBRES DO SERTÃO

O argumento que desenvolvemos aqui é que padre Cícero jamais se envergonhou do “primitivismo” ou da cultura popular dos pobres do sertão, mas, ao contrário, nela esteve inserido de uma forma plena para “cuidar de e amar com a

maior paciência e compreensão” aqueles que eram desprezados pelos intelectuais e pelo clero reformador. Sua posição, diante da modernidade, não desprezava os benefícios que advinham do progresso técnico e social, implementados pelo Estado, nem da moralização dos costumes, promovida pela Igreja católica.⁷ O que o distinguia dos intelectuais liberais e do clero romanizador era sua incontestável convicção de que tanto o projeto político quanto o eclesial deveriam incluir a contribuição e participação dos pobres. Ou seja, qualquer projeto de modernização ou reforma religiosa, na visão de padre Cícero, deveria partir da realidade do povo e ser tecido com os fios da sua cultura e religiosidade. Sua atitude, portanto, não era de recusa da modernidade ou da reforma do catolicismo, mas de reconciliação entre tradição e modernidade a partir de seu profundo respeito e amor aos pobres.

Um olhar retrospectivo sobre a trajetória do padre Cícero deixa transparecer um certo desencanto em relação ao modelo clerical que a romanização procurava incutir nos candidatos ao sacerdócio. Esse desencanto aparece, por exemplo, na avaliação do superior do seminário de Fortaleza, padre Pierre Chevalier, “que argumentava ser o seminarista Cícero, em muitos casos, demasiadamente místico, cabeçudo e, por vezes, audacioso em matéria doutrinária para poder ser ordenado” (Della Cava, 1976: 43). No entanto, em vez de interpretar esse posicionamento como um problema de desvio de comportamento, talvez pudéssemos ver aí um primeiro indício da sua recusa a submeter-se incondicionalmente ao projeto romanizador.

Embora tenha sido formado no rigor de um seminário ultramontano, padre Cícero recusa-se a assumir uma posição de externalidade em relação ao catolicismo popular. O efeito da romanização sobre sua formação foi nuançado pela admiração que ele nutria pela figura do padre Ibiapina (1806-1883), com quem padre Cícero tinha profunda identificação. O ardor missionário e o exemplo de vida dedicada aos pobres, que pautaram a vida de Ibiapina, tiveram grande influência sobre o estilo pastoral que conformou a atuação do Padre Cícero ao longo de toda a sua vida. O exemplo de Ibiapina deixou marcas profundas no catolicismo popular dos sertões e é referido muitas vezes por padre Cícero, embora a hierarquia eclesiástica da época tenha contestado seu trabalho.⁸

Foi a inspiração de Ibiapina e sua profunda empatia para com os pobres dos sertões que determinou a escolha de padre Cícero por Juazeiro, como local de trabalho. Primeiramente, é preciso lembrar que sua ida para Juazeiro foi uma decisão pessoal, fundamentada sobre uma experiência onírica, como veremos em seguida, e não por uma decisão ou nomeação dos superiores, aos quais devia obediência. Uma forma de procedimento que, ao mesmo tempo em que revela o viés místico de sua personalidade, também mostra sua força e coragem de posicionar-se ao lado dos pobres, desafiando o poder e a autoridade da Igreja católica. Esta decisão pessoal – que será interpretada pela hierarquia como um ato de desobediência – torna-se particularmente contundente no contexto de

confronto aberto entre o clero reformador e os agentes do catolicismo tradicional. O relato do sonho, que respaldou sua escolha, narrado e repedido muitas vezes pelo próprio padre Cícero, é uma peça fundamental para se entender sua posição como mediador entre o catolicismo tradicional do povo do sertão, ao qual ele se sente ligado devido a suas raízes e origem familiar, e o catolicismo institucional e clerical, no qual foi formado. Vamos ao relato.⁹

Certa vez, ao anoitecer de um dia exaustivo, após ter passado horas a fio a confessar os homens do arraial, [Padre Cícero] atravessou, pesadamente, o pátio da capela, em direção ao prédio da pequenina escola onde estava provisoriamente alojado. Aí, no quarto contíguo à sala de aulas, caiu no sono e a visão fatal se revelou: 13 homens em vestes bíblicas entraram na escola e sentaram-se em volta da mesa do professor, numa disposição que lembrava a *Última Ceia*, de Leonardo da Vinci. O padre sonhou, então, que acordava e levantava-se para espiar os visitantes sagrados, sem que estes o vissem. Nesse momento, os 12 apóstolos viraram-se para olhar o Mestre. (...). No momento em que o Cristo imaginário se levanta para dirigir a palavra a seus apóstolos, um bando de camponeses miseráveis entrou, de repente, na escola. Carregando seus parcos pertences em pequenas trouxas sobre os ombros, estavam os homens e as mulheres vestidos de farrapos, e as crianças nem isso tinham. Davam a impressão de serem de muito longe, de todos os recantos dos sertões nordestinos. [...]. Naquele momento ele [Cristo] apontou para os pobres e voltando-se, inesperadamente para o jovem sacerdote estarrecido, ordenou: 'E você, Padre Cícero, tome conta deles'. 'Com essa ordem', contou Padre Cícero a um amigo, anos depois, 'acordei e não vi mais nada; mas pensei um pouco e decidi, mesmo errado, a obedecer'. Meses depois, naquele mesmo ano, Padre Cícero juntou os poucos bens que tinha no Crato e mudou-se para Juazeiro, trazendo sua mãe e suas duas irmãs solteironas. Instalou-se numa pequena casa coberta de palha, defronte à Capela de Nossa Senhora das Dores, e começou sua vida de sacerdócio entre os pobres que lhe haviam sido confiados no sonho predestinado" (Della Cava, 1976: 26-27).

Padre Cícero expressa, nesse sonho, sob forma alegórica, como é próprio da linguagem onírica, sua decisão de trilhar o seu próprio caminho pastoral, de inserção junto aos pobres do sertão. Essa decisão, no entanto, não é repentina, como ele mesmo relata noutros testemunhos sobre sua missão em Juazeiro, mas havia sido amadurecida ao longo de sua formação presbiteral. E, se sua decisão é anterior, como acreditamos, a narrativa desse sonho foi fundamental para respaldar sua convicção de que Deus o chamava para uma missão especial. Ela, no entanto, está marcada pela dúvida, uma vez que a obediência ao chamado direto de Deus, "para viver com e cuidar dos miseráveis do sertão", seria interpretada como uma desobediência aos superiores. A referência a essa dúvida é explícita no texto: "Com essa ordem [afirma Padre Cícero], acordei e não vi mais nada; mas pensei um pouco e decidi, mesmo errado, a obedecer". Ou seja, padre Cícero decide seguir o chamado de Jesus, mesmo sabendo que esse seguimento seria tomado como uma atitude de desobediência pela hierarquia eclesiástica. O recurso ao sonho será usado, por ele, em outras situações de crise, para legitimar decisões que partem de sua consciência, mas que não se

adequam à estratégia do projeto reformador. Sua fidelidade ao evangelho e a coerência com sua consciência – que o levam a desobedecer à instituição – jamais serão traídas por ele, ainda que lhe causem inúmeras atribulações pessoais e punições disciplinares ao longo de toda a sua vida.

O recurso à linguagem onírica para legitimar decisões não é estranho à experiência da vida cotidiana. Poderíamos mesmo dizer que é normal, para qualquer pessoa, crente ou não, receber mensagens ou ter uma visão em sonhos que tornam inteligíveis questões com que se debatem ou que aclaram situações em que é preciso tomar uma decisão conflitante. A linguagem onírica, portanto, não deve ser tomada como uma fuga do mundo real, mas, antes, como um impulso para a ação. É nesse horizonte que interpretamos a decisão do padre Cícero em seguir a missão evangélica que lhe fora atribuída por Jesus de “amar e cuidar dos pobres”, mesmo tendo a consciência de que estaria cometendo uma desobediência.¹⁰

As imagens, na visão onírica, não se situam num domínio separado da vida, mas são formas narrativas de elaborar a contradição entre o desejo e a realidade. É, acima de tudo, durante os sonhos, quando os limites entre a imaginação e a realidade ficam borrados e a linha que demarca a separação entre o desejo e o vivido se apaga, que acontece a abertura para aventura-se por caminhos não traçados de antemão e para enfrentar os desafios de uma escolha sem voltas. A narrativa do sonho inscreve-se, assim, num movimento contínuo da imaginação para a realidade e da realidade para a imaginação. O sonho introduz padre Cícero num cosmo em que o mito e a história se entrelaçam e tecem a trama do mundo vivido, inscrevendo e ambientando a narrativa bíblica no sertão. Ou seja, como vemos no relato transcrito, o quadro *A Última Ceia* é redesenhado pela presença dos retirantes que, com a crueza de sua miséria, adentram a cena onírica e misturam-se com os personagens bíblicos. Assim, ao trazer aqui o relato do sonho na experiência biográfica do padre Cícero não o fazemos com o intuito de elaborar uma interpretação psicanalítica, mas, sim, de mostrar como o caminho que ele trilha expressa um profundo desejo de empatia e comunhão com o povo do sertão e de respeito pela cultura e a religiosidade populares.

AS CONTROVÉRSIAS EM TORNO DO MILAGRE

O recurso ao sonho, para justificar a desobediência do padre Cícero à hierarquia, será acionado novamente na controvérsia que envolve o milagre da transformação da hóstia em sangue, envolvendo a beata Maria de Araújo. Sem entrar nas disputas teológicas e eclesiais do longo processo que o milagre desencadeou – detalhadamente analisado por Ralph Della Cava – nosso intuito aqui é apenas o de assinalar a atitude de reconciliação do padre Cícero diante da intransigência do bispo em exigir a retratação do clero ao reconhecimento de que o sangue que vertera na boca da beata, e que fora recolhido nos “paninhos”, que se torna-

ram objeto de veneração, possuísse qualquer teor de verdade.¹¹ Em carta ao bispo, anexada à “petição de apelação”, que fora enviada por cinco padres e 34 cidadãos da região do Cariri a dom Joaquim José Vieira, em julho de 1891, padre Cícero, mais uma vez, recorre ao sonho para justificar sua recusa a retratar-se, a qual, estava ele ciente, seria tomada pelo bispo como um ato de desobediência. Sobre esse episódio, escreve Della Cava (1976: 64).

Padre Cícero justificou sua posição recorrendo a uma fonte de autoridade mais alta do que a de Dom Joaquim. Explicou solenemente que, durante três dias consecutivos, Cristo apareceu-lhe [em sonho] numa série de visões, revelando-lhe o significado dos acontecimentos de Juazeiro. “A vista de testemunhos desta ordem”, perguntava Padre Cícero, “poderia eu deixar de crer e de afirmar que o sangue manifesto aqui nas sagradas formas é o Sangue de Jesus Cristo?”

A interpretação de Della Cava sobre a longa controvérsia, que teve o milagre como evento desencadeador, enfatiza os conflitos que emergem como divisores de águas entre os grupos envolvidos. Sua tese é que a disputa em torno do sangue que vertera da hóstia dera origem a duas novas crenças: “A crença na segunda Redenção, com suas implicações teológicas sofisticadas, enraizou-se sobretudo entre membros do clero e do laicato mais instruído. A crença no advento do milênio, intrinsecamente traumática, encontrava especial ressonância entre as massas supersticiosas e analfabetas” (Della Cava, 1976: 62). E, contra essas crenças, segundo o autor, teria se posicionado a hierarquia da Igreja, à qual competia velar e manter a ortodoxia católica.

A interpretação que gostaria de levantar aqui vai noutra direção. Como venho argumentando, a expectativa da segunda vinda de Cristo não se reveste de novidade para o catolicismo popular tradicional. A iminência do fim do mundo está no cerne da escatologia bíblica e profundamente enraizada na cultura bíblico-católica dos sertões, partilhada de um modo geral pelos fiéis e pelo clero antes da romanização. Assim, se é verdade, como argumenta Della Cava (1976: 62), que a “situação política nacional parecia muito propícia à divulgação das duas novas crenças que começam a emanar de Juazeiro”, também é verdade que os séculos XIX e XX estão marcados por uma profusão de milagres, oficialmente atestados e difundidos pela Igreja católica, como armas contra o modernismo e o racionalismo.

O fim do mundo é, assim, acionado pelos protagonistas das duas vertentes do catolicismo. Ou seja, na interpretação que estou esboçando aqui, não se trata de uma controvérsia teológica ou dogmática, como afirma Della Cava, mas de uma luta de poder entre os agentes, leigos e padres, do catolicismo popular e o clero reformador. E isso se torna mais evidente não só pela recusa do bispo em reconhecer o milagre, mas também pela imposição aos padres, que haviam acreditado e difundido o milagre, a se retratar publicamente, sob a ameaça de suspensão de ordens e destituição de seus cargos. Como era do conhecimento do bispo e recorrente na tradição católica, eventos semelhantes

ocorridos na Europa, em que a hóstia vertera sangue na boca de sacerdotes e fiéis, são reconhecidos e difundidos pela Igreja no mesmo período histórico.¹²

Um olhar retrospectivo para os conflitos que ocorreram no Juazeiro permite-nos perceber que a intransigência da hierarquia eclesiástica em relação ao padre Cícero era, na verdade, a outra face da sua intransigência em relação à cultura católica popular. Os reformadores viam-se, nesse momento, como portadores de uma verdade elaborada nos círculos hierárquicos do poder, que tinham em Roma o seu centro, para os quais a experiência e a prática de 400 anos do catolicismo no Novo Mundo não tinham a menor relevância. A reforma que eles propõem desconsiderava, portanto, qualquer valor de verdade ou racionalidade às práticas do catolicismo popular. Ou seja, não cabia mediação entre a verdade que portavam e o catolicismo vivido nos sertões. O sentimento de cruzada, que impregnava o movimento romanizador, transformou as práticas, os rituais e as devoções dos pobres e peregrinos dos sertões numa nova heresia a ser erradicada. Produz-se, assim, uma dissociação entre a mensagem proclamada dos púlpitos e o catolicismo dos sertanejos, vivido em estreita relação com o ambiente e suas condições sociais de existência.

OS INTELLECTUAIS E A RECONCILIAÇÃO

A mesma externalidade que observamos no clero romanizador em relação ao catolicismo dos sertanejos vamos encontrar nos intelectuais liberais em relação à cultura popular. Eles também se situam do lado de fora da cultura popular, como observadores, demarcando os limites entre um sistema tradicional e outro moderno adveniente. Esse modo de proceder, assumido em nome da verdadeira religião, por parte do clero, e da ciência, por parte dos intelectuais, está na origem da (di)visão dualista do país, que se aprofundou nesse momento de nossa história. A ideia de “dois brasis”, que se confrontam, torna-se recorrente no discurso do clero e dos intelectuais liberais. Mas, ao mesmo tempo em que se produz a dualidade, como diferença cultural, produzem-se os discursos sobre a cidadania e os direitos sociais. Neste país, pensado estruturalmente como dual, a cidadania e os direitos tornam-se prerrogativas de poucos, em detrimento de uma maioria que, excluída do projeto moderno, passa a ser responsabilizada pela subalternidade da nação brasileira em relação aos países centrais.

Para demonstrar essa premissa, sigo a sugestão de Antônio Braga de revisar o texto do educador paulista Manoel Lourenço Filho, inicialmente apresentado na forma de artigos para o jornal *O Estado de São Paulo*, entre novembro de 1925 e agosto de 1926, e posteriormente compilado no livro *Joazeiro do Padre Cícero: cenas e quadros do fanatismo no Nordeste* (Braga, 2008: 236).¹³ A referência a esse texto permite-nos estabelecer um paralelo entre dois personagens centrais da primeira metade do século XX, que foram posicionados, de uma forma emblemática, em campos de forças opostos. Como Braga nos mostra, Lourenço Filho representava o principal grupo de intelectuais da época, que

escrevia em jornais e difundia, na opinião pública, o projeto moderno liberal de reformas na educação e na cultura, vistas como indispensáveis para a superação do atraso histórico do país e a modernização da sociedade. No jogo político especular de imagens invertidas, padre Cícero será identificado como mais um líder de fanáticos e incultos que resiste ao projeto modernizador.

Lourenço Filho visita o Juazeiro entre abril de 1922 e dezembro de 1923, período em que morou no Ceará. A visita foi motivada pela “resistência de Padre Cícero ao recenseamento das crianças de seis a doze anos que a Diretoria de Instrução Pública do Governo do Ceará pretendia realizar” (Braga, 2008: 235). Ainda que, aos olhos de Lourenço Filho, esta recusa do padre Cícero venha a compor mais uma “cena do fanatismo nordestino”, expresso no subtítulo de seu livro, é possível fazer outra leitura desse fato, consoante com a lógica e a perspectiva da cultura popular. Ou seja, acreditamos que essa recusa do padre Cícero possa ser interpretada como uma atitude de resistência à dominação e ao controle do Estado sobre a vida da população local. Afinal, no contexto da cultura bíblico-católica dos sertões, qualquer recenseamento remete tanto ao decreto do imperador romano, que obrigou José e Maria a deslocar-se para Belém, onde Jesus nasceria numa manjedoura, quanto à subsequente matança de crianças, decretada por Herodes.¹⁴ Esse pré-texto, subjacente ao ato político de recusa ao recenseamento, poderia indicar, em vez de uma atitude obscurantista do padre Cícero, como foi vista por Lourenço Filho (2002), uma sintonia fina com a cultura dos sertanejos.

Impõe-se, aqui, a citação de um recorte, ainda que breve, da descrição que Lourenço Filho faz do seu encontro com o padre Cícero, no momento em que o patriarca recebia os romeiros em frente à sua casa.

O padre mal distingue, naquele tumultuar, o que todos se esforçam por dizer-lhe, e contenta-se em receber as espórtulas, os mimos singelos ou valiosos, os rosários, medalhas e bentinhos... Aos mais próximos, que lhe renteiam as faces, exibindo por vezes chagas sangrentas, ou os lábios comidos pela bouba, ou as faces maceradas pelo jejum, os olhos desfigurados pelo tracoma, ele recebe... [...]. Algumas vezes distribui esmolas. Contudo, mais recebe que dá. E... quando se sente fatigado, quando as mãos em súplica já avançam pelas frestas da janela, e o atingem na sotaina, nos braços ou no peito, e já o empurram, violentas e ameaçadoras, ele, por sua vez, levanta a destra, como sinal de silêncio, sustenta-a no ar, por um instante, os olhos postos no céu, reverentemente, e desce, enfim, sobre aquela miséria e degradação, a bênção que a todos, indistintamente, consola e aplaca... Depois do que, aferrolhada por prudência a janela, lava as mãos, tranqüilo e satisfeito, e vai merendar (Lourenço Filho, 2002: 55).

Seria necessário um longo e cuidadoso trabalho de interpretação do discurso para revelar o que está implícito no estilo que o autor imprime em sua descrição. Na verdade, ao longo de todo o livro, Lourenço Filho usa a linguagem literária e jornalística para exotizar o sertanejo com o intuito de produzir a diferença. Os romeiros aparecem, em sua narrativa, como tipos degradados, do-

entes e degenerados que oscilam entre a submissão e a violência latente que ameaça a ordem. Seu texto produz o sertanejo como um “outro”, cujo destino é o de ser absorvido numa nova ordem social e política, que deverá emergir da purificação cultural. O tom dramático do seu relato, ao mesmo tempo em que imprime realismo à cena descrita, também representa o romeiro como um outro incômodo, do qual devemos nos envergonhar. Talvez pudéssemos aplicar a Lourenço Filho a crítica que Lévi-Strauss (1944: 396) faz aos intelectuais brasileiros, que, deslumbrados com “as conquistas da civilização industrial”, estariam apenas “simulando sofisticação para escapar do seu próprio destino nacional”.

Ao produzir a alteridade, o encontro dos intelectuais com o sertanejo será, necessariamente, mediado pela narrativa moral que está impregnada da missão de purificar a cultura popular. É importante reter aqui o fato de que, embora os intelectuais se posicionem a favor da laicidade e da liberdade religiosa, o discurso moral que acionam, em nome do Estado, torna-se um instrumento de regulação do religioso, que acaba por negar o direito de expressão às formas tradicionais de religiosidade. Nesse sentido, a atitude de acolhida e respeito de padre Cícero para com os pobres do sertão torna-se altamente perturbadora, posto que evidencia um dissenso inoportuno na elite escolarizada. Afinal, o esperado da parte de um sacerdote católico, com formação escolar no nível daquela dos intelectuais, era que olhasse para os sertanejos como objetos da ação civilizadora do Estado e da Igreja. Ao contrário disso, seguindo o conselho de Lévi-Strauss (1944: 396), padre Cícero não se envergonha dos pobres do sertão, mas, ao contrário, opta por viver no meio deles, “para deles cuidar e amar com a maior paciência e compreensão”.

Como um contraponto ao relato do encontro de Lourenço Filho com o padre Cícero, transcrevo o depoimento, registrado por Luitgarde Cavalcanti Barros (2008), do botânico alemão Philipp Von Luetzelburg que, a serviço da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas, esteve em Juazeiro em 1921, apenas um ano antes da visita de Lourenço Filho.

Naturalmente, para mim [Von Luetzelburg], se tornou de capital importância conhecer e falar com o Padre Cícero e tive o prazer de, à minha chegada, ser recebido e ter uma animada palestra com o mesmo. Este velho, de real prestígio popular, deixou-me gratas recordações. Tratou-me com delicadeza e amabilidade. De fato, trata-se de um homem que dispõe de instrução e saber invulgares: aborda com igual facilidade a política, a história universal, as ciências naturais, especialmente quanto à agricultura. Os institutos científicos deveriam entrar em contato com aquele homem que dispõe de conhecimentos excepcionais com relação à Paleontologia, Geologia e História, adquiridos parte por observação e estudos pessoais, parte pelas indicações que colhe de seus inúmeros fiéis e romeiros, que, das paragens mais longínquas, trazem ao “Padrinho” tudo aquilo que encontram de esquisito e extraordinário... Poderia o leitor objetar que pouca importância se deve dar aos achados dos romeiros, geralmente sem instrução. Contudo, devo notar que tive oportunidade de estudar a curiosa coleção do Padre Cícero, onde encontrei material preciosíssimo (Barros, 2008:189-190).

O objetivo de trazer esse depoimento é mostrar ao leitor o caráter particular da posição de Lourenço Filho sobre o padre Cícero. A ênfase nesse ponto se faz necessária, uma vez que, como afirma Antônio Braga (2008: 235-236), “esta foi a obra literária que mais contribuiu – dado seu impacto e sua reverberação – para difundir, no imaginário nacional, Juazeiro, Padre Cícero e seus romeiros como a representação do atraso, da ignorância e da insanidade do fanatismo religioso que havia na sociedade brasileira. As mesmas pessoas que padre Cícero vê como amigas e afilhadas, Lourenço Filho descreve como ignorantes e supersticiosas. Seu discurso aprofunda, justifica e dissemina a ruptura e o preconceito.

Queremos esclarecer, aqui, que outras imagens e experiências positivas de encontro com padre Cícero e com o Juazeiro foram vividas e relatadas por intelectuais e cientistas da época. Ou seja, longe da imagem grotesca que Lourenço Filho apresenta do padre Cícero, aqueles que dele se aproximaram, sem a ideologia que se alimentava da divisão entre o Brasil atrasado dos sertões e o país do futuro que se anunciava, puderam testemunhar que, embora tenha vivido no sertão, sua visão do mundo e seu conhecimento tornavam-no um interlocutor capaz de dialogar com inteligência sobre questões e temas científicos e políticos da época. E, se sua formação no seminário lhe dera acesso a recursos que lhe conferiram um lugar entre os intelectuais, a sua vida e a sua posição política foram forjadas no convívio cotidiano com o sofrimento e estilo de vida dos romeiros. E, as poucas vezes que deixou Juazeiro, ele o fez como romeiro, para promover a reconciliação. Assim foi quando viajou a Roma, para advogar a favor de sua plena reintegração à Igreja, que o havia suspenso das ordens sacerdotais (Della Cava 1976: 141). Em sentido inverso, Lourenço Filho tem um interesse distanciado em relação ao padre Cícero e aos seus romeiros. Quando viaja ao sertão, o faz para comprovar sua tese sobre a incomensurabilidade entre o sertão pobre e atrasado e projeto de futuro de uma nova ordem a ser instaurada da qual ele se apresenta como arauto e propagador.

CONCLUSÃO

Ao longo deste texto, seguimos a linha da reconciliação para compreender a ação do padre Cícero como mediador entre o sertão e o litoral, entre os pobres e as elites nacionais, entre a cultura popular e a modernidade adveniente, entre o catolicismo tradicional e o movimento reformador. Uma ação que se torna particularmente agonística, visto que acontece num momento histórico em que essas divisões eram explicitadas e aprofundadas pelo projeto de modernização hegemônico que se afirmava com a proclamação da república e com o avanço do catolicismo ultramontano no país. E, nesse percurso, partimos de uma breve referência às raízes bíblicas do conceito de reconciliação, num esforço por estabelecer um diálogo das ciências sociais com a teologia.

Em seguida, ainda na chave da interdisciplinaridade, incursionamos pela inesperada reflexão da filósofa judia Hannah Arendt sobre o perdão, como uma prática inaugurada por Jesus de Nazaré. Na esteira do que ela propõe, procuramos transpor os conceitos da reconciliação e do perdão do contexto religioso para a cena política, numa aposta de que eles nos dariam pistas preciosas para uma compreensão mais aprofundada dos fatos sociais que pretendíamos analisar. Ao puxar esse fio, foi possível perceber que a reconciliação não começa nem termina num decreto ou documento emitido por uma autoridade, mas ela permeia a totalidade da vida social e política, indo muito além dos cânones jurídicos e eclesiais.

Ao nos voltar mais especificamente para a prática pastoral e política do padre Cícero, demo-nos conta de que a reconciliação era o impulso vital que efetivamente o mobilizava. Então, discorremos sobre algumas controvérsias públicas em que ele esteve envolvido. E, ao analisar o sentido de sua mediação nesses conflitos, percebemos que ela foi exercida sempre em favor dos pobres e dos romeiros dos sertões. Ou seja, padre Cícero não foi um mediador neutro. Sua posição como sacerdote e intelectual conferiu-lhe um lugar de reconhecimento e legitimidade, o qual ele ocupou para falar em nome daqueles com os quais partilhava sua vida, morando e atuando como um pároco de aldeia, num rincão perdido do Nordeste, onde sua presença fez diferença, projetando-o no cenário nacional e internacional.

Ainda que a sociologia sobre o catolicismo milenarista tenha aproximado padre Cícero de Antônio Conselheiro e de João Maria, mostramos que a reconciliação, como valor fundante da ação do padre Cícero, demarca uma diferença substantiva entre eles. Ou seja, padre Cícero não se posiciona contra as promessas dos avanços tecnológicos, sociais, morais e políticos da modernidade. Ao contrário, ele foi um agente de modernização em Juazeiro. Sua crítica, na verdade, se direciona ao projeto de modernização, posto em curso pelas elites política e pelos intelectuais liberais, uma vez que excluía os pobres do sertão e os apresentava como um entrave a ser removido no caminho do progresso que o Brasil deveria trilhar, tendo como modelo os países desenvolvidos.

Por fim, entendemos que a crítica do padre Cícero aos projetos hegemônicos de modernização da sociedade brasileira e de reforma do catolicismo romano tem como foco o fato de eles excluírem os pobres e negarem a cultura e a religiosidade como dimensões a incorporar na narrativa da nação – o que fica evidente, como argumentamos recorrendo a Lévi-Strauss, na vergonha que os intelectuais liberais e o clero ultramontano deixam transparecer em relação aos “aspectos primitivos, os pontos mais feios” da cultura popular, incapazes de reconhecer que “o sertanejo é, antes de tudo, um forte”, como o fez Euclides da Cunha, na frase que se tornou um ícone da literatura brasileira. Ao contrário, padre Cícero nunca se envergonhou de seu povo e, em fina sintonia com os valores e as crenças que teciam a sua cultura e religiosidade, olhava com profunda

desconfiança para o projeto de modernização que tinha como horizonte o desencantamento do mundo e a erradicação da cultura e da religiosidade popular. Mesmo porque, para qualquer sujeito que, como ele, vivesse imerso no ambiente do sertão seria impossível imaginar um mundo fora da cultura popular e da religiosidade católica.

Recebido em 18/11/2019 | Revisto em 02/04/2020 | Aprovado em 12/05/2020

Carlos Alberto Steil é doutor em antropologia social pelo Museu Nacional/UFRJ. Professor titular na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professor-visitante na Universidade Federal de São Paulo e pesquisador do CNPq. Realizou pós-doutorado na Universidade da Califórnia, San Diego, foi presidente da Associação de Cientistas Sociais do Mercosul, diretor da Associação Brasileira de Antropologia, coordenador da Área de Antropologia e Arqueologia da Capes e do Núcleo de Estudos da Religião, e editor das revistas *Horizontes Antropológicos*, *Ciencias Sociales y Religión* e *Debates do NER*. Tem pesquisado temas como peregrinação, turismo, catolicismo, Nova Era. Dentre suas publicações destacam-se *O sertão das romarias* (Prêmio Sílvio Romero) e, em coautoria, *On the nature trail*, bem como a organização, com diversos colegas, de coletâneas como, por exemplo, *Entre trópicos*, além de artigos em periódicos científicos e capítulos de livros.

NOTAS

- 1 A questão da reconciliação, como mostra Pierre Sanchis (2007: 12), coloca-se como central nos acontecimentos de Juazeiro: “desde o início, o drama encenado em Juazeiro foi tripolar: Cícero, a Igreja, o Povo. E se este último polo foi sempre mantido na ambivalência, por causa da tensão entre os dois primeiros, parece despontar hoje uma inesperada resolução: no intuito não de reabilitar o Pe. Cícero, mas de operar a reconciliação da Igreja com ele, o bispo diocesano nomeou uma Comissão cujo trabalho histórico-eclesial chegou a conclusões positivas”.
- 2 Apresento aqui um resumo dos principais fatos que marcaram a trajetória do padre e que são referências para este texto. Em 1889, padre Cícero testemunha o milagre da hóstia que verte sangue, durante a comunhão da beata Maria de Araújo. Em 1894, a Santa Sé considera que houve fraude e reprova o milagre como “gravíssima e detestável irreverência e ímpio abuso à Santíssima Eucaristia”. Em 1897, é emitida uma portaria de excomunhão, caso ele não se retire de Juazeiro. Em 1898, depois de apresentar sua defesa em Roma, padre Cícero recebe uma nova sentença: é absolvido das censuras, mas fica proibido de falar ou escrever sobre o “milagre da hóstia”. Em 1922, um pedido de reabilitação é negado pelo papa Leão XIII. Em 1926 ele é suspenso de ordens. Em 1934, aos 90 anos, ele morre, sem ter conseguido a reconciliação com a Igreja. Em 2001, o bispo do Crato, dom Fernando Panico, a pedido de Roma, institui a Comissão de Reabilitação Histórica do Padre Cícero, formada por cientistas sociais, historiadores e teólogos para estudar os arquivos relativos aos fatos de Juazeiro. Em 2006, o resultado da análise da Comissão é entregue ao Vaticano, com petição, assinada por 254 bispos, para a reabilitação de Padre Cícero. Em 2015, o secretário de Estado do Vaticano assina a carta de “reconciliação histórica da Igreja com o Padre Cícero”
- 3 Convém lembrar, aqui, que, enquanto o movimento civil se volta preferencialmente para os Estados Unidos, um país protestante e uma democracia liberal, o movimento eclesial volta-se para o continente europeu, de onde vem a maioria dos missionários das ordens religiosas modernas, impulsionadoras das transformações ultramontanas no catolicismo no Brasil.

- 4 A noção de romanização do catolicismo brasileiro foi sugerida por Roger Bastide e desenvolvida por Ralph Della Cava (1970) e por Ribeiro de Oliveira (1985).
- 5 A questão religiosa ocorreu na década de 1870, poucos anos antes da separação entre Igreja católica e Estado no Brasil. A crise teve origem nas interdições impostas pelos bispos dom Vital Gonçalves de Oliveira e dom Macedo Costa à presença de maçons em instituições religiosas, como as irmandades e na proibição do imperador à divulgação e implementação de resoluções papais no Brasil. O conflito resultou na prisão e condenação dos prelados por desobediência civil.
- 6 A Guerra de Canudos, liderada por Antônio Conselheiro, eclodiu na primeira metade do século XX, no estado da Bahia, no Nordeste brasileiro. Já a Guerra do Contestado, teve como protagonista o monge José Maria que, no início do século XX, reúne caboclos do Sul do país, nos estados do Paraná e de Santa Catarina. Esses dois movimentos enfrentaram as forças armadas do Exército brasileiro e terminaram em violentos massacres dos insurgentes.
- 7 Della Cava (1976) faz um balanço do progresso econômico e social que Juazeiro alcançou no período do padre Cícero, graças à introdução de novas técnicas agrícolas no campo e a promoção do artesanato e de pequenas indústrias na cidade. Juazeiro distingue-se, das demais localidades do Ceará e do Nordeste, mesmo num período de seca e crise que assolou a região nordestina.
- 8 Segundo Ralph Della Cava (1976: 33) “as transformações mais importantes nas estruturas religiosas do Cariri ocorreram na década de 1860/1870 e foram devidas, primordialmente, aos esforços de uma das personalidades mais conhecidas do Nordeste, o ardoroso missionário, nascido o Ceará, Padre Mestre Ibiapina”.
- 9 A narrativa que transcrevemos aqui tem como base o relato do sonho apresentado por Della Cava (1976: 24) que, por sua vez, como o autor explicita em nota, se trata de uma paráfrase do que se encontra em carta de Pelúcio Correa de Macedo, de 1955, registrada por Della Cava (1976: 41) em documento de referência de sua pesquisa histórica e tem como referência uma versão anterior de Manuel Dinis, publicada em 1935 (Della Cava, 1976: 47).

- 10 É preciso lembrar aqui que, tanto nos relatos bíblicos como na vida dos santos, há inúmeras recorrências à comunicação de Deus e dos mortos por meio de sonhos. Nesse sentido, recorrer a um sonho como referência para uma decisão não deveria ser estranho à cultura bíblico-católica predominante na época.
- 11 A controvérsia sobre o milagre do Juazeiro está amplamente analisada no livro de Ralph Della Cava (1976), cujos relatos históricos serviram de base para nossa reflexão e ao qual remetemos o leitor.
- 12 O milagre mais antigo, na tradição católica, da transformação da hóstia em carne e do vinho em sangue, teria ocorrido no século VIII, na cidade italiana de Lanciano. Esse milagre foi oficialmente reconhecido pela Igreja católica como o milagre eucarístico de Lanciano. Os frades menores conventuais custodiam o local do milagre desde 1252, por determinação de uma bula pontifícia. Outros milagres semelhantes são relatados até os dias de hoje. Um dos últimos teria ocorrido em 1996, na cidade de Buenos Aires.
- 13 A primeira edição do livro de Lourenço Filho foi publicada em 1926 e, em 1927, foi premiada pela Academia Brasileira de Letras. A edição mais recente foi publicada em 2002, pelo MEC/Inep, sem o subtítulo.
- 14 A correspondência entre eventos históricos e mitos bíblicos, na tradição popular católica, foi referida por Victor Turner e Edith Turner (1978: 48): para os autores, essa correspondência remete a uma “raiz paradigmática” do mito bíblico, que opera como um meio pelo qual “os pobres e iletrados” conservam em sua memória as doutrinas e os dogmas católicos. Em *O sertão das romarias* (Steil, 1996), tomo essa referência como um elemento a favor do argumento da existência de uma cultura bíblico-católica no sertão nordestino. Esse conceito tem sua origem na ideia de pré-texto, proposta por Otávio Velho (1987), em artigo sobre a besta-fera no qual elaborou a ideia de uma cultura bíblica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arendt, Hannah. (1989). *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

- Barros, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. (2008). *Juazeiro do Padre Cícero: a terra da mãe de Deus*, 2 ed. Fortaleza: Editora Imeph.
- Bauer, Johannes. (2000). *Dicionário bíblico-teológico*. São Paulo: Loyola.
- Braga, Antônio M. da Costa. (2008). *Padre Cícero: sociologia de um padre, antropologia de um santo*. Bauru: Edusc.
- Della Cava, Ralph. (1976). *Milagre em Joazeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Lévi-Strauss, Claude. (1944). South America: rebellion on the backlands. *American Anthropologist*, 46/3, p. 394-396.
- Lourenço Filho, Manoel Bergström. (2002). *Juazeiro do Padre Cícero*. Brasília: MEC/Inep.
- Oliveira, Pedro Ribeiro de. (1985). *Religião e dominação de classe: Gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Sanchis, Pierre. (2007). Desponta novo ator no campo religioso brasileiro? O padre Cícero Romão Batista. *Religião & Sociedade*, 27/2, p. 11-29.
- Steil, Carlos Alberto. (1996). *O sertão das romarias: um estudo antropológico sobre o santuário de Bom Jesus da Lapa, Bahia*. Petrópolis: Vozes.
- Turner, Victor & Turner, Edith. (1978). *Image and pilgrimage in Christian culture*. Oxford: Basil Blackwell.
- Velho, Otávio. (1987). O cativo da besta-fera. *Religião & Sociedade*. 14/1, p. 4-27.

PADRE CÍCERO: RECONCILIAÇÃO E MODERNIDADE**Palavras-chave**

Padre Cícero;
reconciliação;
catolicismo;
peregrinação;
romanização.

Resumo

O presente artigo tem como foco o sentido da reconciliação na ação política do padre Cícero Romão Batista. Partindo dos contextos teológico e filosófico em que surge o conceito, interpreta-o, à luz das ciências sociais, como um divisor de águas entre dois projetos de nação que atravessam a história recente do país. De um lado, o projeto excludente, que afirma e reproduz a divisão, defendido pelas elites políticas, pelos intelectuais liberais e pelo clero reformador. Do outro, o projeto inclusivo, defendido pelo padre Cícero, para quem, a realização da modernidade dependeria da reconciliação entre tradição e modernidade. A base de referência empírica para o argumento é a revisão, nos anos 2000, do processo de condenação do padre Cícero por parte da Igreja católica. O caminho trilhado foi o da pesquisa histórica, revisitando a literatura, reinterpretando as teses de alguns autores de referência que escreveram sobre o padre Cícero.

PADRE CÍCERO: RECONCILIATION AND MODERNITY**Keywords**

Father Cícero;
reconciliation;
catholicism;
pilgrimage;
romanization.

Abstract

This paper focuses on the sense of reconciliation in the political action of Father Cícero Romão Batista. Starting from the theological and philosophical contexts, in which the concept arises, we interpret it, in the light of the social sciences, as a watershed between two nation projects that go through the Brazilian recent history. On the one hand, the exclusionary project, which affirms and reproduces the division, advocated by political elites, liberal intellectuals, and the reforming clergy. On the other, the inclusive project, defended by Father Cícero, for whom, the realization of modernity would depend on the reconciliation between tradition and modernity. The empirical reference base for the argument is the review, in the 2000s, of the process of condemnation of Father Cícero by the Catholic Church. The path followed was that of historical research, where we visited the literature, reinterpreting the theses of some authors of reference who wrote about Father Cícero.

EM BUSCA DE UMA NOVA FORMA DE ENVELHECER: CONTROVÉRSIAS DA MEDICINA *ANTI-AGING* E MUDANÇAS NA REGULAÇÃO MÉDICA DO ENVELHECIMENTO

A ABORDAGEM DO DECLÍNIO FÍSICO DO ENVELHECIMENTO NA BIOMEDICINA

Este artigo analisa mudanças na abordagem médica do envelhecimento e as implicações dessas transformações na forma como esse processo é vivenciado por pacientes a partir das controvérsias suscitadas pela medicina *anti-aging* no Brasil. O objetivo é compreender as condições que favorecem o fortalecimento de práticas *anti-aging* em um contexto institucional desfavorável, concentrando-se nas condições específicas dessa abordagem no âmbito da relação entre profissionais e pacientes.

A busca por meios de preservar a vida e estender seu tempo de duração, que acompanhou o processo civilizatório (Elias, 2001), tem na dimensão natural de envelhecimento um impasse. Na trajetória tecnocientífica biomédica, o investimento na possibilidade de intervir e controlar o descenso físico e cognitivo decorrente da passagem dos anos impulsionou diferentes empreendimentos. Como exemplo, pesquisadores como Brown-Sequard, no século XIX, e Serge Voronoff no século XX, que se destacaram na chamada organoterapia, buscaram a compreensão de princípios do funcionamento fisiológico para criar meios de retardar ou reverter o processo de senescência – o envelhecimento biológico. A sugestão de métodos controversos e os resultados questionáveis renderam aos estudos sobre envelhecimento o estigma do charlatanismo, desconfiança que

as ciências especializadas tiveram que contrapor em seu desenvolvimento. Assim, a ascensão da ciência moderna relegou as iniciativas *anti-aging* à marginalidade dos objetivos e métodos científicos, como meta improvável e fantasiosa (Mykytyn, 2007). A ideia da “fonte da juventude”, que passou a frequentemente designar esse tipo de projeto, remete a uma desgastada insistência de tentar burlar o que a natureza já determinou para a finita vida humana.

No desenvolvimento da biomedicina, a abordagem do envelhecimento se concentrou na dimensão natural e inevitável desse fenômeno. A formação da gerontologia e da geriatria como modalidade médica especializada nas condições particulares da velhice, no século XX, constituiu a base biomédica de compreensão desse processo, estabelecendo as especificidades de uma derradeira fase de vida. As noções de natureza e de inevitabilidade se articulam na previsão de um declínio físico e cognitivo gradativo que está presente nas representações sobre o envelhecimento e, sobretudo, na concepção tradicional da velhice.

No contexto atual de envelhecimento das populações, observa-se a ampliação de movimentos de mudança da perspectiva desse processo. As novas propostas, contudo, evidenciam um contraste com a abordagem naturalizante do envelhecimento – como um fenômeno biológico específico, necessário e inevitável –, hegemônica no modelo biomédico.

A década de 1990 pode ser considerada um marco de mudanças na concepção do envelhecimento. É nesse momento que se organiza, de forma mais sistemática e institucionalizada, o que viria a ser conhecido como medicina *anti-aging*. Como o próprio nome sugere, estava sendo apresentada uma ideia de contraposição ao envelhecimento que apontava mudanças na materialidade da vivência desse processo no corpo. Essa proposta tem como base os avanços tecnocientíficos, sobretudo no âmbito biomédico de controle de doenças, com destaque para aquelas associadas ao envelhecimento (Kampf & Botelho, 2009).

Atualmente, a abordagem *anti-aging* não é reconhecida pelas instituições médicas e autoridades da saúde. A despeito, porém, de frequentes acusações de charlatanismo e dos esforços para conter sua disseminação, até por meios legislativos e judiciais, essa vertente tem se fortalecido e ganhado cada vez mais adeptos tanto entre profissionais quanto entre pacientes (Mehlman et al., 2004).

No Brasil, as primeiras instituições direcionadas ao desenvolvimento de práticas médicas *anti-aging* se organizaram a partir do final de década de 1990, influenciadas, principalmente, pela medicina *anti-aging* americana, com destaque para a American Academy of Anti-aging Medicine (A4M) na formação de profissionais. Embora tais práticas tenham gradativamente se disseminado desde então, mais recentemente, em 2012, o Conselho Federal de Medicina (CFM), órgão regulador da prática médica no Brasil, iniciou um esforço institucional para conter o avanço da medicina *anti-aging* no país com a publicação da Resolução CFM 1.999/2012 (Conselho Federal de Medicina, 2012b), que proíbe trata-

mentos com objetivo *anti-aging*, principalmente aqueles que envolvem suplementação de vitaminas e minerais e uso de hormônios. A resolução dava sequência ao Parecer-Consulta CFM 29/2012, que apresenta a avaliação dos métodos e tratamentos *anti-aging*. Essa avaliação foi realizada após um pedido de regulamentação feito pelo diretor de uma das instituições de medicina *anti-aging* no Brasil. Na ocasião foi apresentado um estudo com as supostas bases científicas dos tratamentos *anti-aging*. Com a proibição dos tratamentos, os profissionais praticantes reagiram com críticas ao CFM e processos judiciais.

Partindo desse contexto de conflito e controvérsia, este artigo apresenta uma pesquisa realizada com 14 médicos praticantes da medicina *anti-aging*, seis médicos que participaram do processo de avaliação ocorrido na Câmara Técnica de Geriatria do CFM, e cinco pacientes adeptos dos tratamentos *anti-aging*, com idades entre 23 e 60 anos.¹ O processo de pesquisa incluiu observação em campo em eventos das instituições promotoras da medicina *anti-aging*, um curso e um congresso internacional, e um fórum de geriatria promovido pelo CFM, no qual foi discutida a atual situação jurídica das práticas *anti-aging* no país. Além disso, houve acompanhamento da atuação dos profissionais da medicina *anti-aging* e análise de material produzido por eles, como artigos, livros, páginas em redes sociais e sites. Para a discussão aqui proposta, a análise concentra-se nas entrevistas e materiais produzidos pelos profissionais.

A pesquisa foi conduzida de acordo com princípios da teoria ator-rede (TAR) (Latour, 2004, 2005, 2011) para definir o que é a chamada medicina *anti-aging*, compreender qual é sua particularidade e situá-la no contexto mais amplo da biomedicina. É preciso considerar o fato de que os praticantes da medicina *anti-aging* são profissionais com formação tradicional e, ao mesmo tempo em que se portam como críticos e dissidentes do modelo médico oficial, são parte dele e fazem questão de ser, uma vez que não reivindicam seu exercício como uma prática alternativa. Dessa forma, a pesquisa buscou, desde o início, seguir a constituição das controvérsias, identificando o processo de construção das proposições em conflito.

Considerando que as práticas associadas à medicina *anti-aging* são diversas, o objeto de análise não estava definido previamente. Era necessário identificar no contexto biomédico de que maneira o conceito de *anti-aging* estava presente e como diferentes agentes se associavam e se diferenciavam em torno dessas práticas. A abordagem teórico-metodológica da TAR é pertinente por enfatizar não a identificação de grupos estáveis, já delimitados, mas o processo de formação dos grupos por meio de laços instáveis, incertos, mutáveis e compostos por diferentes elementos.

A percepção da trajetória de formação dos grupos é possível por meio dos traços deixados pelas controvérsias. A pesquisa foi desenhada de modo a destacar os processos de associações que diferenciam a medicina *anti-aging* de um modelo convencional e oficial de medicina para o envelhecimento – ela é carac-

terizada, portanto, por um empreendimento de identificação dos vínculos de pessoas, lugares, coisas, instituições e ideias que constituem o campo da medicina *anti-aging*. A Academia Brasileira de Medicina Antienvhecimento (ABMAE) foi referência inicial para acompanhar a constituição de elos que estabelecem um contexto particular de divergências sobre intervenções no envelhecimento. Nessa perspectiva, os três principais vieses de análise – os profissionais praticantes, os críticos e os pacientes – permitiram seguir a trajetória da abordagem *anti-aging* como proposição, identificando as articulações favoráveis e contrárias que definem o cenário médico-científico no âmbito do envelhecimento.

O ENVELHECIMENTO INEVITÁVEL E A NECESSIDADE DE PREPARAÇÃO DO CORPO PARA ENVELHECER

Em “As técnicas do corpo”, Mauss (2003) destaca a variação das formas com que o corpo se manifesta, tanto entre as sociedades quanto entre os indivíduos. A análise de Mauss indica que mesmo os movimentos corporais considerados naturais e comuns, como andar e marchar, são realizados de maneiras distintas. As técnicas variam no tempo, e aquelas consideradas adequadas e ideais em um determinado momento podem ser substituídas por outras, com critérios distintos. Com a ideia de técnica do corpo, o autor ressalta que a postura e os modos de realizar movimentos passam por um processo longo de aprendizagem e aprimoramento, cujo principal aspecto é a especificidade. O corpo, como primeiro e mais natural instrumento humano, simultaneamente objeto e meio técnico, modifica-se em uma trajetória de educação, cujas instruções se manifestam de maneira duradora e, na maior parte do tempo, de forma inconsciente.

As técnicas do corpo como natureza social de que fala Mauss integram as dimensões coletiva e individual, a materialidade física do corpo e a mente. É nesse sentido que, posteriormente, Bourdieu elabora o conceito de *habitus* como um conjunto de disposições duradouras que se sobrepõem à consciência e à vontade dos indivíduos, destacando o processo de incorporação dessas disposições a partir da posição ocupada pelo sujeito no meio social (Bourdieu & Nice 1977). De maneira similar, a noção de habilidade é fundamental para Ingold (1999, 2000) na constituição de um conceito de organismo-pessoa em que a natureza do corpo não pode ser compreendida como base, anterior, sobre a qual se moldam diferentes noções de pessoalidade. O organismo-pessoa se constitui no engajamento dos indivíduos no mundo. Em conformidade com essa discussão, a análise das controvérsias na abordagem médica do envelhecimento é contexto propício para pensar as técnicas corporais na condução do processo de envelhecimento alinhadas às mudanças promovidas pela maior longevidade das populações.

Michel Foucault (1979, 1987) estabelece uma relação entre o disciplinamento do corpo e o controle da alma. Por meio das limitações e regras a que os indivíduos são submetidos, suas subjetividades são moldadas em um processo que

define a percepção de si e orienta suas condutas. A disciplina, como técnica que expressa relações de poder em diferentes dimensões da vida cotidiana, articula saberes, discursos e práticas, materializando diferentes formas de regulação. No biopoder, que caracteriza as sociedades contemporâneas, a lógica de controle sobre o corpo, individualmente, se integra à perspectiva da população.

As práticas biomédicas constituem instância em que as concepções sobre o processo natural de envelhecimento estabelecem parâmetros e expectativas que condicionam a experiência de envelhecer dos indivíduos. As controvérsias em torno das intervenções nesse processo vão se expressar como diferentes modelos de regulação médica da vivência das mudanças, físicas e mentais.

O envelhecimento em uma perspectiva biomédica hegemônica é percebido como um processo com padrões relativamente estáveis e universais, que fazem com que a experiência do declínio físico, ao menos de um ponto de vista biológico, não tenha grande variação. A concepção tradicional da velhice como fase derradeira da vida destaca a decadência gradativa das funções corporais, e, nesse âmbito, a organização e especialização do conhecimento sobre envelhecimento no modelo biomédico, na geriatria e gerontologia, foram fundamentais para demarcar um estágio específico do ciclo de vida. A delimitação da velhice como fase, com suas dificuldades e necessidades próprias, favoreceu, em um primeiro momento, a homogeneização da condição dos velhos (Debert, 2004), o que foi necessário para o reconhecimento, de um ponto de vista político, das questões relacionadas ao envelhecimento. Nesse contexto, a identificação do envelhecimento como um problema social foi também um processo de medicalização da velhice que, como sugere o conceito de Conrad (1992), passou a ser pensada, descrita e tratada principalmente de um ponto de vista médico, compreendida por meio da linguagem própria da medicina.

Desde o final do século XX, contudo, um movimento de revisão de uma concepção da velhice atrelada ao aspecto de declínio e limitações vem desestabilizando a perspectiva de passividade na vivência do envelhecimento no que diz respeito às transformações decorrentes de um processo biológico tido como inevitável e inalterável. O conceito de envelhecimento ativo proposto pela Organização Mundial da Saúde (OMS) é parte significativa desse movimento de mudanças. Como ressalta Antônio (2015), esse conceito foi instituído não apenas para tratar de políticas públicas, mas para ser uma proposta de educação para a vivência do ciclo de vida como um todo, de modo que as pessoas se preparem para conduzir, de forma consciente, o próprio envelhecimento. Assim, a noção de atividade não diz respeito somente ao tipo de envelhecimento esperado, mas também à própria postura perante o processo biológico para que essa forma de envelhecer produtiva, feliz, participante e saudável seja possível.

Essa proposta poderia ser percebida como uma ambiguidade no modelo biomédico, uma vez que, como destaca Antônio (2015), a promoção de uma postura ativa das pessoas idosas em relação à própria saúde nesse novo para-

digma do envelhecimento ativo contrastaria com a ênfase da atuação da biomedicina em tratar as condições específicas da velhice e com a ideia de que essa parcela da população é mais vulnerável, até em relação a efeitos colaterais de tratamentos. Há também a associação da biomedicina à conquista de uma vida mais longa por meio do controle de doenças e condições crônicas. Haveria, portanto, a combinação de duas tendências: a *expertise* e a autoridade médica no âmbito gerontológico são associadas ao incentivo ao autocuidado como parte do processo terapêutico. Além disso, os programas de promoção do envelhecimento ativo alinham duas perspectivas conflitantes: a necessidade de intervenção, em longo prazo, nas condições em que se envelhece e a noção do envelhecimento como um processo naturalmente estabelecido. Desse modo, o reconhecimento de determinantes sociais das condições de envelhecer contrasta com o direcionamento para a maior responsabilização individual.

Embora seja um dos objetivos da política do envelhecimento ativo não limitar a reflexão sobre o envelhecimento a uma questão de saúde, o conceito é elaborado a partir do domínio biomédico, tendo como base a experiência e a produção de conhecimento especializado na geriatria/gerontologia. Observa-se em relação à medicalização da velhice uma mudança nas relações entre pacientes e especialistas que acompanha as mudanças éticas e morais da condição de idoso nas populações que se tornam envelhecidas.

Zorzanelli, Ortega e Bezerra Junior (2014) apontam a imprecisão da concepção de medicalização, dada a amplitude de situações, processos e objetos a que o conceito tem sido relacionado, o que torna necessária a delimitação do sentido da medicalização na análise. Ainda que a noção de medicalização seja frequentemente utilizada para criticar a autoridade biomédica sobre os indivíduos, há uma conceituação mais ampla, como a definida por Peter Conrad, que excede a atuação médica e abrange os processos em que diferentes aspectos da vida são tratados por meio da linguagem e de recursos médicos. Posto que o envelhecimento não foi em si abordado como uma condição patológica pela biomedicina, a medicalização desse processo na atualidade passa pela articulação de discursos e conhecimentos especializados elaborados por atores diversos, articulados sobretudo pela concepção de estilo de vida saudável, que permeia a noção de envelhecimento ativo. Como sugerem Clarke et al. (2003), o desenvolvimento tecnocientífico, em áreas como genética e biologia molecular, permite intervenções cada vez mais sofisticadas e acessíveis, o que amplia as opções a que os indivíduos podem recorrer em busca do aprimoramento de si.

Nesse mesmo sentido, Azize (2008) e Rohden (2011, 2017) dão destaque à utilização de remédios e hormônios não apenas como terapia de cura, mas como recursos para melhorar o desempenho pessoal e atingir maiores satisfação consigo mesmo e bem-estar. A associação entre a maior disponibilidade de recursos e a possibilidade de modificar características específicas constitui, todavia, cenário propício à ampliação da percepção de disfunções que precisam

ser tratadas. Como destaca Elliot (2004), a busca por essas tecnologias está diretamente associada a expectativas presentes na sociedade que fazem com que os indivíduos se sintam “deficientes” em diferentes aspectos. Assim, a disponibilização de meios para evitar o declínio tem a potencialidade de modificar a experiência de envelhecer pela expectativa de maior variação nas formas possíveis de envelhecimento.

POR UM PROCESSO DE ENVELHECIMENTO AUTÔNOMO E SAUDÁVEL: AS CONTROVÉRSIAS DA MEDICINA ANTI-AGING

A avaliação dos métodos e tratamentos empregados por profissionais praticantes da medicina *anti-aging*, realizada pelo CFM, considerou um conjunto de fatores que seriam priorizados nesse tipo de abordagem, com especial atenção à modulação hormonal e ao uso de suplementos. Além de analisar o estudo “Fisiologia hormonal: impacto na promoção de um envelhecimento saudável”, que reúne referências bibliográficas apresentadas como fundamentação da medicina *anti-aging*, os membros da Câmara Técnica de Geriatria do CFM fizeram pesquisas próprias em bases de dados científicos, sobretudo das biociências, como é o caso do sistema MEDLINE/PubMed (Conselho Federal de Medicina, 2012a). Essa busca considerou termos frequentemente utilizados para caracterizar as práticas *anti-aging*, tais como *anti-aging*, *anti-aging medicine*, *somathopause*, *bioidentical hormones*, *hormonal modulation* etc.

A conclusão dos pareceristas foi a de que a medicina *anti-aging* está mais para um ramo controverso de pesquisa biomédica básica em desenvolvimento do que para uma prática com pressupostos suficientemente desenvolvidos que lhe permita ser uma modalidade médica. Os membros do comitê de avaliação consideraram os estudos apresentados de baixa qualidade, defasados e destacaram que nenhum trazia, efetivamente, evidências científicas da eficácia na reversão ou retardamento do envelhecimento. Além da falta de pesquisas clínicas, enfatizaram o fato de que a literatura de base apresentada pelos praticantes da medicina *anti-aging* não incluía estudos voltados para o grupo de idosos, o que, na perspectiva dos críticos, deveria ser o alvo principal.

Os médicos do CFM entrevistados na pesquisa alegaram considerar que a medicina *anti-aging* é uma questão de *marketing* e mercado, uma tentativa de vender uma solução para aquilo que as pessoas temem e não podem evitar. Considerada prática pautada em pseudociência, a medicina *anti-aging* é vista como risco à saúde e seus praticantes são considerados charlatões em busca de lucro fácil ou jovens profissionais ingênuos, ludibriados por um discurso que promete grandes resultados – proporcionais ao alto custo dos tratamentos. Mais do que uma proposta fantasiosa, os tratamentos *anti-aging* seriam uma forma de aproveitar um contexto favorável e legítimo de buscas por um envelhecimento ativo e saudável.

A preocupação é sobre utilizar essa motivação que existe de todo mundo viver bem, plenamente, lindo sempre, funcional, com todas as capacidades. É uma motivação. A preocupação nossa é usar essa motivação para ganhar dinheiro quando você utiliza intervenções que não têm esse resultado. E a pessoa em si não tem a formação suficiente técnica para entender e poder tomar uma decisão adequada (médica geriatra da Câmara Técnica de Geriatria do CFM em entrevista realizada em 1º ago. 2017).

A prática da medicina *anti-aging* é considerada um movimento alheio à medicina oficial e científica, uma vez que suas proposições falhariam em alcançar os princípios básicos da prática biomédica, de acordo com os paradigmas estabelecidos e os protocolos vigentes.

A discordância entre profissionais contrários e favoráveis às práticas *anti-aging*, todavia, não se restringe ao aspecto técnico dos tratamentos propostos. A proposta da medicina *anti-aging* implica um questionamento sobre a possibilidade de intervenção no processo de envelhecimento. A controvérsia, portanto, abrange a própria concepção do processo de envelhecimento como fenômeno, uma vez que sugere, em algum nível, a contraposição à espontaneidade e singularidade desse processo.

A acusação de charlatanismo permeia todo o debate a respeito de práticas *anti-aging*, dado que é a identificação com a cientificidade o que dá legitimidade e autoridade à prática biomédica. Se, por um lado, o contexto institucional desfavorável e as críticas aos padrões médicos convencionais sugerem uma ruptura com o modelo biomédico, por outro a medicina *anti-aging* não é apresentada como uma medicina alternativa. Ao contrário, sua atuação promove uma disputa pela cientificidade.

Nesse âmbito, é necessário considerar que os profissionais que a praticam e defendem não constituem um grupo exclusivo, isolado das instituições médicas oficiais. A condição ambígua desses profissionais é um aspecto fundamental para compreender como uma prática condenada por instituições da saúde pode estar atraindo cada vez mais pacientes. Para tanto, é preciso ir além da ideia de uma mera promessa fantasiosa que usa o medo do declínio do envelhecimento e considerar o que faz médicos e pacientes procurarem esse tipo de abordagem.

UMA MEDICINA DO ESTILO DE VIDA

Os médicos praticantes da medicina *anti-aging* que participaram da pesquisa apresentaram como principal motivação para aderir a essas práticas a frustração com as limitações que observam da medicina convencional. Para eles, muitas condições apresentadas pelos pacientes não tinham soluções eficazes, pois eram tratadas de forma isolada e com terapias direcionadas aos sintomas. Esses profissionais oferecem uma perspectiva crítica comum, a de que o modelo biomédico se tornou excessivamente materialista, mecanicista, impessoal, frag-

mentado por especializações, superficial e direcionado à cura, negligenciando o aspecto da prevenção de doenças, sobretudo aquelas consideradas crônicas. Em relação ao envelhecimento, especificamente, os médicos alegam inconformidade com a suposta passividade da abordagem biomédica em relação às mudanças físicas gradativas pelo fato de elas serem naturais e parte intrínseca do processo.

Um dos médicos entrevistados, membro de uma das instituições médicas pioneiras de medicina *anti-aging* no Brasil, afirma que o contexto de elaboração de práticas *anti-aging* está diretamente relacionado ao aumento das doenças crônicas e à inabilidade da medicina convencional em lidar com as demandas que acompanham o aumento da expectativa de vida.

O A4M, o American Anti-aging Medicine, já tem 23 anos. E isso, quando eu recebi um prospecto de um simpósio em New Jersey, eu me entusiasmei: o que é isso? A dúvida que veio para mim foi: o que é isso? Fui lá. O simpósio durou quatro dias, saí de lá, assim, empolgado, com uma nova visão da medicina. Qual era a nova visão? Uma visão de antecipação, referente ao histórico das doenças que eles chamam de doenças metabólicas, que nós conhecemos como doenças crônicas. Antecipar o quê? O seu diagnóstico no processo de envelhecimento nosso (médico cirurgião plástico, praticante da medicina *anti-aging*, em entrevista realizada em São Paulo em 21 jul. 2015).

Na contraposição ao modelo materialista, mecanicista e impessoal hegemônico da biomedicina, a abordagem *anti-aging* teria como foco a prevenção e a análise do paciente como um todo, em que a especialização não está nas partes do corpo e no conhecimento, mas nas condições individuais de cada paciente. Essas condições, contudo, não devem ser interpretadas apenas de um ponto de vista físico imediato, mas incluir o histórico de vida, os hábitos, a personalidade, condições psicológicas, fatores genéticos, entre outros aspectos.

A sugestão da necessidade de ter uma perspectiva do paciente como um “todo” em uma abordagem holística busca opor uma mentalidade dicotômica da biomedicina, entre o corpo e a mente. Nesse sentido, uma das características da medicina *anti-aging* no Brasil é a referência de medicinas não ocidentais, como a *ayurveda* e a medicina tradicional chinesa. Essa estratégia holística se alinha à ênfase dada à relação entre a particularidade de cada paciente e a totalidade de uma abordagem médica que cuide da pessoa: corpo-mente-espírito. Se, porém, essa abordagem implica a integração de diferentes fatores, que variam individualmente, ela depende também de uma mudança na forma do atendimento médico e na relação entre profissionais e pacientes.

Foucault (1988) define como tecnologias do *self* o conjunto de técnicas que permitem aos indivíduos realizar intervenções em si mesmos, não apenas no corpo, mas também em seus pensamentos e condutas, ressaltando a integração entre corpo e alma na conformação de suas subjetividades. No processo de constituição de uma ética de transformação de si, Foucault (2006) destaca a

presença de dois princípios filosóficos associados: ocupar-se/cuidar de si mesmo e conhecer a si mesmo, ainda que o primeiro tenha sido obscurecido pela moral cristã. O cuidado de si se dá em relação a um contexto social, ao passo que expressa a busca pelo domínio de si como uma forma de libertação. O compartilhamento de conhecimento sobre processos metabólicos e desencadeamento de doenças vai ser o elemento fundamental da constituição da abordagem particular da medicina *anti-aging*.

Promovida como uma medicina do estilo de vida, a medicina *anti-aging* vai ter como foco um constante incentivo às mudanças de atitude e de hábitos. Tal mudança dependeria, contudo, de uma reeducação dos pacientes para que, assim como os profissionais que se tornaram críticos aos padrões da medicina, possam identificar novos fatores que precisam ser tratados e pensar no cuidado com a saúde de forma preventiva, antecipando-se ao estabelecimento de patologias.

As práticas da medicina *anti-aging* se distinguem por um conjunto de estratégias, recursos e métodos alinhados por um ideal de aprimoramento das funcionalidades do corpo. É possível destacar cinco pilares que caracterizam a perspectiva *anti-aging*: a perspectiva ortomolecular, com a reposição de elementos do próprio corpo, vitaminas e sais minerais, em quantidades adequadas às necessidades do organismo; aprimoramento da fisiologia hormonal, a mais controversa das proposições por causa dos possíveis efeitos colaterais; nutrição; condicionamento físico; e o equilíbrio mente-corpo-espírito.

Este último pilar é referente à elaboração de uma narrativa da saúde como resultado de um bem-estar que transcende a dimensão física e mental, expressando a integração entre os vários aspectos da vida humana. É nesse viés que a influência de medicinas não ocidentais se torna mais evidente, pela inclusão de práticas como a meditação no contexto de tratamento oferecido nas clínicas. O foco no aprimoramento das condições de funcionamento do corpo está associado à centralidade que a noção de metabolismo adquire na narrativa da saúde da medicina *anti-aging*. O metabolismo é a dimensão que integra aspectos individuais às condições externas. Como processo contínuo e em permanente interação com o meio, é apresentado como a materialidade determinante do envelhecimento, uma vez que é a sua alteração que desencadeia a decadência do organismo. Todavia, por seu caráter sistemático, o metabolismo afetaria e seria afetado tanto pelo ambiente externo quanto por fatores subjetivos dos indivíduos. Essa perspectiva justifica o investimento no controle, em longo prazo, dos diferentes fatores que contribuem para o funcionamento dos processos fisiológicos do corpo. O metabolismo depende do bom funcionamento de cada uma de suas partes, as quais, interligadas, dependem de todas as outras. As doenças, que nessa lógica são desencadeadas pelo desequilíbrio nas funções metabólicas, poderiam ser evitadas ou retardadas por meio da identificação de fatores que alteram os processos metabólicos ao longo do tempo.

Nessa perspectiva, as disfunções e doenças dependem do tipo e da quantidade de danos acumulados no metabolismo, os quais variam individualmente de acordo com as condições de vida. O envelhecimento é caracterizado como o resultado do acúmulo gradativo de disfunções do corpo, que como tal não pode ser compreendido por um padrão definido principalmente por parâmetros cronológicos. O diferencial da abordagem *anti-aging* estaria, portanto, na premissa de que ao tratar das disfunções metabólicas é possível retardar ou reverter o processo de declínio característico do envelhecimento.

Desse ponto de vista, as transformações físicas consideradas típicas da velhice deixam de ser consideradas normais por ser consequência de um processo natural. A normalidade é afastada de um referencial cronológico, que pressupõe o declínio, e definida em relação à função em si. Um dos médicos pesquisados assim define a medicina *anti-aging*:

Uma eterna e profunda preocupação com todos os fatores que são capazes de tirar a vitalidade da pessoa. [...] É botar a pessoa, em qualquer idade, em parâmetros de normalidade e não aceitar que aquilo é assim mesmo. Entendeu? “Ah, a glicose sobe com a idade.” Por quê? Não tem que subir. “Ah, porque a insulina ficou fraca.” Fortalece a insulina. Essa é a diferença, você olhar o envelhecimento com olhar de “é assim mesmo”. Tem que olhar combatendo, você tem que fazer combate (médico cardiologista, especialista ortomolecular, praticante da medicina *anti-aging*, em entrevista realizada no Rio de Janeiro em 10 ago. 2015).

Para esses médicos, em um modelo médico impessoal, mecanicista e fragmentado em atendimento especializado não seria possível uma abordagem que lide com a totalidade dos fatores que precisam estar em equilíbrio nas condições de vida do paciente. Assim, somente as consequências das alterações seriam identificadas, muitas vezes em estado avançado ou crônico. Nesse ponto, a configuração do modelo médico convencional, considerada ineficiente, é associada à trama de interesses políticos e econômicos que estariam afastando os padrões médicos do cuidado com a saúde do paciente de forma integrada.

Para garantir a integridade metabólica e a saúde das pessoas ao longo do tempo seria necessário prover ao corpo os nutrientes e hormônios necessários às funções básicas, bem como retirar elementos danosos ao organismo. Esses dois movimentos implicam o combate a práticas que são disseminadas como padrões no estilo de vida, sobretudo nas sociedades ocidentais. O consumo de alimentos predominantemente industrializados, o contato com substâncias tóxicas e a utilização sistemática de medicamentos são algumas das tendências da vida cotidiana apontadas como obstáculos à manutenção das condições ideais de funcionamento do corpo. Modificar esse condicionamento, contudo, dependeria do enfrentamento de grupos de interesse, principalmente das indústrias farmacêutica e alimentícia.

Nesse contexto desfavorável, o sucesso da abordagem proposta na medicina *anti-aging* dependeria principalmente do engajamento dos pacientes que,

cientes dos fatores que ameaçam sua saúde e envelhecimento, precisam se responsabilizar e se esforçar para superar os hábitos danosos. Na constituição de uma narrativa da saúde própria, a noção de estilo de vida estabelece um vínculo entre uma série de fatores exteriores e a experiência individual, ressaltando, ao mesmo tempo, o condicionamento da vida em sociedade e a agência do indivíduo como fator imprescindível para um bom envelhecimento.

O discurso centralizado na dimensão do estilo de vida enfatiza uma perspectiva em que o tratamento não se realiza principalmente no contato de médico e paciente, mas por meio de autoconsciência e autodisciplina em relação às mudanças propostas, colocando os pacientes como parte ativa da construção do cuidado médico. Nesse sentido, tem relevância para o desenvolvimento da medicina *anti-aging* no Brasil a forma específica de interação entre os profissionais e os pacientes.

Os profissionais mantêm canais de comunicação e interação com os pacientes, principalmente nas redes sociais e sites pessoais. O discurso dos médicos praticantes da medicina *anti-aging* é composto por meio de linguagem própria, com vocabulário técnico específico associado a problemas e situações próximos da realidade do público em geral. Termos como índice glicêmico, micronutrientes, marcadores de inflamação, oxidantes, disbiose, resistência insulínica, entre outros, são introduzidos na narrativa sobre a saúde em explicações didáticas sobre o funcionamento do corpo. Constantemente são apresentados os processos que ocorrem no corpo durante a ingestão de determinados alimentos e bebidas ou durante uma atividade física, buscando mostrar os benefícios e malefícios das condutas diárias. As doenças são abordadas em termos dos fatores que as originam, demarcando toda uma trajetória de ações que contribuem para seu surgimento. As informações são associadas à publicação de artigos científicos que mostram os fatores mencionados nessas explicações e servem de base para as críticas a referências em saúde defendidas pelas instituições médicas oficiais, que são consideradas equivocadas ou ultrapassadas.

Todo o conteúdo instrutivo é ilustrado pelo exemplo dos próprios profissionais. A rotina organizada com cuidados com a saúde, que incluem atividades físicas regulares, alimentação saudável e sem alimentos industrializados, o uso de hormônios e a reposição de vitaminas e sais minerais, apresenta ao público os médicos como pacientes da medicina que promovem. Essa conduta é percebida tanto como evidência da eficácia dos tratamentos quanto como uma aproximação entre os profissionais e os pacientes, uma vez que os médicos passariam pelas mesmas dificuldades para seguir os tratamentos. A postura dos médicos como exemplo cria, no processo de interação, um vínculo que transpõe a relação médico/paciente: há o compartilhamento de um estilo de vida.

Mauss (2003) destaca como um dos principais aspectos do processo de aprendizagem das técnicas do corpo a imitação prestigiosa, visto que os indivíduos imitam atos bem-sucedidos, observando aqueles em quem confiam ou

cuja autoridade reconhecem. Na constituição de uma narrativa da saúde própria da medicina *anti-aging*, os médicos, como especialistas e praticantes, estabelecem-se como orientadores, mais do que como autoridades absolutas diante de pacientes passivos, promovendo maior horizontalização da relação médico/paciente.

As pesquisas no campo da antropologia médica/da saúde têm explorado as diferentes perspectivas sobre os processos de saúde e doença entre aqueles que buscam a cura e aqueles que realizam as práticas de cura (Kleinman, 1978; Duarte, 1998; Freidson, 2008). Considerando variados contextos de análise, é possível afirmar que a atuação dos que curam e dos que são curados passa pelo estabelecimento de possibilidades terapêuticas que são definidas por meio de uma relação de formas e níveis de conhecimento. O que se destaca nessas relações de conhecimento é a constituição de capacidades, expectativas e papéis específicos que delimitam e são delimitados na experiência de adoecer. No contexto da biomedicina, como um sistema fundamentado em ciência para pensar o processo saúde/doença, a relação entre os pacientes e os profissionais passa pelo estatuto da cientificidade. É nesse marco que as relações envolvidas no processo de cura são definidas principalmente. Com o incentivo ao conhecimento sobre os fatores incluídos nos processos de saúde e doença e à participação direta dos pacientes nas controvérsias sobre as práticas *anti-aging*, há um desdobramento da questão da cientificidade: na perspectiva dos pacientes, a contestação da cientificidade se estende à medicina oficial e a percepção desse aspecto é definida ao longo de suas experiências de adoecimento e busca por soluções.

Observa-se no caso da medicina *anti-aging* que a constituição de uma narrativa da saúde focalizada no estilo de vida dá ênfase ao aspecto do autocuidado, assumindo um posicionamento em que é preciso conquistar cotidianamente o envelhecimento ativo. A possibilidade de um envelhecimento saudável, ativo, produtivo é condicionada a uma escolha pessoal de aprendizado e autogestão contra as tendências danosas dos padrões de vida predominantes. Essa estratégia se aproxima da noção de etopolítica proposta por Nikolas Rose (2013: 46), que consiste nas “tentativas de modelar a conduta dos seres humanos mediante influência em seus sentimentos, crenças e valores – em resumo, agindo sobre a ética”. É possível considerar que a medicina *anti-aging* investe na disseminação de uma ética da longevidade saudável, em que a possibilidade de envelhecer bem está vinculada ao cuidado com a própria saúde ao longo do tempo.

UMA MEDICINA PARA O ENVELHECIMENTO, NÃO DO ENVELHECIMENTO

Embora a controvérsia em torno da medicina *anti-aging* esteja centrada na abordagem do envelhecimento como alvo de intervenção médica, destaca-se como uma das características dessa vertente uma proposta de práticas médicas que não são concentradas na temática do envelhecimento e da condição da velhice.

O envelhecimento aparece como o plano mais amplo em que os demais processos do corpo se integram ao longo do tempo, e o envelhecimento ativo e saudável é a meta resultante de um constante esforço por uma vida mais saudável.

Uma das questões iniciais da pesquisa foi identificar a proposta específica de medicina para o envelhecimento na medicina *anti-aging*. Para compreender seu direcionamento é preciso considerar que essa proposta é antecedida por uma perspectiva distinta do envelhecimento como fenômeno biológico. Ao passo que as instituições da saúde julgam a medicina com base em sua inadequação aos parâmetros biomédicos estabelecidos, a medicina *anti-aging* se desenvolve no sentido de abrir a caixa-preta do envelhecimento na abordagem biomédica, afastando uma concepção desse processo como algo em si mesmo: é preciso pensar o envelhecimento como o resultado de outros processos. A medicina *anti-aging* explora a tendência de tentar pensar não a velhice em si, mas toda a trajetória de vida como uma preparação para o envelhecimento ativo. A ênfase em um descolamento entre o envelhecimento cronológico e o biológico, todavia, afasta a projeção da velhice como uma fase específica da vida. Uma vez que o envelhecimento físico não precisa, necessariamente, acompanhar progressivamente a passagem do tempo e se define ao longo do processo de vida, as intervenções devem ser constantes.

Um dos principais argumentos contra a medicina *anti-aging* é a ineficácia dos tratamentos visando ao retardamento ou à reversão dos sinais do envelhecimento. A abordagem específica do envelhecimento na medicina *anti-aging*, contudo, demandou questionar quais as expectativas dos pacientes ao procurar esse tipo de medicina.

Os cinco pacientes considerados na pesquisa tinham 23, 30, 41, 56 e 60 anos, sendo dois homens e três mulheres. Com diferentes trajetórias e fazendo acompanhamento com médicos distintos nas cidades de São Paulo, Campinas, Brasília e Rio de Janeiro, esses pacientes apresentam similaridades significativas. Eles demonstram principalmente um descontentamento com a medicina convencional e frustração em relação à expectativa que tinham quando procuraram ajuda médica. Nesse âmbito, há uma convergência das críticas com aquelas apresentadas pelos médicos.

Ao abordar as controvérsias em torno da liberação do fornecimento da fosfoetanolamina sintética para o tratamento de câncer, Castro e Almeida (2017) destacam o papel dos pacientes na legitimação da substância como resultado de um processo científico. Diante da oposição de cientistas e representantes de instâncias institucionais de regulação de medicamentos e tratamentos, o testemunho dos pacientes como evidência da eficácia da substância não opera no sentido de negação da necessidade de comprovação científica, mas no questionamento dos padrões de legitimação. O caso ressalta a organização dos pacientes como um forte elo do processo de associações que desestabilizam e reorientam a institucionalização de práticas terapêuticas na biomedicina.

Os pacientes pesquisados afirmam que a experiência com a medicina oficial, anterior à adesão à medicina *anti-aging*, foi caracterizada por muitos especialistas e exames que frequentemente não traziam nenhuma solução para os sintomas e incômodos que sentiam. Os relatos destacaram uma situação comum em que eram informados pelos profissionais de que não havia nada de errado com eles, que estavam normais, mesmo quando isso significava ausência de resposta para um sintoma que vinha causando sofrimento. A afirmação da normalidade também aparecia quando os sintomas apresentados eram vistos como parte de um processo natural e esperado, que é o caso do envelhecimento.

A paciente A, de 56 anos, ao descrever sua trajetória de mais de uma década buscando médicos de diferentes especialidades para descobrir a causa de problemas que vinha apresentando desde os 40 anos de idade, como enxaquecas, ganho de peso e depressão, afirma:

Eu falei “Ah, deve ser isso mesmo porque a nossa medicina não tem nada. Eles acham que ser idoso é usar fralda, tomar sinvastatina, Omeprazol e uma pilha de remédios. Está bom, eu acho que vou ter que aderir, porque me parece que não existe outra forma de envelhecer que não seja desse jeito”. Aí comecei a seguir o Dr. X. Seis meses depois eu falei “Vou lá! Vou marcar consulta”. E aí fui, né? Mas assim... “Mais um que vai falar que para a minha idade eu estou ótima. Se ele falar, eu vou mandar ele para aquele lugar!” (paciente, mulher, 56 anos, São Paulo, 1^a maio 2017).

Esses pacientes destacam que se sentiam sem meios de decidir sobre a condução do próprio tratamento. Alegam que vivenciavam situações de conflito por discordar dos tratamentos propostos pelos médicos sem poder participar das decisões. Questionamentos não respondidos ou menosprezados e a insistência quanto à necessidade de alguma intervenção, como o uso de um medicamento, são citados pelos pacientes como fatores que lhes causavam desconforto.

Três dos cinco pacientes conheceram a medicina *anti-aging* pelas redes sociais de médicos praticantes; uma conheceu por indicação após ver o resultado do tratamento em uma amiga; e um havia procurado um endocrinologista e só depois soube que ele era praticante desse tipo de abordagem. Eles destacam como atrativo, sobretudo, o fato de os médicos serem exemplo daquilo que estavam falando e de perceber neles aquilo que buscavam. Além disso, ressaltam as informações técnicas que eram disponibilizadas pelos médicos: os conteúdos sobre saúde, as críticas aos hábitos danosos ao organismo e as discussões e debates que promoviam com os pacientes. No âmbito do primeiro contato, os pacientes citam a atenção que receberam em longas consultas, que frequentemente passavam de uma hora, a oportunidade que tiveram para falar de todas as suas preocupações, a quantidade de fatores que foram considerados e a ausência de um discurso acomodado com “é assim mesmo”. Os discursos sobre condutas que favorecem uma vida mais saudável e o foco em mudanças que podem e devem ser feitas pelas próprias pessoas, a despeito da intervenção

médica, são percebidos por esses pacientes como um contexto de maior liberdade para expressar seus pontos de vistas como aqueles que vivenciam as desvantagens no corpo.

Nessa perspectiva, os pacientes indicam que se sentiam participando da construção do processo de cura e manutenção da saúde. Tal percepção é evidente no relato do paciente B, de 60 anos, ex-executivo de uma multinacional que abandonou o cargo como parte da mudança de estilo de vida para conquistar mais saúde.

E o meu problema de coluna que se transformou num caso muito complicado. Ele exigia, como parte do tratamento, uma mudança de estilo de vida. Foi aí que eu conheci o Dr. X, na parte endocrinológica, e ele foi adiante com uma espécie de *coaching* de antienvhecimento. [...] Mudei tudo, mudei tudo. Tudo, tudo, tudo. Desde trabalho, onde eu, obviamente, planejei isso. [...] Causei um fato e me adaptei a ele (paciente, homem, 60 anos, Rio de Janeiro, 4 maio 2015).

Todos os pacientes alegam saber das controvérsias em torno dos métodos de tratamento da medicina *anti-aging*. Satisfeitos com os resultados que obtiveram, alinham-se, todavia, ao posicionamento dos médicos com críticas aos interesses políticos e econômicos das instituições que regulam as práticas médicas. Há, nesse ponto, uma inversão da legitimidade, uma vez que a medicina oficial passa a ser percebida com suspeição. Os pacientes afirmam que após a experiência com a medicina *anti-aging* têm dificuldades de lidar com médicos convencionais, pois já não aceitam as limitações e tendem a entrar em conflito por questionar o que é dito.

Submetidos a um tratamento baseado em mudanças no estilo de vida, que além das vitaminas e hormônios inclui dietas específicas, exercícios físicos e uma reorganização dos hábitos diários para preservar o sono e o equilíbrio entre trabalho e lazer, esses pacientes sugerem em suas falas que a medicina *anti-aging* é apenas o ponto de partida e o direcionamento de uma mudança que eles mesmos conduziram. Posto que os tratamentos não são estabelecidos em torno da temática específica do envelhecimento, os pacientes não veem esse processo como uma tentativa de rejuvenescer, mas como uma forma de se preparar para um envelhecimento diferente e melhor.

Ninguém tem a ilusão de que você simplesmente vai conseguir congelar completamente a passagem do tempo. As células vão se degenerando. Mas a questão é suavizar os efeitos negativos. É suavizar as perdas que a idade traz e diminuir esse impacto. Não é uma obsessão pela eterna juventude. Eu acho que a passagem do tempo tem coisas positivas, tem a sabedoria que vem, tem a maturidade, tem a serenidade que você adquire, mas eu acho que é você conseguir diminuir esse impacto negativo. Então, para mim, o envelhecimento ideal é aquele envelhecimento que você tem o mínimo de perdas com o máximo de ganhos (paciente, mulher, 41 anos, São Paulo, 2 maio 2017).

Freidson (2008) destaca, no estabelecimento da medicina moderna, que para conquistar o monopólio das práticas terapêuticas foi necessário o desen-

volvimento de uma tecnologia de trabalho que fosse percebida como segura e prática. Esse requisito é relacionado ao fato de a prática médica depender principalmente do interesse do indivíduo leigo. A escolha não poderia ser forçada; ela precisa ser atraída por meio de bons resultados conquistados por meio da fundamentação em conhecimento. A estratégia de convencimento da medicina *anti-aging* desloca esse conhecimento da figura do especialista, unicamente, para a relação de busca de soluções entre profissionais e pacientes.

Ao usar a definição de ideal regulatório para se referir à concepção de *self*, Rose (2011) aborda essa forma particular com que os indivíduos percebem a si mesmos, em termos de uma experiência de vida interiorizada, como consequência de processos histórica e geograficamente situados. Rose ressalta o caráter normativo da noção de *self* na contemporaneidade. Esse *self* como uma experiência de si e como uma ética de autoavaliação se forma a partir de um aparato de técnicas e tecnologias específicas. Nos regimes de corporeidade pelos quais o corpo passa, ele não é um mero conjunto de órgãos, propriedades e funções, mas o resultado de agenciamentos por meio dos quais o “lado de dentro” é articulado ao “lado de fora”. O corpo é maquinado, desenvolvendo as capacidades para condutas específicas, e é essa corporeidade que informa a relação do indivíduo consigo mesmo.

O autor identifica na contemporaneidade a permanência de um *self* empreendedor que se constituiu a partir da década de 1980, com a prevalência de valores neoliberais definidores de uma noção de pessoa como um ente subjetivo que deve aspirar à autonomia e se orientar pela realização pessoal. Tais valores predominantes definiriam uma forma distinta de julgamento, o que evidencia uma especificidade do regime de *self* contemporâneo. Se outrora os regimes do *self* tinham como característica predominante a presença da autoridade, na contemporaneidade o regime do *self* depende mais de especialistas que “transfiguram questões existenciais sobre o propósito da vida e significado do sofrimento em questões técnicas, quanto a formas mais eficientes de gerenciar o mau funcionamento e melhorar a qualidade de vida” (Rose, 2011: 210).

Ao propor uma abordagem médica personalizada e holística, de modo a lidar não apenas com o físico, mas com uma dimensão mais subjetiva dos pacientes, contraditoriamente a medicina *anti-aging* se estabelece a partir de uma noção de pessoa típica da modernidade, a pessoa-indivíduo (Dumont 1997; Duarte 2003), autônoma, independente e livre. Por explorar a diversidade das condições de envelhecer no âmbito da abordagem biológico-cronológica da vida, a estratégia *anti-aging* evidencia a relação entre a percepção da dimensão física e a constituição moral dos indivíduos ao longo da trajetória de vida. Assim, a medicina *anti-aging* se estabelece como alternativa por meio da contestação da ideia de ciclo de vida biológico como um padrão, investindo na ainda incipien-

te noção da individualidade da expressão do ciclo de vida em termos funcionais e de potencialidades.

O holismo da proposta *anti-aging* opera menos como uma ruptura com o modelo biomédico dicotômico do que como uma estratégia de ampliar a concepção do envelhecimento, viabilizando um processo terapêutico de aprimoramento do corpo para resistir ao declínio físico. Com um discurso focalizado no estilo de vida e na manutenção da funcionalidade do corpo ao longo do tempo, a medicina *anti-aging* é atrativa para pacientes que percebem um descompasso entre a queda em seus desempenhos e a responsabilidade de se manter ativos e produtivos. A ideia do cuidado de si é eficiente na ocultação de regulações e padrões disciplinares, que são mais facilmente identificados pelos pacientes na medicina convencional, favorecendo uma percepção do envelhecimento como um processo heterogêneo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas da medicina *anti-aging* têm sido analisadas do ponto de vista de uma promessa de eterna juventude. Nesse sentido, as críticas enfatizam a falta de evidências científicas de que é possível retardar ou reverter o envelhecimento tratando o processo em si, como se uma pílula mágica – ou hormônio – oferecida para desfazer as mudanças físicas fosse, invariavelmente, falhar. A análise da medicina *anti-aging* na prática, todavia, mostra um contexto mais complexo, que expressa um conjunto de transformações nas condições de vida, sobretudo no que diz respeito ao aumento da expectativa de vida e ao papel da biomedicina na condução desse processo.

A ideia de tentar controlar o ciclo de vida para evitar a decadência não é nova, mas na contemporaneidade esse empreendimento se estabelece de forma específica, respondendo a questões que surgem na incerteza de uma vida cada vez mais longa em sociedades com menos jovens. Envelhecer é uma experiência que envolve fatores de ordem biológica, política, social, cultural, familiar, econômica, religiosa. É no contraste entre a universalidade desse processo biológico e as particularidades das condições em que cada indivíduo envelhece que se apresentam os principais conflitos dessa experiência, sobretudo no âmbito da institucionalização e padronização de procedimentos para lidar com o envelhecimento.

Em uma sociedade que valoriza a autonomia, a independência e a liberdade, a expectativa do declínio como algo inevitável é percebida como uma contradição da conquista de uma vida mais longa. Especialmente em um contexto de valorização do envelhecimento ativo, a abordagem biomédica passa a ser questionada de um ponto de vista das limitações que tem para lidar com a ampliação do tempo de vida que favoreceu diretamente.

Não é por acaso que o principal público atraído pela medicina *anti-aging* não é formado por idosos, mas por aqueles que começam a perceber um des-

compasso entre seus desempenhos físicos e a necessidade de continuar ativo e desenvolver novos projetos. A abordagem da medicina *anti-aging* como estilo de vida favorece a percepção de continuidade, uma vez que não é direcionada a tratar as condições da velhice. Ao focalizar seu discurso nas transformações que ocorrem no corpo, como perda de massa muscular, redução dos níveis hormonais, resistência insulínica, acúmulo de gordura, a medicina *anti-aging* vai ao encontro da percepção subjetiva dos pacientes quanto ao seu estado de normalidade ou adoecimento. Desse modo, é possível para esses pacientes pensar o processo de adaptação para uma vida longa não como preparação para a velhice, mas como um processo constante de aprimoramento de si.

A vantagem da medicina *anti-aging* está no favorecimento de uma perspectiva menos especializada do envelhecimento em um contexto em que esse processo tende a ser pensado não como rupturas, mas como continuidade do curso de vida. Na conjuntura apresentada, a crítica da cientificidade tende a ter menos impacto do que o esperado, pois o que garante o fortalecimento dessa vertente em um contexto institucional desfavorável é o seu posicionamento de mediação na contestação de antigas concepções biomédicas do envelhecimento feita pelos próprios pacientes.

Recebido em 02/02/2019 | Revisto em 11/08/2019 | Aprovado em 29/10/2019

Fernanda Rougemont é graduada em ciências sociais pelo IFCS/UFRJ, mestre e doutora pelo PPGSA/UFRJ. Atua em pesquisas de antropologia da saúde, nas temáticas de envelhecimento, tecnociência e intervenções biomédicas. Atualmente é pesquisadora em pós-doutorado no Instituto Virtual Internacional de Mudanças Globais do Programa de Planejamento Energético (IVIG/PPE/COPPE), na UFRJ. Publicou *Viver mais e envelhecer menos: a 'fonte da juventude' como projeto científico*.

NOTA

- 1 A pesquisa foi conduzida de acordo com as diretrizes e normas estabelecidas pela Comissão Nacional de Ética e Pesquisa (Conep) e submetida à supervisão do Comitê de Ética do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foram necessárias medidas de preservação da identidade dos participantes, o que implica adaptações no tratamento de dados e na exposição de informações ao longo do desenvolvimento da análise. Médicos e pacientes são referenciados por uma letra, quando necessário, e são apresentadas somente informações imprescindíveis para a compreensão das situações analisadas, evitando qualquer elemento que possa facilitar a identificação das pessoas envolvidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- António, Manuel André Simões Homem Cristo. (2015). *Envelhecimento ativo e o recurso à medicina tradicional chinesa: entre a responsabilidade individual e os fatores sociais determinantes da saúde*. Tese de Doutorado (antropologia da saúde). Universidade de Lisboa.
- Azize, Rogério. (2008). Uma neuro-Weltanschauung? Fiscalismo e subjetividade na divulgação de doenças e medicamentos do cérebro. *Mana*, 14/1, p. 7-30.
- Bourdieu, Pierre & Nice, Richard. (1977). *Outline of a theory of practice*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Castro, Rosana & Almeida, Rafael Antunes. (2017). Testemunho, evidência e risco: reflexões sobre o caso da fosfoetanolamina sintética. *Anuário Antropológico*, 1, p. 37-60.
- Clarke, Adele et al. (2003). Biomedicalization: technoscientific transformations of health, illness, and US biomedicine. *American Sociological Review*, 68/2, p. 161-194.
- Conrad, Peter. (1992). Medicalization and social control. *Annual Review of Sociology*, 18/1, p. 209-232.
- Conselho Federal de Medicina. (2012a). Processo-consulta CFM nº 4.690/11. Parecer CFM nº 29/12. Disponível em <http://old.cremerj.org.br/anexos/PARECER_CFM__29.pdf>. Acesso em 14 jul. 2018.

Conselho Federal de Medicina. (2012b). Resolução nº 1.999, 19 de outubro de 2012. *Diário Oficial da União*, Seção 1, p. 139. Disponível em <http://www.portalmédico.org.br/resolucoes/CFM/2012/1999_2012.pdf>. Acesso em 14 jul. 2018.

Debert, Guita. (2004). *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Duarte, Luiz Fernando Dias. (2003). Indivíduo e pessoa na experiência da saúde e da doença. *Ciência & Saúde Coletiva*, 8/1, p. 173-183. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232003000100013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 jul. 2018.

Duarte, Luiz Fernando Dias. (1998). Introdução. In: Duarte, Luiz Fernando Dias & Leal, Ondina Fachel. *Doença, sofrimento, perturbação: perspectivas etnográficas*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p. 9-27.

Dumont, Louis. (1997). *Homo hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações*. São Paulo: Edusp.

Elias, Norbert. (2001). *A solidão dos moribundos*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar.

Elliott, Carl. (2004). *Better than well: American medicine meets the American dream*. New York: WW Norton & Company.

Foucault, Michel. (2006). *Ditos e escritos*, v. 5: *Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, Michel. (1988). *Technologies of the self: a seminar with Michel Foucault*. Amherst: University of Massachusetts Press.

Foucault, Michel. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.

Foucault, Michel. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.

Freidson, Eliot. (2008). *Profissão médica: um estudo de sociologia do conhecimento aplicado*. São Paulo: Unesp.

Ingold, Tim. (2000). *The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill*. London: Routledge.

Ingold, Tim. (1999). Three in one: on dissolving the distinctions between body, mind and culture. The Laboratory of Comparative Human Cognition. San Diego. XMCA Research Paper Archive. Disponível em <<http://lhc.ucsd.edu/mca/Paper/ingold/ingold2.htm>>. Acesso em 10 dez. 2018.

Kampf, Antje & Botelho, Lynn. (2009). Anti-aging and biomedicine: critical studies on the pursuit of maintaining, revitalizing and enhancing aging bodies. *Medicine Studies*, 1 p. 187-195.

Kleinman, Arthur. (1978). Concepts and a model for the comparison of medical systems as cultural systems. *Social Science & Medicine. Part B. Medical Anthropology*, 12, p. 85-93.

Latour, Bruno. (2011). *Ciência em ação*. São Paulo: Editora Unesp.

Latour, Bruno. (2005). *Reassembling the social: an introduction to actor-network-theory*. New York: Oxford University Press.

Latour, Bruno. (2004). *Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia*. Bauru: Edusc.

Mauss, Marcel. (2003). As técnicas do corpo. In: *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, p. 399-422.

Mehlman, Maxwell et al. (2004). Anti-aging medicine: can consumers be better protected?. *The Gerontologist*, 44/3, p. 304-310.

Mykytyn, Courtney. (2007). *Executing aging: an ethnography of process and event in anti-aging medicine*. Doctoral dissertation. University of Southern California.

Rohden, Fabíola. (2017). Vida saudável versus vida aprimorada: tecnologias biomédicas, processos de subjetivação e aprimoramento. *Horizontes Antropológicos*, 47, p. 29-60.

Rohden, Fabíola. (2011). "O homem é mesmo a sua testosterona": promoção da andropausa e representações sobre sexualidade e envelhecimento no cenário brasileiro. *Horizontes Antropológicos*, 17/35, p. 161-196.

Rose, Nikolas. (2013). *A política da própria vida: biomedicina, poder e subjetividade no século XXI*. São Paulo: Paulus.

Rose, Nikolas. (2011). *Inventando nossos selfs: psicologia, poder e subjetividade*. Petrópolis: Vozes.

Zorzaneli, Rafaela Teixeira; Ortega, Francisco & Bezerra Júnior, Benilton. (2014). Um panorama sobre as variações em torno do conceito de medicalização entre 1950-2010. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19, p. 1859-1868.

**EM BUSCA DE UMA NOVA FORMA DE ENVELHECER:
CONTROVÉRSIAS DA MEDICINA *ANTI-AGING* E
MUDANÇAS NA REGULAÇÃO MÉDICA DO
ENVELHECIMENTO**

Palavras-chave

Envelhecimento;
medicalização;
medicina *anti-aging*;
técnicas do corpo;
estilo de vida.

Resumo

O artigo analisa mudanças na abordagem médica do envelhecimento e as implicações dessas transformações na forma como esse processo é vivenciado por pacientes. A pesquisa apresenta uma análise de controvérsias no contexto da organização da medicina *anti-aging* no Brasil. A discussão aborda o processo de medicalização do envelhecimento a partir das controvérsias sobre o papel da biomedicina na conjuntura do aumento da expectativa de vida. O texto se concentra na relação entre autoridade médica e a condução individual do processo de envelhecer, considerando o paradigma do envelhecimento ativo. A análise destaca a estratégia da medicina *anti-aging* de constituir uma abordagem de estilo de vida que reorganiza a relação médico/paciente concentrando-se na interação e no protagonismo dos pacientes como vantagem em um contexto institucional desfavorável.

**IN SEEK OF A NEW WAY OF GETTING OLDER:
CONTROVERSY ON ANTI-AGING MEDICINE AND
CHANGES IN THE MEDICAL REGULATIONS OF AGING**

Keywords

Aging;
medicalization;
anti-aging medicine;
body techniques;
lifestyle.

Abstract

The article analyzes changes in the medical approach of aging and identifies its consequences in the way patients are living the aging process. This research presents an analysis of controversy in the context of the organization of *anti-aging* medicine in Brazil. The discussion addresses the medicalization of aging by considering the controversy about the role of biomedicine in the conjuncture of life expectancy improvements. It is emphasized the linkage between medical authority and individual conduction of aging with the background of active aging as a paradigm. This analysis highlights the *anti-aging* medicine strategy of creating an approach of the lifestyle that reorganizes the doctor/patient relationship by focusing on close interaction with patients and giving them a leading role in the therapeutic process, which becomes an asset in a disadvantageous institutional context.

I Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), [favor indicar departamento ou equivalente], Campinas, SP, Brasil
cortado.thomas@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-2243-8735>

Thomas Jacques Cortado¹

AOS POUCOS: AGENCIANDO PESSOAS, CASAS E RUAS NA PERIFERIA DO RIO DE JANEIRO

Ah, Deus do céu, nesse mundo só há Jesus, é muito brabo, Thomas, é meio complicado a vida. A gente pra se viver o dia, Thomas, a gente vive, mas é mesmo aquele negócio: trupica aqui, cai ali, levanta ali, cai por lá e assim, e vai vivendo a vida! Vai vivendo a vida
(José, morador do Jardim Maravilha)

CASA E MOBILIDADE: CONTRASTE OU CONTINUIDADE?

À primeira vista, a casa representa o contrário da mobilidade. Sabemos que, no Brasil, a construção de casas serviu para territorializar minorias étnicas e classes populares, como no caso das aldeias missionárias, que queriam sedentarizar os índios nômades (Oliveira, 1998), ou das vilas operárias, que tentavam “imobilizar a força de trabalho” (Lopes, 1979). De modo geral, estudos em contextos coloniais e pós-coloniais (Mitchell, 1991) e pesquisas sobre moradia nos países capitalistas do centro (Rabinow, 1995) ressaltaram o papel das casas no controle das populações. Do ponto de vista das práticas nativas, a oposição já não é tão clara assim. Casas são lugares de trânsito, por onde circulam muitas pessoas, parentes, visitas ou amigos. Nas regiões rurais do Brasil, Comerford (2014: 117) notou que as casas funcionam como “lugares de saída e chegada, de ausência ou presença, de idas e retornos cotidianos ou excepcionais”. Investigações conduzidas nos mais diversos contextos socioculturais indicaram que as casas frequentemente estão articuladas a redes de circulação de pessoas que envolvem outras casas (Marcelin, 1996), numa escala até transnacional (Handerson, 2012).

Esse, entretanto, é apenas um sentido da mobilidade – a mobilidade como deslocamento físico. Discutindo a circulação dos membros da diáspora libanesa, Hage (2005) sugeriu que nem todo deslocamento tem relevância na vida das pessoas. É preciso, argumenta o autor, perguntar por que um desloca-

mento se torna um movimento significativo, um movimento existencial. Vejamos a diferença entre viajar (como turista) e migrar: ao contrário da primeira, que, em geral, se resume a colecionar prazeres e prestígios, a segunda forma de mobilidade envolve a busca por uma vida digna. Nesse caso, a pessoa está se deslocando para pôr sua existência em movimento, para caminhar rumo a uma vida melhor. E reciprocamente: uma vida viável pressupõe uma forma de mobilidade imaginária, o sentido de que se está “indo para algum lugar” (Hage, 2009: 107). Portanto, ao lado da mobilidade física existe uma mobilidade existencial. Esse desejo de mobilidade existencial, aliás, sobressai nos relatos dessas pessoas que, à semelhança dos moradores de Sarajevo hoje, se sentem paradas, no tempo e no espaço, aguardando a definição de um futuro melhor (Jansen, 2014).

Qual seria então o significado da casa para a mobilidade existencial? “O projeto de melhoria de vida”, sugeria Durham (1989) para os loteamentos periféricos de São Paulo, “parece se concretizar de modo muito marcante na casa própria”. Observando moradores de uma favela do Rio de Janeiro, Cavalcanti (2007: 126) chegou à mesma conclusão, apontando para “uma narrativa subjacente do progresso pessoal; uma narrativa atrelada a sua percepção de uma melhoria progressiva mas inegável de seu entorno”. Essa imaginação do progresso encontrava nas transformações materiais da casa, que de barraco se tornara casa de alvenaria, sua principal evidência. De modo geral, onde prevalece a autoconstrução, a casa é “indicadora [indexive] e produtora de uma sensação de melhoria material, de um senso de agência” (Cavalcanti, 2007: 132).

Existe, por fim, um terceiro sentido da mobilidade: a mobilidade como variação afetiva, que eu proponho chamar de mobilidade intensiva, devido à inspiração deleuzo-guattariana dos estudos a seu respeito. Foram as pesquisas de Guedes (2013a, 2015, 2017) sobre cidades nas fronteiras de expansão que atraíram minha atenção para esse tipo de mobilidade. Comentando o significado da categoria febre, usada para caracterizar momentos de intensificação da atividade econômica (causados pela mineração ou pela construção de barragens), resultando em aumento na circulação de pessoas, objetos e afetos, Guedes (2013a: 431) concluiu a “importância de se considerar a categoria de movimento não apenas como ‘deslocamento’, mas também como agitação, correria, frenesi, evocando aquelas paixões que a noção de febre parece captar tão bem”. Aqui a casa se torna um lugar e um momento de resfriamento das paixões coletivas, de desaceleração da vida social, de estabilização das pessoas. “A casa, idealmente, remete à singular duração das coisas estáveis e sólidas, almejadas e mantidas a duras esforços diante das forças disruptivas do mundo”. “Entrar em casa é sossegar, é deixar aquela agitação e correria lá fora” (Guedes, 2017: 226 e 228).

Tendo como objeto o Jardim Maravilha, um loteamento na Zona Oeste do Rio de Janeiro,¹ onde até hoje prevalecem autoconstrução e falta de infraestrut-

tura, o presente artigo visa a dois objetivos: em primeiro lugar, elucidar o lugar da casa do ponto de vista das três formas de mobilidade mencionadas, principalmente das duas últimas; em segundo lugar, estabelecer um quadro teórico para pensar juntamente essas três formas. Busquei inspiração no conceito de agenciamento, cunhado por Deleuze e Guattari, para estabelecer uma lógica do desejo, isto é, daquilo que movimenta os corpos. Força de atração e repulsão, o desejo liga e separa os corpos; não se resume a uma tendência espontânea do organismo ou a uma falta: ele agencia corpos heterogêneos, desprezando as fronteiras tradicionais entre o humano e o não humano. “O agenciamento é o cofuncionamento, é a ‘simpatia’, a simbiose”. “A simpatia são corpos que se amam ou se odeiam, e a cada vez populações em jogo, nesses corpos ou sobre esses corpos” (Deleuze & Parnet, 1998: 65 e 66). Cabe lembrar que o conceito de agenciamento implica um duplo processo de territorialização e desterritorialização (Deleuze & Parnet, 1998: 87), isto é, de movimentação e apropriação do espaço vivido, e que os agenciamentos possuem duas faces: “Estados de coisas, estados de corpos (os corpos se penetram, se misturam, se transmitem afetos); mas também enunciados, regimes de enunciados” (Deleuze & Parnet, 1998: 85). A descrição do agenciamento, portanto, requer a compreensão dos discursos que ele produz e que o produzem.

Seguindo a perspectiva aberta por Deleuze e Guattari, podemos reformular a questão da mobilidade dentro de uma problemática mais geral: o que movimenta os corpos? As mobilidades físicas, existenciais e intensivas remetem, na verdade, às relações entre corpos, afetos e discursos, relações que possuem alguma coerência, embora essa não seja a de um organismo ou de um sistema. É preciso destacar aqui que o conceito de agenciamento ignora as fronteiras entre o humano e o não humano não porque lhes atribui igual agência, mas porque ambos intervêm na construção das relações entre corpos, afetos e discursos. Quando Deleuze e Guattari discutem as relações entre galinhos [*brins d’herbe*] e pássaros, eles não estão apenas desenhando uma rede de actantes, dividindo a agência entre pássaros e galinhos; o que lhes interessa é o papel desses galinhos na sociabilidade dos pássaros, o fato de que assumem várias funções, como a de material para construção do ninho ou de meio de sedução durante as paradas nupciais. Assim, o galinho “age como um componente de passagem entre o agenciamento territorial [nidificação] e o agenciamento de corte [sedução]” (Deleuze & Guattari, 1997: 117). Por isso, nessa perspectiva, não basta afirmar que determinada entidade, humana ou não humana, age ou pode agir; é preciso explicitar a lógica que torna essa atuação efetiva, o sistema de atração e repulsão que faz essas entidades funcionarem em conjunto.

Nossa hipótese é a de que existe um agenciamento pessoa-casa-rua na periferia do Rio de Janeiro, um conjunto de discursos, afetos e movimentos que perpassa essas três entidades. Tal hipótese não é completamente nova. Durham (1989), em texto já mencionado, chamava atenção para uma orientação básica

comum nas avaliações dos moradores da periferia sobre a cidade, o bairro e a casa: tanto a construção da casa quanto a urbanização do bairro só faziam sentido dentro “do projeto de melhoria de vida” dos moradores, apoiado “na crença no progresso”. Ou seja, tanto a construção da casa quanto a urbanização do bairro contribuía para o sentido de mobilidade existencial entre os moradores. Guedes (2017: 406), mais recentemente, sugeriu, do ponto de vista da mobilidade intensiva, um paralelismo entre pessoa, casa e cidade. Em particular, a tensão entre sossego e descontrole, central no discurso nativo, se repetia na percepção das três. “Se as febres são um período de descontrole, isto se aplica tanto à cidade quanto às pessoas”: durante as febres, o descontrole se manifesta tanto nas despesas das pessoas, voltadas para a festa, quanto na forma da cidade, “movimentada e animada, com suas ruas abarrotadas, o dinheiro correndo, idas e vindas de gente de todo canto, confusão, malandragem, morte e festa se misturando” (Guedes, 2015: 122). E, reciprocamente, “uma cidade ou uma casa sossegada – ou ‘mais’ sossegada, as gradações sendo decisivas – tendem a favorecer que uma pessoa, ela também, sossegue” (Guedes, 2017: 426). Enquanto Guedes recorre ao conceito de pessoa fractal para descrever esses paralelismos, acionando a chave da relacionalidade (Wagner, 1991), proponho falar de agência: quando as pessoas falam em febres, estão designando uma força, concreta, que movimenta os corpos por meio de várias escalas diferentes.

Com base nas falas dos moradores, nas práticas de autoconstrução e nos modos como os moradores lidam cotidianamente com os problemas de infraestrutura, o artigo começa por analisar as relações entre pessoas, casas e ruas do ponto de vista da urbanização, insistindo em particular nas ramificações afetivas e semióticas da categoria progresso, usada pelos moradores para descrever a chegada das infraestruturas urbanas.² Em seguida, examina as mesmas relações do ponto de vista da construção da casa, mostrando que elas impõem um ritmo peculiar à vida, congruente com a experiência da urbanização, antes de concluir sobre mobilidade e agenciamento.

ANALÍTICA DO “PROGRESSO”: CORPOS, AFETOS E DISCURSOS NA URBANIZAÇÃO

“Quando não tinha nada”... o “mundo circundante”

O Jardim Maravilha é um típico caso de loteamento periférico (Maricato, 1979; Santos, 1980). Projetado pela companhia Obrasin, ele surgiu no início dos anos 1950, na antiga zona rural do Rio de Janeiro. Inicialmente, não passava de um cartaz colocado no meio do matagal, à beira de uma estrada usada para escoar a produção agrícola local. Embora obrigada pela legislação municipal a realizar as obras de urbanização, a Obrasin já iniciara a venda dos terrenos mesmo faltando infraestrutura, tentando alcançar uma clientela de classe média, atraída pelos charmes bucólicos da região ou pela futura valorização dos terrenos. Essa clientela, entretanto, logo desistiu de comprar, devido à distância do Centro da

cidade e à demora nas obras. Com efeito, muitos lotes permaneceram vazios durante anos, enquanto famílias pobres, oriundas do interior, ocupavam o resto dos terrenos, já que não tinham condições para comprar um perto do Centro, com acesso aos equipamentos urbanos. Esse quadro de imensas carências urbanísticas pouco se alterou até o final dos anos 1970, quando a mobilização dos moradores levou à implantação das primeiras infraestruturas. A partir dos anos 1980, a prefeitura, aos poucos, assumiu o papel de urbanizar o loteamento, construindo escolas e um posto de saúde. Essa ação culminou nos anos 1990 com a inclusão do Jardim Maravilha no Programa de Urbanização de Assentamentos Populares (Proap), o que levou à urbanização da área então mais povoada do loteamento. Desde os anos 2000, a prefeitura vem levando essas obras para outras áreas dentro do loteamento, porém, até hoje, quase a metade dos domicílios ainda convive com esgoto a céu aberto, falta de asfalto e redes clandestinas de luz e água. Da aprovação do projeto de loteamento pela prefeitura em 1951 à inclusão do Jardim Maravilha no Proap, foram mais de 45 anos; para quem mora nas áreas ainda não urbanizadas, são mais de 60 anos sofrendo com problemas de infraestrutura.

Por isso, quando perguntados a respeito do Jardim Maravilha na época de sua chegada, os moradores antigos do loteamento sempre têm a mesma resposta: “antes, não tinha nada”. “Isso aqui, não tinha nada aqui. Aqui não tinha luz, aqui não tinha água, aqui não tinha nada, não tinha nada!” “Não tinha nada aqui, não tinha nada”, me explicava dona Joaquina, uma imigrante portuguesa chegada no Jardim Maravilha já nos anos 1950. “Mato e lama e valas negras. Não tinha nada, não tinha nada mesmo. Não tinha luz, não tinha água”. A despeito desse niilismo, esses relatos também apontam para conjuntos de práticas visando remediar essas faltas, com os moradores lançando mão de soluções engenhosas, aproveitando o que estava à disposição deles. Por exemplo, nos anos 1950 e 1960, os moradores puderam contar com a famosa “luz do bonde” – uma linha de bonde passava pela estrada que beira o loteamento. “Tinha uns postinhos aí com os fios que era a luz do bonde”, me contava dona Joaquina, “mas não valia nada! Não podia ligar a geladeira, não podia ligar nada, era mesma coisa que não ter”. O marido dela tinha feito um gato de luz com os postes do bonde, “puxando” a luz diretamente da rede que alimentava a linha de bonde até a “casinha” deles. A luz do bonde é um dos exemplos mais antigos, no Jardim Maravilha, daquilo que chamo de bricolagem infraestrutural: a construção de infraestrutura pelo aproveitamento não planejado da já existente ou pelo uso de materiais que não tinham esse destino. A bricolagem infraestrutural lembra o conceito lévi-straussiano de *bricolage*, segundo o qual o *bricoleur* não subordina os meios ao projeto, prevalecendo-se do que está à disposição dele – os *moyens du bord* (Lévi-Strauss, 1960).³ “Puxava lá e um puxando pra outro, um puxava ali, daqui pouquinho vinha um outro emendava, puxava ali”, resumia Jair, que nasceu no Jardim Maravilha nos anos 1960. Essa fala ilustra um mecanismo funda-



Figura 1
Exemplo de bricolagem infraestrutural: colocação pelos moradores de um cano de esgoto em substituição à vala negra
Foto do autor

mental da bricolagem infraestrutural: a produção de infraestrutura ocorre dentro de uma temporalidade descontínua, seguindo um princípio de contiguidade espacial, princípio resumido admiravelmente pelo verbo puxar. Essa mesma lógica do puxado prevalece hoje nas áreas ainda carentes de acesso regular(izado) à água encanada, com as pessoas puxando (colocando) canos das tubulações que ficam nas áreas urbanizadas para levar a água até suas casas.

Vale ressaltar que a bricolagem infraestrutural sempre ocorre no entorno das casas, prolongando o próprio cuidado dos moradores com elas. Se dona Fátima juntava os vizinhos para “fazer a rua”, isto é, para aterrâ-la, ela procurava seus vizinhos mais próximos, que moravam no mesmo “pedaço”, e não todos os moradores da rua ou da quadra. De modo geral, a expressão minha rua, na boca dos moradores, não significa toda a extensão da rua em que moram, mas apenas o trecho ao redor de suas casas. Isso permite uma primeira caracterização do agenciamento pessoa-casa-rua: prevalece tanto nos discursos dos moradores quanto nas suas práticas o critério da disponibilidade, a presença de coisas úteis e manipuláveis, o que lembra o conceito de *Zuhandenheit* (manualidade) em Heidegger (2005). De fato, esse agenciamento muito se parece com aquilo que o fenomenólogo alemão descreveu sob o conceito de *Umwelt* (mundo circundante⁴), “que não é um mundo de objetos oferecidos à consideração teórica, mas um mundo de ferramentas disponíveis para a preocupação” (Vaysse, 2007: 41).

Em outras palavras, o que Heidegger (2005: 108) chama de mundo circundante remete a entidades com as quais estamos familiarizadas, que fazem

sentido na execução das nossas tarefas cotidianas (Heidegger, 2005: 108 e s.).⁵ E, de fato, predomina nas descrições dos moradores antigos a percepção de um mundo inospitaleiro, de um mundo que pouco oferece para o cumprimento dessas tarefas, conforme sugere a sua insistência nos três elementos mato, lama e brejo. Esses elementos pressupõem um espaço desabitado (pelo humano), sendo frequentemente associados, no discurso de moradores mais antigos, às poucas casas que existiam dentro do loteamento. “As casa eram muito sorteada, e os lotes aqui era tudo não construído”, comentava Nelson, nascido no Jardim Maravilha nos anos 1960. “Era tudo mato! Muito mato, muita lavoura”. O mato, a lama e o brejo também remetem a presença de “bichos”, de animais que não são domésticos ou de criação. “Então era muito mato, muito, cara, tu tinha cobra jiboia”, explicava Nelson. “Era diversas cobra. Sapo. Muita rã. Então os bicho invadia a casa quando a enchente vinha”. O mato, a lama e o brejo descrevem assim um mundo que serve de esconderijo para uma flora e uma fauna hostis, estranhas à presença humana.⁶

O caso da lama merece destaque especial, posto que funciona como um “conversor de agenciamento” (Deleuze & Guattari, 1997: 117). Por um lado, a lama chama atenção por dificultar os deslocamentos do cotidiano. As pessoas são obrigadas a inúmeras contorções para evitar os buracos na rua, correndo o risco de escorregar e quebrar uma perna, o que preocupa muito os moradores idosos ou que têm parentes idosos. Para ir ao trabalho, é preciso colocar sacolas de plástico nos pés para não sujar a roupa. Já os carros podem ficar com as rodas atoladas na lama, além de sujar a carroceira. O asfalto, nesse caso, representa a possibilidade de andar a pé ou de carro sem dificuldade e limpo. Por outro lado, a lama funciona como indício do abandono vivenciado pelos moradores das áreas ainda não (totalmente) urbanizadas. “Você quer lutar por um bem comum, pra melhoria de condições de pessoa poder sair de casa, sem pisar na lama”, me contava Jair, cujo pai foi um fundador da antiga associação de moradores. “Às vezes tu tem teu carrinho, você chega, você se dará tudo cheio de lama, ‘Qual é essa pô, tá tudo cheio de lama’. Aí a pessoa pensa, ‘Essa é uma área descuidada’.” “Pisar na lama” serve de metáfora para o sentimento de abandono: “eles no asfalto, e nós pisando na lama”. A lama, nesse caso, integra um agenciamento que envolve a relação entre os moradores e o poder público.

INTRODUZINDO A PERCEPÇÃO DO TEMPO NO “MUNDO CIRCUNDANTE”: PROGRESSO E MOVIMENTO

Se antes “não tinha nada”, com a chegada das primeiras obras nos anos 1970 e, sobretudo, graças ao Proap, o loteamento começou a “crescer”, a conhecer o “progresso”. “Isso aqui cresceu muito”, contava dona Fátima. “Muita coisa né. Eu nunca imaginava, não sinceramente eu não imaginava que isso aqui fosse ficar assim, uma cidade! Praticamente uma cidade. É tudo loja, lojas e coisa de bolo, de supermercado, né.” Criada num sítio ainda carente de infraestrutura

que fica em Guaratiba, dona Ana, ao compará-lo com o Jardim Maravilha, onde mora desde os anos 1980, enalteceu o progresso do loteamento. “Lá, não chegou o progresso não. Lá, continua mesma coisa. Progresso nenhum. Pra tu vir ônibus é longe, não entra uma condução [...]. Mas aqui o progresso, sem comparação. O Maravilha cresceu muito”. O progresso se opõe então ao atraso. “Tava muito pouca casa!”, exclamava dona Amélia, moradora antiga do Jardim Maravilha, também nascida em um sítio da região. “Não tinha padaria, não tinha mercado, não tinha nada disso que você tá vendo aí. Era um lugar muito atrasado, muito atrasado”.

A experiência da urbanização, subsumida na categoria nativa de progresso, coloca o tempo no centro das relações entre pessoa, casa e rua. Chamam atenção os verbos usados pelos moradores quando falam a respeito da urbanização: evoluir, crescer, melhorar ou valorizar. São verbos dinâmicos (que expressam uma mudança), durativos (cuja ação se estende no tempo), mas também atélicos (desprovidos de uma finalidade intrínseca), graças à banalização das formas intransitivas, como na expressão o bairro melhorou ou valorizou. Assim, eles colocam a percepção do movimento (enquanto processo) no primeiro plano, uma percepção quase abstrata, já que os objetos concretos afetados pelo movimento (processo) tendem a desaparecer atrás do próprio movimento – “Isso aqui cresceu muito”. Eles também sugerem um movimento (processo) ascendente, que vai se intensificando: a urbanização torna o mundo a cada vez mais hospitaleiro.

À percepção de um processo que vai se intensificando corresponde também a de uma expansão, de um maior movimento dentro do loteamento, como evidencia dona Joaquina:

Agora esse Maravilha, ele ficou muito parado. Quando eu vim pra aqui, como eu falei, tava tudo parado, não tinha nada, mas depois evoluiu de repente. [...] Começou a entrar a Prefeitura, fazendo esgoto. Depois mais tarde veio a luz, botaram água, quando fizeram o asfalto depois mais tarde. E foi... isso cresceu assim.

Os moradores em geral compartilham essa percepção de um lugar mais movimentado. Nesta perspectiva, o movimento é para o progresso o que o lugar parado é para o atraso. “Depois que começou a vir o movimento, começou a vir a Light”, contava Jair, cuja rua, embora sem asfalto, conta com iluminação pública e água encanada. À semelhança do progresso, o movimento se refere não só à urbanização do bairro como ao desenvolvimento do comércio, ao movimento das vendas e à diversificação das lojas – afinal, a presença de comércios ajuda a tornar o mundo mais habitável, disponibilizando novos objetos e novos serviços, para melhorar o cotidiano.⁷ O movimento designa também o aumento da população, o fato de o bairro “encher de casas”, tal percepção de preenchimento contrapondo-se à distância que antigamente existia entre as casas.

À urbanização está atrelado mais um processo: a valorização. Algum lugar valoriza quando o valor dos imóveis sobe e novos usos do espaço apare-

cem, permitidos pela instalação de equipamentos – ou seja, valorizar envolve o valor de troca, mas também de uso do solo. Esse duplo significado transparece na percepção que alguém como Paulo tem do Jardim Maravilha, tendo se mudado para lá pouco antes de a prefeitura abrir um túnel na serra vizinha, que facilitou grandemente os deslocamentos até o Centro da cidade.

Paulo: E essa abertura aqui, ficou muito valorizado. Até os terrenos...

Thomas: Tu percebeu?

Paulo: ... mudaram de preço. Eu percebi. Subiu, subiu muito! Mudou demais mesmo com a abertura, sendo que facilitou muito a deslocada da Barra pra cá. [...] Mas depois que abriu isso aqui, essa região aqui foi muito valorizada, muitas coisas aqui dentro a ser... não sei se chegou a observar, pode observar que aqui dentro, tem várias pessoas construindo, refazendo as casa, acrescentando, mais andar e tudo, construindo casas novas. Crescendo muito mesmo. [...] Mudou muito, até os valores, terrenos que eram de 30 mil, 20 mil, mano quer 40, 60, 80. É que... as coisas mudou muito. Valorizou muito.

Portanto, a valorização está correlacionada ao movimento, com mais gente procurando e construindo casas. De novo, evidencia-se que a percepção do progresso deriva de um “olhar circunspecto” (Heidegger, 2005: 111), de uma familiaridade prática com o “mundo circundante”: não é nos dados estatísticos da prefeitura que eles se dão conta do progresso, mas nas transformações do mundo – o mato cedendo o lugar a novas casas, a lama trocada pelo asfalto, novos comércios surgindo na beira da avenida, novos prédios preenchendo os terrenos baldios.

Se o progresso temporaliza a experiência dos moradores, obrigando a distinguir entre o atraso e o evoluído, ele também impõe um ritmo específico à existência cotidiana. Por um lado, o progresso se manifesta de modo extraordinário, e muitas vezes espetacular, nas grandes obras de urbanização, como o Proap, ou na chegada de serviços que antes não existiam, introduzindo uma ruptura no tempo vivido pelos moradores, criando um divisor de águas a partir do qual eles constroem uma memória do lugar. Há sempre um antes e um depois do asfalto, um antes e depois das obras, que justifica, retrospectivamente, por que antes não tinha nada. Aliás, os moradores costumam comemorar a chegada das obras, como mostra Stella, cuja rua foi asfaltada no início dos anos 2010.

Tu não tava aqui, que eles não fizeram a calçada, botaram só asfalto na rua e a calçada eles deixaram no barro, ali da rua da minha mãe, o povo já tava super feliz comemorando! Tinha festa na rua, os moleque descendo de skate, e passava moto pra cima, pra baixo, o povo não tava nem aí, o povo tava feliz de ter um asfalto ali, falava: “Agora posso subir com carro, agora vai ter festa na rua, Kombi vai passar aqui”, era uma alegria absurda!

O progresso, nesse caso, compõe uma série disruptiva de eventos marcantes, porém espaçados. Por outro lado, o progresso transparece na série dos

pequenos aperfeiçoamentos que mudam o cotidiano, “aos poucos”, conforme indica o relato de Roberto, morador do Jardim Maravilha desde os anos 1960.

Aí botaram água, botaram água só num lado de rua. Depois fizeram o asfalto, não, eles botaram água dos dois lados. Tem água do lado de cá e água do lado de lá. Mas na época não botaram, era só de um lado. Você tinha que cortar o barro, fazer ligação até a água. Aí melhorou, melhorou muito! [...] A posteação entrou em 69 mais ou menos. 68, 69 já tinha posteação. Mais pra frente uns quatro anos, cinco botaram iluminaria pública, que nem era aquela, era o prato redondo, depois botaram essa de mercúrio. Foi evoluindo! E hoje, beleza!

É a duplicação dos troncos distribuidores que garante o abastecimento das casas com água potável; é a entrada de uma nova linha de ônibus para dentro do bairro; é a birosca que virou bar, oferecendo aos seus fregueses *shows* de música ao vivo e cervejas importadas. Até parece que o progresso segue os ritmos da vida cotidiana; ao lado das obras que introduzem uma ruptura na ordem da vida cotidiana, particularmente as obras de asfalto, tudo acontece “aos poucos” – “aí melhorou, foi melhorando aos pouquinhos, melhorando, melhorando”, comentava Lúcio, usando dos mesmos termos que tinha aplicado ao crescimento demográfico do bairro, “foi chegando aos poucos! Chegando aos poucos, um faz um aqui, outro daqui uns tempo, faz um lá na frente, e aí foi povoando, povoando”. “Na época, o que veio pra gente foi a luz, acho que eles conseguiram vir trazendo aos poucos. A luz e... trazendo a abertura das ruas. Que na verdade não era rua, bem rua, era caminhozinho entre os matos, entre o matagal”, acreditava Carla, nascida no Jardim Maravilha nos anos 1980, corroborando a fala da própria mãe: “Eu só lembro de que foi chegando a energia aos poucos, por distante, entendeu, e foi chegando pra cá, não sei como”.

Aos poucos... O que parece estar em jogo aqui, é a construção de uma memória específica a respeito do mundo circundante, da rua. A redução da intensidade atribuída ao progresso, que perde seu caráter disruptivo, está correlacionada a uma ampliação dos eventos aprendidos por meio dessa categoria: os mil pequenos aperfeiçoamentos da vida cotidiana. Ou seja, o que a categoria perde em intensidade, ela ganha em extensão, e, nesse ganho, é toda uma narrativa da vida cotidiana que se configura, uma narrativa que envolve pessoas, casas e ruas. As inúmeras materialidades que povoam o mundo da vida cotidiana passam a definir uma memória. O poste de luz, por exemplo, se torna parte de uma sequência que começa com a luz do bonde, e prossegue com os postes de madeira e as lâmpadas de baixa potência.

ANALÍTICA DA CASA AUTOCONSTRUÍDA: EVOLUIR E SOFRER

Evolução da casa e da pessoa

A narrativa do progresso manifesta o olhar circunspecto dos moradores; palavras como crescer, evoluir e valorizar denotam uma avaliação pragmática do mundo circundante, a avaliação de alguém que lida com as tarefas concretas

da vida cotidiana, próprias ao lugar onde mora. É a partir da casa que os moradores exercem esse olhar circunspecto sobre coisas e pessoas. É a partir dela que avaliam a disponibilidade das coisas e criam amizades; discriminam as distâncias (o próximo e o longínquo); transformam o espaço. Problemas como falta de água encanada, esgotos a céu aberto e ausência de iluminação pública fazem sentido a partir das casas; afinal, são as casas os lugares de onde partem e aonde chegam as infraestruturas urbanas, como uma multidão de nós para os quais convergiriam nossas imensas redes sociotécnicas, nossos cabos de luz e nossos canos de água. Acontece que uma narrativa semelhante à do progresso organiza a percepção que os moradores têm de suas casas. É que a casa “aumenta”, “valoriza”, sofre “reforma”. Com isso, ela também se movimenta, se transforma, e a sincronia entre os dois movimentos, entre as transformações do bairro e da casa, confere sua relevância à narrativa do progresso.

Vale lembrar que as pessoas depositam nas suas casas suas esperanças em uma vida melhor: melhorar e evoluir não se aplicam apenas ao lugar, mas também às pessoas. Dona Elisabete passou parte da vida em uma favela do subúrbio carioca até se mudar para o Jardim Maravilha, no início do século, por causa da violência. Agora que a rua dela está asfaltada, ela reclama muito dos parentes que continuam morando lá: “Tem que evoluir na vida!”. Evoluir significa sair da pobreza, mas também do atraso, dois traços que dona Elisabete atribui à favela. De modo geral, uma pessoa evolui porque, ao aumentar sua renda, adota um novo padrão de vida, se mudando de uma casa autoconstruída para um apartamento financiado, por exemplo – ou seja, uma pessoa evoluiu porque melhorou de vida. Ao contrário, não evolui quem continua com os mesmos gostos, as mesmas ideias, os mesmos projetos, como se nada tivesse mudado na sua vida. Assim, espera-se de uma pessoa, e de uma pessoa pobre em particular, que ela evolua, que ela busque melhorar de vida – a evolução funciona como um imperativo social, que retroage na percepção que se tem das pessoas.

A casa, principal bem das famílias pobres, apresenta-se como a maior evidência do quanto elas evoluíram. Quem melhorou de vida mora em uma casa “bonita”. Em geral, tal casa comporta vários quartos: um para o marido e esposa, um para os meninos e outro para as meninas; vários banheiros, sendo um de uso social e outros anexados aos quartos, tipo suíte; paredes externas emboçadas, pintadas e/ou azulejadas; um segundo andar com varanda ou algum espaço para organizar festas. Já o mais pobre mora em um barracão, uma construção precária, feita de madeira. Entre os moradores antigos, muitos começaram por levantar um barracão, aproveitando a madeira e o barro da região. Em seguida, ou quando já têm tempo e recursos, constroem casinhas, imóveis de pequeno porte, principalmente cômodo e meia-água. Chama-se de cômodo uma pequena casa, geralmente quadrada, de um cômodo só, com banheiro fora. Nesse cômodo, as pessoas tanto comem quanto dormem e assistem à televisão,

não havendo divisões internas. Já a meia-água consiste em uma pequena casa de telhado, com as seguintes divisões: quarto, cozinha, eventualmente sala, e banheiro (Cortado, 2019). Tipicamente retangular, a meia-água costuma ocupar os fundos do terreno, no sentido da largura. A parede traseira da casa, nesse caso, serve de muro divisor com o terreno vizinho dos fundos, quando o morador não se apoia no muro já existente para construir sua meia-água, diminuindo os gastos com material de construção. Tanto o cômodo quanto a meia-água não precisam de estrutura, categoria nativa que designa os elementos de concreto (alicerce, colunas e laje). Ou seja, para construir um cômodo ou uma meia-água, basta assentar o tijolo diretamente no chão e colocar o telhado: são casas que não necessitam de muitos investimentos, cujas obras não demoram. Por isso também, o cômodo e a meia-água não oferecem perspectivas de ampliação, que são tantas possibilidades para as pessoas se projetarem em um futuro melhor.

De fato, a trajetória de muitos moradores no Jardim Maravilha consistiu em trocar progressivamente o cômodo ou a meia-água por uma casa com estrutura, capaz de suportar futuras expansões. Foi o caso de dona Ruth, que chegou ao Jardim Maravilha no início dos anos 1990. Recém-divorciada e com uma filha, ela queria se mudar rápido. Comprou um lote na área ainda não urbanizada do loteamento e construiu um cômodo, com sala, quarto e cozinha no mesmo espaço, mais um banheiro anexado à parte traseira do imóvel. Aos poucos, com o dinheiro que ganhava trabalhando para uma firma de limpeza, a ajuda dos irmãos que já moravam no Jardim Maravilha e também o apoio dos diversos “paqueras” que tinha naquela época, ampliou o cômodo, acrescentando-lhe uma cozinha. O cômodo virou então uma meia-água.

A essa altura, a casinha ainda era de telhado. Após encontrar seu futuro marido, morador do Jardim Maravilha também, que veio morar com ela, dona Ruth substituiu o telhado por uma laje de concreto. Como a meia-água não possuía colunas, fez a estrutura, levantando-as no perímetro da meia-água. Porém, no dia de colocar a laje, que o sogro tinha dado de presente, ocorreu um acidente: ela desmoronou, destruindo o interior da casinha. Dona Ruth culpou a fraqueza do alicerce pelo acidente e decidiu refazê-lo. Concluído o novo alicerce, pediu demissão para, com o dinheiro da indenização, comprar outra laje. Pôs a nova laje em cima da meia-água e iniciou, no andar de cima, a construção da sala, do quarto, da cozinha e do banheiro. Quando o filho que teve com o novo marido já não era mais criança, ampliou esse andar, acrescentando mais um quarto e uma área de serviço. O andar de baixo, da antiga meia-água, ficou desocupado, devido aos problemas de enchente que atormentam essa região do Jardim Maravilha.

Se, no caso de dona Ruth, a construção da casa não cumpriu um plano preestabelecido, acontecendo de acordo com a composição do grupo doméstico (chegada do marido e do segundo filho, que foi crescendo) e seu desejo de me-

lhorar de vida, outros moradores tentam seguir um projeto.⁸ A realização desse projeto faz então com que os moradores percebam uma constante evolução. Para conceber o projeto da casa, os moradores podem recorrer a desenhos e papéis, que eles guardam durante as obras, para orientar os pedreiros e lembrar-se de cada etapa. Alguns aproveitam sua experiência profissional, como marceneiro por exemplo, produzindo plantas mais detalhadas. De modo geral, os moradores que têm um projeto levantam uma meia-água na frente ou nos fundos do terreno, antes de construir a casa projetada no lugar desejado, para ter algum lugar onde morar. Uma vez o projeto concluído, a meia-água é demolida, incorporada ao edifício principal, transformada em oficina ou até alugada.



Figura 2
Duas meias-águas: à esquerda, na sua forma original,
à direita, após sucessivas reformas e ampliações
Foto do autor

Ao trocar a madeira do barracão pelo tijolo, ao substituir o telhado caído da meia-água pela laje de concreto, ao se mudar dos fundos para a frente do terreno, ao transformar o cômodo em uma casa dividida, a pessoa evolui, experimenta uma transformação afetiva e semiótica. Aqui, como no caso da urbanização, estamos lidando com um movimento (processo) ascendente, que repercute na percepção do tempo: o desejo de uma vida melhor suscita uma narrativa voltada para o futuro, que abrange o amplo leque das materialidades domésticas, cujas alterações se tornam tantos episódios significativos. Isso fica mais aparente ainda quando a construção da casa decorre de um projeto: nesse caso, o próprio projeto é que serve de suporte à produção dessa narrativa. A contrapartida desse desejo por uma casa melhor está na existência de uma rigorosa hierarquia de estilos arquitetônicos, que a categoria de casinha evidencia: a casinha não é apenas uma casa pequena, uma casa menor, mas uma casa que ocupa um lugar inferior nessa hierarquia – a casinha é uma casa que a gente não consegue chamar totalmente de casa.

AOS POUCOS, NO SOFRIMENTO

À semelhança do progresso, a construção da casa também acontece aos poucos, seguindo um movimento lento e um ritmo de baixa intensidade.

Amélia: Fizemos uma casa, levou até a laje! E depois, fomo devagar né! Devagar, devagar, devagar, devagar... Emboçava, emboçamos dois cômodos, aí fez agora dois cômodos e depois fez mais emboço nos dois cômodos, aguardando dois cômodos, assim, aos pouquinho né.

Thomas: Foi aos pouquinhos?

Amélia: É, porque ele era motorista de ônibus né. Já tinha três filhos já na época. Aí foram nascendo. Aí já foram logo três. Aí não dava condição de pegar e trazer tudo de uma vez, não tinha condição. E fomos aos poucos. Aos poucos, aos poucos. Quando chegava assim, décimo terceiro, e férias, que ele tirava férias e em vez de tirar as férias ele ficava trabalhando, recebia aquelas férias e ainda recebia trabalhando! Aquele dinheiro ele dava tudo aqui. Se tinha que fazer um piso, comprava piso, se tivesse que pagar mão de obra, pagava mão de obra, e assim fomos fazendo.

“Obras” acontecem “aos poucos”, repetia Carlinho, “igual formiguinha”, “formiga que faz isso, vai botando uma areiazinha e aí já um formigueiro”. Se é preciso fazer aos poucos, é porque nunca o dinheiro disponível basta para fazer a obra de uma vez. “Quando tinha um pouco de material que desse pra começar, chamava o homem e ele construía até gastar aquele material. Aí depois a gente tinha que ganhar mais dinheiro pra comprar outro (rindo). Era assim. Foi às etapas. Foi à etapa”, explicava dona Joaquina. “Aí a gente levantou as paredes da outra parte, aí... esperou um pouco juntar dinheiro, aí bater a laje, aí juntar dinheiro de novo pra fazer o emboço”, contava dona Eurídice. A própria dinâmica das obras obriga a fazer por etapa, já que “uma coisa puxa a outra”, uma

reforma chamando outra. “Vamos aos pouco, tem que ser aos pouco. Obra gasta né”, dizia dona Clara. “Obra gasta, uma coisa puxa a outra, você compra piso, tem que comprar a massa. Se você não coloca, tem que pagar pra que alguém colocar, e uma coisa, você bota logo logo o piso, você tem que rejuntar o piso, e assim, então, tem que fazer tudo...”

Assim como a urbanização da rua, a construção da casa sempre coloca os moradores na posição de quem espera. É preciso esperar o dinheiro entrar, seja salário, aposentadoria, empréstimo, novo cartão de crédito, indenização (como no caso dos acordos com o patrão: dona Ruth pediu que fosse demitida para comprar uma nova laje), férias remuneradas, décimo terceiro etc. São muitas vezes entradas de dinheiro irregulares, como as indenizações, ou que ocorrem a cada ano, como as férias remuneradas e o décimo terceiro. Juntas, elas dão um ritmo peculiar à construção, formando a percepção de que tudo acontece... aos poucos.

Além do dinheiro, falta tempo. É preciso esperar determinados momentos durante o dia, a semana e o ano para trabalhar na obra. Bernard, que “pegava serviço” de noite, aproveitava a tarde para “avançar na obra”; Cláudio só tocava a obra nos fins de semana, comprando “um pouquinho de material”, aquilo que dava para ele trabalhar “naquele fim de semana”.

Entretanto, mesmo fazendo aos poucos, nem sempre os moradores conseguem levar a obra adiante. Dona Ana, por exemplo, chama sua casa de elefante branco, expressão aplicada a obras públicas sem utilidade ou que nunca acabam. Pouco antes de o marido morrer, dona Ana tinha construído uma casa atrás da casa de seus pais, nos fundos do terreno. Depois de o pai sofrer um derrame, convidou a mãe a trocar a casa da frente pela casa dos fundos, já que a da frente, maior e ainda em obra, precisava de mais cuidado. Dona Ana ficou então com a casa da frente. Quando o pai faleceu, a casa dos fundos ficou com a mãe até o final de sua vida, quando então a casa ficou com a irmã mais nova. Viúva e com três filhos para criar, entretanto, dona Ana não consegue “colocar dinheiro na obra”, pelo menos não tanto quanto ela queria. “Minha mãe morreu, minha irmã ficou com a casa dos fundos, e eu fiquei com a casa, fiquei com o elefante branco porque até hoje eu tô tentando fazer a obra, não consigo”, lamentava dona Ana. “A [casa] da frente que é o elefante branco porque... sabe como que tá a obra, cara pra caramba... vou fazendo o que eu posso (ênfase). Tô tentando fazer, mas a minha lá era tão bonitinha”, me contou ela novamente, deixando transparecer certo arrependimento pela troca, certa saudade da casa que tinha. A imagem de um passado melhor, da “casa tão bonitinha”, se contrapõe à imobilidade presente (o elefante branco). A obra parada, que não consegue avançar, também impede os moradores de avançar na vida.

Longo, demorado, o caminho da casa própria é sofrido. Tem que começar do chão, como dizia seu Jair, no meio do nada, sem apoio – o chão designa tanto a superfície do solo quanto uma área desprovida de melhoramento, como

na expressão morar no chão, sinônima de morar numa rua sem asfalto. “Fui, comprei o terreno”, me contou Jair, “aí que fomos construir isso aqui que eu vim do chão. Não tinha sábado nem domingo, só... e buracão aqui, depois de repente fomos conquistar e morando”.

Tem que lutar para levantar uma casa do chão. Dona Clara insistia muito no valor do capricho, chamando de “rapaz muito caprichoso” e “trabalhador” o genro dela, que mora no andar de cima com a filha e os três netos dela. Isso porque não hesitava em gastar tempo e dinheiro nas obras (começou a construir o andar de cima quando engravidou a filha de dona Clara, mesmo ainda menor de idade). Ao contrário, o caçula, solteiro, que está fazendo a casa dele nos fundos, “é um pouco assim... farrista (rindo)!”. Ou seja, não tem “ânimo”, prefere gastar dinheiro na balada. Por isso, a obra dele “tá lá, parada”.

Sacrifício é outra categoria acionada pelos moradores para falar das dificuldades do cotidiano, decorrentes das obras ou da falta de infraestrutura. “E quando chovia?”, me contava dona Joaquina, “Que aquele barco, que era barco, tudo barco, ninguém podia nem passar, enterrava até os joelhos de lama. Pessoal que tinha que trabalhar lá pra fora, pegar a condução lá longe lá pra fora. Era um sacrifício, era muito sacrificado. Mas depois, graças a Deus melhorou tudo”. “Era um sacrifício pra gente ir pro trabalho!”, reclamava Lúcio, “Tinha que enfiar os pés dentro do saco de mercado pra poder passar!”

O pobre, em geral, vive uma vida de sofrimento, palavra que se aplica sintomaticamente à experiência da falta de urbanização – o sofrimento da água vira sinônimo de falta de água. Conforme sugerem palavras como lutar e sacrifício, os moradores não depreciam o sofrimento que acompanha a construção da casa ou precede a chegada do progresso, pelo contrário: o sofrimento é que dá valor ao progresso.

Arnaldo: A gente sofre um pouquinho de um lado, sofre do outro que... nada como... que você tem objetivo é sofrimento. Moleza você não dá valor em nada, você não vai no sofrimento, você nunca vai dar valor. Ganhar fácil... mas nem tudo é fácil. E aí, moro aqui cara, todo mundo tá aí, tem muito sofredor aí, muita gente comprou muita casa aí. Tem muita gente que sofreu muito. Sofreu muito, muito, muito mesmo.

Isso não quer dizer que a vida seja feita apenas de sacrifícios, mas que esses fazem sempre parte da vida. Bernard atrasou as obras da casa, devido a um problema na coluna, que o impede de exercer a profissão de pintor. Porém, ainda não conseguiu “dar entrada no INSS”, para receber a pensão por invalidez. Mas isso faz parte da vida. “Isso aí às vezes a vida, a situação dos maus tempos né (rindo). Porque a gente sempre tem altos e baixos, a gente às vezes tem uma situação, daqui a pouco perde um pouquinho né. É a vida nossa aqui. Nossa vida aqui é assim”. Ao ritmo das obras e do progresso contrapõe-se a sucessão dos sacrifícios; ao movimento ascendente, lento e atônico das melhorias, a repetição do sofrimento.

CONCLUSÃO: AGENCIAMENTO E LINHA DE FUGA

Nossa hipótese inicial sugeria que, em meio à autoconstrução e às carências urbanísticas, existe certo modo de relacionar pessoas, casas e ruas, certa configuração de corpos, afetos e discursos, certo agenciamento. Trata-se de um agenciamento territorial: a partir da casa, as pessoas desenvolvem uma relação pragmática com a rua, com o mundo circundante, voltada para a realização de tarefas cotidianas, como beber água, transitar, fazer compras etc. Aqui é a circunspeção que junta os corpos e produz afetos – um mundo que pouco oferece para a realização dessas tarefas implica um mundo vazio e de sofrimento. A urbanização, o progresso, introduz o tempo nesse agenciamento territorial, separando o lugar atrasado (parado) do lugar evoluído. Esse lugar evoluído é um lugar em movimento, de transformações vividas como positivas – melhorar e valorizar – que refletem a percepção que os moradores têm de si no tempo – melhorar de vida. É também um lugar de movimento, um lugar que se enche de pessoas, casas e comércios. Assim, o agenciamento territorial entrelaça várias formas de mobilidade: o progresso movimenta coisas e pessoas, sendo que esse movimento alimenta o sentimento de mobilidade existencial (melhorar de vida) e impõe um ritmo afetivo (aos poucos) à vida.

À semelhança do bairro ou da rua, o agenciamento que une a casa e a pessoa também está atravessado pelo desejo de melhorar de vida. As transformações da casa, reformas e expansões influem na autoimagem da pessoa, no sentimento de evoluir na vida. De modo geral, o processo da construção configura certa percepção do tempo: uma obra parada implica uma vida parada. Entre a casa e a pessoa, existe toda uma dinâmica socioafetiva, capturada pela expressão aos poucos: a construção da casa, assim como a urbanização, impõe um ritmo aos corpos, certa maneira de sentir o mundo, feita de melhoria, mas também de sofrimento, de um sofrimento necessário e repetitivo.

Uma utilização rigorosa do conceito deleuzo-guattariano de agenciamento permite, portanto, ampliar nossa compreensão das forças que juntam e movimentam pessoas e objetos, para além da “relacionalidade” ou da mera constatação de que as nossas vidas são compostas por entidades ontologicamente heterogêneas. Ela também abre caminho para uma comparação analiticamente mais densa. O caso da Bósnia, descrito por Jansen (2014), mostra que o sentimento de ficar parado na vida remete lá à percepção de uma movimentação política inadequada: com o fim do comunismo e o início da Guerra Civil Iugoslava nos anos 1990, os bósnios consideram que perderam a segurança de ter uma “vida normal” – proteção social, férias no litoral, passaporte iugoslavo etc. No caso da Bósnia, contudo, também a percepção da mobilidade existencial está ancorada em certas materialidades. Apartamentos coletivos, fábricas, escolas e ferrovias funcionam, para os bósnios, como indícios dessa vida normal perdida, ao mesmo tempo em que o trabalho coletivo dos quais são o produto lembra a antiga ordem política: todo um agenciamento, um emaranhado de desejos, discursos e materialidades.

Quero ressaltar que a vida dos moradores do Jardim Maravilha não se resume ao agenciamento territorial descrito, que, ao lado do desejo de melhorar de vida, existem outros desejos e outros agenciamentos – como o da política, apenas sugerido aqui na percepção nativa da lama. E conforme a intuição fundamental de Deleuze e Guattari, esses agenciamentos alternativos muitas vezes surgem nos disfuncionamentos dos outros, nas suas “linhas de fuga”. Crescer, por exemplo, pode significar algo positivo, mas também ameaçador: um lugar que cresce corre o risco de perder sua tranquilidade, de se tornar vítima da violência, de não ter mais contato com a natureza; um lugar onde as pessoas não se conhecem mais, onde os problemas causados pela urbanização (o aumento do trânsito automóvel, por exemplo) se multiplicam. Essas “linhas de fuga” revelam o quão complexa é a experiência histórica das classes populares morando na periferia de uma cidade como o Rio de Janeiro, e acredito que essa é mais uma perspectiva aberta pelo conceito de agenciamento.

Recebido em 12/09/2019 | Revisto em 18/11/2019 | Aprovado em 19/11/2019

Thomas Jacques Cortado é doutor em antropologia social pelo Museu Nacional (PPGAS/MN/UFRJ) e ex-aluno da Escola Normal Superior de Paris (ENS-Ulm). Atualmente faz pós-doutorado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Integra o Núcleo de Estudos sobre Cultura e Economia (Nucec) e o Grupo Casa. Estuda processos de urbanização nos limites das grandes metrópoles, por meio das interações entre práticas de autoconstrução, dinâmicas familiares, relações de propriedade e tecnologias de governo nos loteamentos periféricos do Rio de Janeiro.

NOTAS

- 1 Este artigo apresenta o material etnográfico coletado no Jardim Maravilha entre 2014 e 2016 (Cortado, 2021). Além de inúmeras observações e conversas informais, gravei aproximadamente 40 entrevistas semiestruturadas nesse período.
- 2 Os termos do vocabulário nativo aparecem entre aspas em sua primeira menção.
- 3 Preferi a palavra de origem francesa bricolagem a gambiarra uma vez que esta última tem conotação de improvisado, inexistente na primeira. Em vez de improvisado, a bricolagem infraestrutural na periferia me parece apontar para uma alta organização da ação coletiva, capaz de gerar soluções duráveis para problemas estruturais.
- 4 Entre as várias traduções possíveis para o termo alemão *Umwelt*, muitas vezes sinônimo de meio ambiente, escolhi mundo circundante, da tradutora Marcia Sá Cavalcante Schuback, pois mantém o significado do prefixo *um-* que, em alemão, remete à noção de entorno. O vocábulo *Umwelt* tem nítida conotação espacial, central na elaboração de Heidegger e para o meu argumento, que a tradução de Schuback consegue capturar. Já a expressão mundo próprio remete apenas à dimensão doméstica do mundo circundante, que também possui uma dimensão pública: o *Mitwelt* (Heidegger, 2005: 105), mundo compartilhado.
- 5 Agradecendo a sugestão de um revisor, gostaria de esclarecer aqui a distinção entre agenciamento e mundo circundante, propondo uma breve genealogia de ambos. O conceito deleuzo-guattariano de agenciamento deriva em parte do mundo circundante ao qual o biólogo Jacob von Uexküll recorreu para escapar da alternativa entre mecanismo e vitalismo na explicação dos comportamentos animais: o exemplo do carrapato, sempre citados por Deleuze e Guattari (1997: 36) para ilustrar o conceito de agenciamento, vem do biólogo estoniano. Entretanto, os dois filósofos franceses reinterpretaram von Uexküll no contexto de uma crítica à psicanálise e ao estruturalismo, que atribuem a movimentação dos corpos (o desejo) a causas externas (o triângulo edipiano ou as regras universais do inconsciente). A palavra agenciamento, pela sua proximidade com o

verbo agenciar, tem a vantagem de resgatar a criatividade do desejo. Já o Heidegger de *Ser e tempo* tem como ponto de partida não o desejo, mas as condições de aparição do mundo, na pura tradição da fenomenologia. A circumundandade seria a nossa maneira original de ir ao encontro do mundo, marcada pela manualidade (ou disponibilidade). Escolhi tratar a circumundandade como caso particular de agenciamento, pautado na manualidade, visto que existem outras possibilidades de agenciar relações. Vale ressaltar que, para todos os autores citados, está em jogo o diálogo entre a percepção e a ação: é justamente esse diálogo que eu quero recuperar aqui, em contraposição ao conceito contemporâneo de *assemblage*.

- 6 Em um belo artigo sobre a mobilidade dos trabalhadores de grandes projetos modernizantes (tipo barragem hidráulica), no norte de Goiás, Guedes (2013b: 329) ressaltou a ênfase que eles dão ao que “há de agressivo na exposição ao clima”, como a chuva, a lama, o sol e a poeira. À hostilidade dos ambientes se opõe a “familiaridade do lar ou da terra de origem” (Guedes, 2013b: 326).
- 7 Contando a vida das cidades no norte de Goiás, Guedes (2015: 122) opôs a “cidade movimentada ou animada, com suas ruas abarrotadas, o dinheiro correndo, idas e vindas de gente de todo canto, confusão, malandragem, morte e festa se misturando” à “cidade parada”, que não oferece mais perspectiva de “evolução” para as pessoas. Contudo, enquanto no caso analisado por Guedes, o movimento vem das febres trazidas pela atividade econômica (mineração, construção de barragem), aqui o movimento surge com as obras de urbanização.
- 8 Facilita o planejamento da casa a reserva de espaço à disposição de quem compra um terreno novo: no Jardim Maravilha, os lotes possuem, em geral, 225m², tamanho-padrão dos “lotes proletários” (Cortado, 2021). Acredito haver aqui uma importante diferença com as favelas, onde a escassez de espaço disponível constrange as possibilidades construtivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Cavalcanti, Mariana. (2007). *Of shacks, houses and fortresses*. Tese de Doutorado. Departamento de Antropologia/Universidade de Chicago.
- Comerford, John. (2014). Vigiar e narrar: sobre formas de observação, narração e julgamento de movimentações. *Revista de Antropologia*, 57/2, p. 107-142.
- Cortado, Thomas Jacques. (no prelo). *À beira da cidade: política e poética do loteamento*. Rio de Janeiro: 7Letras.
- Cortado, Thomas Jacques. (2019). Meia-água: producing space and kinship in an irregular housing subdivision in Rio de Janeiro. *Journal of Urban Research* [online], 20. Disponível em <<https://journals.openedition.org/articulo/4355>>. Acesso em 30 mar. 2021.
- Deleuze, Gilles & Guattari, Félix. (1997). *Mil platôs*. São Paulo: Editora 34.
- Deleuze, Gilles & Parnet, Claire. (1998). *Diálogos*. São Paulo: Escuta.
- Durham, Eunice R. (1989). A sociedade vista da periferia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1/1, p. 84-99. Disponível em http://anpocs.com/images/stories/RBCS/01/rbcso1_07.pdf. Acesso em 2 abr. 2021.
- Guedes, André Dumans. (2017). Construindo e estabilizando cidades, casas e pessoas. *Mana*, 3/3, p. 403-435.
- Guedes, André Dumans. (2015). Andança, agitação, luta, autonomia, evolução: sentidos do movimento e da mobilidade. *Ruris*, 9/1, p. 111-141.
- Guedes, André Dumans. (2013a). Fever, movements, passions and dead cities in Northern Goiás. *Vibrant*, 11/1, p. 56-95.
- Guedes, André Dumans. (2013b). Na estrada e na lama com Jorge, um brasileiro. Trabalho e moradia nas fronteiras do desenvolvimento. *Horizontes Antropológicos*, 19/39, p. 19-345.
- Hage, Ghassan. (2009). Waiting out the crisis: on stuckness and governmentality. In: Hage, Ghassan (org.). *Waiting*. Victoria: Melbourne University Press, p. 97-106.
- Hage, Ghassan. (2005). A not so multi-sited ethnography of a not so imagined community. *Anthropological Theory*, 5/4, p. 463-475.

Handerson, Joseph. (2012). Diaspora. Sentidos sociais e mobilidades haitianas. *Horizontes Antropológicos*, 21/43, p. 51-78.

Heidegger, Martin. (2005). *Ser e tempo*. Petrópolis: Vozes.

Jansen, Stef. (2014). On not moving well enough: temporal reasoning in Sarajevo yearnings for “normal lives”. *Current Anthropology*, 55/S9, p. S74-S84.

Lévi-Strauss, Claude. (1960). *La pensée sauvage*. Paris: Plon.

Lopes, José Sérgio Leite. (1979). Fábrica e vila operária: considerações sobre uma forma de servidão burguesa. In: Lopes, José Sérgio Leite et al. (orgs.). *Mudança social no Nordeste*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 41-98.

Marcelin, Louis HERNES. (1996). *L'invention de la famille afro-américaine: famille, parenté et domesticité parmi les noirs du Recôncavo da Bahia*. Tese de Doutorado. PPGAS/Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Maricato, Ermínia (org.). (1979). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Omega.

Mitchell, Timothy. (1991). *Colonising Egypt*. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press.

Oliveira, João Pacheco de. (1998). Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, 4/1, p. 47-77.

Rabinow, Paul. (1995). *French modern*. Chicago/London: The University of Chicago Press.

Santos, Carlos Nelson Ferreira de. (1980). Velhas novidades nos modos de urbanização brasileiros. In: Valladares, Lícia do Prado (org.). *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 17-48.

Vaysse, Jean-Marie. (2007). *Dictionnaire Heidegger*. Paris: Ellipses.

Von Uexküll, Jacob. (1965). *Mondes animaux et monde humain*. Paris: Denoël.

Wagner, Roy. (1991). *Big men and great men: personifications of power in Melanesia*. Cambridge/New York/Paris: Cambridge University Press/Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, p. 159-173.

AOS POUÇOS: AGENCIANDO PESSOAS, CASAS E RUAS NA PERIFERIA DO RIO DE JANEIRO

Palavras-chave

Periferia;
agenciamento;
urbanização;
autoconstrução;
mobilidade.

Resumo

Com base no estudo etnográfico do Jardim Maravilha, loteamento periférico do Rio de Janeiro, o artigo alveja dois objetivos: entender o lugar da casa no modo como os moradores da periferia se apropriam do tempo e do espaço; e revelar o potencial heurístico do conceito de agenciamento (Deleuze & Guattari). Discute inicialmente os conceitos de mobilidade, mostrando como o confronto entre eles e as práticas da casa levam à formulação de um novo: a mobilidade intensiva. Em seguida, trata de urbanização e autoconstrução sob o ângulo das práticas (bricolagem infraestrutural) e dos discursos nativos (progresso), os quais apontam para uma apropriação pragmática do mundo (agenciamento territorial), mas também “intensa”: a expressão “aos poucos”, em particular, indica uma vida vivida de forma lenta, regular e discreta, por contiguidade – aos poucos, amplia-se a casa, asfalta-se mais uma rua. Conclui com os desdobramentos analíticos da abordagem proposta.

LITTLE BY LITTLE: ASSEMBLING PERSONHOODS, HOUSES AND STREETS IN THE RIO DE JANEIRO PERIPHERY

Keywords

Urban periphery;
assemblage;
urbanization;
self-construction;
mobility.

Abstract

Based on an ethnographic fieldwork in Jardim Maravilha, a peripheral subdivision located in Rio de Janeiro, the article aims at two objectives: to understand how the people living in the urban peripheries appropriate time and space through the house; to reveal the heuristic potential of the concept of assemblage (Deleuze & Guattari). First, it discusses the concepts of mobility, showing how the confrontation between those and housing practices leads to the formulation of a new one: intensive mobility. Then, it deals with urbanization and self-construction through native practices (infrastructural bricolage) and ideas (progress). These practices and ideas point to a pragmatic appropriation of the world (territorial assemblage), which is also an intense one: the popular expression “little by little”, in particular, indicates a life lived slowly, regularly and unnoticeably, by contiguity – little by little, the house expands, another street starts to benefit from public services. The article concludes on further analytical developments.

CRISE, EMPREGO E RENDA NA INDÚSTRIA AUTOMOTIVA: OS CASOS DO SUL FLUMINENSE, CAMAÇARI E GRANDE ABC PAULISTA EM PERSPECTIVA COMPARADA

A indústria automotiva brasileira aportou no país no início do século XX, com plantas de capital estrangeiro no modelo CKD. Até a década de 1980, os fabricantes ditos nacionais, embora de capital estrangeiro, operaram em regimes protegidos por reserva de mercado, com poucas interrupções. Durante as décadas de 1980 e 1990, o mercado brasileiro se abriu, consolidando novos processos de investimentos estrangeiros e de instalação de novas plantas, sob a égide das políticas setoriais. A Câmara Setorial da Indústria Automotiva representou uma etapa de planejamento sobre o setor em questão, definindo critérios e objetivos para proteger o emprego e a indústria nacionalmente instalada (Oliveira, 1999). A consolidação do Mercosul como mercado consumidor ampliado, as infraestruturas industrial, viária e portuária brasileiras, superiores em comparação àquelas de nossos vizinhos sul-americanos, e as medidas de internalização dos investimentos especificamente automotivos representada pelo Novo Regime Automotivo foram importantes motivações para investimentos (Cardoso, 2006). A “guerra fiscal”, definidora de uma postura do governo federal distante das disputas e reificadora de desigualdades, e os inúmeros incentivos diretos e indiretos, públicos e privados, definidos em escalas subnacionais foram os elementos que deram destino à instalação das plantas industriais (Comin, 2001; Dulci, 2002; Nabuco et al., 2002; Arbix, 2006 etc.).

A partir de 2012, surge uma terceira onda de investimentos, pautada por novas políticas públicas específicas para o setor, no período de vigência do

Programa Inovar-Auto. Datam desse período a vinda de algumas montadoras, como a Hyundai Heavy Industries e a Nissan, para o vale do Paraíba fluminense, inversões em ampliações de fábricas e construções de plantas de autopeças, como a fábrica de motores da Ford em Camaçari, entre outras iniciativas.

As condições básicas para seu aporte foram a reestruturação produtiva e a reespecialização industrial de países do centro em direção aos semiperiféricos, que ocupam as funções de novos mercados consumidores potenciais, plataformas exportadoras e *greenfields* em suas várias configurações (Radosevic & Rozeik, 2005). A expansão industrial em direção ao leste europeu, ao México e à América do Sul fez com que se exportassem milhares de empregos para “novas” regiões automotivas (Van Tulder & Ruigrok, 1998; Olivera, 2001; Vega, 2004; Radosevic & Rozeik, 2005; Covarrubias, 2006).

Diante de tal cenário, o que se propõe neste trabalho é analisar a situação da cadeia industrial automotiva desde a explosão da crise econômica mundial (em 2008, nos Estados Unidos) até os dias atuais e identificar o reflexo da crise nos empregos da referida matriz produtiva. À crise econômica do final da primeira década do século XXI, soma-se a crise política adensada a partir das eleições de 2014 no país. Para tanto, replica-se o modelo adaptado, utilizado alhures, mapeando a cadeia produtiva automotiva (Torres & Cário, 2012; Dulci, 2015, 2018) a partir dos *clusters* brasileiros. O objetivo aqui é identificar quais trabalhadores foram desligados pelas montadoras, quais foram mantidos e quais atividades econômicas foram mais atingidas. A hipótese é de que os trabalhadores diretamente ligados à produção, com menor demanda de qualificação, são os primeiros demitidos. Simplifica-se aqui, portanto, a formulação de Adalberto Cardoso (1998), em trabalho que analisa as reestruturações sistêmicas e a experiência acumulada ante as capacitações adquiridas em qualificação formal, a fim de testá-la novamente em um contexto crítico, em que a crise é externa à configuração produtiva per se, mas ao mesmo tempo afeta e é afetada pelas possibilidades de reconfiguração produtiva. Por isso, escolhemos para ilustrar a situação brasileira a estratégia comparada, com dois “novos” territórios automotivos (o sul do estado do Rio de Janeiro e o polo industrial de Camaçari, na Bahia), ante o “tradicional” território do Grande ABC Paulista, de maneira a investigar se há diferenças no comportamento corporativo nas plantas que sofreram processos de reestruturação em relação àquelas já instaladas nos moldes mais modernos. Os dados utilizados compreendem os anos de 2007 a 2017 (o ano imediatamente anterior à crise internacional e o ano mais recente com informações disponíveis, respectivamente).

Apresenta-se um breve histórico da trajetória recente da indústria automotiva no mundo e no Brasil para localizar as formas de inserção dos presentes casos, que serão explorados em seguida. Após uma discussão sobre a crise mundial de 2008, joga-se luz sobre os casos em análise e os dados relativos ao emprego no setor automotivo, com uma análise específica sobre um

caso aparentemente desviante. Por fim, são verificadas em quais regiões a hipótese proposta se sustenta, e em quais se faz necessária sua reformulação.

A TRAJETÓRIA RECENTE DA INDÚSTRIA AUTOMOTIVA

A indústria automotiva brasileira é fruto de três conjunturas distintas. A primeira, dos modelos CKD de início do século à consolidação do compromisso fordista. A segunda, no desmanche do compromisso fordista como regime consolidado de acumulação, conforme compreendido pela teoria da regulação (Lipietz, 1989; Boyer, 1990, entre outros),¹ até a formulação dos programas nacionais de incentivo fiscal, nacionalização da produção e *upgrading* tecnológico dos anos 1990. A terceira, sob a égide de mais um pacote de incentivos a partir do Inovar-Auto (2012), num novo movimento de transnacionalização de empregos e plantas automotivas.

A reespecialização industrial das segunda e terceira conjunturas é fortemente ligada ao desmanche do compromisso fordista e, mais intensamente, ao avanço liberal nos países centrais (Dulci, 2016). Países outrora semiperiféricos (casos de Japão, Coreia do Sul e os “Tigres Asiáticos”), países centrais reconstruídos no pós-guerra e casos bem-sucedidos de social-democracia, como Alemanha, França e Suécia, avançaram sobre mercados tradicionais do setor (mais notadamente os Estados Unidos, a partir da década de 1970), principalmente com base em processos bem-sucedidos de reestruturação produtiva em suas plantas automobilísticas (Boyer & Freyssenet, 2003). A gradual perda de competitividade dos automóveis norte-americanos foi agudizada com as duas crises do petróleo (Boyer, 1990), tornando os veículos de alto consumo de combustível daquele país extremamente custosos para seus donos. Além disso, a evolução tecnológica em termos de competitividade industrial e as inovações com relação a métodos e organização fabril impuseram uma posição defensiva às tradicionais montadoras de Michigan (Boyer & Freyssenet, 2003). Além da invasão aos Estados Unidos, acentuou-se a competição das montadoras por novos mercados. A esse processo somam-se a queda da hegemonia soviética no leste europeu (Van Tulder & Ruigrok, 1998; Radosevic & Rozeik, 2005), questões de política migratória e de reestruturação produtiva nas plantas centro e norte-mexicanas (Olivera, 2001; Vega, 2004; Covarrubias, 2006) e a exploração de mercados consumidores potencialmente expansíveis para o continente sul-americano, como o caso brasileiro, o que gerou uma concentração subcontinental de plantas em nosso país (Ciccolella, 1992; Novick, 2001; Cardoso, 2006). Todos esses movimentos levam em conta, naturalmente, o aumento dos lucros mediante redução de gastos e aumento da eficiência produtiva, configuração facilitada pelo desenvolvimento de tecnologias informacionais, em processos de compressão de tempo e espaço (Castells, 2007; Harvey, 2008), instrumentos fundamentais para as transformações do regime de acumulação global (Harvey, 2011).²

A partir dos processos de transformações fabris, as multinacionais do setor automotivo gestaram configurações produtivas que foram exportadas

para diversos países, no espírito de ocupação de novos espaços de produção – os chamados *greenfields* (Van Tulder & Ruigrok, 1998; Radosevic & Rozeik, 2005) – e de redução de mão de obra. Se no Leste Europeu e no norte do México configuraram-se mais claramente casos de *greenfields stricto sensu*, o Brasil constitui-se num modelo híbrido, em que internamente se reproduz a dualidade *brownfield* x *greenfield*, embora não fique evidente que algumas das regiões escolhidas pelas multinacionais do setor sejam exatamente *greenfields*.³ No nível escalar, é possível transpor o conceito em termos subnacionais, indicando, como faz ampla literatura sobre trabalho no Brasil, que o Grande ABC Paulista se tornou um *brownfield*, o que não identifica, entretanto, as “novas” regiões automotivas automaticamente como *greenfields*. Descendo mais um degrau na escala, mirando as dimensões meso e microrregional, temos outras relações, como no caso do vale do Paraíba fluminense, onde o município de Volta Redonda representa um *brownfield* diante de Resende e Porto Real, *greenfields*. Ou, de forma mais adaptada, podemos reconceituar a noção de *greenfield* em termos setoriais de produção, denominando tanto o sul do estado do Rio de Janeiro quanto Camaçari, na Bahia, *greenfields* setoriais (Dulci, 2015), uma vez que a tradição industrial de ambas as regiões data das décadas de 1940 e 1970, respectivamente.

Podemos afirmar, portanto, que as décadas de 1990 a meados de 2000 e de 2010 representaram novas ondas de investimentos estrangeiros no Brasil, graças à conjunção dos fatores aqui apontados.

OS TRÊS CASOS

Os casos aqui estudados inserem-se na expansão da esteira produtiva global, em diferentes momentos. As primeiras plantas novas foram instaladas a partir da segunda metade da década de 1990. No entanto, buscaremos comparar o comportamento das plantas instaladas nos moldes “modernos”, reestruturadas desde seu início, com a região que mais claramente se conforma à noção de *brownfield* brasileiro, o Grande ABC Paulista, buscando identificar diferenças de comportamento para responder à nossa pergunta sobre o emprego automotivo a partir da recente crise mundial, controlando as variáveis novas plantas e plantas tradicionais reestruturadas.

O Grande ABC Paulista é o mais pujante *cluster* industrial brasileiro, muito favorecido por incentivos do governo federal e pelo plano de metas de Juscelino Kubitschek, cuja opção pelo rodoviarismo contribuiu para impulsionar a matriz automotiva. As grandes montadoras transbordaram em fábricas autopartistas, embora a região tenha abrigado também fábricas de outras matrizes. Entre as décadas de 1970 e 1980, o ABC sofreu com os choques do petróleo, com a crise fiscal da ditadura, com o início da abertura do mercado brasileiro, a decrescente competitividade de suas fábricas e más decisões corporativas quanto ao mix de produção industrial (Appy, 1993; Ferraz et al., 1996), em estratégias de inovação produtiva e não de produto (ver Boyer, 1990), resultando em de-

semprego. O Grande ABC Paulista, outrora o “coração do ‘milagre brasileiro’”, “começou a experimentar, a partir do início da década de 80, um acelerado processo de crise que se expressa no fechamento de unidades produtivas e transferência para outras regiões, retração do investimento, diminuição do volume de emprego, queda do rendimento médio da população, redução da participação no PIB industrial brasileiro” (Leite, 2000: 89).

Se a produção e o número de empregos na região observaram uma trajetória crescente entre 1970 e 1980, as oscilações na década de 1980 desembocaram num cenário crítico já nos primeiros anos da década de 1990. As Câmaras Setoriais (ver, por exemplo, Oliveira, 1993, 1999), a manifestação de trabalhadores brasileiros junto à Ford em Detroit e as lutas contrárias às reestruturações defensivas na região (Bedê, 1997) conduziram o poder público local a novas estratégias de recuperação regional. A ascensão de um representante sindical do ABC à Presidência da República, a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento e do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional, além da acumulação de experiências da parte do trabalho organizado complementaram o importante esforço da região para a reversão de trajetória fortemente negativa, recuperando, em parte, o desenvolvimento econômico local (Ramalho & Rodrigues, 2010). As melhoras na conjuntura econômica consolidaram esse processo, invertendo o sentido negativo e elevando os níveis de produção, as exportações e os licenciamentos de automóveis no país. A ampliação do crédito ao consumidor, incluindo linhas de financiamento para automóveis usados, as alterações no mix produtivo e a instalação de novas plantas no país configuraram um cenário que parecia sólido até finais da década de 2000. O esforço para adiar os sinais de crise, em razão das medidas anticíclicas adotadas de pronto pelo governo federal, foi bem-sucedido na salvaguarda dos empregos da região, até meados da década de 2010.

O Polo Industrial de Camaçari, por sua vez, é resultado dos esforços para a redução da desigualdade de desenvolvimento regional no Brasil, a partir da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), do Plano de Desenvolvimento da Bahia (Plandeb) e de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) (Mendes, 2006; Andrade, 2009; Dulci, 2015). Inicialmente pensado como um polo petroquímico de refino de petróleo da Petrobras – na época denominava-se Complexo Petroquímico de Camaçari (Copec) –, o polo iniciou suas operações, paulatinamente atraindo indústrias do setor químico (como borrachas e plásticos). Ultimamente, iniciativas do setor farmacêutico e de química avançada aportaram no polo, que acabou por receber, na virada do século, a planta da Ford Motors do Brasil (Dulci, 2015).

Ao longo de sua existência, acentuaram-se os problemas de desigualdades regionais baianas, com surtos de desarranjo urbano e crescente hiato na

estratificação social, não apenas no município de Camaçari, mas em toda a Região Metropolitana de Salvador, gerando uma hierarquização habitacional, em que os trabalhadores do chão de fábrica residem em Camaçari, Lauro de Freitas, Dias d'Ávila e Candeias, e os dirigentes na capital. O município de Camaçari divide-se em três regiões: o Centro, onde se concentram os camaçarienses, o Polo e o litoral, onde se situam os condomínios de luxo (Castro, 1988; Pessoti & Pessoti, 2010; Dulci, 2015).

A instalação da planta referente ao Projeto Amazon, deu-se após o imbróglia referente aos incentivos oferecidos à montadora pelo então governador do Rio Grande do Sul, Antônio Britto, que havia sido derrotado por Olívio Dutra. A Ford desistiu da construção da fábrica naquele estado e recebeu a oferta de incentivos, financiamentos, isenções e doação de terreno por parte do governo da Bahia, em debates capitaneados por proeminentes políticos locais, que asseguraram a aprovação da emenda ao Novo Regime Automotivo especial para o Norte, Nordeste e Centro-oeste, no Congresso (Dulci, 2015). A Ford de Camaçari tem capacidade de produção de 250 mil veículos/ano (Ford.com, acessado em 2013).

Por fim, o vale do Paraíba fluminense, microrregião composta pelos municípios de Barra Mansa, Itatiaia, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Resende, Quatis, Rio Claro e Volta Redonda, conforma o terceiro caso aqui analisado. Apesar das disparidades de desenvolvimento entre os municípios, percebe-se um enorme fluxo de pessoas e relações que permite identificar a região como um corpo integrado (IBGE, 2008). Com base na tipologia proposta por Anssi Paasi (2000), afirma-se que o vale do Paraíba fluminense é uma região resultante de um processo de acumulação de capital, em decorrência da produção desigual dos lugares, mas sem uma prévia demarcação de fronteiras, o que se mostra muito claro pelos processos históricos que têm a implantação da Companhia Siderúrgica Nacional como propulsora. É também uma região historicamente construída por inúmeros tipos de relações e um espaço de conformação de práticas sociais, institucionalizadas por meio de um processo pelo qual uma unidade territorial se torna uma entidade estabelecida na estrutura espacial e pode, portanto, ser identificada em termos de práticas institucionalizadas e consciência social nas esferas política, econômica, cultural e administrativa, sendo continuamente reproduzidas nessas práticas (Paasi, 2000).

A história produtiva do vale do Paraíba fluminense foi muito marcada pela Companhia Siderúrgica Nacional. Desde sua instalação, na década de 1940, que resultou na emancipação do distrito de Volta Redonda, até sua privatização, em 1993, momento de profundas transformações na região. A inserção na esteira automobilística mundial se deu logo do início da “guerra fiscal”, em meados dos anos 1990, quando do anúncio das intenções da Volkswagen de implantar uma fábrica de caminhões e ônibus no Brasil. O estado do Rio de Janeiro, mediante uma força-tarefa, e a prefeitura de Resende empenharam-se em proto-

colos de atração industrial, incentivos, isenções, construção de subestações de energia e infraestrutura viária para consolidar seus esforços (Lima, 2005; Ramalho, 2005, Santana, 2010, Dulci, 2015, entre outros). Pouco depois de iniciadas as operações do consórcio modular da Volks Caminhões e Ônibus, em Resende, o governo estadual entrou na disputa por mais uma planta para a região: a PSA Peugeot-Citroën, que residiria no município recém-emancipado de Porto Real (Santana, 2010),⁴ processo que envolveu disputas políticas, protagonizadas por empresários e lideranças locais, conformando o município de maior PIB *per capita* do estado fluminense na época (Lima, 2005).

As duas fábricas possuem trajetórias desiguais em relação ao seu potencial sucesso na região. Em função de políticas públicas voltadas para desenvolvimento tecnológico do óleo diesel brasileiro, a Volks Caminhões e Ônibus observou queda acentuada em sua produção e seu número de vendas por alguns anos ao longo da primeira década deste século. A PSA, em função de oscilações estratégicas, anunciou e adiou algumas vezes a ampliação de sua produção. Pode-se dizer, porém, que são fábricas consolidadas, bem como tiveram efeito na geração de externalidades positivas para o vale do Paraíba fluminense, o que se materializou na atração de outras três novas montadoras. Apesar disso, pela própria configuração das plantas no sentido de fornecedores cativos (Gereffi, 1994), a integração produtiva não é propriamente um resultado observado.

A CRISE

A crise mundial de 2008 teve como origem o mercado imobiliário dos Estados Unidos e seu sistema de (re)financiamento de hipotecas (Dulci, 2009). Embora o mercado imobiliário daquele país já desse sinais de problemas desde finais da década de 1990, a tomada de ações só ocorreu quando os grandes centros financeiros foram atingidos (Harvey, 2011). O problema não se resumiu à incapacidade de pessoas físicas em quitar seus débitos bancários, mas conformava uma complexa engrenagem de financiamentos, refinanciamentos e seguros de débitos, incluindo negociação de dívidas de terceiros como ativos no mercado financeiro. “No epicentro do problema estava a montanha de títulos de hipoteca ‘tóxicos’ detidos pelos bancos ou comercializados por investidores incautos em todo o mundo. Todo mundo tinha agido como se os preços dos imóveis pudessem subir para sempre” (Harvey, 2011: 10). A falência de importantes bancos de investimento, a falta de regulação e a interconexão global transformaram a crise num rastilho de pólvora espalhado por todo o mundo. Como o próprio Harvey aponta, a crise tomou dimensões insustentáveis, envolvendo diversos agentes econômicos, de diferentes matrizes e nacionalidades:

No fim de 2008, todos os segmentos da economia dos EUA estavam com problemas profundos. A confiança do consumidor despencou, a construção de habitação cessou, a demanda efetiva implodiu, as vendas no varejo caíram, o desemprego aumentou e as lojas e as fábricas fecharam. Muitos dos tradicionais ícones da indústria dos

EUA, como a General Motors, chegaram perto da falência, e um socorro temporário das montadoras de Detroit teve de ser organizado. A economia britânica estava igualmente com sérias dificuldades, e a União Europeia foi abalada, mesmo com níveis desiguais, com a Espanha e a Irlanda, juntamente com vários dos Estados orientais europeus que recentemente aderiram à União, mais seriamente afetados. A Islândia, cujos bancos tinham especulado nesses mercados, ficou totalmente falida (Harvey, 2011: 13)

Foi apenas questão de tempo para que países cujas trajetórias de crescimento aparentemente ilimitadas entrassem na dança. A China, detentora de bilhões em títulos da dívida norte-americana, interrompeu investimentos, atingindo frontalmente a indústria siderúrgica brasileira. Uma retração geral do crédito parecia iminente ao redor do mundo. No Brasil, uma agenda anticíclica foi desenhada pelo governo federal no sentido de estimular o consumo, com a conservação do crédito a pessoas física e jurídica, manter os incentivos diretos e indiretos a setores-chave na indústria, em troca do compromisso de os setores não demitirem, além de alardear um clima de solidez dos instrumentos de mercado brasileiros, mesmo ante a grave crise mundial. Em meio a um cenário desolador em termos de produto interno bruto das economias mundiais, o Brasil observou crescimento de 5,2% em 2008, 0,9% em 2009 e 7,5% em 2010.

Não há ainda hoje consenso sobre o custo que as políticas anticíclicas tiveram na economia brasileira. Fato é que, a partir de 2013, o PIB nacional iniciou uma trajetória depressiva que permanece. A extensão dos incentivos fiscais parece ter tido um contrafeito em termos de arrecadação pública. À crise econômica mundial, somou-se a crise política instaurada após a reeleição de Dilma Rousseff, em 2014, culminando em seu *impeachment* em 2016. Seu sucessor, Michel Temer, conduziu processos de flexibilização, esvaziamento de fundos públicos, redução da participação do BNDES como agente indutor de desenvolvimento, regulamentação da terceirização em atividades fins e uma substancial reforma das leis trabalhistas cujo impacto na geração de empregos parece ter sido nulo (sobre o tema, ver Krein, Gimenez & Santos, 2018). Quando Temer saiu do governo, com popularidade ínfima, o cenário de desemprego e recessão parecia permanente. A recente eleição de Jair Bolsonaro, com uma agenda econômica de forte inspiração liberal, não parece sinalizar para qualquer alteração no ambiente crítico.

Diante dos acontecimentos, elegemos a indústria automotiva brasileira como objeto para mensuração dos efeitos críticos a partir de 2008. A crise econômica brasileira, que já dura quase seis anos, compõe-se de uma série de fenômenos que vão além da economia, como já demonstramos, mas que demandariam investigações de maior fôlego: a crise das economias vizinhas, um volume muito maior de produção do que o historicamente percebido, a contenção do crédito ao consumo, o aumento de incertezas bancárias e a própria política autofágica de demissões ao primeiro sinal de perenidade da crise no setor au-

tomotivo brasileiro. A isso, somam-se decisões governamentais de critérios contestáveis, como o desenho de políticas protecionistas travestidas de pacotes de incentivos à inovação e ao *upgrading* tecnológico, bem como decisões corporativas que não avançam no sentido da maior exploração industrial no Brasil. O país aparece hoje com percentual relevante de capacidade ociosa na produção automobilística, mantendo estáveis os seus níveis de produtividade (Confederação Nacional da Indústria, vários anos).

METODOLOGIA

O modelo teórico que embasa a presente análise remete às cadeias globais de valor (Gereffi, 1994; Barrientos, Gereffi & Rossi, 2011; Gereffi & Lee, 2014), em uma formulação do tipo coordenada pelo produtor, ou *producer-driven*, em que as *original equipment manufacturers* (OEMs) ditam as diretrizes produtivas (Herri-gel & Wittke, 2005), promovendo a consolidação das redes globais de produção (Barrientos, Gereffi & Rossi, 2011). O recorte analítico, no entanto, se dá na forma da produção localmente observável, especificamente na escala regional. As unidades de análise são, portanto, os *clusters* produtivos que respondem a essas cadeias (Gereffi & Lee, 2014); são a forma de ordenamento local da produção, em organização cativa (geralmente no modelo *follow sourcing*), em resposta aos múltiplos estímulos a que tal organização está submetida (Gereffi, 1994; Gereffi & Lee, 2014). Os estímulos, de acordo com a conformação proposta por Gereffi e Lee (2014), envolvem as distintas formas de governança (privadas, social e pública), as regulações explícitas, como medidas de segurança veicular, parâmetros de emissão de gases, entre outros (Ford, 2018), os pacotes de incentivos, como o Inovar-Auto e o Rota 2030, e as respostas locais aos estímulos, como as organizações laborais, ONGs, demandas difusas da sociedade civil etc. Dessa forma, busca-se concatenar os princípios da teoria da regulação, especificamente a organização do modo de regulação e as reações brasileiras às crises econômica e política nesse nível, com as abordagens mais recentes sobre estudos de cadeias globais de valor. Diante do advento conjuntural da crise econômica, observamos respostas institucionais (termos regulatórios e legais) e sua manifestação mais sensível em termos de emprego e renda nos objetos observáveis das cadeias. A partir dessa moldura analítica, tomamos por base as noções de *social upgrading* e *social downgrading* (Barrientos, Gereffi & Rossi, 2011) como um aporte para mensurar o que ocorre no período destacado em relação aos empregos em três regiões automotivas selecionadas, embora a classificação aqui proposta seja apenas análoga à dos autores, uma vez que se concentra, de acordo com sua tipologia, nos setores de *high-skilled*, *technology-intensive work* e *knowledge-intensive work*, pelas próprias características da indústria automobilística instalada no Brasil.

Para o mapeamento da cadeia automotiva brasileira em conformidade com a ancoragem teórica aqui disposta, elegemos as seguintes classes de

produção para a seleção dos dados da Relação Anual de Indicadores Sociais (Rais/MTE): fabricação de pneumáticos e de câmaras de ar; fabricação de automóveis, camionetas e utilitários; fabricação de caminhões e ônibus; fabricação de cabines, carrocerias e reboques para veículos automotores; fabricação de peças e acessórios para o sistema motor de veículos automotores; fabricação de peças e acessórios para os sistemas de marcha e transmissão de veículos automotores; fabricação de peças e acessórios para o sistema de freios de veículos automotores; fabricação de peças e acessórios para o sistema de direção e suspensão de veículos automotores; fabricação de material elétrico e eletrônico para veículos automotores, exceto baterias; fabricação de peças e acessórios para veículos automotores não especificados anteriormente (Classificação Nacional de Atividades Econômicas 2.0).⁵ Não estão contemplados os setores de vendas ou recondicionamento, embora, cremos, estejam inseridos na análise os grupos mais fundamentais da produção automobilística.⁶

A abordagem comparativa se apoia na metodologia proposta por Charles Ragin (1997), com o objetivo de confirmar ou refutar hipóteses (Lijphart, 1971). O desenho proposto por Ragin transforma estudos de caso em estudos qualitativos comparados. De modo a otimizar a operacionalização empírica desta pesquisa, adotam-se como unidade de análise as regiões com seus agrupamentos industriais (*clusters*), que conformam os três objetos.

O método comparativo de Ragin envolve a definição de variáveis relevantes que serão avaliadas nos dois casos. O objetivo é elencar elementos controláveis e observáveis que ajudem a investigação da hipótese. A hipótese nula tende a contemplar os elementos que são comuns aos objetos (Ragin, 1997), podendo combinar variáveis quantitativas e qualitativas. As variáveis de interesse aqui pesquisadas buscam compreender processos de *upgrading/downgrading* sociais e econômicos nas unidades analisadas de forma simplificada. Embora as variáveis econômicas e sociais possam estar em consonância (Barrientos, Gereffi & Rossi, 2011), o que se observa, no caso brasileiro, é um pequeno transbordamento em termos sociais, principalmente por se tratar de um período crítico.

OS DADOS

Entre 2007 e 2017, com relação ao número total de empregos do setor, observamos tendência positiva em Camaçari, comportamento instável no vale do Paraíba fluminense (VPF) e comportamento declinante no Grande ABC Paulista (ABC). Todas as regiões sofreram perdas de empregos formais em 2008 e 2009, apresentando, no entanto, recuperação em 2010. O biênio 2010/2011 é o de maior número de empregos formais no ABC e no VPF, ao passo que, em Camaçari, o forte crescimento se dá nos anos posteriores. O pico de crescimento recente

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Camaçari	7.583	7.577	7.162	7.705	7.685	8.726	9.747	9.887	10.665	9.682	10.253
VPF	6.079	7.312	6.687	8.957	9.710	8.988	9.364	7.662	6.688	6.727	10.288
ABC Paulista	75.051	80.146	75.729	83.989	86.242	71.652	81.173	73.640	62.791	53.859	46.539

Tabela 1

Número de empregos formais da indústria automobilística, Camaçari, vale do Paraíba fluminense e Grande ABC Paulista, 2007-2017

Fonte: Rais/MTE, 2007-2017.

do VPF será tratado mais adiante.

Observadas as rendas médias do total das classes selecionadas para análise, tem-se clareza, em primeiro lugar, da distância entre os rendimentos médios da região que chamamos de tradicional antes dos novos territórios automotivos (gráfico 1), o que já era perceptível desde as instalações das novas plantas, em função de os parâmetros para definição dos salários tomarem por critério as médias regionais e não setoriais. Nota-se que as médias não decrescem ao longo dos anos (embora apontem para tanto em 2015), muito em função do sucesso das negociações coletivas do setor, nas quais se obteve recorrentemente aumento real.⁷ As rendas médias no VPF são menores que as de Camaçari, o que pode ser explicado nas origens das instalações, atuação sindical errática na primeira região e dificuldade nas negociações subsequentes (Dulci, 2015). As informações que a tabela anterior e o gráfico adiante nos fornecem refletem efeitos conjuntu-

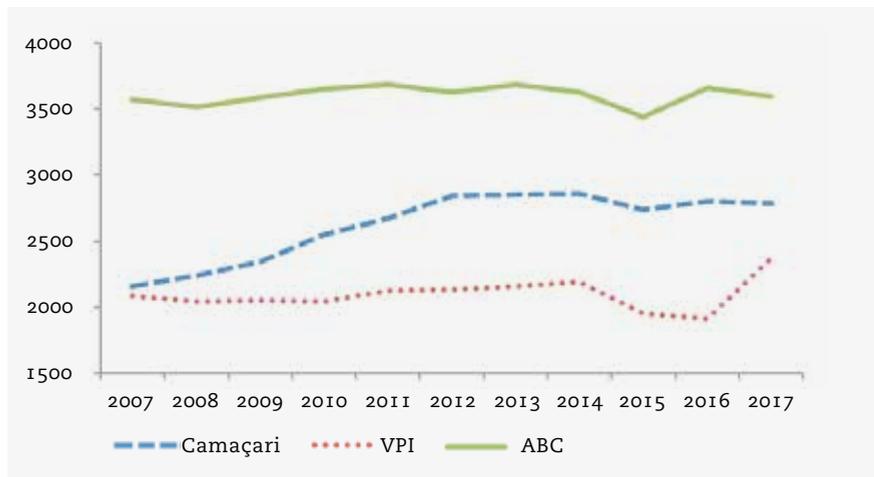


Gráfico 1 Renda média anual da indústria automobilística, Camaçari, vale do Paraíba fluminense e Grande ABC Paulista, 2007-2017

Fonte: Rais/MTE, 2007-2015.

rais percebidos em todo o país, mesmo no recrudescimento do período crítico recente. A elasticidade dos empregos ainda é maior que a da renda.

A seguir, optou-se pela análise específica de ocupações e de atividades econômicas, por região, de modo a facilitar a visualização das informações. Para cada região, observa-se o comportamento da renda e do número de empregos por classes de atividades e por grandes grupos de ocupações.⁹

Os dados da indústria automotiva refletem, em parte, as proteções que o setor recebeu do governo federal, em termos de incentivos e isenções, mais fortemente a partir da eclosão da crise internacional. Optamos por incluir 2007 para mostrar esse movimento de forma mais clara, uma vez que o ápice produtivo, salarial e empregatício da matriz automobilística não se deu antes da crise, mas ao longo do período analisado.

A Tabela 2 mostra, para cada região escolhida, o número de empregos por classificação de ocupação. Em Camaçari, há crescimento quase ininterrupto em todas as ocupações, o que mostra pouco efeito crítico na matriz em análise. Já no VPF, os cargos diretivos atingem seu ápice em 2009, iniciando queda nos anos seguintes, até 2017. O mesmo acontece com os profissionais ligados diretamente à produção. Percebe-se, no entanto, forte crescimento, entre 2010 e 2013, dos técnicos de nível médio, o que denota uma troca de profissionais de um tipo menos qualificado por outro com instrução mais especializada. Os profissionais dos serviços administrativos e do comércio mantêm sua tendência de crescimento ante os primeiros anos da análise.

Por fim, no Grande ABC Paulista, há queda em praticamente todas as ocupações entre 2011 e 2012 (exceto entre os dirigentes e postos de nível superior), mas, principalmente, a partir de 2013. As ocupações da produção perderam mais de 23,1 mil postos de trabalho, o que representa 44,6% a menos de profissionais ocupados. Entre os dirigentes também houve perdas, com redução de 19,5% de ocupações.

A Tabela 3 apresenta os números dos empregos formais nos setores ligados à indústria automotiva por classificação de atividades. A tendência observada quanto às ocupações se mantém para Camaçari, com leve queda na fabricação de autopeças em 2016. Já com relação ao VPF, a crise econômica sentida no Brasil parece ter atingido com mais intensidade os setores de fabricação de automóveis e de caminhões e ônibus, a partir de 2014 (o último setor tende à oscilação por todo o período), mas já com indicação de forte recuperação no último ano. Nos setores de fabricação de cabines, carrocerias e reboques e de fabricação de autopeças, o declínio a partir de 2013 só se reverte em 2017. Parece estar parcialmente imune à situação o setor de fabricação de pneumáticos, em crescimento desde 2010 e manutenção em níveis mais altos nos últimos anos. No grande ABC Paulista, todos os setores apontam sinais críticos depois de 2013, ano em que a Anfavea (2018) registra o maior número de pessoas ocupadas na indústria automobilística desde 1986 e de maior produção de automóveis da história do país.

Camaçari											
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Dirigentes e prof. de ens. superior	880	872	899	975	1.153	1.177	1.364	1.397	1.371	1.348	1.229
Téc. nível médio	511	548	613	652	609	766	803	892	1.053	979	942
Serv. adm. e comércio	263	294	255	299	298	439	460	415	480	447	685
Produção e manutenção	5.928	5.862	5.394	5.779	5.625	6.344	7.120	7.183	7.761	6.908	7.397
Total	7.583	7.577	7.162	7.705	7.685	8.726	9.747	9.887	10.665	9.682	10.253
VPF											
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Dirigentes e prof. de ens. superior	582	789	792	719	494	512	605	627	561	718	1.538
Téc. nível médio	767	1019	1011	1340	1909	1760	2297	2165	1842	1657	1978
Serv. adm. e comércio	211	287	285	402	415	428	483	460	455	410	854
Produção e manutenção	4.518	5.216	4.598	6.494	6.891	6.288	5.979	4.410	3.830	3.942	5.918
Total	6.079	7.312	6.687	8.957	9.710	8.988	9.364	7.662	6.688	6.727	10.288
ABC Paulista											
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Dirigentes e prof. de ens. superior	8.017	8.692	9.108	9.714	10.169	10.373	10.328	9.938	9.368	8.460	6.452
Téc. nível médio	9.003	9.596	9.308	10.212	10.580	9.539	10.160	9.493	8.583	7.615	6.813
Serv. adm. e comércio	6.035	6.197	5.995	6.311	6.653	5.677	6.755	6.365	5.581	4.924	4.419
Produção e manutenção	51.988	55.648	51.311	57.745	58.828	46.053	53.913	47.834	39.255	32.817	28.802
Total	75.051	80.146	75.729	83.989	86.242	71.652	81.173	73.640	62.791	53.859	46.539

Tabela 2

Número de empregos formais da indústria automobilística, por classificação de ocupação, Camaçari, vale do Paraíba fluminense e Grande ABC Paulista, 2007-2017

Fonte: Rais/MTE, 2007-2017.

Camaçari											
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Fabricação de pneumáticos e de câmaras de ar	1.515	1.589	1.431	1.758	1.893	2.116	2.421	2.518	2.548	2.835	2.924
Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários	3.672	3.610	3.296	3.523	3.583	3.846	4.366	4.359	5.323	4.874	5.131
Fabricação de autopeças	2.302	2.279	2.331	2.317	2.209	2.635	2.826	2.881	2.794	1.973	2.192
Total	7.583	7.577	7.162	7.705	7.685	8.726	9.747	9.887	10.665	9.682	10.253
Vale do Paraíba fluminense											
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Fabricação de pneumáticos e de câmaras de ar	910	930	815	915	1.022	1.066	1.181	1.400	1.390	1.415	1.416
Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários	3.111	3.398	3.235	4.092	4.396	4.420	4.163	2.919	2.356	2.492	4.452
Fabricação de caminhões e ônibus	264	704	5.77	834	943	697	821	635	496	430	1.300
Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para veículos automotores	313	484	418	593	629	440	506	447	319	285	273
Fabricação de autopeças	1.481	1.796	1.642	2.523	2.720	2.365	2.694	2.261	2.127	2.105	2.847
Total	6.079	7.312	6.687	8.957	9.710	8.988	9.365	7.662	6.688	6.727	10.288
ABC Paulista											
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Fabricação de pneumáticos e de câmaras de ar	5.977	6.340	5.780	6.559	6.411	6.157	7.037	6.699	4.048	3.821	4.019
Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários	23.273	25.243	24.574	27.382	29.178	17.477	27.413	25.537	22.765	20.446	12.259
Fabricação de caminhões e ônibus	14.005	14.458	13.887	14.886	16.152	15.893	15.726	13.751	12.596	10.630	11.509
Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para veículos automotores	326	371	313	337	278	238	279	235	162	26	46
Fabricação de autopeças	31.470	33.734	31.175	34.825	34.223	31.887	30.718	27.418	23.220	18.936	18.706
Total	75.051	80.146	75.729	83.989	86.242	71.652	81.173	73.640	62.791	53.859	46.539

Tabela 3

Número de empregos formais da indústria automobilística, por classificação de atividade, Camaçari, vale do Paraíba fluminense, Grande ABC Paulista, 2007-2017¹⁰

Fonte: Rais/MTE, 2007-2017.

A Tabela 4 (ver p.234) apresenta as médias salariais para as classificações de ocupações nas regiões selecionadas. O que se percebe, de modo geral, é uma relativa estabilidade, com tendências declinantes em alguns setores em 2015. A elasticidade das rendas médias parece menor que a do número de empregos. Em Camaçari, os setores de dirigentes e profissionais de ensino superior e de serviços administrativos e funcionários ligados ao comércio apresentam resultados declinantes por período mais extenso, ao passo que o setor administrativo mostra sinais de melhora nos últimos anos. Os técnicos de nível médio e os profissionais da produção, mais numerosos, tendem à estabilidade. Já no vale do Paraíba fluminense, principalmente entre 2014 e 2015, as médias salariais indicavam declínio, recuperado nos dois últimos anos. No Grande ABC, os salários parecem ter atingido seu ápice entre 2011 e 2013. No entanto, as quedas chegam a 10% dos ganhos reais, com relação aos cargos diretivos, 13,5% dos técnicos de nível médio, e 17,3% de aumento entre os profissionais administrativos, quando comparamos com 2013. Salvo o setor de serviços administrativos e comércio, todos os outros observaram perdas considerando toda a série histórica.

Por fim, a Tabela 5 (ver p.235) nos mostra as médias salariais, por ano, das classificações de atividade selecionadas para as três regiões. Em Camaçari, a tendência geral é de estabilidade. No sul fluminense, as fabricações de pneus, caminhões e ônibus, cabines, carrocerias e reboques, e de autopeças foram as atividades mais atingidas pela crise por que passa o país. Os sinais se invertem em 2017. Finalmente, no Grande ABC, as rendas mantêm tendência de estabilidade, com leve queda na fabricação de automóveis, caminhões e ônibus e cabines e carrocerias, mais especificamente em 2015.

De modo geral, a renda parece não ser uma variável tão sintomática da crise no setor, em função do alto grau de formalização e das garantias legais que ainda a sustentam. Os declínios muitas vezes são mais explicados por efeitos aritméticos (contingente de assalariados mais bem remunerados que deixam os postos de trabalho) do que como efeitos do período crítico, diferentemente do número de pessoas ocupadas.

AS REGIÕES GANHADORAS E AS REGIÕES PERDEDORAS

Saltam aos olhos os números recentes do vale do Paraíba fluminense, positivos em 2017, e os do ABC Paulista em relação aos postos de trabalho, persistentemente negativos nos últimos anos. Aparentemente na contramão do momento crítico, os resultados do VPF refletem uma série de questões específicas que parecem indicar a saída da região de qualquer resquício de crise com relação à cadeia automotiva. As rendas médias dos dirigentes e profissionais de ensino superior aumentam muito, na casa dos 30%, bem como o número de profissionais empregados nas ocupações de nível superior, de nível técnico e de serviços administrativos. Isso tudo se explica por um conjunto de movimentos que favoreceu a região, ajudando a explicar também por que se agudiza o processo crítico no ABC Paulista.

Camaçari											
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Dirigentes e prof. de ens. superior	6.698,27	6.809,06	6.969,82	7.251,66	7.625,93	7.900,92	7.414,46	7.373,00	6.912,97	6.858,277	6.442,307
Téc. nível médio	3.182,25	3.323,88	3.463,39	3.834,61	3.419,92	3.386,49	3.571,95	3.452,64	3.476,01	3.622,007	3.283,975
Serv. adm. e comércio	2.357,43	2.342,79	2.389,24	2.340,02	2.286,17	2.356,56	2.059,71	1.925,57	1.849,03	1.980,432	3.698,194
Produção e manutenção	1.387,00	1.449,40	1.446,75	1.618,06	1.593,07	1.870,97	1.951,57	1.967,23	1.951,70	1.949,805	2.036,451
Média	2.157,91	2.236,36	2.346,10	2.546,52	2.669,84	2.841,78	2.854,65	2.863,31	2.735,36	2.803,699	2.790,206
Vale do Paraíba fluminense											
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Dirigentes e prof. de ens. superior	5.086,18	4.984,08	4.983,47	5.785,62	6.390,56	6.585,93	6.916,15	6.534,29	5.976,24	4.393,211	6.201,043
Téc. nível médio	2.810,60	2.774,26	2.716,06	2.746,06	3.278,15	3.326,05	2.738,41	2.574,63	2.300,80	2.406,369	2.661,991
Serv. adm. e comércio	2.192,91	2.114,23	1.869,16	2.485,18	2.536,34	2.226,28	2.075,15	2.051,88	1.698,61	1.773,524	1.918,631
Produção e manutenção	1.563,94	1.575,32	1.547,28	1.584,15	1.609,06	1.568,26	1.615,39	1.563,89	1.379,22	1.260,755	1.347,633
Média	2.080,12	2.131,26	2.144,56	2.135,52	2.220,02	2.229,63	2.256,91	2.285,52	2.040,37	1.908,536	2.373,292
ABC Paulista											
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Dirigentes e prof. de ens. superior	7.689,19	7.819,22	7.831,40	8.018,83	7.960,63	7.953,16	7.914,88	7.654,67	7.236,72	7.105,33	7.107,21
Téc. nível médio	4.430,18	4.591,63	4.561,81	4.688,78	4.689,71	4.516,26	4.553,99	4.351,97	4.065,05	4.016,67	3.941,06
Serv. adm. e comércio	3.577,97	3.673,89	3.724,62	3.820,81	3.897,77	3.965,82	3.833,81	3.822,78	3.664,93	3.782,68	3.900,01
Produção e manutenção	2.787,56	2.860,76	2.873,87	2.949,69	2.986,33	2.679,26	2.535,02	2.874,75	2.617,43	2.673,59	2.684,09
Total	3.571,72	3.668,50	3.744,97	3.812,89	3.851,85	3.789,03	3.850,12	3.791,99	3.597,50	3.659,76	3.595,10

Tabela 4

Média salarial anual de rendimentos da indústria automobilística, por classificação de ocupação, Camaçari, VPF e Grande ABC Paulista, 2007-2017 (2007=100)

Fonte: Rais/MTE, 2007-2017.

Camaçari											
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Fabricação de pneumáticos e de câmaras de ar	1.935,84	1.872,03	1.998,47	2.041,63	2.089,11	2.101,14	2.144,13	2.205,42	2.116,10	2.095,07	2.260,44
Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários	2.601,25	2.747,81	2.979,09	3.228,18	3.441,41	3.706,53	3.636,52	3.689,01	3.290,85	3.419,48	3.327,68
Fabricação de autopeças	1.627,54	1.710,38	1.709,35	1.940,48	1.916,00	2.228,38	2.291,71	2.217,06	2.241,81	2.300,73	2.244,51
Média	2.157,91	2.236,36	2.346,10	2.546,52	2.669,84	2.841,78	2.854,65	2.863,31	2.735,36	2.803,70	2.790,21
Vale do Paraíba fluminense											
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Fabricação de pneumáticos e de câmaras de ar	2.196,09	2.236,88	2.215,10	2.495,87	2.668,71	2.939,79	2.587,96	2.219,36	2.102,65	2.084,15	2.079,21
Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários	2.203,11	2.338,04	2.386,99	2.412,49	2.389,89	2.332,26	2.492,06	2.711,03	2.439,57	2.592,03	2.386,19
Fabricação de caminhões e ônibus	1.567,83	1.809,66	1.811,07	1.847,93	2.021,36	2.027,38	1.916,63	1.925,22	1.558,50	1.459,36	4.387,47
Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para veículos automotores	2.065,10	2.053,19	1.912,80	1.999,26	2.208,40	2.016,50	2.036,73	1.811,70	1.493,07	1.407,66	1.730,91
Fabricação de autopeças	1.844,99	1.832,44	1.808,09	1.682,71	1.848,46	1.816,96	1.893,48	1.972,01	1.751,95	1.623,31	1.641,26
Média	2.080,11	2.131,26	2.144,55	2.135,51	2.220,02	2.229,62	2.256,91	2.285,52	2.040,37	1.908,53	2.373,29
ABC Paulista											
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Fabricação de pneumáticos e de câmaras de ar	2.906,74	2.842,33	2.782,46	2.926,71	2.943,52	3.032,09	2.865,94	2.810,16	2.856,69	2.991,43	2.928,21
Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários	4.895,79	5.073,80	5.410,82	5.238,64	4.989,87	5.577,64	5.063,65	4.903,91	4.364,09	4.658,28	4.534,34
Fabricação de caminhões e ônibus	4.910,08	5.083,34	4.726,22	5.323,02	5.525,50	4.993,33	4.980,93	4.909,92	4.639,82	4.951,56	4.555,61
Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para veículos automotores	1.117,52	1.318,55	1.253,38	1.299,02	1.347,01	1.440,29	1.422,31	1.487,84	1.381,65	958,98	937,38
Fabricação de autopeças	2.148,64	2.191,65	2.198,21	2.237,59	2.282,19	2.372,15	2.435,76	2.455,30	2.425,11	2.611,61	2.538,43
Média	3.571,72	3.668,50	3.744,97	3.812,89	3.851,85	3.789,03	3.850,12	3.791,99	3.597,50	3.889,89	3.595,10

Tabela 5

Média salarial anual de rendimentos da indústria automobilística, por classificação de atividade, Camaçari, vale do Paraíba fluminense, Grande ABC Paulista, 2007-2017 (2007=100)

Fonte: Rais/MTE, 2007-2017.

Em 1992, Georges Benko e Alain Lipietz publicaram na França uma obra chamada *Les régions qui gagnent* ou *As regiões ganhadoras*, na sua tradução em português. Ali, deixavam na introdução uma pergunta sugestiva: região ganhadora é “uma região que se afirma (do ponto de vista dos empregos, da riqueza, da arte de viver) pela sua própria actividade, ou uma região que vive à custa das que perderam, até mesmo de uma parte de seus habitantes?” (Benko & Lipietz, 1994: 5). A resposta que ambos desenvolvem segue no primeiro sentido, muito mais positivo que o segundo. No entanto, se olharmos pela perspectiva brasileira e sua forma de inserção ainda frágil nas cadeias globais de valor (Sturgeon et al., 2013), caminhamos no sentido da segunda alternativa, sendo, pelo menos para a presente (pequena) amostra de casos, a relação sul fluminense/ABC Paulista uma demonstração disso.

Ao perceber o aumento quantitativo de rendimentos e números de postos de trabalho, principalmente nos cargos de nível superior, adensou-se aqui a pesquisa. De acordo com um informante¹¹ que trabalha no setor de avaliação final da produção da MAN Latin America desde a fundação da Volks Caminhões e Ônibus, com a criação do grupo Tratton – uma *joint-venture* da Volks, da Scania e da MAN – houve a transferência de postos e funções que eram realizadas em São Bernardo do Campo. São de fato cargos de salários mais elevados, com necessidade de mão de obra especializada e de nível superior, criados em Resende às expensas de seus fechamentos em São Paulo. As remunerações são as mesmas que eram recebidas no ABC. Além disso, com a recriação de mais um turno de trabalho, outros postos foram abertos, esses majoritariamente ocupados por mão de obra do sul do Rio de Janeiro. Some-se a isso a abertura de novas plantas industriais de outras marcas na região, e tem-se uma região ganhadora tanto às expensas de outras regiões como por méritos de agregação de valor e de externalidades positivas próprias (embora, como já dito, em grau limitado).

Além de o ABC Paulista se situar no polo oposto ao vale do Paraíba fluminense, observa algumas de suas fábricas movimentarem-se rumo à porta de saída da região. Ramalho e Rodrigues (2010) demonstram como a experiência adquirida a partir de diversos momentos críticos deram repertório aos trabalhadores do ABC para resistir a reveses. No entanto, a distância que se construiu do trabalho organizado e do tipo permanente em relação aos governos estadual e federal parece ter cortado importantes canais de comunicação, o que tende a representar um *downgrade* dos trabalhadores do tipo *high-skilled*, *technology intensive* em aspectos qualitativos de sua trajetória, como apontam Barrientos, Gereffi e Rossi (2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora os dados aqui apresentados ainda não mostrem os efeitos do fechamento da fábrica da Ford de São Bernardo do Campo, os resultados serão, sem dúvida, problemáticos para a região. Resultados que podem chegar à Bahia,

principalmente após a decisão do governo brasileiro de zerar as tarifas de automóveis e caminhões com o México, onde a Ford possui três plantas industriais, nos próximos dois anos, e das reformulações que a montadora anuncia sobre as plantas chinesas. Ao optar pela cadeia automobilística como unidade de análise, nos deparamos com uma disputa interna autofágica que, num cenário crítico, parece esgotar seus já limitados recursos de multiplicação. As respostas institucionais brasileiras parecem frágeis, principalmente no atual momento, conduzindo ao aguçamento da crise. As decisões em relação à organização do trabalho fragilizam o potencial de resistência dos trabalhadores com legislações mais flexíveis (como na recente reforma trabalhista), e iniciativas de cunho regulatório ou afastam (no caso das legislações ambientais, por exemplo, citadas no relatório da Ford), ou são inócuas na proteção aos empregos (*exempli gratia* Inovar-Auto ou a tentativa do estado de São Paulo de mediar a compra da planta de São Bernardo do Campo pela Caoa).

Ao observar os dados da indústria automotiva no período analisado, podemos indicar algumas tendências não convergentes. Das “novas” regiões, Camaçari parece não ter percebido grandes picos de crise, apresentando estabilidade em suas remunerações médias e saldo positivo de empregos em todas as classificações de ocupações analisadas. A região recebeu investimentos recentes de duas fábricas de pneumáticos, além de ter sido transferido para o Polo Industrial de Camaçari o setor de criação e construída a fábrica de motores da Ford. No sul do estado do Rio de Janeiro, a situação crítica parecia ter se agudizado nos últimos anos, em termos de rendimentos e de número de postos de trabalho, mas a autofagia pode ter salvado os saldos regionais. No entanto, se há uma região perdedora durante os anos subsequentes ao epicentro da crise econômica mundial, é o Grande ABC Paulista, a região “tradicional” em análise. O ABC viu fecharem-se 28.512 postos de trabalho relacionados à indústria automotiva no período em questão, comparando 2007 com 2017, e 39.703 só entre 2011 (melhor ano da série) e 2017.

A hipótese de que o chão de fábrica sofre mais imediatamente os efeitos críticos apresenta, portanto, três comportamentos. Em Camaçari, onde não houve ainda grandes perdas, podemos refutá-la. Temos, no entanto a confirmação estrita da hipótese para o ABC, e uma alteração de perfil produtivo com maior exigência de qualificação no sul fluminense, que se vale de alterações estratégicas corporativas, tornando-se um caso desviante (Lijphart, 1971). Tais resultados, à luz da teoria aqui utilizada, mostram o quão frágeis ainda estão determinados nós institucionais do país, que seguem a reboque das decisões corporativas das OEM em relação a suas subsidiárias e seus fornecedores. Ao observar os *clusters* industriais em questão, tem-se mais evidências dessa afirmação.

As causas e os efeitos da crise podem também ser lidos tomando por base outras informações da indústria automotiva. Em 2012, aqui identificado como um ano que sinalizava um recrudescimento crítico, houve queda de qua-

se US\$12 milhões no faturamento das empresas. Os números decresceram de US\$105,4 milhões para US\$93,9 milhões (Anfavea, 2016: 36). O volume de investimentos estabilizou-se no patamar de 2011 (Anfavea, 2016: 38), e o número de empregos vem reduzindo-se desde o final de 2013 em velocidade acelerada. A perda de empregos parece ser efeito misto de reestruturações e fechamentos, uma vez que a produção e as vendas também caíram bastante no último triênio. Em 2013, 3,7 milhões de veículos foram produzidos ante 3,1 milhões em 2014 e 2,7 milhões em 2017. Os licenciamentos seguem igual tendência (Anfavea, 2016). Além disso, embora o índice de produtividade formulado pela CNI não apresente queda substantiva, a capacidade ociosa do setor automobilístico brasileiro encontra-se no presente ano em 28,9% do potencial instalado, melhor que o pior aproveitamento, em setembro de 2016 (36,4%), mas muito distante dos 9,2% de junho de 2010, melhor ano da série histórica.

Naturalmente, não se pode ainda indicar as causas últimas do comportamento visto aqui, uma vez que seria necessário aprofundar a pesquisa. Também são limitadas as extrapolações sobre os dados, muito embora possa-se, a partir da metodologia testada neste trabalho, visualizar melhor efeitos derivados da análise da cadeia automotiva mundial, oriundos dos centros produtores e verificáveis em termos de emprego e renda nas unidades de análise aqui propostas.

Ao indicar as questões deste trabalho, teve-se a forte suspeita de que a eliminação de postos de trabalho seria sentida pelos trabalhadores da linha de produção, por ser uma hipótese observável ao longo da história (*exempli gratia* Cardoso, 1998). Além disso, percebeu-se que o *core* da produção automotiva (produção de automóveis, caminhões e ônibus) tem a capacidade de irradiar os efeitos críticos para os outros setores, embora os sinta de forma mais intensa. Ademais, com a retração econômica do país e os níveis de poder de compra em processo de refreio, o mercado consumidor não se mostra tão ativo, o que contribui negativamente para a crise do setor. É possível, por fim, identificar um comportamento com relação à crise econômica a partir dos dados levantados: a crise internacional surtiu seu efeito, de forma menos intensa, em 2009, mas seus resultados, potencializados com a crise política nacional dos últimos dois anos, são mais agudos no período mais recente.

Recebido em 08/09/2019 | Revisto em 21/11/2019 | Aprovado em 31/03/2020

João Assis Dulci é professor do Departamento e do Programa de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora e doutor em sociologia pelo Instituto de Estudos Sociológicos e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Atua nas áreas de sociologia econômica e sociologia do trabalho, com enfoque nos temas de desenvolvimento, mercado industrial brasileiro, indústria automobilística e impulsos para o desenvolvimento regional.

NOTAS

- 1 A teoria da regulação tem como objetivo compreender as crises inerentes ao capitalismo. Baseia-se em quatro conceitos básicos: o modo de produção, conforme consolidado pela teoria marxiana (Marx, 2005); o regime de acumulação, que envolve os elementos garantidores de regularidades da acumulação capitalista; os modos de regulação, conformando os instrumentos institucionais/legais nacionalmente construídos em compasso com o conceito anterior e organizadores do quarto conceito; e a organização do trabalho, que versa sobre a organização fabril, bem como sobre a divisão do trabalho (Lipietz, 1989; Boyer, 1990).
- 2 Não se pretende aqui um esforço no sentido de esgotar o desmanche do compromisso fordista. Para entender o desmanche nos termos regulacionistas ou pela via marxista, ver Sassen (1988); Lipietz (1989); Boyer (1990; 1994); Harvey (1992, 2008, 2011); Dreifuss (1996); Boltanski & Chiapello (2009), entre outros.
- 3 Problematizamos a utilização desse conceito para o caso brasileiro em Dulci (2015, 2018), apontando para a necessidade de uma adjetivação do tipo *greenfield* setorial, bem como reforçamos a ideia de que se deva analisar *greenfields* brasileiros em uma escala menor, que aponte a interação inter-regional nacional.
- 4 Identificamos em outro trabalho que, no caso do vale do Paraíba fluminense, percebe-se uma transposição da dualidade *greenfield* x *brownfield* para o nível microrregional, uma vez que as duas montadoras pioneiras do sul do estado recusavam quase explicitamente a contratação de mão de obra oriunda ou relacionada à CSN e seu passado sindical, ainda muito recente na região (Dulci, 2015). Ao longo da década de 2000 e 2010, mais duas montadoras instalaram-se na região, atraindo também fábricas de pneumáticos, produtos químicos, bem como fomentando a integração com um dos braços siderúrgicos da CSN, em Barra Mansa, o que fortalece nossa convicção quanto à forte integração produtiva, material e social do vale do Paraíba fluminense e de grande parte do Sul Fluminense.
- 5 A classificação de fabricação de baterias e acumuladores para veículos automotivos, código 2722-8, não retorna postos de trabalho ou unidades produtivas nas regiões analisadas.

- 6 A opção se deve ao fato de o primeiro grupo fazer parte da cadeia de comércio, ao passo que o segundo contempla negócios muito pequenos e pouco elásticos às vendas de automóveis novos (podendo, na verdade, funcionar como um indicador de comportamento inversamente proporcional à produção de novos automóveis). Por lidar com regiões cujos números agregados são muito distintos, optamos, em grande parte do texto, pela análise de dados proporcionais. Em alguns momentos, trataremos dos números absolutos.
- 7 Como já havíamos percebido em trabalho anterior, a política de médias regionalizadas de renda é uma das grandes diferenças entre Camaçari e o VPF, onde se percebeu uma herança um tanto “perversa” da crise gerada pela privatização da CSN (Dulci, 2015).
- 8 Valores deflacionados pelo IPCA, tendo 2007 como 100.
- 9 Optamos por excluir da visualização os setores nos quais não constam trabalhadores ou aqueles que totalizam menos de 20 empregos, em média, uma vez que sua oscilação extremamente elástica turva análises mais sólidas. As categorias de ocupação que criamos foram: dirigentes e profissionais de ensino superior, que reúne membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e profissionais das ciências e das artes; técnicos de nível médio, equivalente a essa categoria; serviços administrativos e comércio, que inclui trabalhadores de serviços administrativos; trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados; produção e manutenção, que congrega trabalhadores da produção de bens e serviços industriais (categorias 7 e 8 da CBO) e trabalhadores em serviços de reparação e manutenção.
- 10 Optamos por unir as categorias fabricação de peças e acessórios para o sistema motor de veículos automotores, fabricação de peças e acessórios para os sistemas de marcha e transmissão de veículos automotores”, “Fabricação de peças e acessórios para o sistema de freios de veículos automotores, fabricação de peças e acessórios para o sistema de direção e suspensão de veículos automotores, fabricação de material elétrico e eletrônico para veículos automotores, exceto baterias e fabricação de peças e acessórios para veículos automotores não especificados anteriormente sob a categoria fabricação de autopeças.

- 11 Por receio de represálias, o informante pediu anonimato. O contato se deu através de uma rede do tipo “bola de neve”, via e-mail. A partir das informações percebidas na análise quantitativa da mudança de perfil dos empregados de Resende, especificamente na fabricação de caminhões e ônibus, formularam-se quatro perguntas, que versavam sobre mudanças na hierarquia da planta em questão; alteração nas remunerações; alteração do perfil contratado; motivação para a vinda de novos funcionários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Andrade, Maria da Conceição Borges. (2009). O uso do território no contexto da reestruturação produtiva: o caso do polo industrial de Camaçari. In: Encuentro de Geógrafos de America Latina, 12. Montevideo. *Anais...*, 1.
- Anfavea. (2018). *Anuário da indústria automobilística brasileira*. São Paulo: Anfavea.
- Anfavea. (2016). *Anuário da indústria automobilística brasileira*. São Paulo: Anfavea.
- Appy, Bernard. (1993). Questão fiscal: crise e concentração de renda. In: Ires/Desep. *Crise brasileira – anos oitenta e governo Collor*. São Paulo: Cajamar.
- Arbix, Glauco. (2006). Guerra fiscal, espaço público e indústria automobilística no Brasil. In: Cardoso, Adalberto & Covarrubias, Alex (orgs.). *A indústria automobilística nas Américas – a reconfiguração estratégica e social dos atores produtivos*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- Barrientos, Stephanie; Gereffi, Gary & Rossi, Arianna. (2011). Economic and social upgrading in global production networks: a new paradigm for a changing world. *International Labour Review*, 150/3 4, p. 319-340.
- Bedê, Marco Aurélio. (1997). A política automotiva nos anos 90. In: Arbix, Glauco & Zilbovicius, Mauro. *De JK a FHC – a reinvenção dos carros*. São Paulo: Scritta.
- Benko, Georges & Lipietz, Alain. (1994). *As regiões ganhadoras – distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica*. Oeiras: Ed. Celta.
- Boltanski, Luc & Chiapello, Ève. (2009). *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: WMF Martins Fontes.

Boyer, Robert. (1994). As alternativas ao fordismo – dos anos 80 ao século XXI. In: Benko, Georges & Lipietz, Alain. *As regiões ganhadoras – distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica*. Oeiras: Ed. Celta.

Boyer, Robert. (1990). *A teoria da regulação – uma análise crítica*. São Paulo: Nobel.

Boyer, Robert & Freyssenet, Michel. (2003). *Los modelos productivos*. Madrid: Editorial Fundamentos.

Cardoso, Adalberto. (2006). A nova face da indústria automobilística brasileira ou a tese da convergência revisitada. In: Cardoso, Adalberto & Covarrubias, Alex (orgs.). *A indústria automobilística nas Américas – a reconfiguração estratégica e social dos atores produtivos*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

Cardoso, Adalberto. (1998). Trabalhar, verbo transitivo: trajetórias ocupacionais de trabalhadores da indústria automobilística. *Dados*, 41/4, p. 701-750.

Castells, Manuel. (2007). *A sociedade em rede*, v. 1. São Paulo: Paz e Terra.

Castro, Nádia Araújo. (1988). Novo operariado, novas condições de vida e trabalho nas fronteiras do moderno capitalismo industrial brasileiro. Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 6, Olinda. *Anais...*, 2, p. 437-482.

Ciccolella, Pablo José. (1992). Reestructuración industrial y transformaciones territoriales: consideraciones teóricas y aproximaciones generales a la experiencia argentina. Universidad de Buenos Aires, Instituto de Geografía, Facultad de Filosofía y Letras. Disponível em <http://ww2.filo.uba.ar/contenidos/investigacion/institutos/geografia/territ4.htm>. Acessado em 19 maio 2017.

Confederação Nacional da Indústria. (vários anos). *Indicadores industriais*.

Comin, Álvaro. (2006). A nova onda de desenvolvimento da indústria automobilística brasileira. In: Cardoso, Adalberto & Covarrubias, Alex (orgs.). *A indústria automobilística nas Américas – a reconfiguração estratégica e social dos atores produtivos*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

Comin, Álvaro. (2001). Verdades e mentiras sobre a onda recente de penetração estrangeira no Brasil. *Indicadores Econômicos FEE*, 28/4, p. 161-182.

Covarrubias, Alex. (2006). Divergências convergentes na transformação das práticas de emprego – Estudos de caso da indústria automobilística no México e no Brasil. In: Cardoso, Adalberto; Covarrubias, Alex. *A indústria automobilística nas Américas – a reconfiguração estratégica e social dos atores produtivos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

Dreifuss, René. (1996). *A época das perplexidades – mundialização, globalização e planetarização: novos desafios*. Petrópolis: Vozes.

Dulci, João Assis. (2018). Configurações do desenvolvimento em duas novas regiões automobilísticas: sul fluminense e Camaçari (BA). *Política & Trabalho*, 1/48, p. 75-94.

Dulci, João Assis. (2016). A trajetória recente do desenvolvimento no Brasil. *Faces de Clio*, 2/3, p. 155-185.

Dulci, João Assis. (2015). *Desenvolvimento regional e mercado de trabalho em perspectiva comparada: Vale do Paraíba Fluminense e Camaçari (BA)*. Tese de Doutorado. PPGS/Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Dulci, Otávio Soares. (2009). Economia e política na crise global. *Estudos Avançados*, 23/65, p. 105-119.

Dulci, Otávio Soares. (2002). Guerra fiscal, desenvolvimento desigual e relações federativas no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, 18, p. 95-107.

Ferraz, João Carlos et al. (1996). *Made in Brazil*. Rio de Janeiro: Ed. Campus.

Ford. (2018). *Annual report on form 10-k*. Michigan.

Gereffi, Gary. (1994). The organization of buyer-driven commodity chains: how US retailers shape overseas production networks. In Korzeniewics, Miguel & Gereffi, Gary. *Commodity chains and global capitalism*. Westport/London: Praeger, p.95-122.

Gereffi, Gary & Lee, Joonkoo. (2014). Economic and social upgrading in global value chains and industrial clusters: why governance matters. *Journal of Business Ethics*, 133/1, p. 25-38.

Harvey, David. (2011). *O enigma do capital*. São Paulo: Boitempo.

Harvey, David. (2008). *Neoliberalismo – história e implicações*. São Paulo: Loyola.

Harvey, David. (2005). *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume.

Harvey, David. (1992). *A condição pós-moderna*. São Paulo: Ed. Loyola.

Herrigel, Gary & Wittke, Volker. (2005). Varieties of vertical disintegration: the global trend toward heterogeneous supply relations and the reproduction of difference in US and German manufacturing. *Industry Studies Association Working Papers*. Pulmann: ISA.

IBGE. (2008). *Regiões de influência das cidades*. Rio de Janeiro.

Krein, José Dari; Gimenez, Denis M. & Santos, Anselmo L. dos. (2018). *Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil*. Campinas: Curt Nimuendajú.

Leite, Márcia de Paula. (2000). *Desenvolvimento econômico local e descentralização na América Latina: a experiência da Câmara regional do Grande ABC no Brasil*. Santiago de Chile: Cepal.

Lijphart, Arend. (1971). Comparative politics and the comparative method. *American Political Science Review*, 65/3, p. 682-693.

Lima, Raphael. (2005). *Açúcar, coca-cola e automóveis: ação político-empresarial na construção de um “município modelo” em Porto Real (RJ)*. Dissertação de Mestrado. PPGSA/Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Lipietz, Alain. (1989). O fordismo periférico. *Ensaaios FEE*, 10/2.

Marx, Karl. (2005) [1859]. Introdução. In: *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes.

Mendes, Vítor Marcelo Oliveira. (2006). *A problemática do desenvolvimento em Salvador: análise dos planos e práticas da segunda metade do século XX (1950-2000)*. Tese de Doutorado. PPGPUR/Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Nabuco, Maria Regina et al. (2002). *Indústria automotiva: a nova geografia do setor produtivo*. Rio de Janeiro: DP&A.

Novick, Marta. (2001). *Nuevas reglas de juego en la Argentina, competitividad y actores sindicales*. Buenos Aires: Enrique de la Garza Toledo ed.

Oliveira, Francisco. (1999). *Os cavaleiros do antiapocalipse: trabalho e política na indústria automobilística*. São Paulo: Entrelinhas/Cebrap.

Oliveira, Francisco. (1993). Quanto melhor, melhor: o acordo das montadoras. *Novos Estudos Cebrap*, 36, p. 3-7.

Olivera, Guadarrama. (2001). Implicaciones económico-territoriales del auge exportador mexicano. *Estudios Demográficos y Urbanos*, 16/2, p. 375-413.

Paasi, Anssi. (2000). *Re-constructing regions and regional identity*. Nijmegen: Nethur Lecture.

Pessoti, Bruno Casseb & Pessoti, Gustavo Casseb. (2010). A economia baiana e o desenvolvimento industrial: uma análise do período 1978-2010. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, 28/22.

Radosevic, Slavo & Rozeik, Andrew. (2005). Foreign direct investment and restructuring in the automotive industry in Central and East Europe. *Working Paper*, 53.

Ragin, Charles. (1997). *The comparative method: moving beyond qualitative and quantitative strategies*. Berkeley: University of California Press.

Ramalho, José Ricardo. (2005). Novas conjunturas industriais e participação local em estratégias de desenvolvimento. *Revista Dados*, 48/3.

Ramalho, José Ricardo & Rodrigues, Iram Jácome. (2010). Sindicato, crise econômica e estratégias regionais novas dimensões da participação política no ABC Paulista. *Cadernos CRH*, 23/59, p. 339-351.

Santana, Marco Aurélio. (2010). Ruptura geracional induzida e estratégias de gestão: a experiência nas montadoras do sul fluminense. *Revista Educação e Sociedade*, 31/111.

Sassen, Saskia. (1988). *The mobility of capital and labour*. Cambridge: Cambridge University Press.

Sturgeon, Timothy et al. (2013). O Brasil nas cadeias globais de valor: implicações para a política industrial e de comércio. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, 115, p. 26-41.

Torres, Ricardo & Cário, Sílvio. (2012). O mito da industrialização como desenvolvimento: o comando do excedente na cadeia mercantil da indústria automobilística brasileira *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, 33, p. 39-71.

Van Tulder, Rob & Ruigrok, Winifred. (1998). European cross-national production networks in the auto industry: Eastern Europe as the low end of European car complex. Berkeley roundtable on the international economy.

Vega, Maria Carmen. (2004). El desarrollo de la industria de la maquila en México. *Problemas del Desarrollo. Revista Latinoamericana de Economía*, 35/138.

CRISE, EMPREGO E RENDA NA INDÚSTRIA AUTOMOTIVA: OS CASOS DO SUL FLUMINENSE, CAMAÇARI E GRANDE ABC PAULISTA EM PERSPECTIVA COMPARADA

Palavras-chave

Indústria automotiva;
crise econômica;
desemprego;
desenvolvimento regional;
regiões ganhadoras.

Resumo

À luz das recentes ondas de investimento estrangeiro da indústria automobilística brasileira, a partir da década de 1990, este artigo analisa a trajetória de emprego e renda no setor automotivo, diante das crises econômica de 2008 e política dos últimos anos, observando comportamentos em três casos, em perspectiva comparada – o Grande ABC Paulista, a região tradicional; o vale do Paraíba fluminense e Camaçari (BA), as novas regiões –, tomando a cadeia produtiva como escopo e os *clusters* como unidade analítica. A hipótese testada é de que os primeiros impactos críticos atingem os setores menos qualificados e os empregos do “chão de fábrica”. O que se percebe é que em cada região resulta um comportamento distinto, sendo a região tradicional a que mais se comporta de acordo com a hipótese, e as novas regiões apresentando comportamentos discrepantes.

CRISIS, EMPLOYMENT AND INCOME IN THE AUTOMOTIVE INDUSTRY: THE CASES OF SUL FLUMINENSE, CAMAÇARI AND ABC PAULISTA IN COMPARATIVE PERSPECTIVE

Keywords

Automotive industry;
economic crisis;
unemployment;
regional development;
winning regions.

Abstract

Considering the recent foreign investment waves in the Brazilian automotive industry, since the 1990's, this paper analyses the employment and income trajectory in the automotive sector, in face of the economic crisis of 2008 and the policies of the last years. It observes the behaviour in three cases, in a compared perspective – the Grande ABC Paulista, the traditional region; the Vale do Paraíba Fluminense and Camaçari (BA), the new regions –, taking the productive chain as scopes and the clusters as analytical units. The tested hypothesis is that the first critical impacts strike the less qualified sectors and the “shop-floor” jobs. What can be understood is that each region behaves in a distinguished way, in which the traditional region is the one that behaves the closer according to the hypothesis. The new regions present more discrepant behaviours.

I Universidade Federal do Paraná (UFPR), Departamento de Antropologia,
Curitiba, Paraná, Brasil
lorenzom@ufpr.br
<https://orcid.org/0000-0002-3464-9524>

Lorenzo Macagno¹

UM VELHO DILEMA? CIVILIZAÇÃO E CULTURA EM HENRI-ALEXANDRE JUNOD

Meu interesse pelo trabalho do missionário e etnógrafo suíço Henri-Alexandre Junod (1863-1934) remonta a 1996, quando pela primeira vez viajei a Moçambique. Na altura, o meu objetivo era realizar, *in situ*, uma investigação sobre as políticas educativas durante o período colonial e pós-colonial.¹ Para tanto, travei contato com uma geração de africanos que vivenciou a trajetória da condição de indígena à de assimilado, duas categorias que o sistema jurídico colonial contribuiu para criar (Macagno, 2019). A pesquisa também incluiu entrevistas com intelectuais e atores específicos, entre eles funcionários e investigadores do Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação (Inde) que então iniciavam uma reflexão sobre a importância do papel das línguas moçambicanas nas políticas educativas. Sem fazer uso explícito e consciente dos métodos e ideias de Junod, aqueles projetos-piloto² de ensino bilíngue eram análogos aos que o missionário formulara um século antes. Do ponto de vista pedagógico, argumentava Junod, dever-se-ia considerar a criança nativa um pequeno Banto, que aprende no seu lar uma língua na qual a mente dos seus antepassados está incorporada. Essa língua vernácula, afirmava, deve ser mantida no início da escolarização como o principal meio da sua educação. Muitos técnicos do Inde, familiarizados com os debates da sociolinguística, opinavam dessa mesma forma.

Num contexto em que Moçambique começava a se interrogar sobre a sua própria multiculturalidade, resultava especialmente instigante o fato de que as bases implícitas que justificavam essa nova reflexão – sobre multilin-

guismo e diversidade – fossem análogas às ideias que Junod construía a partir da sua experiência africana.

É importante lembrar que a denominada Missão Suíça, em que Junod foi um dos atores marcantes, instalou-se no sul do atual Moçambique, no final do século XIX. Em 1948, transformou-se numa Igreja moçambicana, passando a denominar-se Igreja presbiteriana de Moçambique (Silva, 1998). Seu protagonismo na história política e cultural do país tem sido longamente analisado por vários autores, entre eles Monnier (1995) e Morier-Genoud (1998). Um dos sintomas mais evidentes da sua importância para os destinos do Moçambique colonial e pós-colonial é o fato de que Eduardo Mondlane, o arauto do nacionalismo moçambicano, foi educado pelos missionários suíços protestantes (Sansone, 2012).

Este artigo explora os alcances do legado de Junod a partir dos dilemas sobre políticas culturais e linguísticas que, nesse caso, pertencem mais à história contemporânea daquele país – e, como veremos, de seu vizinho, África do Sul – do que ao seu passado longínquo. Alguns desses dilemas se condensam em intervenções, como a que realizou no início de 1990 o escritor e ex-ministro da Cultura Luis Bernardo Honwana (1993: 48), quando afirmou: “Em minha opinião a questão central na discussão do problema da língua, ou das línguas, em Moçambique é o caráter multicultural da nossa sociedade”. Este trabalho nasceu, em grande medida, da necessidade de entender algumas preocupações que, nos últimos anos, os próprios moçambicanos vêm manifestando, concernentes sobretudo à construção da moçambicanidade em um contexto eminentemente multiétnico e plural.

Ao monoculturalismo implícito na figura jurídico-colonial do assimilado – cuja matriz epistêmica, para dizer de maneira foucaultiana, será retomada pela figura do Homem Novo socialista, promovida pelos porta-vozes do Estado moçambicano independente – contrapõe-se, na obra de Junod, uma sorte de multiculturalismo latente. Ou seja, sua obra nos coloca diante da complexidade de uma disjuntiva que acompanhou durante muito tempo os porta-vozes da empresa colonial: integrar/assimilar os Bantu à cultura europeia – em nome, muitas vezes, de um universalismo cristão – ou conservar a sua cultura em nome de uma tolerância, também cristã, e promover assim um desenvolvimento separado. O dilema ao qual fazemos referência no título – civilização e cultura – possui, portanto, incontornável perenidade.

É possível que para os leitores brasileiros a obra de Junod não seja tão familiar como é para os cientistas sociais sul-africanos, moçambicanos e portugueses. Parece-me importante, contudo, salientar o fato de que, no Brasil, alguns jovens pesquisadores têm começado a se interessar por seu legado, bem como o esforço de Omar Ribeiro Thomaz (2011) que, a partir da Universidade de Campinas, propiciou em 2009, junto a Paulo Gajanigo, a tradução e publicação de *Usos e costumes dos Bantu* (Junod, 2009), do missionário e etnógrafo suíço.

JUNOD ETNÓGRAFO

Henri-Alexandre Junod (1863-1934) nasceu no cantão de Neuchâtel. Sua formação inicial transcorreu no Collège Latin e no ginásio da sua cidade natal, onde recebeu sua primeira instrução em ciências e história natural. Optou, no entanto, e apesar das expectativas dos seus professores, pelo caminho religioso, aprofundando seus estudos teológicos em Neuchâtel, Basel e Berlim. Sua primeira ida à África, na qualidade de missionário, foi em 1889. Nos primeiros anos da sua estada, Junod manteve o interesse pelas ciências naturais, tornando-se um grande colecionador de espécies de plantas, insetos e, sobretudo, borboletas.

Quem esteve relacionado com a conversão de Henri-Alexandre Junod à etnografia foi James Bryce, historiador, político e amigo de James Frazer. Junod já havia publicado alguns contos dos Rongas do sul de Moçambique e havia estudado alguns “costumes curiosos” da tribo. No entanto, seu passatempo favorito até esse momento era a entomologia. Em 1895, quando dirigia a Missão Suíça em Lourenço Marques (atual Maputo), recebeu a visita de Bryce; “desde então”, relata, “a etnografia suplantou, mais ou menos, a entomologia. Iniciei o inquérito sistemático e completo que Lord Bryce me aconselhava e verifiquei ao fim de pouco tempo que, vendo bem, o homem é infinitamente mais interessante que o inseto!” (Junod, 1974: 10, tomo 1). Segundo Patrick Harries (1981: 37-38), essa sensibilidade etnográfica também foi estimulada durante a sua juventude, na Suíça. Naquele tempo, as culturas regionais europeias estavam se desintegrando rapidamente diante das novas mudanças que vinham aproximando as periferias do Estado-nação aos centros industriais. Nesse processo, as línguas locais eram eclipsadas pela pressão das línguas e literaturas nacionais. Junod teria notado a mesma desintegração no sudeste da África, onde os sistemas banto de vida familiar estavam em rápida transformação. Esse é um aspecto central para a nossa indagação, já que a decidida ênfase de Junod na defesa de uma educação bilíngue tanto em Moçambique como na União Sul Africana (atual África do Sul) reflete, no fundo, uma preocupação muito “europeia”. Os “olhos alpinos” de Junod, portanto, também influenciaram sua maneira de ver o mundo africano (Harries, 1997).

Nessa época, o trabalho de Junod sofreu grande influência das ideias evolucionistas propagadas, entre outros, por Robert Ranulph Marett, Edwin Sidney Hartland e William Charles Willoughby e, sobretudo, Johann Jacob Bachoffen,³ que postulava a tese de que a instituição da família teria progredido do matrimônio grupal para o matriarcado, chegando finalmente ao patriarcado (Harries, 1981: 38, 2007: 207-208). Em função de seu caráter pseudo-histórico, essas teorias foram criticadas por Radcliffe Brown em seu célebre artigo sobre o “irmão da mãe” e o avunculado na África do Sul. Cabe também lembrar que os famosos aportes de Van Gennep inspiraram os estudos de Junod sobre os ritos de passagem. Essas ideias foram matizadas, aliás, com alguns elementos difusionistas. A influência de Van Gennep sobre o trabalho de Junod tem sido

destacada por João de Pina-Cabral (1996: 26), que afirma que a obra do etnólogo francês “teria possivelmente passado ao esquecimento não fosse o brilhante trabalho etnográfico realizado por seu amigo e mentor Henri Junod”. Além disso, em 1912, Junod cedeu sua vaga de professor na Universidade de Neuchâtel, na Suíça, a Van Gennep que, justamente nesse momento, era marginalizado por seus colegas franceses de *L'Année Sociologique*.⁴

Junod e sua esposa chegaram a Moçambique no final de junho de 1889. Poucos dias depois, em uma correspondência datada de 12 de julho, Junod descreve seu primeiro encontro com os Ba-ronga, na igreja da Missão Suíça em Lourenço Marques:

No alto da cerca as mulheres numerosas, decentemente vestidas, a cabeça coberta de turbantes vermelhos; do outro lado, os homens, vestidos completamente à europeia; no meio e na frente, as crianças; todos cantando com real harmonia uma canção que termina com as palavras francesas: “soyez les bienvenus!”. Ali estão esses selvagens, esses representantes das raças inferiores! Na verdade eles apresentam um ar doce e inofensivo, e sendo que são cristãos já não são inferiores... (Junod, H.P., 1934: 15).

Esta declaração condensa a perplexidade de Junod diante de um encontro desprovido de qualquer romantismo etnográfico: africanos vestidos à europeia, mulheres “decentemente” vestidas e canções de boas-vindas que incluíam palavras em francês. Essa perplexidade pode ser interpretada sob duas perspectivas simultâneas: a de uma imaginação vitoriana em face dos representantes de “raças inferiores”, ou bem rousseauiana – que, no seu paternalismo, evoca a ideologia do *bom selvagem* – frente ao “ar doce e inofensivo” de seus interlocutores. Esse primeiro encontro evidencia mais o entusiasmo de um missionário à procura de almas para “salvar”, do que a curiosidade de um etnógrafo à procura de costumes para compreender.

Pouco tempo depois de chegar a Lourenço Marques, Junod se desloca para a sede da Missão Suíça em Rikatla, localizada a 25 quilômetros ao norte da cidade. Desde os primeiros dias, dedicou-se a estudar a língua local com seu principal informante, Matsivi (Calvin Mapopé), um pastor negro educado pela Missão. Como resultado, Junod consegue elaborar a primeira gramática da língua ronga. *A Gramática Ronga* – um volume de 300 páginas – é publicada em 1896. Cerca de 30 anos mais tarde, Junod convida C. Mapopé para participar de uma cerimônia na Catedral de Lausanne, na Suíça, reconhecendo publicamente a sua colaboração: “É com surpresa profunda, emocionado e contente que me encontro neste púlpito com o pastor C. Mapopé [...]. Foi ele quem me ajudou nas minhas primeiras traduções da língua indígena; ele tem sido meu mestre...” (Junod, 1931c: 68). Outro informante com quem trava conhecimento na sua primeira estada em Lourenço Marques é Tobane. Segundo Junod, Tobane havia sido iniciado nas questões da religião ainda criança e “possuía um conhecimento profundo dos usos da corte e do tribunal”. Como já fizera com Mapopé, Junod (1974, tomo 1: 12)

expressou-lhe seu agradecimento nestes termos: “Devo-lhe a maior parte do que sei a respeito do sistema tribal dos Rongas”.

De 1896 a 1899, Junod esteve na Suíça divulgando sua experiência africana. No seu segundo retorno à África, o missionário se instalou no Leste de Transvaal, onde dirigiu a escola de Xiluvane, na sede da Missão Suíça. Nessa região, conheceu Manquelo, filho de um antigo chefe do clã Ncuna, que se torna seu informante. Segundo Junod (1974, tomo 1: 13), Manquelo era, ao mesmo tempo, general, chefe do exército, principal médico da casa real, um dos mais importantes conselheiros do rei, adivinho convicto, sacerdote da família, “enfim um banto tão profundamente dominado pelas concepções obscuras do espírito banto, que nunca pôde libertar-se delas e ficou pagão até morrer, em 1908”. Nessa região de Transvaal, Junod teve outros informantes igualmente importantes. Foi o caso de um tsonga batizado, a quem, curiosamente, foi outorgado o nome de um professor de teologia de Lausanne – Viguet – e a quem Junod (1974, tomo 1: 13) se sentia extremadamente agradecido: “Era homem inteligente, mas, devo confessá-lo, nem sempre foi bom cristão. Era dotado duma memória maravilhosa. Como tinha sido chefe duma aldeia de refugiados tonga nos Spelonken, deu-me informações preciosas acerca dos mistérios da vida familiar e das cerimônias de iniciação”.

Em 1907, o missionário regressou ao litoral de Moçambique, fundando uma escola em Rikatla, onde permaneceu até 1909. Ali se reencontrou com um velho informante que havia conhecido no decorrer de sua primeira estada em Moçambique. Tratava-se de Spoon (batizado, mais tarde, com o nome de Elias), um rongá originário de Nonduane, no norte de Lourenço Marques. Junto com Elias e outro informante chamado Mboza, Junod iniciou uma sistemática pesquisa etnográfica, baseando-se no método da coleta de dados proposto por James Frazer: “A minha curiosidade era principalmente atraída pela questão dos tabus. No decurso desse estudo, que me levou meses, senti-me mais impressionado do que nunca pela imensa complexidade da vida de uma tribo sul-africana” (Junod, 1974, tomo 1: 14). Precisamente em 1910 é publicado, na *Revue d’Ethnographie et de Sociologie*, dirigida por Van Gennep, o resultado dessa pesquisa, sob o título: “Les conceptions physiologiques des bantous sud-africains et leurs tabous”⁵ (Junod, 1910).

Se os informantes Elias (Spoon) e Mboza eram oriundos do clã Mazwaya, Tobane, diferentemente, era oriundo da chefia Mafumo. Segundo Patrick Harries, tal fato outorgou ao trabalho de Junod um caráter parcial e incompleto, já que sua etnografia basear-se-ia em informantes oriundos de apenas duas das nove grandes chefaturas que constituem a “tribo” que Junod classifica como Ba-Ronga⁶ (quer dizer, aquele grupo que falava a língua tsonga e vivia entre a fronteira Zulu e o rio Nkomati). Ademais, cada um desses interlocutores pertencia a grupos de interesses particulares internos às suas chefaturas. Assim, a família Mafumo, à qual pertencia Tobane, possuía uma longa tradição de aliança com os portugueses (Harries, 1981: 43-44).

Em 1898, é publicado o primeiro resultado daqueles anos iniciais de pesquisa, sob o título “Les Ba-Ronga: étude ethnographique sur les indigènes de la Baie de Delagoa”. Em 1912, uma versão revisada, em inglês, que incluía as “tribos do norte” (na área de Transvaal), é publicada em Neuchâtel sob o título de *The life of a South African tribe*. Em 1926-27, após acumular um novo conjunto de material, uma segunda edição revisada e ampliada é publicada, dessa vez, em Londres. Posteriormente, em 1936, aparece a edição francesa, *Moeurs et Coutumes des Bantou* e, finalmente, em 1946, a primeira edição em português: *Usos e costumes dos Bantos. A vida duma tribo sul-africana*, publicada pela Imprensa Nacional de Moçambique, em Lourenço Marques, e reeditada em 1974.⁷ A obra foi muito bem recebida na comunidade antropológica internacional. O próprio Malinowski, que, mais tarde, passaria um período na África do Sul, elogiou a etnografia nos seguintes termos: “sem pretender adular, esta obra monumental é o único trabalho sintético, abrangendo todas as manifestações da vida de uma tribo” (Junod, H.P., 1934: 70-71).

Em sua etnografia, Junod aborda os conceitos de tribo, grupo e clã,⁸ de modo que um conjunto de clãs forma um grupo e vários desses grupos configuram uma tribo. Junod distingue seis grandes grupos (cada um desses grupos abrange, por sua vez, vários clãs) que formam a tribo dos Thonga ou Tsonga. São estes os seis grupos: Rongas, Djonga, N’ualungo, Lhangano, Bila e Chêngua. Os grupos Bila, Djonga e Chêngua são formados por um conjunto de clãs, que Junod chama, genericamente, de Clãs do Norte.⁹

CONSERVAR AS CULTURAS E CONVERTER AS ALMAS

Junod foi um espectador privilegiado do colonialismo no sudeste da África, tanto do lado britânico, a União Sul-Africana (posteriormente África do Sul), quanto do lado português, Moçambique. Sua visão do colonialismo português foi, contudo, ambígua. Recordemos que a comparação entre o modelo de colonização britânica e o modelo português tem recebido, nos últimos anos, a atenção de vários trabalhos relevantes (ver, sobretudo, Fry, 2000). No entanto, é preciso enfatizar que a partir dos congressos coloniais internacionais, ocorridos no início do século XX, os administradores e juristas coloniais portugueses se informavam – e se inspiravam – sobre as experiências e os métodos de colonização seguidos por seus pares britânicos.

A primeira etapa da estada de Junod em Moçambique, lembremos, data de 1889, quando a administração colonial ainda possuía pouco controle sobre as chefaturas independentes, e se encerra em 1896, quando os portugueses conseguiram vencer o reino de Gaza e instalar, definitivamente, sua administração. Em cartas escritas ao jurista suíço Virgile Rossel, Junod analisa as causas daquele conflito e justifica sua posição favorável a Gaza, apoio que ocasionou, posteriormente, sua expulsão de Moçambique. Nessa correspondência, acusa Portugal de estimular o trabalho forçado (*chibalo*), mesmo que, anos depois, esses ataques

tenham sido suavizados, quando procurou compreender as exigências administrativas do lado português (Harries, 1981: 42; 2007: 221-222).

Durante o período de sua primeira permanência em Moçambique, Junod chegou, aliás, a intercambiar algumas correspondências com António Enes,¹⁰ o grande idealizador do sistema administrativo-colonial em Moçambique. Nessa altura, Enes desempenhava a função de comissário régio. Nunca existiu, no entanto, boa relação entre ele e quem fora o ideólogo da moderna administração colonial portuguesa. Enes, contudo, era ciente de que, entre os europeus da região, apenas Junod possuía contato cotidiano com as tribos tsongas, bem como um profundo conhecimento de sua língua. Por tal motivo, Enes manifestou o desejo de que Junod lhe enviasse um relatório informativo, a fim de saber qual era o “ponto de vista nativo” sobre o início da guerra entre Portugal e o reino de Gaza – o grande império multiétnico, comandado por Gungunhane ao sul de Moçambique. Junod chegou a enviar essa informação a Enes em uma carta datada de 23 de fevereiro de 1895.¹¹

É importante recordar que, durante esse período (até os dias de hoje), milhares de africanos oriundos do sul de Moçambique se deslocavam para trabalhar nas minas sul-africanas de Witwatersrand e Transvaal. Junod criticou o sistema de *compounds*, onde eram hospedados os mineiros. Porém, sua postura oscilava entre ressaltar os aspectos bons e ruins da civilização. Sua preocupação central consistia em chamar a atenção sobre a “desintegração moral” que a civilização provocaria na África. “Ao que parece”, dizia, “o indígena sul-africano perdeu mais do que ganhou nesse contato com a civilização” (1974, tomo 2: 588). As consequências negativas do contato, segundo Junod, iam da perda do interesse político e “sentido de responsabilidade” à “degradação” dos costumes, vícios, alcoolismo, sífilis, tuberculose, e assim por diante. A tribo, diz Junod (1974, tomo 2: 588), “perdeu suas regras de vida, as suas tradições”, e o resultado é “uma rápida decadência física e moral”, de modo que somente o cristianismo poderia fornecer uma verdadeira solução ao problema, bem como promover uma autêntica regeneração.

Em 1922, Junod se reencontra com o ex-governador de Moçambique, Freire de Andrade, então delegado de Portugal na Sociedade das Nações. Um relatório produzido naquela época pelo sociólogo norte-americano Edward Ross sobre o trabalho forçado nas colônias portuguesas despertara grande interesse. No entanto, tanto Freire de Andrade como Junod se esforçaram em atenuar a impressão “extremamente pernicioso” produzida por esse relatório (Junod, H. P., 1934: 65). Sendo assim, o missionário procuraria, com um tom moderado, ressaltar os direitos de Portugal sobre suas colônias (Harries, 2007: 222-223).

Existia, pois, na visão cristã de Junod um colonialismo benéfico e outro nocivo. Seu humanismo – que oscilava entre o salvacionismo e o paternalismo – expressava-se tanto pelo elogio da missão civilizadora quanto pela denúncia da exploração do trabalho forçado. Nos seus últimos anos de atividade, Junod foi presidente do Bureau International pour la Défense des Indigènes, órgão criado em Genebra, em 1913, no contexto do vasto movimento antiescravagista pós-conferência de Berlim.

Na qualidade de membro ativo dessa organização, escreve um informe sobre a situação colonial na Libéria, onde os governantes, descendentes de ex-escravos libertos da América, marginalizavam e escravizavam os liberianos nativos. No panfleto, intitulado *La supplique du Liberia* (Junod, 1931a), procura chamar a atenção da Sociedade das Nações e dos Estados Unidos para esse fato. Cabe lembrar que duas décadas antes, em 1911, Junod publicara o romance *Zidji, étude de mœurs sud-africaines*, em que veicula, via a narração das peripécias pelas quais passa a personagem, uma crítica às difíceis condições de trabalho nas minas e suas consequências. O protagonista dessa trama desafia os horrores dos *compounds* de mineiros, a fome, a sujeira, os estupros entre homens para, finalmente, ingressar no mercado de trabalho formal, no qual obtém dinheiro suficiente para estudar (Harries, 1981: 42).¹²

Junod se envolverá, portanto, em intensa atividade política e reformista, ora como crítico, ora como celebrador do colonialismo. Na etnografia sobre os Tsonga, suas opiniões a respeito do colonialismo não se encontram no corpo central da obra, mas nos anexos finais. Essa disposição, certamente, ilustra a inexistência de uma sobreposição entre a tarefa do rigoroso etnógrafo (o “científico”) e a do comprometido reformador (o “político”). Nesses apêndices, Junod se refere a questões práticas, relativas à mudança social, às consequências do progresso, à educação e ao destino da população tsonga. Já nas conclusões, aborda temas concernentes à ampliação da cidadania dos indígenas sul-africanos educados; nesse momento, contudo, ainda não estavam sistematicamente formuladas as ideias referentes à segregação, que começariam a ganhar contornos a partir da nova política indígena de Barry Hertzog,¹³ na então União Sul-africana, por volta de 1924.

Em escrito de 1911 (reproduzido nos anexos de sua etnografia), Junod se pronuncia favoravelmente ao direito de voto dos africanos educados, que teriam alcançado o “nível moral e intelectual requerido”. No que diz respeito aos “não civilizados”, propõe que fosse estimulada a responsabilidade política no interior dos clãs, o que fortaleceria o sistema tribal: “Assim, ainda que não sendo um cidadão eleitor no Estado, o indígena não civilizado permanece um membro responsável do seu clã. Não apressemos por isso a morte do clã. Se este tiver que morrer, que seja de morte natural” (1974, tomo 1: 522). Lembremos que ainda não tinham começado a ser implementadas as medidas segregacionistas do Native Land Act nem as novas políticas indígenas promovidas por Hertzog.

Podemos considerar, a partir dessas observações, que o Junod etnógrafo, admirador, até certo ponto, das culturas que estuda, combina-se, harmoniosamente, com o Junod educador: nesse sentido, o indígena “não civilizado”, apesar de não ser um cidadão no sentido pleno, possui um sistema político com valor e eficácia intrínseca, que, de acordo com o caso, deveria ser mantido.

Idêntica conclusão poderia ser formulada em relação à língua ronga. Como investigador fascinado pelas complexas estruturas gramaticais da língua local, ele

se propõe a atacar as atitudes desvalorizadoras e etnocêntricas, argumentando a favor de uma educação bilíngue. Em 1905, Junod publica um trabalho intitulado *What should be the place of the native language in native education*, que foi apresentado na Conferência Missionária, em Johannesburgo. Naquela altura, Junod já tinha publicado seus trabalhos sobre a gramática ronga e suas monografias *Les Ba-Ronga* (1898) e *Les chants et les contes des Ba-Ronga* (1897). Nas palavras introdutórias da sua apresentação, Junod afirma que os missionários haviam constituído até então a única agência criadora de escolas para as tribos sul-africanas, e que esse lado pedagógico do trabalho missionário era sua característica mais importante.

Do ponto de vista pedagógico, em sua opinião, a educação dos nativos deveria cumprir dois objetivos: formar a mente das crianças nativas; e as tornar membros da South African Commonwealth. O primeiro objetivo seria alcançado caso elas aprendessem a “pensar”, em vez de agir por simples impulso “como selvagens ou de acordo com velhas superstições”. O segundo objetivo seria conquistado se a escola as ajudasse a encontrar seu próprio lugar, nas condições sociais existentes da África do Sul, em relação à “raça superior” (Junod, 1905: 2).

Naquele momento, dois métodos diferentes eram implementados na educação do nativo. Um deles, do qual Junod discordava, abordava a criança africana, vinda de seu *kraal*,¹⁴ “como se se tratasse de meninos ou meninas ingleses”. Ser-lhes-ia mostrada “a beleza de Shakespeare e outros autores clássicos”. A ideia central desse método é que “o que é bom para os brancos também é bom para os negros” (Junod, 1905: 2).

O outro método, que Junod defendia, considerava a criança africana um pequeno banto, que aprendia no seu lar uma língua, em que a mente de seus antepassados estaria incorporada. Essa língua vernácula “é mantida como o principal meio de sua educação”. Segundo essa pedagogia, “A criança é ensinada primeiramente a ler, escrever e conhecer sua própria gramática” (Junod, 1905: 2-3).

Esse conservacionismo moderado, por assim dizer, será reiterado em sucessivas ocasiões. Em 1907, Junod publica um artigo sob o sugestivo título “The best means of preserving the traditions and customs of the various South African native races”, em que prenuncia um ideário que, mais tarde, seria radicalizado sob as leis da Bantu Education (1953). Esse ideário assumiria uma forma perversa nas formulações da etnologia africâner (*volkekunde*), sobretudo, por intermédio de um dos seus principais porta-vozes, W. N. Eiselen.¹⁵ O exclusivismo cultural e racial do *apartheid* considerava que a educação dos africanos era um processo que deveria estimular o desenvolvimento de uma “alta cultura banto”, e não a produção de europeus negros (Gordon, 1988a). Isso significava um forte senso de conservação tanto da língua quanto da cultura banto (e, indiretamente, garantia uma proteção da cultura “branca” *afrikaner* em face da possibilidade de “contágio” pela cultura banto).¹⁶

O próprio Junod se pronunciou, em várias ocasiões, contra os perigos de uma assimilação homogeneizadora. Nesse sentido, chegou a evocar o exemplo

norte-americano para chamar a atenção sobre as nefastas consequências de uma assimilação que alienasse os negros de suas tradições, sua mentalidade, sua linguagem. Os negros americanos, afirma, foram privados de seus atributos; “Agora eles estão infelizes e em uma posição anormal, e a totalidade de norte-americanos sofre dessa anomalia que tem sido levada a cabo pelo pecado das gerações precedentes” (Junod, 1905: 10).

Essa crítica ao africano aculturado, no entanto, foi, por momentos, acompanhada de lampejos universalistas, já que era necessário partir do princípio da existência de uma “unidade psíquica” na espécie humana, a fim de promover a conversão religiosa. Essa convicção levou Junod a procurar analogias entre as ideias cristãs e alguns elementos da religião banto, o que facilitaria a aceitação, por parte dos africanos, da ideia de um Deus único. A busca desse germe mono-teísta foi recorrente entre os missionários-etnógrafos preocupados em demonstrar que as crenças de seus nativos, e os sistemas de pensamentos documentados em suas respectivas etnografias, poderiam facilitar o caminho da empresa conversionista e, portanto, a adequada aceitação dos princípios cristãos. Outro componente da religião dos Tsonga identificado por Junod – e que poderia conduzir a um gradual monoteísmo – é a crença nos ancestrais deuses que, mesmo dotados de divindade, não passariam de seres humanos, assim como seus adoradores. A crença em um céu não simplesmente enquanto fenômeno material, mas como princípio espiritual, desempenharia, segundo Junod, um grande papel nas concepções religiosas da tribo.

A URBANIZAÇÃO DOS AFRICANOS E A AMEAÇA DO “BOLCHEVISMO”

No contexto da aplicação iminente das leis segregacionistas de Hertzog propostas no parlamento, Junod redige, em 1930, um texto fundamental em que expõe os desafios oriundos do conflito racial na África do Sul. Seu objetivo consiste, por um lado, em chamar a atenção dos administradores e dos governantes e, por outro, em consumir suas convicções humanitárias, sugerindo possíveis soluções para o problema racial. Essas convicções se fundamentavam, como o próprio Junod admite, nos preceitos de uma moral cristã.

Contudo, a moral de Junod não desemboca em uma condenação aberta do processo colonial; diferentemente de outros missionários mais “liberais”, ele adverte que a colonização implica uma exigência da humanidade no seu conjunto e, como tal, é necessária (1931c: 5).

O programa educativo e reformista de Junod é consciente das dificuldades e dos conflitos que o contexto colonial gera. As soluções se inscrevem num projeto de “colaboração” de raças,¹⁷ sendo, para isso, necessário ter em conta os agentes envolvidos nesse processo. No caso da União Sul-africana, Junod considera três grupos fundamentais interagindo conflitivamente: os bôeres (descendentes dos antigos colonos holandeses), os ingleses e aqueles que, genericamente, denomina negros.

Começemos pelos bôeres. Não é difícil identificar um certo mal-estar por parte de Junod diante do que chama de mentalidade bôer, isto é, uma mentalidade mais explicitamente segregacionista e racista. Segundo o missionário-etnógrafo, seriam três as causas que teriam contribuído para a criação dessa mentalidade: a instituição da escravidão, que colaborou para formar a ideia de que a principal razão de ser do indígena é a de servir o branco; a dificuldade do bôer para se relacionar com os Hottentotes e, sobretudo, com os Cafres e Zulus – Junod se refere a um enfrentamento entre bôeres e Zulus que havia alimentado a recíproca indisposição, após a grande marcha desde a Cidade do Cabo até a província de Natal, em 1838; a causa de tipo religioso, relacionada com uma doutrina denominada chamismo. Trata-se de uma teoria baseada no capítulo 10 do Gênesis, segundo a qual Cham foi amaldiçoado por Deus em virtude da sua falta de respeito por Noé e, por tal motivo, foi subjulgado por seus irmãos. Os negros seriam seus descendentes e deveriam permanecer inferiores e servidores.¹⁸

Na sequência, Junod se refere ao lugar ocupado pelos ingleses. Segundo o missionário-etnógrafo, quando os ingleses anexaram definitivamente a colônia do Cabo, em 1806, trouxeram uma nova concepção na “relação entre raças”. Não obstante, admite que os ingleses teriam praticado a escravidão, durante os séculos XVII e XVIII, com considerável grau de crueldade. É relevante constatar que, durante o século XVIII, teria havido, segundo ele, um crescente antirracismo oriundo da metrópole, e promovido pelos grandes alvares religiosos da Inglaterra do século XVIII. A consequência dessa mudança teria sido a fundação de sociedades missionárias e uma atitude muito mais “liberal em relação aos negros”, que já não eram considerados destinados à inferioridade perpétua, mas seres “capazes de desenvolvimento e chamados a alcançar o mesmo grau de civilização que os europeus” (Junod, 1931c: 10). Seriam, pois, os missionários da Missão de Londres os encarregados de propagar essas ideias reformistas.¹⁹

A partir da anexação definitiva do sul da África pela Inglaterra, em 1806, emergiram duas concepções distintas em relação à política indígena. Uma delas – que se expressa na declaração de que “Não há nenhuma igualdade entre brancos e negros, nem na Igreja, nem no Estado” – cristalizou-se nas propostas da primeira Constituição de Transvaal (uma província eminentemente bôer). A outra – com base na declaração de que “Não há, perante a lei, nenhuma distinção ou desqualificação fundada na simples diferença de cor, origem, língua ou crença” – teria sido efetuada pelo governo de Natal (província eminentemente britânica), em 1843. Junod, entretanto, não estabelece correspondência direta entre essas duas atitudes e os dois principais grupos de colonos no sul da África (bôeres e ingleses). Portanto, longe de cair em um maniqueísmo, aceita a complexidade da situação e admite que, com efeito, muitos ingleses, apesar da aparência liberal, eram partidários da política indígena *keep them down*, ou seja, manter os negros em perpétua posição de inferioridade.

Nesse complexo panorama inclui-se a presença dos trabalhadores de origem britânica que, em face do temor de se ver desprovidos de suas fontes de trabalho pela mão de obra indígena, se aliaram aos nacionalistas bôeres.

“Qual desses dois princípios triunfaria?”, perguntava-se Junod. O princípio do segregacionismo, em virtude do qual cada grupo diferenciado por barreiras de cor deveria empreender um desenvolvimento “separado”? Ou o princípio “liberal” da integração, segundo o qual os negros poderiam gradualmente adquirir direitos de cidadania e alcançar o grau de civilização europeia? Certamente, o dilema apresentado por Junod ganha contorno quase profético, se considerarmos o que, de fato, aconteceria mais tarde na África do Sul: um regime de *apartheid* que duraria quase meio século.

As interrogações que Junod formula em relação ao futuro do “problema indígena” indubitavelmente dizem muito sobre a sua sensibilidade não apenas como missionário, mas como antropólogo e analista preocupado com as questões prático-morais da administração e da educação.

Para Junod, o problema das relações entre “raças” se situa, concomitantemente, no âmbito político, econômico e social. Resumiremos, pois, esses três aspectos sobre os quais o missionário se debruça. Junod parte de um fato irrevogável: os indígenas têm perdido sua independência política. Não obstante a constatação, esse não é um simples enunciado que descreve um estado de coisas, mas que exige uma atuação como contrapartida. “Não sou dos idealistas que se indignam” dizia; “[a] África do Sul, estado moderno e civilizado, não pode deixar sua inteira soberania a populações semiprimitivas, incultas” (Junod, 1931c: 16). Por isso, como ele mesmo admitia, “não se pode servir dois patrões ao mesmo tempo”.

Ao analisar o problema político, é preciso diferenciar segundo as regiões. Na região do Cabo, até a década de 1930, aplicavam-se as leis mais liberais em relação aos indígenas, existindo a possibilidade de que, gradualmente, os mais “civilizados” reclamassem o direito de voto. Assim, todo indivíduo, qualquer que fosse a sua cor, poder-se-ia transformar em eleitor se cumprisse duas condições: poder assinar seu nome e escrever seu endereço e a natureza de sua ocupação; residir em uma casa ou possuir terreno no valor mínimo de 75 libras e ter renda de ao menos 50 libras por ano.

Em 1926, os africanos constituíam quase dez por cento do eleitorado total na região. Quanto às províncias do Norte – o Estado livre de Orange e Transvaal –, essas nunca aceitaram conceder esse direito aos indígenas (Natal constituindo um caso à parte). Em 1927, o general Hertzog pronunciou famoso discurso, em que atacou abertamente a política de outorgamento de direitos de voto (*franchise*) adotada no Cabo. A extensão dessa política a toda a União Sul-africana significaria, segundo Hertzog, a ruína da “população branca e da civilização europeia no país”.

No ponto em que Junod se refere ao problema econômico, formula novamente críticas às leis propostas por Hertzog, dessa vez, àquelas relativas à posse da terra por parte dos indígenas e que foram cristalizadas no *The Native Land Act*, de 1913, reformulado em 1936 pelo *Development Trust and Land Act*. Com esses atos jurídicos, o regime segregacionista concentrou 90% das terras nas mãos dos fazendeiros brancos.²⁰

Segundo Junod, o problema rural vinha criando o problema urbano. Em virtude das expulsões territoriais, as mulheres já não podiam cultivar a terra como antes, e os homens tinham de ir às cidades para manter suas famílias. Isso instauraria, ademais, o conflito entre a população indígena e os brancos pobres (*poor white*), uma categoria recém-criada, sobretudo, pelos bôeres. O problema econômico gerava mal-estar, descontentamento político, greves. Junod parece especialmente preocupado com a figura do sindicalista negro Clements Kadalie. “Quem é Kadalie?”, ele se pergunta. É um “banto forte”, “inteligente”, muito instruído, oriundo de Nyassaland (atual Malawi), onde foi influenciado pelos missionários da Igreja escocesa, e veio a se instalar na África do Sul. Kadalie afirmava que a forma de conseguir o aumento de salários era seguir o exemplo dos brancos. Por isso reuniram-se em um grande sindicato denominado Industrial and Commercial Workers Union (ICU).²¹ Mais de 50.000 operários negros uniram-se a Kadalie, que, imediatamente, se tornou uma fonte de desconforto para o governo.

Por que a preocupação de Junod diante da existência desse líder sindical negro? É nesse ponto que se evidencia outro atributo de seu reformismo, bem como os limites de seu liberalismo político. “A fome é má conselheira” afirma, e, para não deixar lugar a ambiguidades, dispara sua carga de metáforas: “adivinhemos por trás a presença deste sinistro personagem que aparece em todas partes onde há problemas e descontentamentos, como um fungo venenoso, ali onde o solo é úmido e insano: o bolchevique” (Junod, 1931c: 31).

Nessa mesma época, ocupando o cargo de presidente do Bureau International pour la Défense des Indigènes, Junod (1928: 2) publica um panfleto intitulado *Le mécontentement aux colonies*, em que volta a exprimir seus temores anti-bolchevistas: “O bolchevismo tem um programa bem conhecido, dirigido a quem o queira ouvir; seu ideal é a ditadura do proletariado, e seu método, a destruição do estado de coisas atual [...]. Sabemos o que ele fez na Rússia e alhures”.

Se o problema indígena precisa de soluções imediatas e práticas, Junod enuncia algumas das possíveis saídas. Poucos meses antes da publicação do seu informe, é realizado em Johannesburgo um encontro do Joint Councils of European and Natives. As conclusões dessa reunião e as sugestões apresentadas são explicitamente aceitas pelo missionário suíço, entre elas: voltar à estipulação da Acta de 1913, segundo a qual os territórios novos abertos à ocupação dos negros lhes serão exclusivamente reservados; criar um crédito hipotecário para os indígenas, amplamente subsidiado pelo Estado, a fim de facilitar-lhes a compra de terrenos necessários por meio de empréstimos; estimular essas compras não só para as tribos, com o objetivo de aumentar-lhes as propriedades comunais, como também para indivíduos destribalizados, cujo número aumenta rapidamente e que aspiram a um modo de vida semelhante ao dos europeus.

Seriam essas algumas das muitas sugestões que poderiam ser feitas. Essa política liberal, entretanto, teria chance de ser adotada? pergunta-se Junod. Em sua opinião, algumas instâncias organizativas locais que estariam promovendo

essa possibilidade de diálogo eram os chamados Joint Councils of European and Natives, capazes de reunir “Ingleses, Bôeres, Basutos, Zulus”, estudando os mencionados problemas com um espírito de “fraterna cooperação” (Junod, 1931c: 33). Na verdade, esses Conselhos, se bem começaram a ser formados a partir de 1920 como uma instância de oposição às medidas segregacionistas de Hertzog, aos poucos foram perdendo força política e, tal como afirma Brits (1994: 222), acabaram por concentrar seus esforços apenas em tarefas filantrópicas.

É possível que o otimismo, um tanto exacerbado, de Junod se apoie no crescente número de reuniões e congressos ecumênicos que na época começavam a ser promovidos pelas missões cristãs. Nesses eventos, negros e brancos compartilhavam o mesmo espaço na discussão do problema racial. A própria Igreja reformada holandesa teve, aliás, atuação muito significativa, organizando, em 1920, a primeira grande conferência multirracial.²² Nessa ocasião, negros e brancos de distintas igrejas e sociedades missionárias, representantes de organizações beneficentes e do mundo acadêmico se consultavam mutuamente sobre questões relativas à educação banto, propriedade da terra e melhoria social dos africanos. A essa primeira conferência, de 1920, seguiram-se outras duas, em 1926 e 1927 (Brits, 1994: 221). Segundo Brits (1994), muitos cristãos consideravam que, desde o início do século XX, o papel dos missionários não se resumia apenas à conversão do “paganismo”, mas também às questões relativas à educação, saúde e bem-estar social dos cristãos negros.

Por isso, o trabalho missionário na África do Sul foi amplamente influenciado pelo chamado evangelho social, oriundo dos Estados Unidos e das sociedades missionárias.²³ Por volta de 1920, e diferentemente das posturas mais agressivas promovidas pelas igrejas independentistas negras – cujas primeiras experiências foram retratadas no clássico livro de Sundkler (1948) –, essas sociedades pregavam princípios sociais e políticos muito moderados. Moderação que será, como as próprias palavras de Junod sugerem, uma forma de neutralizar os “perigos do bolchevismo”.

CIVILIZAÇÃO OU CULTURA?

Ce ne sont pas [...] les injures, la plupart anonymes, que je reçois, qui me feront préférer la “Kultur” à la “Civilisation”

Arnold van Gennep (apud Centlivres & Vaucher, 1994: 100)

Afinal, qual era o paradigma que mobilizava o projeto de Junod? Evoquemos, por um momento, a afirmação do seu amigo, Arnold van Gennep, na epígrafe, pronunciada em circunstâncias históricas muito particulares: uma Europa, cujas rivalidades nacionais estavam em pleno apogeu.

Naquela época, a opção entre *Kultur* e *Civilisation* era, também, uma opção política. Contudo, para além desses momentos específicos, ambas as noções criaram uma genealogia de problemas, ultrapassando as circunstâncias históricas das quais se alimentaram. Seguindo as pistas dessa tensão, podemos identificar

as consequências do duplo legado – romântico e iluminista – que marcou a história teórica das ciências sociais (Denby, 2005). Um dos sintomas contemporâneos desse legado – e seus dilemas – ainda persiste no chamado debate multicultural, em que a tensão entre *Kultur* e *Civilisation* se manifesta sob duas exigências aparentemente opostas: uma relativista – a do reconhecimento cultural – e outra universalista – a da integração social (Macagno, 2014). Devemos assumir essa dicotomia como um dado natural e inquestionável? Como conciliar as exigências relativistas do etnógrafo com os imperativos universalistas do missionário?

Teria conseguido, Junod, controlar as fronteiras que separavam sua atividade científica de sua atividade missionária? A pergunta veicula um falso problema. Sobretudo porque, em grande medida, as duas dimensões (etnográfica e missionária) se alternam – e, por vezes, se complementam – em um jogo complexo de recíproca interdependência. Esse apoio mútuo explica o fato de que Junod baseou seu trabalho em relatos de informantes convertidos ao cristianismo, os quais, ao mesmo tempo, guardavam claras lembranças de seu passado pagão. Não há paradoxo nessa complementariedade, já que, nesse caso, o diálogo etnográfico se funda no distanciamento que o informante estabelece em relação ao seu próprio mundo, que deixa de ser incomensurável e incomunicável para se tornar inteligível aos olhos do etnógrafo-missionário, que assim comentava esse processo:

as circunstâncias em que me encontrava entre os Thonga eram as mais favoráveis que se podem imaginar para uma tal investigação [...]. Os próprios adultos das nossas congregações tinham sido pagãos e haviam praticado os ritos acerca dos quais os interrogávamos. Podiam descrevê-los melhor do que os pagãos sem educação, pois se encontravam já a uma certa distância da vida antiga e podiam julgá-la de maneira mais independente” (Junod, 1974, tomo 1: 11).

Assim, o presente etnográfico que Junod pretende descrever se converte, imediatamente, em passado à medida que a descrição vai se aprofundando: a condição de um bom informante consiste, nesse caso, na necessidade de que ele participe, por assim dizer, de “dois mundos” simultâneos. Para que a narrativa etnográfica se realize, contudo, esse nativo deve, de alguma maneira, afastar-se do seu paganismo: o autodistanciamento seria a condição para que ele conseguisse dialogar com o horizonte cognitivo do observador.

Levando tal argumento ao limite, podemos arriscar que o preço que Junod pagaria para ampliar seu conhecimento etnográfico consistiria em “converter”, aproximar do mundo europeu esses indivíduos que, ao sair das margens estreitas dos seus usos e costumes, estariam em condições de se tornar informantes idôneos, competentes. Dessa forma, o etnógrafo e seu informante, com a ampliação das suas correspondentes visões de mundo, criam as condições para esse diálogo etnográfico. Contudo, essa mútua ampliação das fronteiras cognitivas pode derivar em momentos menos satisfatórios para a relação hierárquica que o missionário-etnógrafo precisava manter. Um desses momentos aparece ilustrado num encontro, por assim dizer, de “visões de mundo”. Trata-se de um diálogo

que inverte e subverte os termos da relação etnógrafo/informante. Nesse caso, o observador se transforma em observado (e vice-versa). O missionário percebeu esse processo com singular frustração quando, certa vez, pretendeu exercer o papel de etnógrafo diante de três africanos fortemente europeizados:

Em 1909, numa das minhas viagens à Europa, encontrei, a bordo do paquete que nos levava, três indígenas que iam, suponho, para Inglaterra por motivos políticos. Senti um grande prazer em falar com eles. Um era director dum jornal indígena, outro chefe cristão, o terceiro dirigia uma casa de educação, fundada por ele próprio. Tentei um belo dia obter deles algumas informações etnográficas. Nunca sofri insucesso tão completo em toda minha carreira! [...] Deixei-os, com um sentimento de melancolia, pensando como eram diferentes dos meus informadores thongas, o Mboza, o Tobane e mesmo Elias (Junod, 1974, tomo 1: 10-11).

Por um lado, Junod sente prazer em participar daquela conversa “civilizada”. Por outro, sente frustração e melancolia por não conseguir obter “informações etnográficas” dos seus interlocutores. Seus modos cosmopolitas lhe parecem quase uma afronta. “Não busquemos”, dirá em outra ocasião, “fazer do africano uma cópia servil do branco”. Ao contrário, é preciso que ele se desenvolva nos seus próprios termos culturais. É preciso criar uma “alta cultura banto” que valorize o Geist (o gênio) desse povo:

O africano é um homem, mas não é um homem exatamente igual ao europeu. Ele representa um tipo de humanidade que tem o direito de existir e de se manter. Sem dúvidas, está chamado a se transformar e a se civilizar verdadeiramente, e somos nós que temos que lhe fornecer os meios. Mas ele tem seus dons particulares, suas tradições, seu gênio próprio. Respeitemo-lo. Respeitemos sua língua. Não busquemos, através de uma assimilação precipitada, fazer dele uma copia servil do branco! (Junod, 1931b: 20).

Apesar dessa advertência, Junod não abdicará de um certo universalismo instrumental. Um universalismo no qual o esforço civilizatório deve ser feito sob a tutela do branco e, mais especificamente, do missionário.

Entretanto, a imprensa missionária – por meio de seus livros, revistas, opúsculos – ocupou-se de retratar as suas conquistas civilizatórias de uma maneira imagética. Nesse outro *corpus* de representações, as mensagens visuais buscavam passar a ideia, a leitores europeus, de que a conquista das almas era possível. Na fotografia a seguir, Junod aparece junto aos pastores formados pela Missão. Vários elementos chamam a atenção. Quiçá o traço mais distintivo da imagem seja a sua simetria: no centro e na frente, o homem branco. Por um lado, a imagem pode denotar uma espacialidade hierárquica. É possível, ademais, ver que os dois homens negros que aparecem à direita e à esquerda do grupo seguram, respectivamente, um elegante chapéu. Na outra mão, levam um livro, seguramente uma bíblia.

O obsessivo esmero com os trajes introduz um elemento fortemente homogeneizador que, por isso, atenua o efeito da presumível centralidade do homem branco. Como uma metáfora visual da missão civilizadora, a fotografia está desprovida de qualquer intenção exotista. Não é o nativo prístino que aparece na imagem.



Imagem 1
Junod junto aos cinco pastores formados pela
Missão Suíça, em Rikatla, Moçambique Fonte:
Junod (1925: 19)

Não é o pagão. Ao contrário, a fotografia parece querer dizer: eis o resultado do esforço civilizatório; a conversão do banto é possível; é possível a colaboração racial.

O Junod missionário e o Junod etnógrafo são a mesma pessoa, salvo pelo fato de que, por vezes, uma dimensão pretende se sobrepor à outra e vice-versa. Assim, por exemplo, o Junod missionário intervém sobre o Junod etnógrafo quando procura um elemento monoteísta na cosmologia tsonga; da mesma forma, o Junod etnógrafo intervém sobre o Junod missionário quando se lamenta, nostalgicamente, pelo desaparecimento dos costumes da tribo, em virtude da presença europeia e dos males da industrialização. Às vezes, o multiculturalismo do etnógrafo consegue vencer o monoculturalismo do missionário. Em outros momentos, é este último que se impõe. Nesse caso, a satisfação do missionário com o cumprimento da sua tarefa fala mais alto.

Esses dilemas podem ser apreendidos, e compreendidos, em termos do que João de Pina-Cabral (2012) denominou contraditoriedade do presente na obra de Junod. O que não pode ser descrito em termos de coerência – isto é, em termos etnográficos – necessita de outras linguagens, de outras estratégias narrativas. Portanto, aquilo que está em processo de ser, por assim dizer, contaminado pela civilização precisa ser descrito com outras ferramentas discursivas. É por isso que Junod escreveu o romance *Zidji*, referido no início deste artigo. Essa outra narrativa, diferentemente da narrativa etnográfica, devia enfrentar o complexo, o mutável, ou seja, não mais o passado pagão, mas a contraditoriedade do presente.

Por fim, o que dizer da fotografia a seguir, em que Junod aparece ministrando uma lição de osteologia junto aos seus aprendizes africanos?

A centralidade da imagem é protagonizada, dessa vez, não por um homem branco, e sim por um ser genérico, universal, descarnado: um esqueleto. Este não possui “raça”, nem cor, nem cultura. Trata-se, em última instância, de uma metáfora visual das convicções monogenéticas de Junod: a certeza de uma origem comum e de um repertório genético idêntico para todos. Já não há banto, nem europeu, nem Tsonga; há, simplesmente, *Homo Sapiens*. Não obstante, existem diferentes “roupagens culturais” para vestir esse ser genérico. E, portanto, dife-

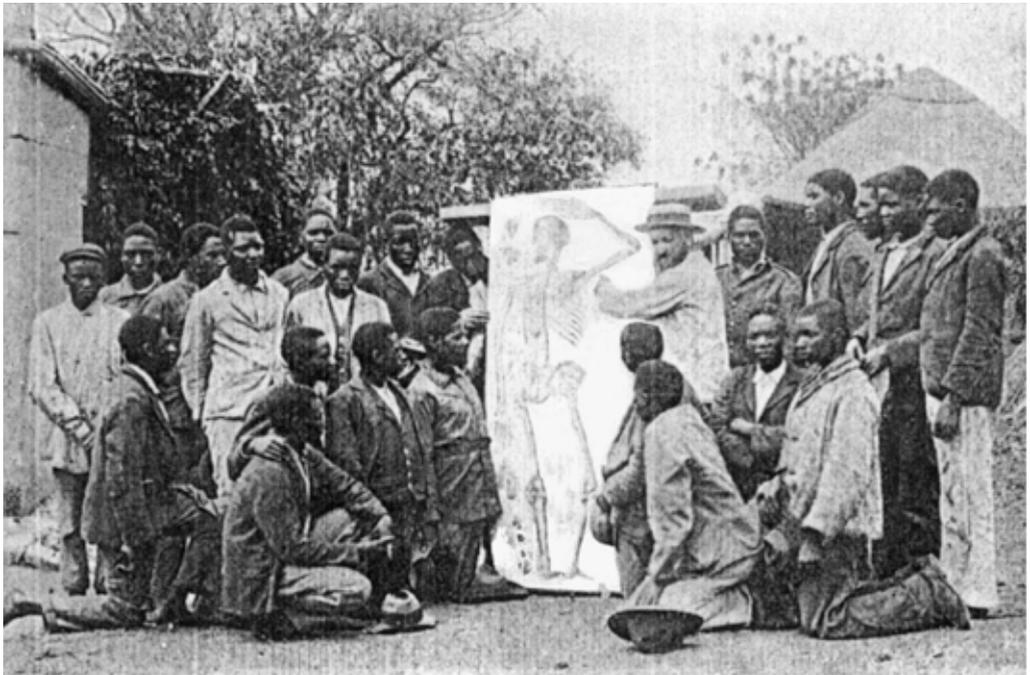


Imagem 2

Junod ministrando lição de osteologia em Xiluvane

Fonte: Junod (1933).

rentes repertórios cognitivos. Este último imperativo justifica a empreitada etnográfica de Junod em prol de melhor entender a “mente banto”. Pode também, entretanto, justificar o lado do educador. Com efeito, dada uma origem comum, todos podem atravessar idênticas etapas na linha evolutiva da criação. Na passagem de uma etapa para outra, cabe a alguns exercer o papel de guias tuteladores: é o momento em que aparece o Junod missionário, pronto para salvar “seus” indígenas da obscuridade do paganismo. Não julgamos aqui a duvidosa veracidade da cena, nem a sua falsa espontaneidade (pois é provável que a lição de osteologia retratada na imagem tenha sido teatralmente montada), mas a sua intencionalidade intrínseca, como artefato veiculador de significados. A indagação antropológica das fotografias produzidas em contextos missionários tem o potencial heurístico de iluminar várias arestas das tensões e paradoxos (entre civilização e cultura) analisados aqui. Trata-se de uma indagação que já tem sido explorada por outros autores.²⁴

COMENTÁRIOS FINAIS

Como etnógrafo-missionário, Junod estava treinado para conjurar a incomensurabilidade das culturas, mapear o particular e, de alguma forma, torná-lo inteligível. Não obstante, ainda que possa parecer um contrassenso, a empresa do resgate etnográfico na qual estava empenhado era facilitada pela sua posição de missionário. Ou seja, o fato de Junod ter baseado seu trabalho nos relatos de informantes convertidos ao cristianismo (que, ao mesmo tempo, guardavam claras lembranças do seu passado pagão) constitui condição *sine qua non* da tarefa etnográfica naquele contexto específico. Aqui, ao menos em termos instrumentais e metodológicos, a civilização subsidia a cultura: o informante informado (civilizado) é um pagão converso.

Em grande medida, a própria subjetividade de Junod constitui um campo de batalhas cognitivas, desencadeadas pela ampliação dos limites físicos e morais do seu mundo. A disputa se resolve ora a favor dos particularismos, ora a favor do universalismo. Em ambos os casos, a nostalgia de Junod em relação aos “usos e costumes” que gradualmente desapareciam do mundo africano possui um corolário político. Na cosmologia do missionário-etnógrafo, a civilização engloba dois contrários, positivo e negativo, respectivamente. Por um lado, ela promove a conversão das almas e, na sua visão, liberta os africanos das trevas do paganismo; mas, por outro, a civilização pode ser perniciosa, pois, entre as crescentes camadas de africanos urbanizados, traz consigo tanto os riscos da degradação que o capitalismo promove como as ameaças do materialismo e do ateísmo que o “bolchevismo” fomenta.

E por fim, até que ponto a tensão veiculada na trajetória e na obra de Junod permanece vigente? Poderemos, hoje, estar expectantes ou passivos perante o dilema? Ou, para dizê-lo nos termos apresentados na epígrafe de Van Gennepe: poderá a *Kultur* se impor à *Civilisation*? Ou vice-versa? A resposta é

necessariamente situacional e contextual, já que depende de um campo de disputas, em que relativismo e universalismo não atuam em terrenos politicamente neutros.

Tal como mencionado na introdução, o espectro de Junod quase inevitavelmente se imiscuía nas minhas conversas com os linguistas e educadores do Inde, em Moçambique. Para além do contexto sociopolítico no qual ele escreveu, as controvérsias provocadas por sua obra permanecem incólumes. Passados os anos, não é um simples acaso que, em 2006, o cineasta moçambicano Camilo de Sousa tenha retornado, em um oportuno documentário intitulado *Junod*, à figura do etnógrafo-missionário.²⁵ Ao longo do filme, desfila uma plêiade de intelectuais moçambicanos e sul-africanos. No documentário, tradição e modernidade se defrontam e se desafiam reciprocamente. A discussão que é feita sobre o *lobolo* (ou casamento tradicional) é um exemplo paradigmático desse embate. Trata-se de um diálogo tenso e resiliente. Em pleno século XXI, os dilemas de Moçambique – e, portanto, da construção da moçambicanidade – estão fatalmente metaforizados na obra de Junod. E seu legado continua a nos interpelar.

Recebido em 08/09/2019 | Revisto em 20/04/2020 | Aprovado em 01/05/2020

Lorenzo Macagno é doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Desde 2004 é professor do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná e atualmente é, também, bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq. História da antropologia em contextos de colonização portuguesa, etnicidade e política, multiculturalismo e imaginações nacionais são alguns dos seus temas de interesse. Seu livro mais recente é *A invenção do assimilado: paradoxos do colonialismo em Moçambique*.

NOTAS

- 1 O resultado da pesquisa derivou na minha tese de doutorado sob a orientação do professor doutor Peter Fry, *Do assimilacionismo ao multiculturalismo. Educação e representações sobre a diversidade cultural em Moçambique*, defendida no final de 2000 junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, IFCS/UFRJ.
- 2 No início de 1990, o Inde começou a trabalhar em estreito contato com um grupo de pesquisadores e linguistas da Universidade de Estocolmo, Suécia. Em 1993, Kenneth Hyttenstam e Christopher Stroud, ambos membros do Centro de Investigação sobre Bilinguismo da Universidade de Estocolmo, produziram um amplo relatório de recomendações, como resultado do projeto Avaliação de materiais de ensino para a educação primária inferior em Moçambique. Esse projeto integrava uma iniciativa do Ministério de Educação de Moçambique e foi financiado pela Swedish International Development Authority (Sida). A responsabilidade institucional local esteve a cargo do Inde. Pelo lado sueco, o projeto contou com o apoio institucional do Departamento de Investigação Educacional do Instituto de Educação de Estocolmo. É importante assinalar que participaram do projeto pesquisadores suecos e moçambicanos.
- 3 Também suíço, Bachofen publicou sua obra *Das Mutterrecht*, sobre o direito materno, em 1861.
- 4 Para um aprofundamento sobre as relações de H.-A. Junod com os antropólogos da época, consultar o capítulo 8 do livro de Patrick Harries (2007).
- 5 Apesar de Junod não o ter explicitado, seus trabalhos sobre “tabu” e “totemismo” podem ter recebido a influência de Émile Durkheim, cf. Harries (2007: 239, nota 39).
- 6 Importa ressaltar que o grupo que Junod denomina Rongas ou Ba-Ronga (o prefixo “ba”, nas línguas de origem banto indica plural) era uma subdivisão da “tribo” que Junod chama de thongas ou tsongas. Os Rongas ou Ba-Ronga habitavam as proximidades de Lourenço Marques (atual Maputo) e a região da baía de Delagoa.
- 7 Para a elaboração deste artigo, consulte a edição de 1946 e 1974 em português. Também tive acesso à edição francesa,

de 1936, que se encontra disponível na Biblioteca do Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, onde sou professor há 17 anos. Lembremos, também, que, em 1996, o Arquivo Histórico de Moçambique, organizou uma nova edição (as suas capas reproduzem gravuras do famoso pintor moçambicano Malangatana). Tal como anunciado na introdução, em 2009 foi editada a versão brasileira, pela Editora da Unicamp.

- 8 Segundo Patrick Harries, Junod parece falar, em alguns momentos, de clãs como chefias e em outros, como unidades baseadas no parentesco, mesmo que, no fundo, elas estivessem dominadas por chefias no sentido de unidades políticas (comunicação pessoal com Patrick Harries, mensagem de e-mail datada de 12 fev. 1999).
- 9 Esses Clãs do Norte foram incluídos, primeiro, sob a categoria genérica de *Gwambas* e, mais tarde, de *Shanganas*.
- 10 António Enes atuou primeiro como jornalista; posteriormente foi deputado, ministro da Marinha e do Ultramar e, por fim, entre 1894-1895, tornou-se governador de Moçambique, sendo, indubitavelmente, um dos artífices centrais do processo de construção jurídica do “indígena”. Seu relatório, intitulado “Moçambique”, escrito no final do século XIX, é um documento de referência da moderna política colonial portuguesa.
- 11 “De Henri Junod a António Enes”, Anexo XII do volume *As campanhas de Moçambique em 1895 segundo os contemporâneos*, prefácio e notas do Prof. Dr. Marcello Caetano. Divisão de Publicações e Biblioteca – Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1946,
- 12 Segundo Bronwyn Louise Michler, uma edição do *Bulletin de la Mission Romande* publicou, em janeiro de 1908, o obituário de um estudante da *Lemana Normale School*, cujo nome era Zitchi Mafemane. Um exame de seu obituário revelou que se tratava do jovem personagem em volta do qual Junod estruturou o seu texto (Michler, 2003: 110).
- 13 James Barry Munnick Hertzog começou a ter um papel preponderante na política sul-africana após a guerra anglo-bôer, finda em 1899. Como advogado, tornou-se um militante da causa nacionalista bôer (ou africâner). Tornou-se primeiro-ministro em 1924, quando derrotou Ian Smuts nas eleições, permanecendo no poder até 1939.

- 14 Oriunda da língua africâner, *kraal* é, na realidade, uma deturpação da palavra portuguesa curral. O tom pejorativo da palavra é evidente (um curral, como indica qualquer dicionário, é o lugar em que se abriga o gado). O termo *kraal* acabou sendo amplamente utilizado nas crônicas coloniais para se referir às residências rurais dos africanos.
- 15 W. N. Eiselen foi secretário do Department of Bantu Administration and Development, na África do Sul, professor de antropologia na Stellenbosch University, membro da Commission on Education in Basutoland e chefe da Native Education Commission.
- 16 Agradeço a Patrick Harries ter chamado minha atenção sobre a possibilidade de situar Junod no interior da genealogia dos antropólogos do *volkekunde*. De fato, a obsessão protecionista de Junod em manter os nativos isolados do “corrosivo mundo europeu” cria uma importante matéria-prima para os ideólogos segregacionistas. Junod, no entanto, jamais teria compactuado com a radical e perversa “solução” do *apartheid*. Mergulhar nas derivações da antropologia segregacionista (*volkekunde*) sul-africana desviaria o objetivo traçado neste artigo. Para aprofundar esse assunto, pode-se consultar: Gordon (1988a, 1988b); Sharp (1981); Mönnig (1964); West (1979); e Booyens and Jansen van Rensburg (1980).
- 17 Henri-Philippe, seu filho e biógrafo, afirma que Junod se pronunciava favoravelmente a uma resposta “cristã” à política da separação de raças, desejando a “colaboração” e não a “fusão” de raças: “ele não via senão desvantagens na fusão de negros e brancos, e sabia que a intuição profunda dos primeiros, como dos segundos, afirma-se contra as mesclas. Porém sabia que o único caminho era o da colaboração, a compreensão mútua, e o respeito recíproco” (Junod, 1931c: 68-69).
- 18 Junod adverte que alguns estudiosos fizeram justiça a essa “absurda interpretação”, que parece ter sido inventada por comentaristas talmúdicos dos primeiros séculos da nossa era e que foi admitida pela maioria dos cristãos. Os bôeres teriam assimilado, com convicção, essa interpretação, a ponto de se considerar um povo escolhido em busca da terra prometida (Junod, 1931c: 10).

- 19 Essas ideias, observa Junod (1931c: 10-11), foram às vezes implementadas com “exagero”; esse seria o caso do missionário Van der Kemp, que chegou a se casar com uma Hottentote “para grande escândalo da população bôer”.
- 20 Não será possível abordar neste artigo as implicações dessas disposições segregacionistas em relação à ocupação da terra. Do lado sul-africano, a bibliografia é vasta. No Brasil, gostaria de chamar a atenção para os trabalhos de Antonádia Borges (2011) e Marcelo Rosa (2011), que realizaram pesquisas etnográficas na região de Kwazulu-Natal.
- 21 Para mais detalhes sobre a ICU, ver Bradford (1987).
- 22 Ver, sobretudo, Du Toit (1984).
- 23 Merece menção especial a Phelps-Stokes Fund, organização filantrópica norte-americana que, na década de 1920, percorreu a África subsaariana, produzindo dois relatórios sobre a educação no continente (*Report of the Phelps-Stokes Fund*, 1985, 1986). Junod teve contato com membros dessa fundação que, ademais, promovia métodos de ensino bilíngue nas colônias e produziu, também, o primeiro grande estudo sobre o sistema racial segregacionista das escolas norte-americanas (*Negro Education in the United States*, 1912). Para aprofundar esse assunto, ver Baeta (1970), Groves (1969) e Welbourn (1971).
- 24 Ver, a respeito, Patrick Harries (2007) sobretudo nas páginas 226-227, em que ressalta, com outros exemplos, a dimensão “construída” da produção e divulgação da fotografia missionária. Ver, também, o número especial “Mission and photography” editado pela revista *Le Fait Missionnaire* (hoje denominada *Social Sciences and Missions*), 10, 2001.
- 25 O filme *Junod* também contou com a assessoria da antropóloga Brigitte Bagnol e com a colaboração de Licínio Azevedo no script. Camilo de Sousa, o realizador, tem vasto protagonismo no cinema moçambicano, participando em centenas de produções cinematográficas. Trabalhou no Instituto Nacional de Cinema de Moçambique entre 1980 e 1991. Em 1992, participou da criação da primeira cooperativa independente de produção de imagem. Em 2001, associou-se à produtora Ébano. É, também, membro fundador da Associação Moçambicana de Cineastas, Amocine, criada em 2003.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Baeta, Christian G. (1970). Missionary and humanitarian interests, 1914 to 1960. In: Gann, Lewis H. & Duignan, Peter (eds.). *Colonialism in Africa, 1870-1960*, v. 2, Cambridge: Cambridge University Press.
- Booyens, Johan Henning & Van Rensburg, Fanie Jansen. (1980). Two separate developments. *Anthropology in South Africa. Royal Anthropological Institute Newsletter*, 36.
- Borges, Antonádia. (2011). Sem sombra para descansar: etnografia de funerais na África do Sul contemporânea. *Anuário Antropológico*, 36/1, p. 215-252.
- Bradford, Helen. (1987). *A taste of freedom: the ICU in rural South Africa 1924-1930*. [s.l.]: Ravan Press.
- Brits, Jean-Pierre. (1994). The pact and South African society. In: Liebenberg, Barend Jacobus & Spies, Burridge (orgs.). *South Africa in the 20th Century*. Pretoria: J. L. Van Schaik, p. 177-223.
- Centlivres, Pierre & Vaucher, Philippe. (1994). Les tribulations d'un ethnographe en Suisse. Arnold van Gennepe à Neuchâtel (1912-1915). *Gradhiva*, 15, p. 89-101.
- Denby, David. (2005). Herder: culture, anthropology and the Enlightenment. *History of the Human Sciences*, 18/1, p. 55-76.
- Du Toit, Brian M. (1984). Missionaries, anthropologist, and the policies of the Dutch reformed church. *Journal of Modern African Studies*, 22/4.
- Fry, Peter. 2000. Cultures of difference. The aftermath of Portuguese and British colonial policies in Southern Africa. *Social Anthropology*, 8/2, p. 117-143.
- Gordon, Robert. (1988a). Apartheid's anthropologists: the genealogy of Afrikaner anthropology. *American Ethnologist*, 15/3, p. 535-553.
- Gordon, Robert J. (1988b). Ethnological knowledge is of vital importance: the martialization of South African anthropology. *Dialectical Anthropology*, 12, p. 443-448.
- Groves, Charles P. (1969). Missionary and humanitarian aspects of imperialism from 1870 to 1914. In: Gann, Lewis H. & Duignan, Peter (eds.). *Colonialism in Africa, 1870-1960*, v. 1, Cambridge University Press.

Harries, Patrick. (2007). *Butterflies & barbarians. Swiss missionaries & systems of knowledge in South-East Africa*. Oxford: James Currey.

Harries, Patrick. (1997). "Under Alpine eyes": constructing landscape and society in late pre-colonial South-East Africa. *Paideuma*, 43, p. 171-191.

Harries, Patrick. (1981). The anthropologist as historian and liberal: H.-A. Junod and the Thonga. *Journal of Southern African Studies*, 8/1, p. 37-50.

Honwana, Luis Bernardo. (1993). Língua portuguesa e línguas nacionais. In: *Cenários da língua portuguesa. A vitalidade do idioma*. Maputo: Centro de Estudos Brasileiros.

Hyltenstam, Kenneth & Stroud, Christopher. (1993). *Final report and recommendations from the evaluation of teaching materials for lower primary education in Mozambique*. Maputo/Stockholm: INDE/Institute Education.

Junod, Henri-Alexandre. (2009). *Usos e costumes dos Bantu*. Org. Omar Ribeiro Thomaz/Paulo Gajanigo. Campinas: Editora Unicamp (Coleção Clássicos).

Junod, Henri-Alexandre. (1974) [1946]. *Usos e costumes dos bantos. A vida numa tribo Sul-Africana*. Tomos 1 e 2. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Mozambique.

Junod, Henri-Alexandre. (1936). *Mœurs et Coutumes des Bantous. La vie d'une tribu sud-africaine*, Tome I et II. Paris: Payot.

Junod, Henri-Alexandre. (1933). *Ernest Creux et Paul Berthoud, les fondateurs de la Mission Suisse dans l'Afrique du Sud*. Lausanne: Mission Suisse dans l'Afrique du Sud.

Junod, Henri-Alexandre. (1931a). *La supplique du Liberia*. Genève: Bureau International pour la Défense des Indigènes.

Junod, Henri-Alexandre. (1931b). *Le noir africain. Comment faut-il le juger?* Lausanne: Imprimeries Réunies.

Junod, Henri-Alexandre. (1931c). Le problème indigène dans l'Union sud-africaine. *Actualités Missionnaires*, 7, p. 3-35.

Junod, Henri-Alexandre. (1928). *Le mécontentement aux colonies*. Alençon: Imprimerie Corbière et Jugain/Bureau International pour la Défense des Indigènes.

Junod, Henri-Alexandre. (1925). Au sud de l'Afrique il y a cinquante ans et aujourd'hui. In: *Cinquante ans après - 1875-1925*. Lausanne: Mission Suisse Romande, p. 11-23.

Junod, Henri-Alexandre. (1912-1913). *The life of a South African tribe*. 2 v. Neuchâtel: A. Freres.

Junod, Henri-Alexandre. (1911). *Zidji. Étude de mœurs sud-africaines*. Saint-Blaise: Foyer Solidariste.

Junod, Henri-Alexandre. (1910). Les conceptions physiologiques des bantou sud-africains et leurs tabous. *Revue d'Ethnographie et de Sociologie*, p. 126-169.

Junod, Henri-Alexandre. (1907). The best means of preserving the traditions and customs of the various South African native races. *Report of the South African Association for the Advancement of Science*, 4, p. 141-159.

Junod, Henri-Alexandre. (1905). *What should be the place of the native language in native education*. Morija: Sesuto Book Depot.

Junod, Henri-Alexandre. (1898). Les Ba-Ronga. Étude ethnographique sur les indigènes de la baie de Delagoa. *Bulletin de la Société Neuchâteloise de Géographie*, 10.

Junod, Henri-Alexandre. (1896). *Grammaire ronga suivie d'un manuel de conversation et d'un vocabulaire ronga-portugais-français-anglais, pour exposer et illustrer les lois du ronga, langage parlé aux environs de la baie de Delagoa*. Lausanne [s.n.].

Junod, Henri-Philippe (1934). *Henri-A. Junod. Missionnaire et savant*. Lausanne: Mission Suisse dans L'Afrique du Sud.

Macagno, Lorenzo. (2019). *A invenção do assimilado. Paradoxos do colonialismo em Moçambique*. Lisboa: Edições Colibri.

Macagno, Lorenzo. (2014). *O dilema multicultural*. Curitiba/Rio de Janeiro: Editora UFPR/Graphia Editorial.

Michler, Bronwyn Louise. (2003). *Biographical study of H.-A. Junod: the fictional dimension*. Dissertação de Mestrado (History). University of Pretoria.

Monnier, Nicolas. (1995). Strategie missionnaire et tactiques d'appropriation indigènes. La Mission Romande au Mozambique 1888-1896. *Le Fait Missionnaire*, 2, p. 85.

Mönnig, Herman Otto. (1964). The development of anthropology in South Africa. *African Institut Bulletin*, 4/2.

Morier-Genoud, Eric. (1998). Y a-t-il une spécificité protestante au Mozambique? Discours du pouvoir post-colonial et histoire des églises chrétiennes. *Lusotopie*, 5, p. 407-420.

Pina-Cabral, João. (2012). Um livro de boa-fé? A contradição do presente na obra de Henri-Alexandre Junod (1898-1927). In: Dias, Juliana Braz & Lobo, Andréa (orgs.). *Africa em Movimento*. Brasília: ABA, p. 271-296.

Pina-Cabral, João. (1996). A difusão do limiar: margens, hegemonias e contradições na antropologia contemporânea. *Mana. Estudos de Antropologia Social*, 2/1, p. 25-57.

Rosa, Marcelo. (2011). Mas eu fui uma estrela do futebol! As incoerências sociológicas e as controvérsias sociais de um militante sem terra sul-africano. *Mana*, 17/2.

Sansone, Lívio. (2012). Eduardo Mondlane e as ciências sociais. In: Trajano Filho, Wilson (org.). *Travessias Antropológicas. Estudos em contextos africanos*. Brasília: ABA publicações, p. 93-125.

Sharp, John S. (1981). The roots and development of Volkekunde in South Africa. *Journal of Southern African Studies*, 8/1.

Silva, Teresa Cruz e. (1998). Educação, identidades e consciência política: a missão suíça no sul de Moçambique (1930-1975). *Lusotopie*, 5, p. 397-406.

Sundkler, Bengt G. M. (1948). *Bantu prophets in South Africa*. London: Lutterworth Press.

Thomaz, Omar Ribeiro. (2011). Henri Junod, usos e costumes dos Bantu. *Etnográfica*, 15/2, p. 405-407.

Welbourn, Frederick B. (1971). Missionary stimulus and african responses. In: Turner, Victor (ed.). *Colonialism in Africa 1870-1960*, v. 3, Cambridge University Press.

West, Martin E. (1979). Social anthropology in a divided society. *Inaugural Lecture* (New series University of Cape Town, 58).

UM VELHO DILEMA? CIVILIZAÇÃO E CULTURA EM HENRI-ALEXANDRE JUNOD

Palavras-chave

Moçambique;
África do Sul;
civilização;
cultura;
Junod.

Resumo

O artigo explora a trajetória do etnógrafo-missionário Henri-Alexandre Junod (1863-1934). Além de ter vivido e trabalhado na África do Sul, Junod viveu durante muitos anos em Moçambique. Nos dias de hoje, um dos sintomas contemporâneos do seu legado aparece no denominado debate multicultural, em que a tensão entre civilização e cultura se manifesta mediante duas demandas aparentemente opostas: uma universalista (a da integração social), outra relativista (a do reconhecimento cultural). Atualmente, as políticas de educação bilíngue, os processos de construção de uma sociedade multiétnica e os dilemas identitários nacionais do Moçambique “pós-socialista”, não podem ser entendidos sem uma sistemática e renovada reflexão sobre o seu trabalho.

AN ANCIENT DILEMMA? CIVILIZATION AND CULTURE IN HENRI-ALEXANDRE JUNOD

Keywords

Mozambique;
South Africa;
civilization;
culture;
Junod.

Abstract

This article explores the career of the ethnographer-missionary Henri-Alexandre Junod (1863-1934). Besides living and working in South Africa, Junod lived for many years in Mozambique. Today, one of the contemporary symptoms of Junod's legacy still appears in the so-called multicultural debate, in which the tension between civilization and culture is manifested under apparently opposing demands: one universalist (that of social integration) the other relativist (that of cultural recognition). Today, the policies on bilingual education, the process of construction of a multi-ethnic society and the national identity dilemmas of “post-socialist” Mozambique, cannot be understood without a systematic and renewed reflection on his work.

I Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Programa de Pós-Graduação
em Ciências Sociais, São Paulo, SP, Brasil
brasiliosallum@gmail.com
<https://orcid.org/0000-00029628-3548>

Brasílio Sallum Jr¹

O GOVERNO ITAMAR E A DEMOCRACIA DE 1988*

A democracia vigente no Brasil nasceu da superação do regime militar-autoritário inaugurado pelo golpe militar de 1964. Esse regime encerrou-se em 1984 graças ao forte movimento de democratização que, iniciado em 1983,¹ desencadeou o processo de “transição política” vigente até 1994. Esse processo de transformação política foi longo e muito complexo: até a promulgação da Constituição de 1988 nele predominou a democratização política que, depois, dividiu a cena e se articulou, de forma tensa, com a liberalização da economia. O governo Itamar Franco – iniciado em outubro de 1992, na sequência do *impeachment* de Fernando Collor de Mello – cumpriu papel muito relevante na finalização desse processo de transição política.² Infelizmente, poucos trabalhos acadêmicos têm dado suficiente atenção ao modo inovador com que o governo Itamar assimilou a herança do passado imediato. Ele tem sido reduzido, de forma muito frequente, a pouco mais do que base de lançamento de um plano bem-sucedido de estabilização monetária, o Plano Real. Embora isso seja, inegavelmente, sua realização mais notória, o governo Itamar foi muito mais do que isso. Nele começou a se tornar efetiva a concepção de democracia fixada na Constituição de 1988.

Na fase pós-1988 da transição política, o governo Collor (1990-1992) promoveu uma reforma moderada (pelo Congresso) das relações Estado/mercado, com a liberalização progressiva do comércio exterior e realização de um programa de privatizações das empresas estatais. Ademais, fez tentativas, em parte

frustradas, de eliminar a grande instabilidade monetária herdada dos anos 1980. Tais iniciativas de mudança da ordem econômica ensejaram disputas políticas cada vez mais exacerbadas entre a Presidência da República, as forças políticas sediadas no Legislativo e as enraizadas em vários segmentos societários, como sindicatos, associações profissionais, religiosas, de opinião etc. Essas disputas políticas envolveram confrontos de interesses e ideários econômicos distintos e – cada vez mais – diferentes concepções de democracia. Fernando Collor tendia a restringir a democracia a sua dimensão eleitoral e entender de forma exacerbada o poder da Presidência – restringindo a dimensão social do regime e a autoridade do Legislativo e do Judiciário. Ao invés, os partidos políticos e as organizações sociais vinculados ao movimento de democratização da década anterior construíram, aos poucos, uma coalizão de oposição que advogava a ultrapassagem daquelas restrições. Essa coalizão oposicionista, que associava uma concepção mais ampla e equilibrada de democracia ao valor da ética na vida pública, liderou o movimento bem-sucedido pelo *impeachment* de Fernando Collor.³ Ao assumir a Presidência de República, Itamar Franco deu curso ao impulso societário em favor da democracia social, da ética política e assimilou – a seu modo – as transformações produzidas na vida econômica pelo governo Collor. É disso que se tratará a seguir, tendo como referência o período anterior à revisão constitucional de 1993 e ao Plano Real.

A REVALORIZAÇÃO DO CONGRESSO E DA DIMENSÃO “SOCIAL” DA DEMOCRACIA

O estilo e valores políticos de Itamar Franco ajudam a entender o modo como seu governo absorveu a herança recebida. Como destacou Tarcísio Costa (2000: 268-270),

Faltam a Itamar os dotes cênicos de Collor. Não lhe apetece a política-espetáculo. É mais da prosa ao pé-de-ouvido. Tampouco sonha com o ingresso no Primeiro Mundo. Parece satisfeito com Juiz de Fora. Não é fascinado por tecnologia de ponta, muito menos se vier d'além-mar. Prefere o fusquinha, que lhe evoca a indústria nascente. Seria mais protecionista se o discurso liberal não se revelasse tão avassalador. [...] Defende os direitos sociais. Tem certamente mais sensibilidade social do que Collor. Ficou constrangido com as negociatas de PC Farias. Afastouse de Collor bradando pela moralidade pública [...]. Para Itamar, o moderno seria o social. [] Daí a necessidade de chamar a esquerda para formar o governo, com o PFL, o PMDB e o PSDB. [...] Qualificava como falsa modernidade a promovida por Collor, “uma modernidade que se paga com a miséria do povo”.

Tais diferenças materializaram-se aos poucos, de modo irregular, com idas e vindas, em políticas de governo contrapostas às de Fernando Collor. Mas essas políticas não resultaram apenas do estilo e dos valores políticos do presidente Itamar Franco; derivaram também de mudanças ocorridas nas relações entre os poderes de Estado e entre a sociedade e o Estado. Ao afastar Collor da Presidência, o Congresso se afirmou como poder, e as organizações societárias

– sindicatos, organizações estudantis e de classe média profissional – mostraram ter condições de fazer valer sua vontade mobilizando a população contra dirigentes e/ou suas políticas. Em suma, o processo de *impeachment* não foi apenas o afastamento de um presidente que “rompera as regras do jogo”; foi também um processo pelo qual centros de poder político e atores sociais, antes subalternos, afirmaram sua força política, em linha com o processo de democratização iniciado nos anos 1980.

Na sequência, ressaltamos dois conjuntos de iniciativas do governo Itamar que, entre outras, fizeram contraponto às políticas do seu antecessor.

Em primeiro lugar, Itamar Franco constituiu seu governo com membros de vários partidos – PMDB, PSDB, PFL, PSB, PTB, PDT mais o PDS, no segundo escalão, e o PPS na representação parlamentar. Além disso, incluiu no governo ministros sem vínculos partidários, de orientações políticas heterogêneas, ainda que predominantemente de esquerda. Seu ministério multipartidário resultou, sim, de negociações com os partidos e segmentos deles mas não de indicações formais dos dirigentes partidários; as escolhas foram de Itamar Franco ou sugestões de lideranças próximas a ele. A formação do ministério foi bem demorada, feita a conta-gotas: as conversas se iniciaram em agosto, quase dois meses antes de a Câmara de Deputados autorizar o processo de *impeachment*; e a última nomeação de ministro ocorreu quase um mês depois, no final de outubro de 1992.

A demora na formação do ministério decorreu não só da multiplicidade dos partidos envolvidos e do empoderamento do Congresso – que acabara de destituir um presidente – mas também do fato de o novo governo ter um horizonte muito curto, pouco mais de dois anos, sendo o último, 1994, ano eleitoral. Isso fez com que as negociações se tornassem mais difíceis, particularmente quando envolviam os partidos políticos que tinham candidaturas potenciais à Presidência, como o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

O PT decidiu não participar do ministério, preferindo preparar-se para a próxima eleição presidencial, ampliando seus contatos com o empresariado e adensando seus vínculos com as camadas populares não organizadas. Para atingir este último objetivo organizou a Caravana da Cidadania para percorrer o país sob liderança de Luiz Inácio Lula da Silva. Dessa forma o partido se dissociava de um governo que parecia ter poucas chances de sucesso e preservava seu candidato à Presidência. A posição do PT – anunciada já em agosto de 1992 – manteve-se depois da posse definitiva de Itamar.⁴ Em função disso, o PT foi contrário à incorporação de Luiza Erundina, ex-prefeita de São Paulo, ao governo e, quando ela foi nomeada em 1993 para a Secretaria da Administração Federal, suspendeu sua filiação por um ano.⁵ Ainda assim, o PT definiu-se como “oposição ativa propositiva” e suas lideranças – com Lula à frente – mantiveram relações amistosas com Itamar. Mais ainda: o PT apoiou no Congresso as ini-

ciativas de Itamar pelo menos nos seus primeiros seis meses de governo; lideranças petistas fizeram indicações para o governo de nomes não pertencentes ao partido, como o de Walter Barelli para o Ministério do Trabalho, e contribuíram com sugestões para a sua política social.⁶

O PMDB não foi incorporado imediatamente ao governo Itamar Franco, em função de resistência de seu presidente, Orestes Quércia, candidato potencial à Presidência da República. Quércia emulava o comportamento do PT, preferindo não participar do ministério para preservar sua futura candidatura presidencial de um possível fracasso do governo. Teve, entretanto, que ceder à maioria dos dirigentes do PMDB, que julgou necessária a participação do partido não só pelas vantagens do acesso aos recursos do Executivo, mas também para assegurar a estabilidade do regime democrático. A disputa no interior do PMDB teve, porém, consequências: não só os membros do partido foram incorporados ao governo com certo atraso, mas também em cargos de relevância menor do que se esperava.⁷

Apesar da demora e das dificuldades para formar seu governo,⁸ Itamar Franco contou com bastante apoio no Congresso. Assim, além de obter o apoio majoritário do Congresso para suas iniciativas, conseguiu reunir em torno de si, em janeiro de 1993, representantes de 19 partidos políticos para apresentar seu programa de governo (Poli, 08/01/1993: seq. 004). A boa vontade parlamentar decorria não só da maior afinidade do Legislativo em relação ao padrão “negociado” de governar do novo presidente, mas também do receio de transformar as suas hesitações e decisões abruptas em nova crise política.

Em segundo lugar, o governo Itamar Franco divergiu do antecessor ao estimular a formulação e a execução de políticas de combate às consequências da grande desigualdade social vigente. No período Collor, a busca da estabilidade monetária e as tentativas de realizar reformas liberais marginalizaram completamente o social da agenda governamental; mais do que isso, aquele governo confrontou os atores coletivos que demandavam direitos sociais e maior participação na renda e nas decisões.⁹ Itamar Franco, ao contrário, recusava a definição estreita de modernidade adotada no governo Collor; para ele a afirmação do Brasil como nação dependia justamente do enfrentamento da questão social, da elevação do padrão de vida da população pobre.

Ao recolocar a questão social na agenda política do governo e articular o Estado aos movimentos societários que atuavam na mesma direção, Itamar retomou dois elementos centrais do pacto constitucional de 1988: o que definiu o novo regime democrático como uma ruptura em relação ao desenvolvimentismo socialmente excludente; e o elemento participativo da Constituição que atribuía à cidadania anterioridade política em relação ao Estado.

A prioridade dada à questão social no governo Itamar Franco materializou-se em políticas de governo e no abrigo institucional dado a iniciativas de movimentos sociais e entidades atuantes no combate à pobreza e à desigualdade.¹⁰

Já em dezembro de 1992, foi promulgada uma nova política salarial, depois de dois meses de discussões entre governo, Congresso, entidades patronais e sindicais. A ênfase nas negociações permitiu que a nova lei fosse aprovada por “acordo de lideranças” tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal. A nova lei mantinha os reajustes quadrimestrais previstos na lei anterior, mas ampliava as antecipações bimestrais de 50 para 60% do índice de reajuste do salário mínimo (IRSM) dos dois meses anteriores para quem recebia até seis salários mínimos e não até três, como antes.¹¹

Ademais, logo no início do governo Itamar, o Ministério da Ação Social – que se concentrava em ações clientelistas de ajuda aos pobres – foi transformado em Ministério do Bem-Estar Social, provido de um conjunto de secretarias orientadas para dar efetividade aos direitos fixados pela Constituição de 1988, efetividade definida como dever do Estado, independentemente de prestação contributiva. Comandado por Jutahy Magalhães Junior (PSDB-BA),¹² o novo ministério retomou o debate em torno da regulamentação da assistência social que fora inviabilizada pelo governo Collor. Organizou e participou de discussões a esse respeito em todo o Brasil com gestores municipais, estaduais e organizações não governamentais e, depois de debates intensos no parlamento, deu a forma final ao projeto da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), aprovada pelo Congresso e promulgada em 7 de dezembro de 1993. A lei regulamentou as normas constitucionais sobre seguridade social e tornou-se a referência legal básica para as políticas de assistência social desenvolvidas desde então (Cf. Sposati, 2004).

Outro conjunto marcante de iniciativas do governo Itamar teve como objetivo minorar os efeitos da pobreza extrema, que atingia então 32 milhões de brasileiros, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) (Pelião, 1993). Ainda em 1992, seu governo articulou-se com a Frente Nacional de Prefeitos para definir formas de auxílio aos mais pobres. Em 1993 ampliou o escopo dessas articulações incluindo organizações sociais, partidos políticos e entidades estatais. A criação de um Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), em abril de 1993, composto por representantes do governo e, majoritariamente, da sociedade civil, foi um dos pontos altos desse processo de articulação entre o governo e associações não governamentais. O Consea teve dom Mauro Morelli, bispo de Caxias, RJ, como seu presidente e o sociólogo Herbert José de Souza (Betinho), do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), como sua liderança mais expressiva. Sob o estímulo desse Conselho, uma comissão especial formulou o Plano de Combate à Fome e à Miséria para orientar a distribuição de cestas básicas em colaboração da Igreja e de movimentos sociais.¹³ A ação governamental ocorreu de forma inter-relacionada a iniciativas de mobilização societária como a Ação da Cidadania (rede nacional de entidades sob a liderança de Betinho em favor da população abaixo da linha da pobreza) e o Comitê de Entidades Públicas (Coep),¹⁴ formado por empresas

e outras organizações estatais, ambos constituídos em 1993. Resultou dessa “virada social” a definição de

seis programas prioritários [...] direcionados ao combate à fome: alimentação e nutrição infantil; merenda escolar; alimentação do trabalhador; distribuição emergencial de alimentos; reforma agrária; e geração de emprego e renda”, que resultaram em aumento significativo do dispêndio público para os mais pobres (Paiva, 2009: 20).

Tanto a construção por Itamar Franco da coalizão partidária ampla para sustentar o seu governo – ainda que sem a participação do PT – como a implementação de políticas sociais tiveram efeitos importantes na dinâmica das disputas políticas e na gestão e reforma da economia.

A articulação multipartidária que sustentava o governo Itamar demarcou um campo político majoritário – formado por partidos que iam da esquerda moderada à direita – do qual poderia surgir um projeto político para dar “acabamento” à transição política. Esse novo campo majoritário não se limitou a agregar partidos muito heterogêneos, deixando fora o Partido dos Trabalhadores; essa articulação partidária também implementou políticas que envolviam uma apropriação parcial de lemas – como os da questão social e da participação da sociedade civil – que desde as eleições de 1989 eram politicamente vinculados apenas ao PT. Mais ainda: a demarcação desse campo político abriu a possibilidade do surgimento de uma candidatura presidencial com chances de enfrentar Lula em 1994.

Sublinhe-se que se tratava apenas de possibilidades; elas só se tornariam efetivas se o governo Itamar, além de conservar uma ampla coalizão política como a que o sustentou nos seus meses iniciais, tivesse sucesso na gestão da economia.

LIBERALIZAÇÃO DA ECONOMIA E ORTODOXIA FISCAL

A amplitude e heterogeneidade da articulação política que sustentava o governo Itamar reforçaram a aversão do presidente às políticas heterodoxas de combate à inflação que tinham marcado o primeiro ano do governo Collor e contribuíram para reduzir hesitações e reticências do chefe de Estado em relação às demandas de liberalização econômica das elites econômica e política e da maior parte dos meios de comunicação de massa.

Cabe enfatizar que essa resistência à liberalização econômica e à redefinição das relações do país com o exterior não era mera idiossincrasia de Itamar Franco. Havia também na cena pública relutância em aceitar as reformas liberais: ela se manifestava na burocracia do Estado, nos sindicatos e em parte minoritária da classe política – nos partidos de esquerda e, mesmo, em setores políticos identificados com o padrão anterior de industrialização comandado pelo Estado.

Um dos sinais de moderação do impulso liberal surgiu na política de privatizações herdada do governo Collor. Ela teve sequência no governo Itamar, mas com maior controle da Presidência da República (antes o BNDES conduzia

as privatizações com muito mais autonomia), em ritmo mais lento do que no governo anterior e com menos concessões aos portadores de títulos desvalorizados da dívida pública (moedas podres) na compra das empresas estatais.¹⁵ Já sob esse novo enquadramento normativo, foi privatizada em 02/04/1993 a Companhia Siderúrgica Nacional, ícone da industrialização brasileira, em meio a grande tumulto promovido por sindicatos.

O impulso liberalizante teve continuidade também no plano das relações do Brasil com o exterior.¹⁶ Com efeito, a estratégia de inserção positiva do Brasil no espaço político internacional – iniciada no governo Collor – prosseguiu no governo Itamar, agora sob a liderança de Fernando Henrique Cardoso, o novo ministro das Relações Exteriores. Procurou-se manter um lugar relevante para o Brasil na discussão dos novos temas globais – direitos humanos, ecologia, narcotráfico e terrorismo – para evitar a definição de regimes internacionais que, em nome da “soberania compartilhada”, “limitada” etc., pudessem dar sustentação ao intervencionismo das potências centrais.

No que diz respeito, especificamente, à integração do Brasil ao seu espaço regional houve, no governo Itamar, mais do que continuidade; ocorreu uma mudança qualitativa em relação ao governo Collor, embora tal alteração tenha incorporado plenamente as iniciativas daquele governo.

O Mercosul ganhou posição ainda mais importante na estratégia brasileira. No governo Collor, o acordo entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai ganhara o status de bloco econômico regional, permitindo a expansão privilegiada da economia nacional em uma competição global mais aberta. Com efeito, o projeto de união aduaneira – a ser atingido no final de 1994 – pretendia converter o Mercosul em meio para fortalecer a posição brasileira no processo de integração competitiva em um mundo cada vez mais globalizado. No governo Itamar, em resposta à assinatura do Acordo de Livre Comércio na América do Norte (Nafta), com a participação do México, o Mercosul ganhou uma dimensão político-estratégica adicional, antes apenas embrionária.

Da perspectiva brasileira, o Mercosul passou a ser considerado um primeiro passo para constituir, no futuro, um bloco regional mais amplo, incluindo todos os países da América do Sul. Dessa forma, a América do Sul – e não mais a América Latina – se tornou lócus privilegiado na estratégia brasileira de inserção mundial.¹⁷ Essa estratégia de articulação sul-americana foi ensaiada no lançamento da Iniciativa Amazônica, em dezembro de 1992, reunindo o Brasil e os países da bacia do Amazonas, e foi efetivada mais fortemente no ano seguinte, como se verá.

Em suma, materializou-se na prioridade política dada ao Mercosul e à América do Sul a estratégia inserção competitiva¹⁸ do Brasil na nova ordem mundial. Com ela o país abandonava a política externa orientada por um nacionalismo defensivo, vigente até a década de 1980, em favor de um nacionalismo voltado para fora, que almejava fazer do país um participante ativo e, se possível, protagonista da nova ordem mundial em construção.

O programa de abertura comercial ao exterior também não foi interrompido; fora iniciado em 1990 e mantido até o final do governo Collor. A despeito dos protestos da Fiesp, o ministro da Economia daquele governo – Marcílio Marques Moreira – manteve, nos últimos dias de sua gestão, o cronograma acelerado de redução de tarifas alfandegárias que havia fixado. Com a posse de Itamar Franco não se interrompeu o cronograma, mas sua reafirmação só ocorreria efetivamente alguns meses depois, em meados de 1993, quando o governo brasileiro deveria decidir se manteria ou não o cronograma de redução de tarifas de importação.

No capítulo da negociação da dívida externa, o governo Itamar encontrou obstáculos de monta para ser bem-sucedido. Recorde-se que, no governo Collor, foram assinados acordos com o FMI e com o Clube de Paris. Não foi possível, porém, completar o acordo com os credores privados, pois esses se sentiam inseguros em função do *impeachment* e da incerteza política que se seguiu.¹⁹ Ocorre que, caso não fosse resolvida a questão da dívida externa, seria de esperar que surtissem bloqueios dos países centrais às pretensões diplomáticas brasileiras em outras áreas da política internacional. A questão já não era controversa para a diplomacia brasileira, pois havia concordância em relação às vantagens obtidas no acordo provisório sobre a dívida externa privada feito pouco antes do *impeachment*. Ademais, considerava-se importante completar a renegociação para assegurar a continuidade do fluxo voluntário de capitais estrangeiros para o Brasil, que já tinha sido retomado, reduzindo o estrangulamento externo da economia brasileira. Com efeito, a partir de 1992 houve um forte fluxo de capitais para o Brasil, o que ajudou a ampliar as reservas em moeda estrangeira de US\$ 9,4 bilhões em 1991 para US\$ 23,7 bilhões em 1992.²⁰ Do ponto de vista dos credores, porém, o governo Itamar, nos seus primeiros meses, não passava impressão de estabilidade que lhes desse segurança para formar um acordo.

Com efeito, a despeito da boa sustentação parlamentar, as dificuldades de gestão econômica e o modo como foram enfrentadas pelo presidente e pelos ministros, produziam forte sensação de instabilidade política. Quando Itamar Franco assumiu a Presidência, em outubro de 1992, os índices de inflação eram muito altos – 25,5% em agosto e 27,3% em setembro de 1992, e não recuaram significativamente depois – atingiram 24,9% em outubro e 24,2% e 23,7% nos meses seguintes.²¹

A inflação e o seu combate estavam no topo da agenda do presidente e dos que comandavam o Ministério da Fazenda. Os três ministros da Fazenda iniciais do governo Itamar – Gustavo Krauze, Paulo Haddad e Eliseu Resende – compartilhavam uma orientação liberal, priorizaram o ajuste fiscal e o controle monetário para reduzir a inflação, considerada naquele momento o problema econômico central do Brasil. Eles não conseguiram, porém, resultados visíveis e foram atingidos pela impaciência das elites políticas e do presidente: deixaram o ministério sem que qualquer deles tivesse completado três meses no cargo.²²

Ainda assim, foram tomadas, nesse período inicial, iniciativas importantes para promover o ajuste fiscal, que se considerava chave para permitir o combate à inflação. A mais importante delas só pôde ser adotada graças à abrangência do apoio parlamentar com que contava o governo Itamar. Refiro-me à aprovação da Emenda Constitucional nº 3, enviada ao Congresso em janeiro e aprovada em 17 de março de 1993. Essa emenda, entre outras medidas, determinou que as pensões e aposentadorias de funcionários civis e militares fossem custeadas não só pela União mas também pelos servidores, permitiu que a União retivesse suas transferências de recursos tributários para estados e municípios, caso estes não pagassem suas dívidas para com o governo federal, e criou o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), para vigorar em 1993 e 1994.²³ A aprovação se deu por maioria – 349 votos contra 85 – na Câmara dos Deputados e 65 votos contra 12 no Senado Federal.²⁴ Para a vitória na Câmara o governo contou com os votos até do PT, que não fazia parte de sua base parlamentar. Os votos contrários vieram do PDS e da ala do PFL liderada pelo governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães. O apoio parlamentar ao governo foi forte o bastante para contrariar intensa campanha contrária ao IPMF de entidades empresariais e a oposição da grande imprensa.²⁵

Ainda que o governo Itamar contasse com o apoio desse conjunto amplo de forças políticas – que ia da centro-direita à centro-esquerda – apostando numa agenda política socialmente inclusiva e moderadamente liberal, parecia faltar à coalizão política um eixo organizador.

O presidente da República parecia ter vontade política e boas intenções, mas não um programa; o governo não tinha unidade de ação nem rumo bem definido. E mesmo tendo boa sustentação parlamentar, o governo federal vinha produzindo conflitos internos em demasia e seguidas demissões de ministros, fazendo crer que sua estabilidade política era precária. Ademais, embora o governo tivesse conseguido avançar na execução de sua agenda social, suas iniciativas no campo econômico – continuidade do programa de privatização, elevação da carga tributária e cortes de gastos – ficaram muito aquém do que se acreditava necessário para produzir efeitos estabilizadores sobre a moeda. A inflação – considerada a questão central a enfrentar – continuava perto de 30% ao mês nos primeiros meses de 1993 e não havia perspectiva de redução significativa.²⁶

A partir do final de fevereiro, quando Paulo Haddad pediu demissão do Ministério da Fazenda, a sensação de instabilidade se acentuou, levando as forças políticas a transferir para o futuro, para um governo saído das eleições de 1994, a solução dos problemas nacionais. O próprio PSDB, que desde o início apostara no governo Itamar, decidiu em 15 de abril ter candidatos próprios à Presidência e aos governos estaduais em 1994.²⁷ Com isso, tornava ainda mais difícil a construção de uma aliança eleitoral entre os partidos que apoiavam o governo Itamar para fazer frente ao candidato do PT.

A vitória esmagadora do presidencialismo no plebiscito sobre forma de governo, ocorrido em 21 de abril de 1993, contribuiu também para aumentar o peso das eleições de 1994 na agenda política e para reforçar a percepção do governo Itamar como período de transição.

O presidente Itamar Franco parecia não se dar conta do esvaziamento de seu governo e seguiu permitindo que demissões de ministros fossem uma forma usual de resolver divergências políticas. Isso chegou ao máximo em maio. Nesse mês, três ministros deixaram o governo: no dia 6, Yeda Crusius, ministra do Planejamento, demitiu-se por não ter sido convidada por Itamar para as discussões do Plano Eliseu – apresentado pelo ministro da Fazenda; em 18, Luíza Erundina, ministra da Administração, foi exonerada por ter discursado sobre um carro de som de funcionários públicos grevistas defendendo um reajuste salarial que lhes fora negado pelo ministro da Fazenda; e em 17 o próprio ministro Eliseu Resende apresentou carta de demissão em função da perda de autoridade política, decorrente do seu suposto envolvimento em conluio com a empreiteira Odebrecht para quem trabalhara (Poli, 06/05/1993: seq. 014).

É muito provável que a falta de resultados perceptíveis no combate à inflação e a visível instabilidade governamental tenham resultado na perda do apoio popular com que contara o governo Itamar nos seus primeiros meses. Ao passo que no último mês do governo Collor apenas 18% da população o avaliava positivamente, desde a posse de Itamar, em outubro, a aprovação popular ao governo foi aumentando até alcançar, em fevereiro de 1993, 36% de avaliações positivas (ótimo e bom). A partir daí, porém, tais avaliações passaram a declinar, chegando a 24% e 21% em março e, depois, a 17% e 19% nos meses de abril e maio de 1993.²⁸ É muito provável que essa queda acentuada na aprovação popular tenha contribuído, por sua vez, para acentuar o esvaziamento político do governo Itamar. Além de estar com prestígio popular similar ao que o governo Collor tinha quando afastado do cargo pela Câmara dos Deputados, a coalizão partidária que sustentava o governo Itamar não dispunha, entre seus possíveis candidatos, de nenhum que se aproximasse do prestígio popular de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Na pesquisa do Datafolha do mês de maio, Lula tinha 14,8% das intenções espontâneas de voto, quase três vezes mais do que os 5,5% do segundo colocado, Paulo Maluf, prefeito de São Paulo.

Nestas circunstâncias, de instabilidade política e queda de prestígio popular, a solução que fosse dada para a substituição do ministro Eliseu Resende – demissionário desde 17 de maio – seria chave para recuperar a capacidade política do governo Itamar, pois era a partir do Ministério da Fazenda que se poderia construir uma solução para a inflação que atormentava os brasileiros.

CONTINUIDADE NA GESTÃO ECONÔMICA E REDEFINIÇÃO DA COALIZÃO POLÍTICA

A escolha do senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) – ministro das Relações Exteriores – para comandar o Ministério da Fazenda teve alto grau de aprovação entre os participantes da cena pública – a maioria da elite política, elites econômicas e órgãos de comunicação. A nomeação do senador foi vista como capaz de fornecer o eixo que parecia faltar ao governo Itamar e à coalizão política que o sustentava.

Com a saída de Fernando Henrique Cardoso do Ministério das Relações Exteriores, o embaixador Celso Amorim, secretário-geral do Itamaraty, assumiu comando do ministério.²⁹ Nessa área, foi consolidada a estratégia brasileira de inserção internacional: reforçar os laços com os países da América do Sul e assegurar ao Brasil um lugar relevante na discussão de assuntos globais.

Fernando Henrique Cardoso assumiu o Ministério da Fazenda em 21 de maio de 1993 e, em seu discurso de posse, explicitou uma perspectiva liberal modulada por preocupações com a desigualdade socioeconômica e o combate à pobreza. Segundo ele, os problemas imediatos do Brasil estavam concentrados no Estado e não no mercado; a inflação era o inimigo fundamental a combater; ela inviabilizava o desenvolvimento e onerava principalmente os mais pobres; mas o combate à inflação não se faria dando sustos no mercado ou tratando a economia com passes de mágica. Reformado o Estado e eliminada a inflação, o país poderia voltar a se desenvolver de forma sustentada.

Esses argumentos o distanciavam nitidamente do nacional-desenvolvimentismo, com sua tolerância em relação à inflação e ao ônus que acarretava para os mais pobres. Eles não demarcavam, porém, o terreno em relação ao neoliberalismo. Nada se afirmava sobre o papel do Estado reformado no processo de desenvolvimento. Essa não era questão que se colocava de imediato. Mesmo sem tal demarcação, naquele momento, a fé política social-democrata protegia o novo ministro da identificação “neoliberal”, que as correntes de esquerda haviam tornado desqualificadora.

A posição destacada de Cardoso no espaço político e a relevância social que as questões econômicas tinham naquele momento poderiam colocar o ministro em situação favorável como futuro candidato à Presidência da República, caso tivesse algum sucesso no combate à inflação. Em função disso, suas iniciativas passaram a ser entendidas pelas principais lideranças partidárias como portadoras de futuro, como alicerces possíveis de uma aliança eleitoral a ser construída para disputar contra o candidato do PT as eleições de 1994.³⁰

Inicialmente, a gestão econômica de Fernando Henrique Cardoso deu continuidade e aprofundou as políticas de seus antecessores. Assim, em 14 de junho, menos de um mês depois de sua posse, o novo ministro lançou o Programa de Ação Imediata (PAI) prometendo: a) finalizar a renegociação da dívida externa para reintegrar o país no mercado financeiro internacional; b) ace-

lerar o programa de privatizações de empresas estatais; c) pôr ordem nos bancos públicos estaduais e nas relações financeiras entre os estados (endividados e inadimplentes) e a União; e d) recuperar a receita federal dando vigência ao IPMF e combatendo a evasão fiscal, principalmente das grandes empresas, e cortar gastos do governo federal previstos no orçamento de 1993.

Principiemos pela questão da dívida externa. As negociações com os credores privados estrangeiros estavam em suspenso desde o começo do governo Itamar. Sua conclusão dependia de os credores terem confiança na estabilidade desse governo. É verdade que os acordos assinados no governo Collor com o FMI e com o Clube de Paris já tinham ajudado a impulsionar o fluxo voluntário de capitais para o Brasil afrouxando o estrangulamento externo da economia brasileira.³¹ A preservação dessa boa situação dependia, porém, de o acordo com os bancos privados ser concluído.

Tendo isso em vista, Fernando Henrique – ao assumir o Ministério da Fazenda – confirmou Pedro Malan como responsável pela renegociação da dívida externa, função que exercia desde o governo Collor. A renegociação seguia as diretrizes do Plano Brady – pelo qual cada governo devedor trocava os títulos da dívida antes emitidos por novos, com desconto, mas garantias mais sólidas, representadas por um conjunto de bônus de mesmo valor, emitidos pelo governo norte-americano. A conclusão do acordo com os credores era, como se viu, relevante; ademais, tornou-se – a partir de julho-agosto – muito urgente, pois começara a ser esboçado – no âmbito da equipe econômica – um novo plano de estabilização da moeda que poderia ser prejudicado caso houvesse instabilidade na área externa. O acordo com os bancos credores, porém, tornou-se difícil pois o governo norte-americano recusava-se a dar seus títulos como garantia, a menos que o governo brasileiro obtivesse o aval do FMI para seu programa de estabilização. Como a equipe econômica não pretendia adotar o conjunto de medidas de ajuste fiscal e um plano de estabilização nos moldes desejados pelo FMI, o governo brasileiro decidiu “contornar” aquelas exigências. Passou a comprar discretamente, no mercado secundário, títulos do tesouro norte-americano para dá-los como garantia dos títulos que o governo brasileiro emitiria no momento da assinatura dos acordos com os credores. E, como o Banco Internacional de Compensações (BIS) se recusou a aceitar o depósito dos títulos norte-americanos, pois a operação não contava com aval dos EUA, eles foram depositados no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os novos contratos da dívida externa renegociada foram assinados por Cardoso e Malan, já presidente do Banco Central, em 29 de novembro de 1993.³²

Em relação às privatizações, o Ministério da Fazenda deu sequência ao programa vigente, mas não conseguiu ampliá-lo ou acelerar a sua execução, em parte devido às resistências do presidente (Cardoso, 2006: 157-160). Assim, em 1993 foi vendido um número menor de empresas do que em 1992 (seis contra 14 empresas), embora o valor total recebido pelas privatizações tenha sido maior.³³

A realização dos demais objetivos do Programa de Ação Imediata dependia do assentimento dos governadores e da aprovação do Congresso. Embora, até então, o governo Itamar tivesse grande apoio parlamentar, as circunstâncias tornavam-se cada vez mais inóspitas, pois as questões eleitorais ganhavam mais proeminência, e diversos interesses seriam afetados – os de congressistas, de governadores e políticos estaduais a eles associados, de empregados das empresas estatais e do empresariado.

Quanto às relações da União com os estados da federação, a gestão de Cardoso deu continuidade às iniciativas dos ministros da Fazenda anteriores: todos procuraram impor disciplina aos gastos de estados e municípios. Recorde-se que a Emenda Constitucional nº 3 (de março de 1993) possibilitava a retenção das transferências da União para estados e municípios, caso estes não pagassem os contratos de refinanciamento. Isso era insuficiente, porém, para resolver a questão, pois havia que equacionar as parcelas vencidas. Para reduzir as possibilidades de os estados e municípios continuarem a gastar, a União deixou de dar aval a empréstimos que pretendessem fazer. Dessa forma, reduzindo seu espaço de manobra – e depois de intensas negociações – o governo conseguiu aprovar uma nova lei que permitia refinar as dívidas dos entes federados. Ela foi aprovada em novembro de 1993, autorizando o refinanciamento pela União de um montante equivalente a 33,4 bilhões de dólares dos saldos devedores de estados, municípios e distrito federal existentes em 30 de junho de 1993.³⁴

As maiores dificuldades enfrentadas pelo governo Itamar para manter o programa de ajuste proposto pela equipe de Cardoso, pelo menos até a revisão constitucional de outubro de 1993, foram a aprovação da lei complementar que regularia o IPMF e a definição de uma nova lei salarial em substituição à editada pelo próprio presidente em dezembro de 1992. O que tornou mais complicada a aprovação das duas medidas foi a emergência, na discussão, da perspectiva das eleições de 1994.

A lei que regulamentava o Imposto Provisório sobre a Movimentação Financeira foi aprovada depois de intensas negociações no Congresso: foi votada na Câmara dos Deputados em 22 de junho, tendo 308 votos a favor, 87 contrários e seis abstenções, e no Senado Federal em 8 de julho, conseguindo 51 votos a favor e 12 contrários (Polí, 22/06/1993: seq. 005; 08/07/1993: seq. 008).

A aprovação da regulamentação do IPMF fortaleceu a estabilidade política do governo Itamar, confirmando sua orientação, definida pelo Programa de Ação Imediata, mas mostrou que a coalizão em torno dele começava a ser afetada pela perspectiva das eleições gerais de 1994. No plano político-partidário, o Partido dos Trabalhadores – que anteriormente havia contribuído para a criação do IPMF – confirmou que tinha abandonado a oposição ativa propositiva anterior em favor de uma ofensiva contra o governo Itamar, e o Partido Progressista Reformador (PPR),³⁵ de Paulo Maluf, prefeito de São Paulo, reco-

mendou voto contrário ao novo imposto, enfatizando sua candidatura presidencial. Mais ainda, os votos favoráveis do Partido Progressista (PP)³⁶ e do Partido Democrático Trabalhista (PDT) dependeram da garantia de verbas públicas para obras, de grande impacto eleitoral, no Distrito Federal e no Rio de Janeiro. O PMDB, entre outros, negociou seu apoio por maior participação no governo (Poli, 23/06/1993: seq. 017).

No plano societário, ainda que as entidades empresariais e parte do movimento sindical, liderada pela Força Sindical, manifestassem seu apoio ao programa de estabilização do governo – até por meio um movimento coletivo, o Decola Brasil – não houve pressão no sentido de aprovar a regulamentação do IPMF. Por outro lado, as centrais sindicais de esquerda – Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Central Geral dos Trabalhadores (CGT) – manifestaram-se contra o imposto.

Com a vitória do governo na questão do IPMF e, em seguida, com a aprovação, por votação simbólica, do corte do equivalente a seis bilhões de dólares nas despesas previstas no orçamento de 1993, parecia que o governo tinha conseguido garantir parte importante do ajuste das contas públicas que pretendia realizar. Ainda que o apoio parlamentar ao governo Itamar começasse a se tornar mais dependente da distribuição de recursos do Executivo, ele conseguiu mantê-lo com poucas defecções.

Enquanto transcorriam as disputas em torno da regulamentação do IPMF, o governo enfrentava uma questão muito mais difícil, a da política salarial.³⁷ Mais difícil porque qualquer mudança nas regras de reajuste dos ganhos da maioria da população trabalhadora afetava diretamente o ritmo da inflação e, portanto, qualquer política que tivesse como objetivo combatê-la, como o Programa de Ação Imediata. Mais ainda: qualquer alteração nas regras salariais teria impacto, rezava a cartilha dos políticos, nas eleições seguintes, quando seria escolhida a maior parte dos políticos das áreas federal e estadual.

Como se recorda, o Programa de Ação Imediata não previa alterar a lei salarial vigente desde dezembro de 1992, a qual determinava reajustes trimestrais dos salários e antecipações bimestrais de 60% da inflação anterior. Ocorre que, menos de dez dias depois do lançamento do PAI, a Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei salarial, que reajustava mensalmente os salários conforme a inflação do mês anterior e poderia elevar muito os índices de preços.³⁸

Assim, em julho de 1993, paralelamente ao esforço para aprovar os projetos vinculados ao ajuste das contas públicas, o governo empenhou-se para que o Senado não aprovasse a indexação mensal plena dos salários, prometendo apresentar um projeto alternativo. Conseguiu negociar e aprovar no Senado um projeto substitutivo, mas ele foi recusado pela Câmara dos Deputados, que reafirmou em 17 de julho, por maioria, os termos do projeto que aprovara anteriormente. Foi a primeira grande derrota do governo. O projeto de indexação

mensal para os salários foi aprovado na Câmara dos Deputados com votos de PT, PDT, PPR, de parte do PFL e do PMDB. Apenas PSDB, PPS e PSB votaram integralmente com o governo.³⁹

Esse resultado mostrou claramente que as decisões dos parlamentares – especialmente as que atingiam os ganhos da maior parte da população – passaram a ser cada vez mais afetadas pela perspectiva das disputas eleitorais de 1994. Comparando a derrota do governo na questão salarial com a vitória que tivera, pouco antes, na regulamentação do IPMF, vê-se o esvaziamento da base parlamentar de Itamar: para que o projeto Paim fosse aprovado, o PDT se juntou ao PT e ao PPR, e ampliou-se a dissidência do PFL e do PMDB. Essa derrota colocava em risco o programa de ajuste fiscal do ministro da Fazenda e, mesmo, a capacidade de o governo Itamar ser o articulador de um campo político alternativo ao do Partido dos Trabalhadores.

A derrota parlamentar de julho de 1993 colocou, de imediato, para o governo a necessidade de recuperar o vigor da coalizão que o sustentava, ainda mais que tinha que enfrentar na sequência duas tarefas politicamente difíceis, mas cruciais: decidir sobre o veto ao projeto aprovado pelo Congresso e, em caso positivo, construir politicamente uma alternativa de política salarial mais aceitável para a maioria dos congressistas do que a rejeitada pela Câmara dos Deputados.

O modo de resolver tais dificuldades mostra bem como o governo Itamar se articulava com as forças políticas em disputa. O presidente Itamar realizou três reuniões sobre a política salarial a ser adotada – nos dias 19, 21 e 28 de julho – não apenas com os ministros envolvidos diretamente no assunto (Fazenda, Planejamento e Trabalho), mas também com representantes das centrais sindicais – CUT, CGT e Força Sindical –, das entidades empresariais oficiais, das lideranças do governo no Congresso, dos presidentes da Câmara e do Senado e até de líderes partidários.⁴⁰ Ainda que, ao final, não tivesse havido consenso em relação à política a adotar, o presidente reiterou sua disposição para ampliar o círculo dos que participavam das decisões e apresentou aos participantes os constrangimentos que limitavam suas escolhas e as implicações da decisão a ser tomada.

Com isso, o governo Itamar Franco preparou o terreno para anunciar em 31 de julho o veto à indexação plena dos salários à inflação do mês anterior e para justificar a edição da Medida Provisória 340 que mantinha reajustes quadrimestrais para quem recebesse até seis salários mínimos, mas introduzia antecipações mensais sujeitas a um redutor de 10% em relação à inflação do mês anterior, sendo a diferença reposta ao final do quadrimestre.⁴¹

Depois de um grande esforço de negociação, a MP 340, elaborada pela equipe de Cardoso, foi aprovada no dia 18 de agosto, com 318 votos favoráveis e 144 contrários na Câmara, votação superior à conseguida para aprovar a lei complementar que viabilizou o IPMF. O resultado foi notável considerando a

dificuldade de o governo oferecer apenas um pouco mais aos assalariados do que a proposta que havia sido rejeitada pelo Congresso. Apoiaram o governo o PMDB, PSDB, PFL, PTB, PPS, PPR e PP. O Partido Progressista (PP) decidiu apoiar a MP 340 após promessa do governo de entregar um ministério ao partido, e o Partido Progressista Reformador (PPR) também a apoiou, abandonando a posição de oposição que adotara em relação ao IPMF e à lei salarial aprovada em julho. Em sentido contrário, o Partido Socialista Brasileiro (PSB), que participava do governo Itamar desde o início, votou contra juntando-se à maioria dos partidos de esquerda.⁴² O Senado aprovou a MP 340 por 58 votos contra 18.

No plano societário, as entidades de representação empresarial, que se tinham colocado contra o IPMF, passaram a apoiar a nova proposta de lei salarial do governo. Por outro lado, a CUT e a CGT, embora considerando positiva sua inclusão no processo de negociação que ocorrera, assumiram posição contrária à MP 340.

A aprovação da nova lei salarial, mediante intensas negociações com congressistas e representantes de forças societárias, evitou a desestruturação do programa de “ajuste fiscal” do ministro Cardoso e preservou a estabilidade que o governo Itamar parecia ter alcançado, mantendo as condições para que pudesse gestar um programa negociado de estabilização monetária. Para manter tais condições, contudo, o governo teve que redefinir sua base parlamentar – e na sequência a composição do ministério – porque a perspectiva das disputas eleitorais de 1994 passou a afetar cada vez mais a dinâmica política. Não apenas os partidos de esquerda se orientavam com mais força em direção à candidatura do PT; também os partidos de centro – como o PMDB – demandavam maior participação ministerial para manter-se na órbita do governo.

Há que destacar aqui dois pontos a propósito da aprovação da regulamentação do IPMF e da lei salarial. Desde logo, a redefinição da coalizão política com que Itamar Franco governava: de meados de 1993 em diante ela se deslocou em direção ao centro político, perdendo os seus componentes de esquerda. E, mais importante ainda, a negociação intensa entre forças sociais e políticas em conflito, os avanços e recuos que isso envolve, foi a forma básica de fazer política em seu período de governo, bem distante do intervencionismo tecnocrático que marcou tanto o Brasil dos anos 1980 até o início da década de 1990

CONCLUSÃO

Creio ter evidenciado, ao longo das seções anteriores, que o governo Itamar deu contribuições relevantes para a implantação da democracia projetada na Constituição de 1988. Governo multipartidário, composto e conduzido por meio de forte articulação parlamentar, ele começou a tornar efetiva – de modo negociado – a dimensão social da democracia e, mais, sua dimensão participativa, com a inclusão de forças societárias na implantação de políticas de redução da pobreza e de gestão da economia. Certamente todas essas iniciativas se inscre-

viam no conjunto de valores políticos do presidente. Mas é importante ressaltar que elas sintonizaram com as forças sociais e políticas que se empoderaram ao determinar o *impeachment* do presidente Collor e, por consequência, fizeram de Itamar Franco o presidente da República.

Em suma, no período Itamar Franco, expandiram-se os horizontes da política externa inaugurada por seu antecessor e se efetivou uma forma negociada de gestão política sintonizada com a Constituição de 1988, forma que permitiria a estabilização monetária resultante do Plano Real e que caracterizaria a democracia brasileira na sequência.

Recebido em 25/11/2020 | Revisto em 12/02/2021 | Aprovado em 15/02/2021

Brasílio Sallum Jr é graduado em ciências sociais (1970), doutor em sociologia (1980), livre-docente (1995), professor titular (2004) pela Universidade de São Paulo e pesquisador 1-A do CNPq. Fez estudos pós-doutorais na Universidade de Stanford (EUA) e na Universidade Autônoma do México. Aposentou-se em agosto de 2016, foi colaborador sênior do Programa de Pós-Graduação de Sociologia da USP e desde 2019 é professor visitante da Unifesp, junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Principais publicações: *Capitalismo e Cafeicultura – Oeste Paulista: 1988-1930*, *Labirintos – dos generais à Nova República*, *O impeachment de Fernando Collor – Sociologia de uma crise*.

NOTAS

- * Este artigo é resultado parcial de pesquisa financiada pela Fapesp. Agradeço às bolsistas Bruna Sekimura Nicodemos e Júlia Andrade Maia as contribuições dadas para sua realização.
- 1 O processo de democratização, transformação política que fugiu ao controle do regime militar, foi antecedido e impulsionado por um processo de liberalização política relativamente controlado pelo regime autoritário.-1483467456
 - 2 Itamar Franco tomou posse provisoriamente em 2 de outubro de 1992 – após o afastamento do presidente pela Câmara dos Deputados – e definitivamente em 27 de dezembro de 1992, depois de o Senado Federal aprovar o *impeachment* de Fernando Collor.
 - 3 Essa coalizão oposicionista, cujo núcleo partidário era constituído de PMDB, PSDB e PT (mais PSB e PCdoB), incluía mais de uma centena de organizações societárias articuladas no Movimento pela Ética na Política (MEP). Ao analisar o *impeachment* de Collor, mostrei que o núcleo partidário tinha a direção política do movimento ao passo que o MEP tinha sua direção cultural. De forma disputada, o MEP construiu o quadro simbólico – a concepção de democracia, de ética política etc. – que permitiu unificar o movimento em favor do *impeachment* do então presidente. Sobre a formação dessa coalizão oposicionista em 1992, ver Sallum Jr (2015: 243-278). Uma análise mais detalhada do MEP, dos significados da ética na política e de quatro das organizações do movimento, encontra-se em Tatagiba (1998).
 - 4 As considerações que faço sobre o PT baseiam-se na análise de Alberto T. Rodrigues (2000: 256-260) sobre as disputas internas e transformações que ocorreram no partido desde 1992 até o começo do governo Itamar. A Executiva Nacional e a bancada do PT no Congresso Nacional decidiram não participar do governo Itamar em outubro de 1992 (Poli, 05/10/1992: seq. 024).
 - 5 Segundo Alberto Rodrigues (2000: 265-270) essa decisão do diretório nacional do PT foi uma vitória de sua chamada ala esquerda, liderada por Wladimir Palmeira, sobre sua ala moderada, liderada por José Dirceu e José Genoíno.

- Luiza Erundina chegou a ser ameaçada de expulsão do partido.
- 6 Walter Barelli era dirigente do Departamento Intersindical de Estudos Econômicos e Sociais (Dieese). O PT apoiou os projetos de reforma da política salarial e fiscal apresentados nos primeiros meses do governo Itamar.
 - 7 O PMDB ficou com os ministérios da Agricultura, do Meio Ambiente, da Previdência e dos Transportes.
 - 8 Além das dificuldades já apontadas, a substituição dos três ministros militares do governo Collor pareceu temerária a muitos, tendo em vista o papel estabilizador que tinham desempenhado durante o processo de *impeachment*. Itamar acabou, como concessão aos aliados, deslocando o ex-ministro da Marinha para o serviço de informações (Prado, 2005: 38-39).
 - 9 Exemplo disso foi a disputa em torno da extensão do reajuste de 147% aos aposentados definido pelo Tribunal Superior do Trabalho em dezembro de 1992. Ver Sallum Jr (2015: 161-192).
 - 10 Destacamos aqui apenas algumas das políticas sociais desenvolvidas.
 - 11 A Lei 8.542 foi promulgada por Itamar Franco em 23/12/1992 (Poli, 23/12/1992: seq.025)
 - 12 O novo ministro era filho do senador Jutahy Magalhães (PSDB-BA), amigo de Itamar e seu colega dos tempos em que atuava no Senado Federal, bem como liderança dos que se opunham na Bahia ao governador Antônio Carlos Magalhães.
 - 13 Sobre o Consea e outras iniciativas de política social do governo Itamar Franco, consultar Paiva (2009: 15-25).
 - 14 Sobre o Coep ver, adicionalmente, <<http://www.coepbrasil.org.br/>>.
 - 15 Em 15/12/1992 o presidente Itamar Franco assinou decreto revisando os termos das operações de venda das estatais e as datas dos leilões, mas sem alterar a legislação (Poli, 15/12/1992: seq. 006).
 - 16 Uma análise política externa brasileira, abrangendo os governos Collor e Itamar Franco, encontra-se em Hirst e Pinheiro (1995: 5-23).

- 17 Destaque-se que a expansão do Mercosul era uma possibilidade considerada no momento da formulação do tratado. Recentemente um estudioso argentino chamou a atenção para esse ponto: “ya desde sus inicios, Brasil percibió el Mercosur como una instancia de alcance sudamericano. Incluso al negociarse el Tratado de Asunción fue el representante brasileño – el actual canciller Celso Amorim – quien propuso sustituir el nombre de “Mercado Común del Cono Sur”, como figuraba en los borradores originales, por el de “Mercado Común del Sur”” (Peña, 2009: 51).
- 18 Essa estratégia estava associada ao ideário de integração competitiva que se elaborava no BNDES desde o final dos anos 1980. Era uma tentativa de redefinir a estratégia brasileira de industrialização em função do processo de globalização. Esse ideário ocupava, politicamente, posição intermediária entre dois outros ideários, o neoliberal – veiculado principalmente pelos EUA – e o desenvolvimentismo estatista e distributivo, veiculado pelo PT na campanha eleitoral de 1989. Sobre a integração competitiva, ver Mourão (1994: 3-25). Sobre os ideários alternativos, consultar Sallum Jr (2011: 259-288).
- 19 A Carta de Intenções do governo brasileiro foi apresentada ao FMI em dezembro de 1991. O acordo com o Fundo foi assinado em 29/01/1992 e com o Clube de Paris um mês depois, em 27 de fevereiro. Dias antes do *impeachment* de Collor o encarregado da negociação, Pedro Malan, chegou a comunicar ao ministro da Economia o fechamento do acordo com os credores. O acordo foi inviabilizado pela situação de incerteza decorrente da saída de Collor do governo. Ver a respeito Moreira (2001: 295-307).
- 20 De acordo com o Banco Central do Brasil, atingiriam US\$ 32,2 bilhões em 1993.
- 21 Índices mensais seguem o IGP-DI da Fundação Getulio Vargas
- 22 Paulo Haddad assumiu a Secretaria de Planejamento da Presidência em 02/10/1992, Gustavo Krause assumiu o Ministério da Fazenda em 05/10/1992. Com a saída de Krause em dezembro de 1992, Haddad assumiu suas funções temporariamente, acumulando com a Secretaria de Planejamento, que deixou em janeiro de 1993, em favor de Yeda Crusius, mantendo o comando do Ministério da Fazenda até 28 de fevereiro. Foi substituído em 1º de março de 1993 por Eliseu Resende, que

- se manteve no cargo até 21/05/93 quando Fernando Henrique Cardoso tomou posse no Ministério da Fazenda.
- 23 O IPMF era de 0,25% sobre toda movimentação financeira.
- 24 Votações em segundo turno (Poli, 02/02/1993: seq. 011; 10/03/1993: seq. 004). Além disso, aprovou-se, no começo de março de 1993, a Lei 8.631, que permitiria equacionar dívidas que as distribuidoras estaduais de eletricidade tinham com suas fornecedoras de energia pertencentes à União, que somavam 20 bilhões de dólares (Poli 19/03/1993: seq. 011).
- 25 A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo liderou a campanha empresarial (Poli, 05/02/1993: seq. 001). A *Folha de S. Paulo* e *O Estado de São Paulo* publicaram editoriais contrários ao IPMF (Poli, 03/02/1993: seq. 001, 04/02/1993: seq.007).
- 26 A inflação, medida pelo IGP-DI da FGV, foi de 28,7% em janeiro de 1993 e nos meses seguintes 26,5%, 27,8 e 28,2%, respectivamente.
- 27 Por decisão da Comissão Executiva do PSDB, tomada em 15 de abril (Poli, 15/04/1993: seq. 014).
- 28 Datafolha, Opinião Pública, “Avaliação do governo Itamar Franco”, 01/12/1994.
- 29 Celso Amorim foi convidado para ser secretário-geral do Itamaraty, em maio de 1993, por José Aparecido de Oliveira, substituto de Fernando Henrique Cardoso no Ministério de Relações Exteriores. No entanto, José Aparecido não chegou a tomar posse, por problemas de saúde, e Amorim assumiu interinamente o ministério. Foi efetivado como chanceler em agosto do mesmo ano.
- 30 Certamente essa possibilidade não era bem-vista por outros candidatos potenciais. Embora o PSDB apostasse desde cedo na possibilidade da candidatura FHC, sua posição oficial foi defender-se do fracasso eventual da política econômica e proteger o ministro de uma disputa eleitoral antecipada. “A sucessão presidencial – disse Tasso Jereissati, em julho de 1993 – deve [...] ser assunto absolutamente esquecido, pois ela impede a construção de uma obra capaz de estancar a inflação” (Rodrigues, 2000: 287-288).
- 31 Ademais, várias transformações ocorridas no próprio mercado financeiro internacional, na década de 1980, como

novos instrumentos financeiros e a maior abertura financeira das economias nacionais (incluída a do Brasil), reduziram bastante os riscos para as aplicações financeiras e favoreceram os fluxos de curto prazo. Consultar sobre isso Baer (1993: 43-70).

- 32 Os contratos foram assinados em Toronto, Canadá, conforme o Poli (29/11/1993: seq. 007). Sobre o processo de negociação e assinatura, consultar (Cardoso, 2006: 160-164). Certamente por erro de revisão, a data da assinatura que consta no livro de Cardoso – 30 de outubro – não é a correta.
- 33 Os montantes obtidos com as privatizações foram: em 1992, US\$ 3383 milhões; em 1993, US\$ 4188 milhões (BNDES, Programa Nacional de Desestatização).
- 34 Trata-se da Lei 8.727/1993. O refinanciamento de 1993 não incluiu a dívida mobiliária e nem metas de desempenho fiscal. Acabou não se viabilizando um equilíbrio duradouro das contas públicas dos governos subnacionais. Sobre isso, consultar (Cardoso, 2006: 153-155).
- 35 O Partido Progressista Reformador (PPR) foi criado em decorrência da fusão do Partido Democrático Social (PDS) e do Partido Democrata Cristão (PDC) em 04/04/1993 (<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-progressista-reformador-ppr>).
- 36 O Partido Progressista (PP) foi fundado em 31 de janeiro de 1993, como consequência da fusão do Partido Social Trabalhista (PST) com o Partido Trabalhista Renovador (PTR), cujos principais líderes eram Álvaro Dias, ex-governador do Paraná, e Joaquim Roriz, então governador do Distrito Federal, respectivamente. Em 1995 fundiu-se com o PPR para dar origem ao PPB, Partido Progressista Brasileiro (<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-progressista-pp>).
- 37 Deixamos de lado aqui, entre outras questões, as disputas em torno da remuneração dos servidores públicos.
- 38 O projeto foi proposto pelo deputado Paulo Paim (PT-RS) e aprovado pela Câmara dos Deputados, de forma quase unânime, em 22 de junho de 1993.
- 39 O reajuste mensal foi aprovado na Câmara dos Deputados por 206 votos a 139 e cinco abstenções (Poli, 13/07/1993: seq. 11).

- 40 Cf. (Poli, 19/07/1993: seq.007, 21/07/1993: seq. 023, 28/07/1993: seq. 003). Além dessas, a imprensa menciona várias outras reuniões sobre o assunto entre parlamentares e representantes dos ministérios envolvidos.
- 41 Cf. Poli (31/07/1993: seq. 010). Segundo a *Folha de S. Paulo* de 29/07/1993, p. 1-9, calculava-se que, com uma inflação de 30% ao mês, as antecipações mensais, submetidas ao redutor de 10% da inflação do mês anterior, cobririam quase 70% do Índice de Reajuste do Salário Mínimo (IRSM). Os reajustes mensais previstos na lei anterior limitavam-se a 60% do IRSM.
- 42 O ministro da Saúde, Jamil Haddad (PSB), pediu demissão do cargo, pelo fato de seu partido ter votado contra a MP 340.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Baer, Monica. (1993). *O rumo perdido – a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Cardoso, Fernando Henrique. (2006). *A arte da política – a história que vivi*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Costa, Tarcísio. (2000). Os anos 90: o ocaso do político e a sacralização do mercado. In: Mota, Carlos G. (org.). *Viajem incompleta – a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Ed. Senac.
- Hirst, Monica & Pinheiro, Letícia. (1995). A política externa do Brasil em dois tempos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 38/1, p. 5-23.
- Moreira, Marcílio M. (2001). *Diplomacia, política e finanças*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Mourão, Julio O.F. (1994). A integração competitiva e o planejamento estratégico no sistema BNDES. *Revista do BNDES*, 1/2, p. 3-25.
- Paiva, Denise. (2009). *Era outra história – política social do governo Itamar Franco (1992-1994)*. Juiz de Fora: Editora UFJF/FAP.
- Peliano, Anna Maria T. Medeiros (coord.). (1993). *Mapa da fome*. Brasília: Ipea.

Peña, Felix. (2009). La integración del espacio sudamericano. *Nueva Sociedad*, 219, p. 46-58.

Poli, Banco de dados. Consórcio de Informações Sociais (CIS). Disponível em <http://www.nadd.prp.usp.br/cis/index.aspx>.

Prado, Maria Clara. (2005). *A real história do real*. Rio de Janeiro: Record.

Rodrigues, Alberto Tosi. (2000). *O Brasil de Fernando a Fernando – neoliberalismo, corrupção e protesto na política brasileira de 1989 a 1994*. Ijuí: Editora Unijuí.

Sallum Jr, Brasílio. (2015). *O impeachment de Fernando Collor – sociologia de uma crise*. São Paulo: Editora 34.

Sallum Jr, Brasílio. (2011). *Governo Collor: o reformismo liberal e a nova orientação da política externa brasileira*. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 54/2, p. 259-288.

Sposati, Aldaíza. (2004). *A menina Loas: um processo de construção da assistência social*, São Paulo: Cortez.

Tatagiba, Luciana F. (1998). *Dos significados da Ética na política. Articulação e discurso no contexto pró-impeachment*. Dissertação de Mestrado. PPGCP/Universidade Estadual de Campinas.

Palavras-chave

Transição política;
governo;
democratização;
liberalização econômica;
política social;
Itamar Franco;
Fernando Henrique Cardoso.

O GOVERNO ITAMAR E A DEMOCRACIA DE 1988**Resumo**

O artigo examina o governo Itamar Franco (1992-1994) como parte do processo de transição política, focalizando o período anterior à revisão constitucional de outubro de 1993 e ao Plano Real. Destaca a articulação do governo com as forças sociais e políticas, presentes naquela situação, para dar sequência a processo de reorganização das finanças públicas e de liberalização econômica iniciado no governo de Fernando Collor de Mello e começar a tornar efetiva a dimensão social da democracia de 1988.

THE ITAMAR FRANCO GOVERNMENT AND THE 1988 DEMOCRACY**Keywords**

Political transition;
government;
democratization;
economic liberalization;
social policy;
Itamar Franco;
Fernando Henrique Cardoso.

Abstract

The article examines the Itamar Franco government (1992-1994) as part of the political transition process, focusing on the period prior to the constitutional review of October 1993 and to the Real Plan. It highlights how that government articulated itself with the social and political forces present in that situation, in order to continue the process of reorganizing public finances and economic liberalization initiated during the Fernando Collor de Mello government and to start to make effective the social dimension of 1988 democracy.

REGISTROS DE PESQUISA

I Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
vivianemf@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-0399-7139>

Viviane Fernandes¹

DA EDUCAÇÃO AO EMPURRÃO: A PARTICIPAÇÃO DAS CIÊNCIAS COMPORTAMENTAIS EM PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Em dezembro de 2014, participei, pela primeira vez, da Conferência de Educação Financeira e Comportamento do Investidor. O evento, que se destacava como um dos principais encontros sobre o tema da educação financeira no país, era promovido pela Comissão de Valores Imobiliários (CVM) e contava com o suporte de mais duas instituições do sistema financeiro nacional: a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) e a BM&FBovespa,¹ além de receber apoio da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Em um grande salão de convenção de um reconhecido hotel da Zona Sul do Rio de Janeiro, reuniam-se mais de 500 pessoas – público bastante equilibrado entre homens e mulheres e segmentado em diferentes faixas etárias. A plateia era composta pelos profissionais das instituições organizadoras, consultores e analistas financeiros, professores, estudantes, jornalistas, investidores e servidores públicos. A considerar os crachás de identificação dos participantes, podiam-se distinguir dois grupos, um composto por especialistas em investimentos e mercado de capitais e outro, mais heterogêneo, formado por aqueles interessados nas iniciativas de educação financeira – no qual eu me incluía.

O que reunia essas pessoas na ocasião eram as discussões sobre a maneira como as decisões financeiras eram tomadas. Como as pessoas decidem onde investir? Como avaliam o que consumir e o que poupar?

Como administram os recursos financeiros? Como desenvolvem a capacidade de planejar? Especialistas e acadêmicos de diferentes áreas foram chamados para expor recentes experiências e pesquisas que trouxessem respostas a essas questões. Gestores de políticas públicas, consultores independentes ou profissionais de empresas privadas ligados ao universo financeiro buscavam conhecer o comportamento humano no que se refere ao uso do dinheiro para desenvolver formas de “melhorar” a maneira como as pessoas organizam suas finanças, formando possíveis investidores.²

Interessada em estudar a Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef),³ havia me inscrito na Conferência com intuito de compreender como ocorria, na prática, o desenvolvimento dessa política. Minha principal intenção, nesse início de trabalho de campo, era conhecer os programas de educação financeira, seus atores e público-alvo. Em especial, buscava entender como essas iniciativas se desdobravam para além das páginas do plano diretor de uma política pública.⁴

Tendo em vista que a Enef visava ampliar a compreensão das pessoas acerca dos conceitos e produtos financeiros, desenvolvendo competências para que elas aprimorassem suas escolhas financeiras e soubessem administrar seus recursos, imaginava que os economistas e as teorias econômicas ocupariam o centro das discussões. Ao longo da Conferência, entretanto, observei que muitos dos painéis eram conduzidos por psicólogos e neurocientistas, e, nesse sentido, eram as discussões sobre o comportamento das pessoas e o funcionamento do cérebro que ganhavam relevância.

A plateia mostrava-se atenta ao acompanhar as imagens coloridas que destacam ora o hemisfério esquerdo do cérebro, ora o direito. Modelos de tomada de decisão eram apresentados junto com as regiões do cérebro acionadas na execução de determinada atividade. Como explicado por um palestrante, as pesquisas em neurofinanças haviam se desenvolvido recentemente. Com a ajuda de técnicas menos invasivas e novas ferramentas, passou a ser possível “desvendar o cérebro” e não mais considerá-lo uma “caixa-preta”. A ressonância magnética funcional ou o eletroencefalograma associado aos jogos de simulação e às análises estatísticas traziam novas formas de acessar o que antes parecia inacessível. Era a partir das atividades cerebrais que a tomada de decisão e comportamentos financeiros poderiam ser explicados.⁵

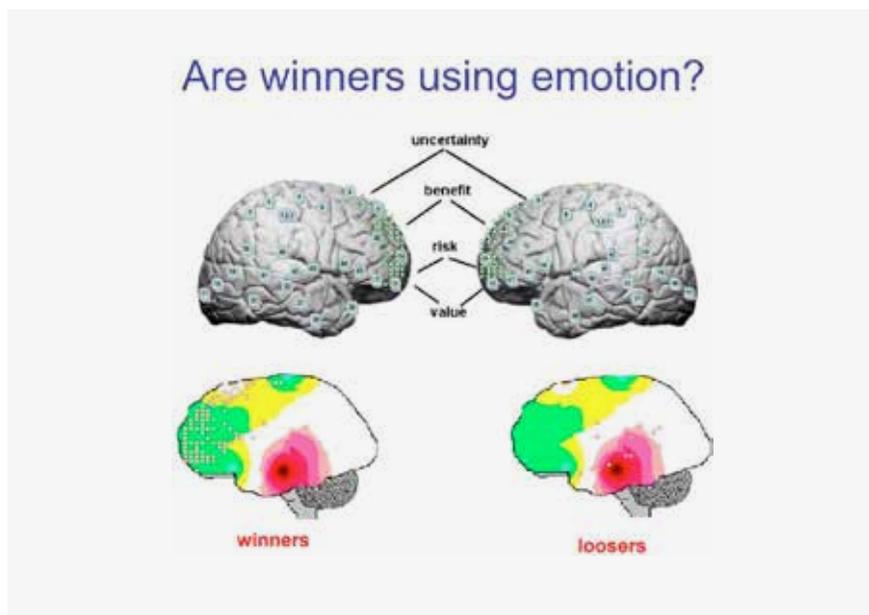


Figura 1
Exemplo de imagens transmitidas nas apresentações
Fonte: iecbrazil.com.br

Tomo a Conferência de 2014 como ponto de observação privilegiado para descrever o modo como as ciências comportamentais passaram a integrar-se à política de educação financeira. Os registros desse evento permitem destacar o momento em que saberes relativos ao funcionamento do cérebro e propensões comportamentais são apresentados e legitimados como relevantes contribuições para aprimorar as iniciativas de educação financeira. Diferentemente do que imaginava, as principais discussões da Conferência de Educação Financeira e Comportamento do Investidor não se voltavam aos conteúdos e técnicas que envolveriam um projeto pedagógico em finanças (aprofundando-se em temas como finanças pessoais; técnicas de orçamento e de planejamento; avaliações de investimentos em previdência social e privada; ou mesmo instruções sobre o sistema financeiro nacional) – estavam em discussão, principalmente, as emoções, os comportamentos e a racionalidade humana. Grande parte do enfoque apoiava-se no funcionamento do cérebro e, conseqüentemente, no argumento de que conhecer o funcionamento desse órgão poderia auxiliar a construção de intervenções mais eficazes para o ajuste das condutas das pessoas, em especial na melhoria da tomada de decisões financeiras.

Esse texto, apresenta-se assim, como um registro de pesquisa que se propõe explorar em que contexto as ciências comportamentais ganham espaço dentro das iniciativas de educação financeira desenvolvidas no país. A

partir de uma abordagem etnográfica, busco demonstrar a importância da Conferência de Educação Financeira e Comportamento do Investidor como ferramenta para reunir agentes dispersos e conferir legitimidade e congruência a um conjunto de teorias que – na intersecção da psicologia e economia – discutem os mecanismos da tomada de decisões econômicas.

Dividido em três partes, o artigo começa como uma rápida descrição da Enef para, em seguida, apresentar como essa política, inicialmente pausada em pedagogias relacionadas à administração dos orçamentos pessoais e familiares, adquire novos contornos mediante mudanças na concepção da(s) racionalidade(s) dos agentes. Na última seção, recupero as críticas de Polanyi sobre o conceito de *Homo oeconomicus* com o intuito de refletir sobre os modelos de intervenção propostos pelas ciências comportamentais.

UMA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A educação financeira é o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e dos produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação claras, adquiram os valores e as competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos neles envolvidos e, então, façam escolhas bem informados, saibam onde procurar ajuda, adotem outras ações que melhorem o seu bem-estar, contribuindo, assim, de modo consistente para formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro (Brasil, 2010: 20).

Inspirado no conceito de educação financeira promovido pela OCDE, o governo brasileiro, desde 2010, vem construindo iniciativas próprias a favor do desenvolvimento de competências financeiras nas pessoas. Considerada pelos representantes do Sistema Financeiro Nacional um tema urgente, a Enef foi decretada política pública de Estado com o objetivo de auxiliar as pessoas a estar mais preparadas para tomar decisões financeiras.

Entre os elaboradores da Enef⁶ havia o entendimento de que, nos últimos tempos, muitos fatores confluíam de forma a tornar mais difícil a decisão das pessoas sobre quais serviços e ferramentas utilizar, entre eles: o aumento do número de instituições que passaram a oferecer produtos e serviços financeiros; a grande variedade e também semelhanças entre os produtos; e a maior complexidade dos instrumentos, fazendo-se necessárias habilidades específicas para a compreensão das informações prestadas pelas instituições, bem como para análise dos custos e riscos das contratações. Diante desse cenário, é oferecido, em resposta, um modelo pedagógico elaborado para a redução dos riscos que decisões de consumo ou de aplicações financeiras não adequadas podem trazer para o futuro do próprio indivíduo ou de sua família (Soares, 2017; Fernandes, 2019).

Outros dois motivos, todavia, parecem essenciais para a compreensão das preocupações do governo brasileiro com a educação financeira: o pri-

meiro deles aborda o envelhecimento da população, considerando um significativo incremento dos gastos com a saúde; o segundo considera a redução da taxa de natalidade, fator que, no futuro, implicaria menor número de trabalhadores e maior camada da população aposentada, elementos que, nesse caso, são vistos como desafios para a previdência social.

Há, assim, grande interesse por parte dos governos de que as pessoas tenham poupança, saibam fazer investimentos e acompanhem a gestão de seus recursos ao longo da vida. Diante desse desafio, diferentes iniciativas de educação financeira foram colocadas em prática, tanto para crianças e adolescentes⁷ quanto para o público adulto. A Conferência era mais uma dessas iniciativas – a partir de sua primeira edição, em 2013, tornou-se evento anual, relevante não apenas por mobilizar um grande número de pessoas e legitimar um conjunto de saberes, mas, principalmente, por promover o compartilhamento de experiências entre a academia e agentes responsáveis pelo desenvolvimento de programas tanto no setor público quanto no privado.⁸

AS CIÊNCIAS COMPORTAMENTAIS E AS CRÍTICAS AO *HOMO OECOMICUS*

Para os que trabalhavam com o tema da educação financeira, a Conferência havia se tornado um evento aguardado. Sua inscrição gratuita e aberta a todos os interessados favorecia o encontro de uma grande quantidade de pessoas de diferentes estados do país, além de integrar como palestrantes um conjunto de especialistas (profissionais de mercado ou acadêmicos) com atuação internacional.⁹

Para os educadores e consultores financeiros – os quais pude acompanhar durante o trabalho de campo – a Conferência tinha um papel de formação: era o momento de conhecer os recentes estudos de educação financeira, identificar tendências, informar-se sobre novos conceitos e as principais discussões ligadas à temática. No entanto, não apenas o conteúdo das palestras era atrativo ao público participante; a oportunidade de interação produzida pelo encontro também era valorizada como ocasião para circular, conhecer pessoas e se relacionar com outros profissionais da área,¹⁰ oportunidade ainda para divulgar seu próprio trabalho e conhecer os variados projetos em andamento.¹¹

Na edição de 2014, o discurso de abertura, proferido pelo presidente da CVM, anunciava o caráter interdisciplinar do encontro e convidava a plateia a manter “as cabeças abertas”. Nas boas-vindas ao evento, era pedido aos participantes que se mantivessem receptivos às novas teorias que seriam apresentadas. Em seguida, era sugerido que a incorporação dos saberes das ciências comportamentais aos programas de educação financeiras seria uma oportunidade de “pensar fora do quadrado”.

Os painéis e as discussões subsequentes apresentaram estudos oriundos da economia comportamental, neuroeconomia e psicologia econômica.

As diferentes abordagens teóricas e metodológicas dessas áreas, no entanto, eram reunidas e apresentadas ao longo da Conferência sob o guarda-chuva das ciências comportamentais. Esse campo de pesquisa era, assim, alargado e tornava-se capaz de acolher diferentes estudos, sejam eles relacionados à psicologia, psicologia econômica, neurociência, às neurofinanças, economia comportamental, economia cognitiva ou até mesmo à sociologia, antropologia e ao marketing.

Pesquisas sobre o funcionamento do cérebro ganhavam destaque nesse encontro principalmente pelo objetivo perseguido pela CVM de ampliar o número de poupadores no país. Uma vez que entre as metas da instituição estava o desenvolvimento da formação de poupança, uma pergunta surgia como incontornável aos reguladores e analistas financeiros: “por que as pessoas não poupam?”. Logo, na tentativa de responder a esse questionamento fazia-se a aposta em estudos sobre a escolha humana, visando, em seguida, traduzir os achados em intervenções práticas – ações que, ao final, garantissem mudanças nos comportamentos econômicos das pessoas.

Era nesse sentido que os aportes trazidos pelas ciências comportamentais surgiam como um novo recurso para as iniciativas de educação financeira. Frente aos questionamentos dos resultados obtidos com a avaliação dos programas executados, conformava-se a ideia de que apenas a oferta de informações não se mostrava suficiente para que as pessoas absorvessem o conteúdo transmitido e transformassem conhecimento em novos comportamentos. Pesquisas ponderavam o alcance dos programas e apontavam que a própria passagem do tempo levaria as pessoas a perder a motivação de manter as práticas financeiras aprendidas (Fernandes, Lynch & Netemeyer, 2014; Kaiser & Menkhoff, 2016). Enquanto alguns autores argumentavam que as intervenções pareciam se correlacionar muito pouco com a melhoria dos conhecimentos e habilidades financeiras, outros defendiam que políticas educativas alcançavam apenas alguns de seus objetivos e seria exigido mais tempo para produzir os efeitos esperados (Lusardi, 2003; Miller et al., 2015).

A validade de um modelo pedagógico pautado em um agente racional que reúne informações, planeja e calcula suas opções para a tomada de decisões passou a ser contestada. Uma vez que controvérsias colocavam em dúvida a capacidade preditiva de teorias econômicas relacionadas à tomada de decisão, abria-se espaço para pesquisas que procuravam compreender empiricamente os processos de escolha. Diante das críticas, o método empírico das ciências comportamentais ganhava mais atenção e mostrava-se como um caminho para se conhecer melhor o agente-alvo da política pública e, conseqüentemente, melhorar as abordagens dos programas. Pesquisas em psicologia e economia comportamental identificavam uma série de li-

mitações cognitivas que atuava de forma a impedir que os agentes tomassem decisões racionais. Esses estudos foram apresentados como capazes de melhorar os modelos econômicos por incorporar a psicologia.

Na intersecção entre economia e psicologia, as pesquisas de Herbert Simon (1955, 1982) sobre a “racionalidade limitada” são consideradas precursoras da economia comportamental. O autor, interessado na escolha humana, argumenta que não haveria como predizer exatamente como as pessoas se comportam e insiste que são desconhecidas as variáveis relevantes para a compreensão das decisões, por exemplo, quais informações são privilegiadas ou quais são os interesses particulares que motivam os agentes. Amos Tversky e Daniel Kahneman (1974, 1979), mais tarde, demonstraram que, em situações complexas, mesmo os agentes detentores de informações poderiam cometer erros de escolha. A partir de uma série de experimentos, os autores buscaram evidenciar que a intuição poderia fazer com que as pessoas tomassem decisões consideradas erradas. Richard Thaler, por sua vez, amplia as críticas ao *Homo oeconomicus*, argumentando sobre a importância do contexto no processo de escolha (Thaler, 1980, 1999; Thaler & Shefrin, 1981). Ao destacar o contexto, o autor aponta para a possibilidade de influenciar decisões a partir do modo como as escolhas são apresentadas. Como argumenta, mesmo os detalhes aparentemente insignificantes podem ter impacto no comportamento das pessoas – esses detalhes poderiam ser usados para desviar o foco ou atrair a atenção para determinadas direções (Thaler & Sunstein, 2008).

Logo, diferentemente do que se aceitava, os indivíduos não deveriam ser considerados perfeitamente racionais ou capazes de utilizar toda a informação disponível em seus processos decisórios. O modelo teórico fundamentado em um indivíduo racional, egoísta, que toma decisões com base em cálculos de custo/benefício (Jevons, 1875; Friedman, 1957), tornava-se alvo de críticas, mesmo nos casos em que fosse considerado apenas uma aproximação fictícia, um modelo de análise.

Ao apresentar uma linguagem simples e acessível para falar da mente, a ciência ou economia comportamental concentra-se especialmente na noção de “vieses cognitivos”. Em outras palavras, as pessoas teriam “atalhos mentais”, isto é, formas abreviadas de tomar decisões – característica essa que as faz economizar tempo na realização de suas escolhas, mas que também pode levar a erros de avaliação (Tversky & Kahneman, 1974). Uma vez que as pessoas precisam tomar muitas decisões por dia, o cérebro disporia de um sistema para fazer escolhas rápidas, às vezes automáticas e com economia de esforço (Kahneman, 2011). No entanto, apesar de as *heurísticas* (nome dado a esses atalhos utilizados para perceber e avaliar dados) serem mecanismos efetivos e importantes no funcionamento do cérebro, em cenários mais complexos, elas também poderiam ser fonte de erros. Chama-

dos de vieses, esses erros sistemáticos, em circunstâncias particulares, se repetiriam de forma previsível.

Para corrigir os vieses de comportamento, uma das principais ferramentas das ciências comportamentais é a utilização de *nudges*, isto é, a aplicação de pequenos estímulos para tentar ajustar condutas. Uma vez que as decisões humanas são falhas e tendenciosas, esses estímulos seriam usados de forma sutil para encorajar determinados comportamentos ou remover barreiras capazes de impedir certas decisões. Logo, o *nudge* não seria uma ordem, mas um ajuste na “arquitetura de escolha” com a intenção de exercer influência (Thaler & Sunstein, 2008). Conhecido como “empurrãozinho” ou “cutucão”, os *nudges* teriam a capacidade de orientar as pessoas para determinadas direções, procurando influenciar o comportamento. Avisos sobre o consumo de calorias, lembretes sobre uma consulta médica, mensagem sobre o vencimento de uma fatura, a inscrição automática em um plano de previdência, a configuração-padrão de um celular, o *design* de um site que apresenta determinadas informações em fontes maiores são exemplos de *nudges* (Sunstein, 2014). Entre os diferenciais dessa solução – que vem atraindo a atenção de instituições públicas e privadas – estaria o baixo custo de implementação frente ao potencial para obter resultados em diferentes áreas, aplicável aos mais variados objetivos, sejam eles ligados à saúde, educação, alimentação ou ecologia.

A crítica ao *Homo oeconomicus* e a ênfase na complexidade da biologia humana marcam a mudança na forma de conceber o processo de escolha dos indivíduos e, conseqüentemente, na forma como as ciências comportamentais propõem intervir para “aprimorar” as decisões. Isso posto, torna-se relevante investigar qual o modelo de agente econômico que passa a vigorar como alvo das políticas baseadas nesses novos conceitos, ferramentas e abordagens.

CORRIGINDO VIESES, AJUSTANDO CONDUTAS

Na antropologia, uma das mais importantes discussões acerca do comportamento econômico e a natureza humana remete aos trabalhos de Karl Polanyi (1944, 1977). O autor não apenas critica o modelo de *Homo oeconomicus*, como também propõe uma reflexão sobre a primazia da ideia de racionalidade na atual sociedade.

A partir de trabalhos etnográficos voltados para a compreensão das sociedades primitivas (Malinowski, 1984; Mauss, 2003; Firth, 1929; Thurnwald, 2018), Polanyi reprovava as interpretações de teóricos econômicos neoclássicos sobre a organização econômica das sociedades. Em seu argumento, defende que as sociedades pré-capitalistas não deveriam ser entendidas como uma forma rudimentar da sociedade de mercado, assim como os comportamentos baseados na maximização dos ganhos e nos cálculos de custo/

oportunidade não deveriam ser concebidos como inatos ao humano.¹² Como lembra o autor, as motivações econômicas poderiam ser orientadas por elementos como religião, obrigações para com a comunidade, poder político, ideais de honra, padrões estéticos etc. – motivos bastante distintos da procura por ganhos individuais descritos como lucro. Polanyi (1977: 5) denomina, assim, “falácia economicista” essa insistência em igualar a economia humana a sua forma mercado (isto é, aquela marcada pelos mecanismos competitivos de oferta-demanda-preço); tal equivalência era entendida como um erro, uma vez que a economia humana seria muito mais rica.

As críticas de Polanyi (1977) se dão em direção à arbitrariedade dessas definições tomadas como universais. Apesar de reconhecer o triunfo do racionalismo econômico, considerava um mito reduzir toda a vida humana a indivíduos que se comportam dentro da lógica de mercado.

Vale, entretanto, ressaltar que essas posições de Polanyi são distintas do modo como a economia comportamental vem construindo as críticas ao *Homo oeconomicus*. Verifica-se que esta última preserva a ideia de racionalidade econômica. Apesar das frequentes críticas ao conceito de agente econômico racional, egoísta e maximizador de seus interesses, esse modelo não é descartado, mas humanizado.

Como bem descreve Bergeron et al. (2018), mesmo que pesquisadores critiquem o conceito de *Homo oeconomicus* como uma abstração teórica afastada da realidade e admitam que as pessoas são seres humanos falhos (que se confundem, agem de forma intuitiva e cometem erros sistemáticos), a abordagem empiricamente verificável da economia comportamental não se impõe necessariamente como uma ruptura com o modelo neoclássico, uma vez que o comportamento racional é mantido como quadro de referência. Nessa perspectiva, a racionalidade humana seria naturalmente falha, cabendo à economia comportamental corrigir ou explorar esses defeitos para fazer as ações individuais convergirem a um modelo ideal, bastante próximo da racionalidade do *Homo oeconomicus*.

Logo, a economia comportamental pode ser entendida como complementar às teorias econômicas neoclássicas, oferecendo subsídios capazes de aprimorá-las. Como propõe Richard Thaler (2016), o conjunto de dados com que trabalham os economistas poderia ser enriquecido a partir de experimentos de laboratórios, dos dados colhidos em campo ou das informações obtidas a partir de imagens cerebrais. Seguindo o raciocínio do autor, a economia comportamental não deveria ser interpretada como uma “revolução”, mas como o começo do desenvolvimento de teorias que levem em conta agentes humanos, pessoas reais.

A perspectiva de Thaler reforça a argumentação de Callon (1998: 22) de que o *Homo oeconomicus*, de fato, existe. Tal existência, no entanto, não deve ser interpretada como parte da natureza humana, mas como o resul-

tado de processos de configuração, em que investimentos de toda sorte são feitos a fim de conformar e equipar os agentes, de forma que eles possam se aproximar da racionalidade econômica desejada. Nesse sentido, é válido reforçar que são justamente as práticas, os saberes e as ferramentas desenvolvidos para modelar esse *Homo oeconomicus* que continuam chamando a atenção e tornando-se objeto de reflexão dos pesquisadores da antropologia da economia.

Ao analisar o desenvolvimento da Enef, ficou nítido que somadas às iniciativas educativas ganham espaço as experiências que utilizam *nudges*. Frente às controvérsias sobre os reais resultados das iniciativas pedagógicas voltadas para a educação financeira, as ciências comportamentais apresentam novas modalidades de intervenção para governar as condutas das pessoas. Nessa trajetória, eventos como a Conferência descrita neste texto funcionam como uma espécie de incubadora – um espaço para divulgação e legitimação das novas abordagens metodológicas – com a função de aproximar a academia e gestores de políticas públicas, sugerindo e estimulando os especialistas que ultrapassem as iniciativas pedagógicas. Se cada vez mais o cérebro passa a responder por fatores anteriormente atribuídos ao indivíduo, ao ambiente e à sociedade (Ortega, 2009; Rose & Abi-Rached, 2013), vale estar atento para acompanhar os tipos de intervenções que surgirão a partir dele.

Recebido em 29/05/2020 | Revisto em 08/12/2020 | Aprovado em 07/01/2021

Viviane Fernandes é doutora em antropologia social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (UFRJ) e atualmente realiza estágio pós-doutoral na mesma instituição. É pesquisadora do Núcleo de Pesquisas em Cultura e Economia (NuCEC).

NOTAS

- 1 Em 2017, após aprovação da fusão entre BM&FBovespa e Cetip, a nova companhia de infraestrutura de mercado financeiro passa a ser conhecida como B3 (Brasil, Bolsa, Balcão).
- 2 Para conhecer mais sobre o trabalho de formação de investidores, ver Leite (2016, 2017).
- 3 Lançada em dezembro de 2010, pelo decreto n. 7.397 do governo federal, a Enef é uma política de Estado que tem como objetivo promover a educação financeira e previdenciária no país.
- 4 A pesquisa de Mauss e Hubert (2003) no intuito de desenvolver uma teoria geral da magia serviu-me de inspiração metodológica nesses primeiros passos do estudo. Ainda buscando compreender o que eram e como se desenvolviam as iniciativas de educação financeira, comecei a catalogar suas definições e a reconhecer seus elementos (atores, práticas e representações). Meu objetivo era consolidar uma série de informações a fim de ter uma imagem mais completa de como vinha sendo desenvolvida a política em suas muitas frentes. Como eram pouquíssimos os estudos sobre educação financeira no país, busquei organizar as diferentes informações que coletava (a partir de artigos, matérias de jornais, projetos de lei, eventos, entrevistas, planos de implementação de política pública) seguindo o mesmo formato de organização dos dados utilizados pelos autores – (a) históricos e fontes; (b) definição, (c) elementos e (d) análise e explicação.
- 5 Natasha Schüll e Caitlin Zaloom (2011) exploram o recente campo da neuroeconomia. As autoras apresentam o crescimento das discussões e controvérsias em torno das atividades cerebrais e a possibilidade de intervenção governamental nos problemas de escolha humana. Já a dissertação de Guilherme Giufrida (2015) também se dedica a compreender os avanços dos “estudos da mente”, apresentando o desenvolvimento da psicologia econômica, da neuroeconomia e do neuromarketing no Brasil.
- 6 Banco Central do Brasil (BCB), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Superintendência Nacional de Pre-

vidência Complementar (Previc) e Superintendência de Seguros Privados (Susep) são os quatro reguladores do Sistema Financeiro Nacional que estão à frente da elaboração e condução da Enef.

- 7 Para crianças e adolescentes, a implementação da Enef foi estimulada por intermédio das escolas. O material diádico é composto por um conjunto de livros produzido especificamente para cada ano do ensino fundamental e médio.
- 8 A conferência ocorre anualmente no segundo semestre do ano. Em 2020, foi realizada sua oitava edição. O histórico da programação e das apresentações realizadas pode ser encontrado no site <<http://www.iecbrazil.com.br/>>.
- 9 Os trabalhos de Brien Moeran, sobre feiras de livros, e Lise Skov, sobre feiras de negócios de moda, também chamam a atenção para o fato de esses eventos funcionarem como “pontos nodais” (Moeran, 2010), sendo capazes de reunir e colocar em relação atores que estão geograficamente dispersos (Skov, 2006).
- 10 Apesar de se concentrar em um universo bastante distinto, John Comerford (1999: 46) interpreta as reuniões como elemento importante na produção de um espaço de sociabilidade e de consolidação de redes de relações. Essa interpretação é bastante produtiva para examinar os eventos/conferências de educação financeira. Apoiada na perspectiva do autor, compreendo que, para além de uma dimensão prática – relativa à disseminação de conteúdo –, esses eventos também são importantes para construir um universo social no qual são reunidos agentes, compartilhadas teorias, apresentadas ferramentas, legitimadas determinadas práticas e, conseqüentemente, consolidada a própria política de educação financeira.
- 11 Para uma discussão mais detalhada sobre a relevância do *networking* em eventos, ver o trabalho de Monise Picanço (2019), que ao abordar as feiras de negócios discute a importância da circulação dos participantes na construção de relacionamentos.
- 12 No capítulo *The descente of economic man*, Gareth Dale (2010) apresenta as críticas de Polanyi à economia clássica e apresenta os conceitos de economia substativista e formalista desenvolvidos pelo autor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bergeron, Henri et al. (2018). *Le biais comportementaliste*. Paris: Press de Science Po.
- Brasil. (2010). *Estratégia nacional de educação financeira: plano diretor*. Brasília: Conef.
- Callon, Michael. (1998). *The law of markets*. Oxford: Blackwell.
- Comerford, John. (1999). *Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política.
- Dale, Gareth. (2010). *Karl Polanyi: The limits of the market*. Cambridge: Polity Press.
- Fernandes, Daniel; Lynch, John & Netemeyer, Richard. (2014). Financial literacy, financial education, and downstream. *Financial Behaviors. Management Science*, 60/8.
- Fernandes, Viviane. (2019). *Cuidando da saúde financeira: uma etnografia sobre endividamento*. Tese de Doutorado. PPGAS/Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Firth, Raymond. (1929). *Primitive economics of the New Zealand Maori*. London: George Routledge.
- Friedman, Milton. (1957). *Theory of the consumption function*. New Jersey: Princeton University Press.
- Giufreda, Guilherme. (2015). *Exatas e humanas: uma antropologia dos estudos da mente e da economia*. Dissertação de Mestrado. PPGAS/Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Jevons, William. (1875). *Money and the mechanism of exchange*. New York: D. Appleton and Co.
- Kahneman, Daniel. (2011). *Thinking, fast and slow*. New York: Farrar, Straus and Giroux.
- Kaiser, Tim & Menkhoff, Lukas. (2016). Does financial education impact financial behavior, and if so, when? *Discussion Paper*, 1562.
- Leite, Elaine Silveira. (2017). A resignificação da figura do especulador-investidor e as práticas de educação financeira. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, 17/1.
- Leite, Elaine Silveira. (2016). *Reconversão de habitus: o advento do ideário de investimento no Brasil*. São Carlos, 2011. Tese de Doutorado. PPGS/Universidade Federal de São Carlos.

Lusardi, Annamaria. (2003). Saving and the effectiveness of financial education. *Pension Research Council WP2003-14*. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=47602>>. Acesso em 20 abr. 2019.

Malinowski, Bronislaw. (1984) [1922]. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril.

Mauss, Marcel. (2003) [1924]. Ensaio sobre o dom. In: Mauss, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify.

Mauss, Marcel & Hubert, Henri. (2003). Esboço de uma teoria geral da magia. In: Mauss, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify.

Miller, Margaret et al. (2015). Can you help someone become financially capable? A meta-analysis of the literature. *World Bank Research Observer*, 30/2, p. 220-246.

Moeran, Brian. (2010). The book fair as a tournament of values. *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, 16/1.

Ortega, Francisco. (2009). Neurociências, neurocultura e autoajuda cerebral. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, 13/31, p. 247-260.

Picanço, Monise. (2019). *Caleidoscópio da valoração. A HSM Expomanagement e o processo de constituição de seus produtos*. Tese de Doutorado. PPGS/Universidade de São Paulo.

Polanyi, Karl. (1977). *The livelihood of man*. New York: Academic Press.

Polanyi, Karl. (1944). *The great transformation*. New York/Toronto: Farrar & Rinehart.

Rose, Nikolas & Abi-Rached, Joelle. (2013). *Neuro: the new brain sciences and the management of the mind*. Princeton: Princeton University Press.

Schüll, Natasha & Zaloom, Caitlin. (2011). The shortsighted brain: neuroeconomics and the governance of choice in time. *Social Studies of Science*, 41/4.

Simon, Herbert. (1982). *Models of bounded rationality*. Cambridge: MIT Press.

Simon, Herbert. (1955). A behavioral model of rational choice. *The Quarterly Journal of Economics*, 69/1.

Skov, Lise. (2006). The role of trade fairs in the global fashion business. *Current Sociology*, 54/5.

- Soares, Fabrício. (2017). *Os debates sobre a educação financeira em um contexto de financeirização da vida doméstica, desigualdade e exclusão financeira*. Tese de Doutorado. PPGCS/Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- Sunstein, Robert. (2014). Nudging: a very short guide. *Journal of Consumer Policy*, 37, p. 583-588.
- Thaler, Richard. (2016). Behavioral economics: past, present and future. *American Economic Review*, 106/7.
- Thaler, Richard. (1999). Mental accounting matters. *Journal of Behavioral Decision Making*, 12.
- Thaler, Richard. (1980). Toward a positive theory of consumer choice. *Journal of Economics Behavior and Organization*, 39.
- Thaler, Richard & Shefrin, Hersh. (1981). An economic theory of self-control. *Journal of Political Economics*, 89/2.
- Thaler, Richard & Sustein, Cass. (2008). *Nudge: improving decisions about health, wealth, and happiness*. New Haven: Yale University Press.
- Thurnwald, Richard. (2018) [1932]. *Economics in primitive communities*. London: Routledge.
- Tversky, Amos & Kahneman, Daniel. (1979). Prospect theory: an analysis of decision under risk. *Econometrica*, 47/2.
- Tversky, Amos & Kahneman, Daniel. (1974). Judgment under uncertainty: heuristics and biases. *Science*, 185/4157.

DA EDUCAÇÃO AO EMPURRÃO: A PARTICIPAÇÃO DAS CIÊNCIAS COMPORTAMENTAIS EM PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Resumo

No formato de registro de pesquisa o artigo explora em que contexto as ciências comportamentais ganham espaço dentro das iniciativas de educação financeira no país. A partir de uma abordagem etnográfica, examino a importância da Conferência de Educação Financeira e Comportamento do Investidor como ferramenta para reunir agentes dispersos e conferir legitimidade e congruência a um conjunto de teorias que – na intersecção da psicologia e economia – discutem os mecanismos da tomada de decisões econômicas.

FROM EDUCATION TO NUDGE: BEHAVIORAL SCIENCES IN FINANCIAL EDUCATION PROGRAMS

Abstract

This paper explores in which context the behavioral sciences become relevant to financial education initiatives in the country. From an ethnographic approach, I examine the importance of the Financial Education and Investor Behavior Conference as a tool to bring together dispersed agents and confer legitimacy and congruence to a set of theories that – at the intersection of psychology and economics – discuss the mechanisms of decision making.

Palavras-chave

Educação financeira;
ciências comportamentais;
homo oeconomicus;
política pública.

Keywords

Financial education;
behavioral sciences;
homo oeconomicus;
public policy.

MEMÓRIA

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Departamento de Antropologia, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
maria.raquel.lima@uerj.br
<https://orcid.org/0000-0003-0143-0558>

Maria Raquel Passos Lima¹

MARSHALL SAHLINS (1930-2021): PROVOCAÇÕES DE UMA ANTROPOLOGIA INQUIETA COMO LEGADO PARA O FUTURO

A notícia do falecimento de Marshall Sahlins, aos 90 anos de idade (27/12/1930-05/04/2021), vem acompanhada de grande pesar e do inevitável reconhecimento de seu legado à antropologia, a ponto de não soar estranho alçá-lo ao status de clássico da disciplina. Antropólogo estadunidense, Sahlins deixou profundas influências na antropologia cultural da segunda metade do século XX até a contemporaneidade com obra marcada pelo senso de humor, às vezes ácido, e por um pensamento inquieto, provocador e sempre aberto a embates e mudanças.

Centrados principalmente na região do Pacífico, nas Ilhas Fiji e no Havaí, seus trabalhos contribuíram para o desenvolvimento da teoria antropológica, abordando questões que atravessam os campos da antropologia econômica, histórica e política, refletindo sobre parentesco, biologia, religião e sistemas de pensamento, a partir de um entendimento dinâmico e não reducionista da cultura.

À visão da cultura como algo em transformação, corresponde a abertura com que assimilou influências diversas ao longo de sua trajetória, permitindo que sua perspectiva sobre os fenômenos culturais, longe de se manter estática e objetificada, também se aprimorasse. Com formação de bacharel em artes (1951) e mestre em antropologia (1952) pela Universidade de Michigan, em Ann Arbor, e doutorado pela Universidade de Columbia (1954), Sahlins iniciou sua carreira sob influência de Leslie White, cujo pensamento marcado por uma visão materialista e evolucionista se refletiu em suas primeiras publicações, como *Evolution and culture* (1960).

No final da década de 1960, Sahlins passou dois anos em Paris, sendo influenciado pelo ambiente intelectual francês e pelo estruturalismo de Clau- de Lévi-Strauss. Na década de 1970, lançou diversos ensaios nos quais é um crítico insistente do *homo economicus* e da pretensão universalista da racio- nalidade econômica ocidental, apontando a base cultural e a relatividade do pen- samento burguês como uma lógica cultural específica, que chamou de razão prática. “A sociedade afluente original” e “*La pensée bourgeoise: a sociedade oci- dental como cultura*”, publicados originalmente em *Stone age economics* (1972) e *Culture and practical reason* (1976) são alguns exemplos influentes.

O embate crítico contra a crença numa racionalidade prática universal atravessa sua obra chegando à interpretação da morte do capitão James Cook no Havaí em 1779, com *Islands of history* (1985), e à disputa com o antropólogo cingalês Gananath Obeyesekere, que publicou *The apotheosis of captain Cook* (1992), acusando Sahlins de “exotização” dos povos havaianos. Sahlins rebate as críti- cas de Obeyesekere com a publicação de *How “natives” think: about captain Cook, for example* (1995), gerando assim um dos debates mais notáveis da história da antropologia. Nele, Sahlins reafirma a diversidade das ontologias e das lógicas culturais contra a ideia de uma racionalidade única, que imputa ao cingalês, cuja visão eurocêntrica corresponderia a uma “antiantropologia”, por negar a especificidade cultural havaiana.

Com seus trabalhos no campo da antropologia histórica, Sahlins contri- buiu para o desenvolvimento de questões teóricas, refletindo sobre a relação entre estrutura e evento, ao tratar do problema da mudança cultural. A partir da noção de “estrutura da conjuntura”, apontou o equívoco em pensar “evento” e “estrutura” como oposição, fornecendo síntese que permite uma análise es- trutural diacrônica da cultura.

Leccionou na Universidade de Michigan de 1957 a 1973, e a partir de 1974 ingressou no departamento de antropologia da Universidade de Chicago, cida- de em que nasceu, tonando-se professor emérito de antropologia (the Charles F. Grey Distinguished Service Professor of Anthropology Emeritus). Professor visitante em universidades estrangeiras, recebeu honrarias de diversas asso- ciações e universidades. Publicou 19 livros, produziu mais de 100 artigos e en- saios, e seu trabalho foi traduzido para mais de 20 idiomas. Seus últimos livros publicados dedicaram-se à reflexão sobre parentesco e política, como *What kinship is – and is not* (2013), e *On kings* (2017), em coautoria com David Graeber.

Sahlins também se caracterizou por seu ativismo e pela defesa da liber- dade de pensamento. Atuou ativamente contra a Guerra do Vietnã, tendo in- ventado uma forma de protesto realizada dentro da universidade conhecida como *teach-in*, com o objetivo de mobilizar as comunidades acadêmicas a de- batar e enfrentar desafios como as guerras dos EUA, as reformas neoliberais e os efeitos da globalização econômica. Em 2013, renunciou à Academia Nacional de Ciências (NAS) como forma de protesto contra a eleição de Napoleon Chag-

non, cujos métodos de pesquisas e análises sociobiológicas desaprovava, e contra pesquisas militares com fins bélicos.

Manteve-se intelectualmente ativo e produtivo, sendo, desde 2001, editor executivo do selo Prickly Paradigm Press, especializado em pequenos panfletos como provocação ao pensamento contemporâneo, pelo qual publicou *Waiting for Foucault, still* (2002). O último projeto ao qual se dedicou foi a escrita de uma obra em três volumes sobre as culturas e o pensamento oceânicos, cujo primeiro volume, intitulado *The new science of the enchanted universe*, será publicado em 2022.

A antropologia perde um de seus grandes expoentes, mas, sobretudo, o mundo perde um pensador de mente perspicaz e espírito inconformista. Não cabe aqui, porém, qualquer pessimismo sentimental, pois seu legado intelectual permanece. Que suas ideias continuem em vivaz movimento, contribuindo para o desenvolvimento histórico da antropologia por caminhos tão desafiantes quanto profícuos.

Maria Raquel Passos Lima é professora adjunta do Departamento de Antropologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ICS/Uerj), doutora em antropologia cultural pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFRJ) e bacharel em ciências sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Graeber, David & Sahlins, Marshall. (2017). *On kings*. Chicago: Hau Books, distributed University of Chicago Press.

Obeyesekere, Gananath. (1992). *The apotheosis of captain Cook: European mythmaking in the Pacific*. Princeton: Princeton University Press.

Sahlins, Marshall. (in press). *The new science of the enchanted universe*. Princeton: Princeton University Press.

Sahlins, Marshall. (2013). *What kinship is – and is not*. Chicago: The University of Chicago Press.

Sahlins, Marshall. (2002). *Waiting for Foucault, still*. Chicago: Prickly Paradigm Press.

Sahlins, Marshall. (1995). *How “natives” think: about captain Cook, for example*. Chicago: The University of Chicago Press.

Sahlins, Marshall. (1985). *Islands of history*. Chicago: The University of Chicago Press.

Sahlins, Marshall. (1976). *Culture and practical reason*. Chicago: The University of Chicago Press.

Sahlins, Marshall. (1972). *Stone age economics*. Chicago: Aldine-Atherton.

Sahlins, Marshall & Service, Elman (eds.). (1960). *Evolution and culture*. Ann Arbor: University of Michigan Press.

RESENHAS

I Universidade Federal de Pelotas (UFPEl), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Pelotas, RS, Brasil
elaineleite10@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-1402-3839>

Elaine da Silveira Leite¹

AUTOAJUDA FINANCEIRA: GOVERNABILIDADE NEOLIBERAL E A PRODUÇÃO DE SUJEITOS

Fridman, Daniel. (2017).

Freedom from work: embracing financial self-help in the United States and Argentina. Stanford: Stanford University.¹

Freedom from work: embracing financial self-help in the United States and Argentina, publicado em 2017 pela Stanford University Press – cuja tradução, lançada em maio de 2019 pela Siglo XXI Ediciones, se intitula *El sueño de vivir sin trabajar: una sociología del emprendedorismo, la autoayuda financiera y el nuevo individuo del siglo XXI* – é leitura fundamental para antropólogos e sociólogos econômicos que se interessam por temáticas que interseccionam questões sobre economia e cultura, neoliberalismo e construção de sujeitos econômicos.

Daniel Fridman apresenta aos leitores o universo da autoajuda financeira, seus produtos e sociabilidades, apontando suas implicações no dia a dia de pessoas norte-americanas e argentinas de classe baixa e média que,

motivadas pelas técnicas da autoajuda, passam a empregar ferramentas de cálculo em busca da liberdade financeira. Nesse sentido, oferece uma refinada análise de como sujeitos econômicos são constituídos na sociedade contemporânea.

No Brasil, o segmento conhecido como autoajuda financeira é classificado também como literatura de finanças pessoais. Os escritores mais notórios são considerados gurus – e a ascensão desse setor marca o surgimento de um circuito de consultores financeiros para indivíduos e famílias que vem crescendo vertiginosamente no país. Aqui, os consultores mais famosos se tornam figuras frequentes nos diversos órgãos da mídia, além de se destacar por vender livros, palestras, cursos e vídeos sobre o assunto (Leite,

2011, 2017). Em geral, as orientações desse ramo enfatizam a educação financeira, sendo que a ideia “faça com que seu dinheiro trabalhe para você, não trabalhe para o seu dinheiro”,² como propõe Fridman (p. 32), se torna o principal mantra desse universo.

Nesse segmento, observa-se a relevância de *Pai rico, pai pobre: o que os ricos ensinam a seus filhos sobre dinheiro* (1997), escrito por Robert Kiyosaki e Sharon Lechter, que deu origem a diversos produtos, em especial o jogo de tabuleiro Cashflow (ou sua tradução, Corrida dos Ratos). Esse se constituiu num dos principais focos do trabalho de Fridman, por se tratar de ferramenta que tanto ajuda os leitores a se reunir em grupos quanto estimula os indivíduos a mudar sua atitude financeira.

Pai rico, pai pobre, que também é considerado um marco na literatura de finanças pessoais no Brasil (Paula & Wood Jr., 2003; Leite, 2011, 2017), apresenta seis lições que, segundo os autores, ajudarão qualquer pessoa a enriquecer. Nele, o “pai rico”, que nunca concluiu o ensino médio, é quem vai ensinar os passos para a liberdade financeira. O livro procura estabelecer um modelo sobre a diferença entre ativo e passivo, sempre fazendo uso de dualidades, como demonstram os seguintes jogos de ideias: rico/pobre, risco/segurança, empreendedorismo/estabilidade, inteligência/medo e razão/emoção (Leite, 2011, 2017).

É possível constatar o empenho dos autores em consolidar a ideia de “homem rico” em um homem simplesmente inteligente, que sabe colocar o dinheiro a seu próprio serviço, não se

tornando, assim, seu escravo. Dessa forma, legitima-se o mantra referido, fortalecendo uma lógica social que implica a incorporação de técnicas capazes de permitir aos indivíduos transformar-se para alcançar a liberdade financeira.

Desse modo, a grande inovação do trabalho de Fridman está na análise e descrição etnográfica articulada a uma discussão teórica sobre a ascensão do neoliberalismo – ainda cara aos teóricos sociais, mas que Fridman consegue articular teórica e empiricamente ao apresentar a autoajuda financeira como um conjunto de tecnologias do eu (Foucault, 1988) e ao aludir à noção de performatividade econômica (Callon, 1998), bem como de governamentabilidade (Foucault, 2008) para explorar a construção do “eu neoliberal”.

O livro, fruto do trabalho de doutorado de Fridman, expõe os dados das pesquisas etnográficas realizadas em Buenos Aires e Nova York, em especial nos encontros de jogadores de Cashflow, bem como as articulações e os desdobramentos de seus principais interlocutores, seja na organização do Financial Freedom Argentina ou nas discussões de fóruns online.

As dinâmicas observadas por Fridman dão origem às ações e rotinas dos sujeitos que passam a desenvolver uma inteligência financeira associada a atitudes práticas, envoltas pela ideia de liberdade, que dão forma e conteúdo ao “empreendedor de si” (Foucault, 2008). Tal liberdade financeira, de acordo com Fridman, tem dupla conotação: primeiramente, significa “não

ter que trabalhar para obter renda” (p. 5); ao mesmo tempo, é “uma condição interna do eu, em virtude da qual o indivíduo deve superar seus medos para assumir riscos econômicos” (p. 5).

A riqueza da autoajuda financeira é a eficácia de seus produtos, pois as técnicas advindas da autoajuda – associadas às ferramentas de cálculo e aos princípios de liberdade, autonomia e abundância propalados por esse setor – reforçam a ideia de que os indivíduos só vão alcançar a meta desejada se realmente tentarem modificar as regras do jogo e adaptá-las à vida real. Isto é, sair da corrida dos ratos e adentrar o quadrante da independência financeira.

Os jogadores/leitores, portanto, são levados a refletir sobre suas atitudes em relação ao estilo de vida, ao trabalho e à situação financeira. Desse modo, passam a fazer uso de tabelas e cálculos matemáticos para a organização do orçamento, buscando resolver questões econômicas do dia a dia. Assim, Fridman nos mostra que a fabricação de sujeitos econômicos “que opera no mundo da autoajuda financeira não é um processo de cima para baixo, de políticas poderosas realizadas por instituições, mas algo que acontece diariamente” (p. 9).

A produção do “eu neoliberal” evoca a importância da educação financeira, isto é, uma educação instrumental que deve estimular habilidades financeiras relacionadas ao mundo real: “Kiyosaki acredita que as habilidades adquiridas na escola são inúteis quando se trata de alcançar a liberdade financeira” (p. 41). Em tempos de

hostilidade ao conhecimento científico e aos intelectuais, o livro de Fridman também abre espaço para refletir sobre a ascensão do neoliberalismo associado à emergência dessa educação financeira.

Assim, autoajuda financeira e educação passam a ser vistas e legitimadas pela lente do neoliberalismo. A produção desse *homo oeconomicus* subjetivamente confronta o saber acadêmico; ao mesmo tempo, os autores desses *best-sellers* tornam-se produtores de teorias sociais que fornecem explicações acessíveis sobre o funcionamento do mundo somadas a conselhos e técnicas de como agir, operando como um componente sociológico (p. 24), conforme exemplifica Fridman (p. 15-16):

Kiyosaki desenvolveu uma teoria social popular da transição entre o período industrial ou corporativo do capitalismo e o estágio final, financeiro ou neoliberal (com rótulos, lembre-se, de “era industrial” e “era da informação”). A recomendação fundamental para a era atual, diferentemente do que a maioria dos livros de autoajuda corporativa propõe, é que os indivíduos elaborem um plano para que, com o tempo, possam deixar o emprego e receber “renda passiva” dos seus investimentos.

Fatores como incerteza e riscos começam a ser lidos como ativos positivos em contraponto às ideias de estabilidade e previsibilidade que figuraram como características do modelo capitalista do período industrial. Ou seja, a instabilidade passa a ser encarada como autonomia individual,

e a incerteza, como elemento motivacional. Assim, essa teoria se torna legítima e popular, pois vem acompanhada de técnicas motivacionais, orientações e instrumentos de cálculo.

Neste contexto marcado por crises financeiras, vulnerabilidades das relações de trabalho, crescente desemprego e avanço do trabalho informal, a temática do empreendedorismo é incorporada e, ao mesmo tempo, retroalimenta a autoajuda financeira, já que tomar uma atitude e rever a posição atual no trabalho são consideradas atividades empreendedoras, que requerem a entrada no mundo da instabilidade e da incerteza (Leite, 2011, 2017). Desse modo, além do caráter performático da autoajuda financeira, Fridman apresenta o modo como seus interlocutores passam a se engajar neste mundo, ao apontar como empresas de *marketing* multinível entram em sintonia com a autoajuda financeira e reforçam a busca pela liberdade financeira, transformando os indivíduos em agentes autônomos, que superam seus medos e assumem riscos.

Isso posto, o indivíduo é tido como o único responsável por seu sucesso ou fracasso. Assim, Fridman esmiúça a construção do sujeito político neoliberal ao oferecer “um ângulo diferente para observar essas mudanças” trazidas pelo neoliberalismo, que nos “permite ver as tribulações de pessoas que vivem não apenas sujeitas a novas condições econômicas estruturais, mas também expostas a livros populares” (p. 177). Isto é, os produtos da autoajuda financeira fornecem as técnicas necessárias para converter os su-

jeitos em objetos imaginados pela governabilidade neoliberal (p. 14).

Daniel Fridman é sociólogo, graduado pela Universidade de Buenos Aires (Argentina) e doutor pela Universidade de Columbia (EUA). Atualmente, é professor-assistente do Departamento de Sociologia e do Teresa Lozano Long Institute of Latin American Studies da Universidade do Texas, Austin.

Recebida em 16/09/2019 |

Revista em 17/06/2020 |

Aprovada em 22/07/2020

NOTAS

- 1 Há uma edição argentina, de 2019: *El sueño de vivir sin trabajar: una sociología del emprendedorismo, la autoayuda financiera y el nuevo individuo del siglo XXI*. Trad. Elena Odriozola. Buenos Aires: Siglo XXI Editores. [NE]
- 2 Todas as citações diretas contidas nesta resenha são traduções livres elaboradas pela autora.

Elaine da Silveira Leite é professora de sociologia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFPel). É doutora em sociologia pela Universidade Federal de São Carlos com doutorado sanduíche na New York University, no Departamento de Artes e Políticas Públicas. Atua na área da sociologia econômica e das finanças, já publicou pela Lexington Books e é atualmente uma das coordenadoras do GT de Sociologia Econômica da SBS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Callon, Michel. (1998). The embeddedness of economic markets in economics. In: *The laws of the markets*. Oxford: Blackwell.

Foucault, Michel. (2008). *Nascimento da biopolítica*. Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, Michel. (1988). Technologies of the self. In: Martin, Luther H.; Gutman, Huck & Hutton, Patrick H. (eds.). *Technologies of the self*. Amherst: University of Massachusetts, p. 16-49.

Leite, Elaine Silveira. (2017). A resignificação da figura do especulador-investidor e as práticas de educação financeira. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, 17, p. 114-130.

Leite, Elaine Silveira. (2011). *Reconversão de habitus: o advento do ideário de investimento no Brasil*. Tese de Doutorado. PPGS/Universidade Federal de São Carlos. Disponível em <<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/6678/4111.pdf>>. Acesso em 30 out. 2018.

Paula, Ana Paula Paes de & Wood Jr., Thomaz. (2003). Viagem epistemológica às livrarias dos aeroportos. *Revista Administração em Diálogo*, 5, p. 77-86.

SOBRE CAPITALISMO, ESPECULAÇÃO E TEMPO

Adkins, Lisa. (2018).

The time of money. Stanford, California: Stanford University Press.

The time of money é um projeto intelectual complexo, ambicioso e necessário. Em primeiro lugar, porque tem como objetivo último formular um novo quadro teórico-conceitual para a atual fase do capitalismo. Depois, porque faz isso utilizando um vasto aparato empírico (via estudos de caso) e teórico (que inclui antropologia cultural, economia, teoria social clássica e contemporânea, filosofia da história e teorias feministas). Ademais, o livro ainda mobiliza como um importante fator explicativo a ideia de tempo.

Essas contribuições são combinadas com o objetivo de responder a algumas questões essenciais, gerais e atuais: há outra forma de capitalismo em curso? Se sim, como se constrói? Quais suas formas de funcionamento e lógica? Quais os seus mecanismos e

consequências no tecido da vida social? A hipótese que perpassa todo o livro é a de que o capitalismo se transformou, passando a focalizar a especulação.

Suas fontes são tanto a teoria social clássica quanto a contemporânea. Na teoria social clássica, a autora discute sistematicamente a relevância de Marx e Simmel; e na teoria social contemporânea, debate com Bourdieu, Nowotny, Feher e Deleuze. Em Simmel, Adkins focaliza a ideia de que o dinheiro opera não como substância, mas como um elemento multidimensional; enquanto sua “dívida” com Marx reside em um entendimento da especulação como racionalidade, subsidiando sua ideia de que os eixos de coordenação da lógica da especulação dizem respeito à criação de exceden-

tes a partir dos fluxos e movimentos de dinheiro.

A autora também se engaja com uma literatura recente atenta à ampliação da presença das finanças e suas lógicas no domínio do social, tais como Allon (2015), Cooper (2015) e Kornings (2015), e dialoga com os estudos sociais das finanças, que dão atenção à proliferação de instrumentos financeiros e suas operações como dispositivos (mais do que como instrumentos benignos), como, por exemplo, Espósito (2011), Mackenzie (2007), Nesvetailova (2015) e Zaloom (2009).

Ao mobilizar essa bibliografia, argumenta que a lógica da especulação residiria no coração das estratégias de acumulação do capitalismo contemporâneo, guiando e direcionando suas dinâmicas. Essa lógica, entretanto, não se limita a uma prática financeira, antes está presente em toda a vida social cotidiana, e pode ser identificada tanto como um modo de acumulação centrado nas finanças e dinheiro como uma racionalidade que define o tópos da ação social. A lógica da especulação precisa, segundo a autora, ser entendida como uma concepção específica de tempo.

Ao considerar o espraiamento das finanças no cotidiano, Adkins mobiliza os estudos culturais via Allon (2010), La Berge (2014) e Martin (2002) em uma compreensão da acumulação como um conjunto de práticas diárias e rotineiras. Allon (2010, 2015, por exemplo, descreve uma cultura cotidiana de finanças operando em residências ocupadas pelos proprietários. A lógica da especulação imobiliária e

a casa como um ativo geram um conjunto distinto de práticas que passam a fazer parte das rotinas do dia a dia e da família.

Adkins percebe esse entrelaçamento via o tempo, argumentando que o capitalismo atual teria em sua base uma temporalidade específica, que viabilizaria a lógica da especulação. O livro, portanto, não é apenas sobre dinheiro e finanças, mas sobre formas emergentes de organização social e, conseqüentemente, sobre tempo. Segundo a autora, haveria uma nova forma de racionalidade baseada nos fluxos de indeterminação e ausência de cronologia, perfeitamente afinados com a lógica especulativa de geração de capital.

A fim de organizar essa ampla discussão, o livro conta com cinco capítulos que apresentam – lado a lado – denso debate teórico e estudos de caso. No primeiro deles explora a lógica da especulação e apoia-se na argumentação de que o tempo não é apenas um véu atrás do qual o dinheiro se esconde; antes, tempo e dinheiro surgem juntos. A partir desse pressuposto, o leitor é levado a questionar qual teoria social seria capaz de interpretar esse fenômeno, com a teoria bourdieusiana emergindo como candidata, e a aproximar-se do tema do tempo.

No segundo capítulo, o foco é a crise financeira e as recessões que a seguiram, bem como os programas de austeridade, principalmente os ocorridos no Reino Unido. Sua discussão busca não apenas indicar as transformações do dinheiro como centrais à lógica da especulação, mas articular o

envolvimento das pessoas com novas práticas, por meio das quais sua produtividade em relação à criação de excedente – via especulação – é ativada e expandida.

Esse envolvimento das pessoas é confrontado ainda mais diretamente ao longo do terceiro capítulo, que discute o problema do endividamento em massa e da dívida securitizada. A securitização, *grosso modo*, é pensada como uma transformação dos ativos, por meio de instrumentos legais e financeiros, em títulos líquidos que podem ser vendidos e negociados nos mercados financeiros. A autora mobiliza autores como Bryan e Rafferty (2014), Bryan, Rafferty e Jefferis (2015) e Poovey (2015) para defender a ideia de que a securitização envolve – antes de tudo – uma separação desses dois elementos. Dessa forma, a autora sistematiza o “tempo especulativo”, crucial para a sobrevivência e desenvolvimento dessa nova forma de capitalismo, diferenciando sua abordagem dos paradigmas outrora estabelecidos em relação ao tema do tempo.

No quarto capítulo, a partir de uma análise do congelamento dos salários e, conseqüentemente, do endividamento e das estratégias utilizadas nesse contexto, o livro discute as transformações no caráter do dinheiro, tematizando sua atual instabilidade e imprevisibilidade, assim como sua relação com o trabalho. Mobilizando a tese da substituição do trabalhador livre pelo “sujeito especulativo”, defendida por Michel Feher (2009), Adkins sugere que essa nova personagem deva especular não apenas seus

salários como dinheiro, mas também toda a sua vida e tempo de vida.

O quinto capítulo discute, especificamente, o tema do trabalho. Para surpresa do leitor, no entanto, seu foco é o desemprego, analisando o modo como esse fenômeno se tornou um negócio. Em termos teóricos, deparamo-nos com um rico debate no qual a autora busca reescrever a distinção histórica entre emprego e desemprego, além de conectar as populações desempregadas à nova lógica da especulação. Seu ponto de partida é a divergência com os pensadores pós-marxistas, que teriam identificado o processo de economização como um movimento de atividades laborais e produtoras de valor distante da esfera formalmente produtiva e de sua dispersão no corpo social. Sua crítica é a de que essa posição ignorou o fato central de que a lógica de extração foi substituída pela lógica da especulação, sendo fundamental para compreender o desemprego e seu papel.

O principal argumento de Adkins, explorado em cada um dos cinco capítulos, portanto, é que a lógica da especulação está substituindo a lógica da extração em relação às estratégias de acumulação capitalista e à dinâmica da organização social, de modo a emergir como uma racionalidade generalizada. Ao longo dos cinco estudos de caso apresentados em cada um dos cinco capítulos do livro, a autora delineou as operações e as dinâmicas dessa racionalidade especulativa.

Tais dinâmicas evidenciam imprevisibilidade e indeterminação, e são expressas na geração de excedentes a

partir de fluxos e movimentos indeterminados de dinheiro; bem como em práticas cotidianas, que estão em sintonia com ajustes contínuos no fluxo do tempo. Se no capitalismo industrial, como sugeriu Thompson (1967), havia um tempo específico e universal, materializado a partir do relógio mecânico e capaz de guiar as pessoas e suas ações com vistas à maximização das capacidades produtivas, especialmente de trabalho, no capitalismo contemporâneo – destaca Adkins – há também um tempo específico, o tempo do dinheiro, essencial para o funcionamento da lógica especulativa.

Esse tempo do dinheiro é o responsável por organizar as pessoas, suas práticas, e suas ações de forma a maximizar suas capacidades de gerar excedente via movimentos e fluxos financeiros indeterminados. Enquanto o tempo do relógio mecânico expandiu as capacidades de trabalho das pessoas e as limitou a um modo de produção e acumulação centrado na extração do excedente do corpo humano; no tempo do dinheiro, o universo especulativo do tempo liga as pessoas e suas ações a um modo de acumulação centrado na criação de excedente de dinheiro.

A ligação das pessoas e suas ações a esse modo de acumulação tem gerado formas específicas de vida. Um dos maiores esforços do livro é, justamente, explicitar e mapear essas formas de vida e suas características específicas. Ao fazer isso, a autora confere substância à alegação de que as operações de dinheiro e finanças não estão fora da sociedade, proble-

matizando algumas reivindicações comuns nas ciências sociais, e de que a expansão das finanças e do dinheiro na sociedade mudam o tecido e a dinâmica do social.

Adkins se empenha, deliberadamente, para combater pressuposições normativas centradas na ideia de que a expansão do dinheiro e finanças distorce, desfigura e deforma o social – interferindo no fluxo adequado do tempo e ameaçando retornar a eras indesejadas; e argumenta, durante todo o livro, que a expansão do financiamento redefiniu amplamente o social, proporcionando o desenvolvimento de uma racionalidade particular, vinculada ao tempo do dinheiro e à lógica da especulação, para a qual as populações foram atraídas.

É possível dizer que essa racionalidade – própria da era especulativa – é o coração do capitalismo contemporâneo, das suas estratégias de acumulação e da dinâmica da formação social. Só é possível compreender o social, segundo a autora, se olharmos acuradamente para as dinâmicas da expansão financeira, no que tange tanto aos seus contornos institucionais e regulatórios quanto ao aspecto inovativo da sua forma de trabalhar a relação entre tempo e dinheiro, expandindo as capacidades das finanças e gerando excedente.

Dessa forma, a autora se empenha para combater a identificação do dinheiro como um elemento imaterial, superestrutural e funcional à sociedade. O problema dessa interpretação reside na falha em reconhecer que as operações monetárias estão no centro

da organização da vida social, negligenciando de modo grosseiro as dinâmicas de vida individuais e dos agregados familiares como ordenadas e organizadas pela lógica da especulação.

O livro visa evidenciar esse tecido social e mostrar suas marcas, no que se refere tanto à lógica da especulação em si quanto a suas consequências, visíveis na temporalidade e na racionalidade. Ao final da obra, fica no leitor uma pergunta: qual a relação entre a lógica da especulação e o projeto político do neoliberalismo? Os casos empíricos mobilizados deixam claro que ambos estão indelevelmente conectados, mas não há explicitamente essa discussão.

Ademais, sua importância frente ao contexto político e social contemporâneo, especialmente na América Latina, é inegável. E a contribuição da autora é indiscutível. Há um grande fôlego empírico, ao mobilizar de maneira precisa cinco estudos de caso; há uma rica contribuição teórica ao reenquadrar, de forma interdisciplinar ambiciosa, o capitalismo contemporâneo em termos conceituais; há uma criatividade típica dos cientistas sociais, em lidar com os temas da economia e das finanças, sem se descolar do tecido social; assim como há uma instrumentalização do debate do tempo necessária e ansiada pelos estudiosos da área.

Recebida em 01/11/2019 |

Aprovada em 15/07/2020

Ana Beatriz Martins é doutora em sociologia pelo Iesp/Uerj (2018) com período sanduíche na University of Cambridge e, atualmente, pesquisadora na University of New South Wales, Sydney, Austrália. Seus interesses são teoria social e tempo, e suas publicações mais recentes são “Time and southern theories: relation, consequences and debates” e “Time, social theory and media theory: contributions of A Schutz to the understanding of new social realities”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Allon, Fiona. (2015). Everyday leverage, or leveraging the everyday. *Cultural Studies*, 29/5-6, p. 687-706.
- Allon, Fiona. (2010). Speculating on everyday life: the cultural economy of the quotidian. *Journal of Communication Inquiry*, 34/4, p. 366-381.
- Bryan, Dick & Rafferty, Michael. (2014). Financial derivatives as social policy beyond crisis. *Sociology*, 48/5, p. 887-903.
- Bryan, Dick, Rafferty, Michael & Jefferis, Chris. (2015). Risk and value: finance, labor and production. *South Atlantic Quarterly*, 114/2, p. 307-330.
- Cooper, Melinda. (2015). Shadow money and the shadow workforce: rethinking labor and liquidity. *South Atlantic Quarterly*, 114/2, p. 395-423.
- Esposito, Elena. (2011). *The future of futures: the time of money in financing and society*. Cheltenham: Edward Elgar.
- Feher, Michel. (2009). Self-appreciation or The aspirations of human capital. *Public Culture*, 21/1, p. 21-41.
- Konings, Martijn. (2015). State of speculation: contingency, measure, and the politics of plastic value. *South Atlantic Quarterly*, 114/2, p. 251-282.
- La Berge, Leigh Claire. (2014). The rules of abstraction: methods and discourses of finance. *Radical History Review*, 118, p. 93-112.
- Mackenzie, Donald. (2007). Is economics performative? Option theory and the construction of derivative markets. In: *Do economists make markets? On the performativity of economics*. Princeton: Princeton University Press, p. 54-86.
- Martin, Randy. (2002). *Financialization of daily life*. Philadelphia: Temple University Press.
- Nesvetailova, Anastasia. (2015). A crisis of the overcrowded future: shadow banking and the political economy of financial innovation. *New Political Economy*, 20/3, p. 431-453.
- Poovey, Mary. (2015). Understanding global interconnectedness: catastrophic generic change. In: *The material of world history*. London: Routledge, p. 150-165.
- Thompson, Edward Palmer. (1967). Time, work-discipline and industrial capitalism. *Past and Present*, 38/1, p. 56-97.
- Zaloom, Caitlin. (2009). How to read the future: the Yield Curve, affect and financial prediction. *Public Culture*, 21/2, p. 245-268.

I Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
ksemello@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-6683-4444>

Kátia Sento Sé Mello¹

UM DIÁLOGO INACABADO ENTRE A SOCIOLOGIA E A PSICOLOGIA

Mauss, Marcel. (2018).

Relações reais e práticas entre a psicologia e a sociologia. Org. e ed. Marcia Consolim, Noemi Pizarroso López e Raquel Weiss. Edição bilíngue e crítica. São Paulo: Edusp.

A Edusp traz a publicação de *Relações reais e práticas entre a psicologia e a sociologia* em versão original e bilíngue da conferência de Marcel Mauss proferida em 10 de janeiro de 1924, na ocasião em que assumiu a presidência anual da Sociedade de Psicologia na França. No mesmo ano Mauss fundou o Instituto Francês de Sociologia com o objetivo de manter a revista *L'Année Sociologique*. Trata-se, portanto, de um esforço que, juntamente com instituições de diversos países, pretende promover uma reflexão crítica sobre a Escola Sociológica Francesa.

Os organizadores dessa publicação buscaram contextualizar as ideias de Mauss sobre o tema, centradas sobretudo nas disputas político-institucionais entre sociólogos e psicólogos das instituições francesas de então, mais

do que reforçar o estigma de que nosso etnólogo era um “durkheimiano heterodoxo”, como o fez Lévi-Strauss (1974) em sua introdução à obra *Sociologia e antropologia* publicada originalmente em 1950. A Academia Francesa de Sociologia havia sofrido forte impacto na redução dos seus quadros, resultante da participação de muitos sociólogos na Primeira Guerra Mundial. E Durkheim, que havia consolidado a escola de sociologia, também morre em 1917. O aceite de Mauss ao convite de Ignace Meyerson revela um estreito diálogo intelectual, bem como laços afetivos entre ambos e entre Mauss e diversos psicólogos da época. Os documentos apresentados na publicação revelam ainda um diálogo amistoso entre psicólogos e sociólogos, que se sobrepõe às disputas institucionais.

A publicação apresenta um *corpus* documental constituído por um dossiê crítico com a participação de diversos pesquisadores que se debruçam sobre os estudos da Escola Sociológica Francesa. Em anexo, correspondências inéditas de Mauss revelam profícua troca intelectual entre ele e diversos psicólogos da época. Além disso, a publicação agrega resenhas e artigos críticos de seus interlocutores após a conferência de 1924. E, por fim, há diversos textos de Mauss que complementam sua proposta desenvolvida na conferência.

A preocupação de Marcel Mauss na conferência “Relações reais e práticas entre a psicologia e a sociologia” reside em fazer um balanço entre os dois campos de saber. Ele parte do princípio de que, de um lado, a psicologia se desligou da filosofia e, de outro, a sociologia da metafísica. Afirma que ambas as ciências são da ordem da fenomenologia e constituídas, de um lado, pelo reino da consciência e, de outro, pelo da consciência coletiva, sendo separadas por “questões de medida e de fatos”. Mauss dirige-se à plateia indagando-se sobre as relações desejáveis entre os dois grupos de cientistas, as colaborações que deveriam ser estimuladas e os conflitos que deveriam ser evitados.

Uma segunda orientação de sua conferência diz respeito a quais questões levantadas pela psicologia poderiam ser respondidas pela sociologia e vice-versa. Partindo do diálogo com a antropologia, Mauss afirma que a sociologia considera o homem um “ser vivo, consciente e sociável”. Segundo

ele, a sociologia registra somente os fatos humanos, e o que distingue as sociedades animais não humanas das sociedades humanas é que nas primeiras não observamos a pressão da consciência de uns sobre a dos outros. Nas primeiras também estão ausentes práticas estéticas e religiosas, ou seja, instituições sociais, que distinguem a vida comum em sociedade.

Mauss sustenta que a diferença fundamental entre os dois campos de saber é que a psicologia estuda os fatos da consciência observados no comportamento individual enquanto a sociologia estuda os fatos da consciência coletiva e aquilo que denomina “o arbitrário”, “a sugestão exterior”, enfim, o simbólico ou, em suas palavras, “a obrigação moral”.

Na época, Mauss destacava três pontos no estudo da sociologia. Os fenômenos morfológicos, aqueles classificados e quantificados pelos **homens**. Os fenômenos ligados ao funcionamento das sociedades, quando as representações coletivas adquirem aspectos mensuráveis, pertencentes à fisiologia. Os fenômenos vinculados à tradição e à linguagem, tratados pela **historicidade**. Com relação aos fenômenos fisiológicos, ou que se relacionam às representações coletivas, Mauss argumenta que os psicólogos podem auxiliar a sociologia. É a área que denominou “psicologia coletiva”. O autor acrescenta, ainda, que os elementos da psicologia imprescindíveis para a sociologia se referem ao estudo da consciência e suas relações com o corpo. Dessa forma, salienta a noção de *vigor mental*, quando enfatiza a con-

tribuição das análises sobre indivíduo e sociedade provenientes das sociedades da Polinésia e Austrália, onde os indivíduos que acreditavam ser enfeitados deixavam-se morrer. Destaca os estudos de Durkheim em *As formas elementares da vida religiosa* e sua própria experiência na guerra, quando afirma que conheceu “a força física e mental decorrente de se ter os nervos no lugar”. Com a *noção de psicose*, constrói sua hipótese de que certas ideias se manifestam na imaginação e provêm não de outras ideias, mas do que chama de instintos mais profundos.

Para Mauss, a loucura, o culto funerário, a vingança em grupo, as mitologias, entre outras manifestações, tornaram-se compreensíveis a partir das observações de noções caras à psicologia. A *noção de símbolo*, presente em trabalhos pioneiros de Durkheim sobre a religião e o direito, permite a comunhão e a comunicação entre os homens em sociedade que, sendo signos exteriores aos estados mentais, são permanentes, sucessivos e tomados como realidades. Gritos e palavras, gestos e ritos são, para Mauss, traduções dos símbolos da “etiqueta e da moral” e traduzem a presença do grupo, mas exprimem, igualmente, as ações e as reações do que denomina instintos dos membros de um grupo. Um dos caros exemplos por ele citado diz respeito ao tabu que, na Polinésia e África do Norte, proíbe um indivíduo de passar sua sombra sobre outro. Argumenta que esse tabu “manifesta o instinto de uma forte personalidade que protege em torno dela algo como uma esfera e, ao mesmo tempo, o res-

peito que as demais têm por ela. Ou seja, esse rito negativo é apenas o símbolo das relações entre os instintos de uns e os instintos de outros...” (p. 71).

Quanto às contribuições da sociologia à psicologia, Mauss realiza quase uma conclamação:

será que podemos, nós, sociólogos, pedir-vos, para nosso próprio bem e para o bem comum a todos nós, que aceiteis trabalhar ainda mais em vosso campo normal, em vosso domínio, desbravado pelos psicopatologistas, do estudo do homem completo, e não compartimentado? É esse homem, esse ser indivisível – ponderável, mas seccionável que encontramos em nossas estatísticas morais, econômicas e demográficas (p. 79).

Destaca, ainda, casos etnográficos entre os Maori e Malaio nos quais a tendência à vingança e à morte não são estados anormais da vida social ou individual como poderia preconizar a psicologia de então. Trata-se do social, melhor dizendo, do que considera o fato comum a todos que dele participam e, sendo comum, despe-se das características individuais.

A leitura da conferência e a observação dos documentos e textos inseridos na nova publicação parecem revelar que, apesar de a psicanálise já estar estabelecida desde 1900 com a publicação de *Interpretação dos sonhos*, de Freud (2019), Marcel Mauss e os pesquisadores contemporâneos da Escola Sociológica Francesa não ampliaram o diálogo da sociologia com essa “ciência do inconsciente”. Apesar do debate frutífero que Freud e, posteriormente, Lacan trazem para o público a respeito da relação entre o

individual e o social, Mauss não faz referência a qualquer possível diálogo com a psicanálise. É verdade que a receptividade da psicanálise na França teve lugar dois anos depois da conferência de Mauss. Originalmente ocorreu em especial nas províncias francesas, enquanto em Paris permanecia ligada, de um lado, ao contexto intelectual dos meios literários com Charles Baudelaire e Arthur Rimbaud, contexto esse que pretendia denunciar a aspiração individual burguesa daqueles tempos (Machado, Sousa e Rodrigues, 2017). De outro lado, aparecia muito ligada à medicina e à ideia do “tratamento” dos transtornos psíquicos. Ainda assim, em 1913, Freud (2012) já havia publicado o livro *Totem e tabu*, no qual declara que o sujeito coletivo é também o sujeito do individual. Inspirado em mitos caros aos estudos antropológicos, Freud demonstra o quanto o simbólico se encontra atravessado pelos domínios psíquicos e sociais. Dessa forma, Mauss insiste em se referir aos estudos de neurologistas franceses e psiquiatras alemães, correntes em face das quais o pai da psicanálise construiu, de forma subversiva, a teoria do inconsciente.

O que Mauss denomina “tanatomania”, por exemplo, presente em sociedades polinésias e melanésias, está diretamente relacionado ao trabalho de Freud a respeito da pulsão de morte. Apesar disso, nosso sociólogo/etnólogo não a leva em toda consequência. E chama de excessos as interpretações propostas por Freud. Ele acaba, no entanto, não fugindo da ideia de

uma espécie de movimento pulsional do psiquismo que explica a tensão entre pulsões de vida e de morte. O conceito *trieb*, utilizado por Freud, traduzido em francês por *l’instinct* e em português por instinto, deixa Mauss ainda no ramo da espécie animal. A palavra na língua alemã refere-se à pulsão, realidade psíquica que somente os homens, como seres de linguagem, têm. Tal resistência ao diálogo com a psicanálise parece ter impedido – e ainda impede – um frutífero diálogo entre esses campos de saber. Levar esse diálogo às últimas consequências parece retomar a proposta de Freud (2019, 1990), que já aparecia em *A interpretação dos Sonhos e Sobre a psicopatologia da vida cotidiana*, ou seja, as possibilidades da psicanálise como método que pode ser aplicado a várias dimensões da produção humana e não apenas à clínica.

Recebida em 26/03/2020 |

Aprovada em 21/07/2020

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Freud, Sigmund. (2019) [1900]. *A interpretação dos sonhos*. In: *Obras completas*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras.

Freud, Sigmund. (2012) [1912-1914]. *Totem e tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos*. In: *Obras completas*. São Paulo: Companhia das Letras.

Freud, Sigmund. (1990) [1901]. *Sobre a psicopatologia da vida cotidiana*. In: *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 6. Rio de Janeiro: Imago. Disponível em: <<http://conexoesclinicas.com.br/wp-content/uploads/2015/01/freud-sigmund-obras-completas-imago-vol-06-1901.pdf>>. Acesso em fev. 2020.

Lévi-Strauss, Claude. (1974). *Introdução*. In: *Sociologia e antropologia*. São Paulo: EPU.

Machado, Letícia Vier; Sousa, Fernando Aguiar B. & Rodrigues, Adriana. (2017). *Novo século, antigo mal-estar: uma história recente da psicanálise na França*. *Revista Subjetividades*, 17/1, p. 55-67.

Kátia Sento Sé Mello é doutora em antropologia pelo PPGA/UFF, mestre pelo PPGSA/UFRJ, professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da ESS/UFRJ, líder do Grupo Sociabilidades Urbanas, Espaço Público e Mediação de Conflitos (GPESEM/CNPq), pesquisadora do Necvu/UFRJ e do INCT-Ineac-Nepeac/UFF. Experiência e publicações nas áreas de antropologia do direito, administração e mediação de conflitos, políticas públicas de segurança. Área mais recente de pesquisa: sistema prisional brasileiro com ênfase no encarceramento de mulheres. Último livro publicado: *Administração de conflitos, espaço público, sociabilidades urbanas em perspectiva comparada*.

I Universidade Federal Fluminense (UFF), Departamento de Sociologia,
Niterói, RJ, Brasil
carmen.ppgsd@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-0030-2549>

Carmen Felgueiras¹

PARA UM PENSAMENTO SOCIAL LATINO-AMERICANO? RETRATOS DA MEMORIALÍSTICA LATINO-AMERICANA

Miceli, Sergio & Myers, Jorge (orgs.). (2019).
*Retratos latino-americanos. A recordação letrada de
intelectuais e artistas do século XX*. São Paulo:
Edições Sesc São Paulo.

A sequência de citações do Prólogo – desde a aliteração proposta para o título, o mesmo da coletânea de poemas de Paul Éluard, passando pela epígrafe de Cabrera Infante, até o subtítulo, que termina com a pergunta do poeta surrealista francês Robert Desnos, “puis-je défendré ma memorie contre l’oublí?” – dá o tom dessa coletânea de textos de latino-americanos do século XXI, 18 brasileiros e 19 hispano-americanos. Compõe-na de nada menos que 37 autores, entre antropólogos e sociólogos, historiadores e críticos literários, empenhados em interpretar artistas e intelectuais do século XX que deram feições particulares a um tema universal, o esforço contra o esquecimento, o “dur désir de durer”.

Assim, em alentada introdução, Sergio Miceli e Jorge Myers procuram

conduzir o leitor ao longo das 500 páginas de *Retratos latino-americanos. A recordação letrada de intelectuais e artistas do século XX*. Começam por situar conceitualmente o gênero memorialístico e suas subdivisões, como diários, autobiografias, memórias, além de outras formas periautográficas como correspondências e biografias, tratando, enfim, das múltiplas formas de expressão escrita, pelas quais se manifestou uma variedade de indivíduos em contextos históricos e sociais específicos sobre a questão universal da permanência, da duração. Qual o sentido dessas divisões? Desde logo, cada qual pode ser considerada índice de uma relação específica de seu autor com o texto e com tudo aquilo que o circunscreve. Estão em jogo desde protocolos da escritura à intencionalida-

de do escritor. Ora o acento é a própria subjetividade, ora um testemunho pessoal feito seja para justificar atos ou para intervir na política de seu tempo em uma conjugação de lembrança do passado e imaginação do futuro. É importante, contudo, observar desde já que, na visão normativa dos organizadores, essa diversidade formal dos objetos não deveria ser acompanhada por uma igual diversidade de pressupostos interpretativos, contrariando, portanto, a proposta de pluralidade embutida na expressão “retratos”. Para ambos, chegar às motivações e intenções dessas escritas não seria uma operação a ser atingida pela via exclusiva do contato com os textos, mas exigiria o conhecimento prévio dos contextos histórico-sociais em que foram produzidos. Nesse sentido, Miceli e Myers, ao pretender situar a escritura memorialística como uma prática que se subordina “ao campo geral das práticas sociais que articula a vida cultural e intelectual contemporânea”¹ acabam generalizando uma posição que é de apenas parte dos autores da coletânea e transferindo ao leitor a tarefa de perceber as diferenças e mesmo o dissenso entre eles.

Nas seções “Memorialística latino-americana: uma tradição própria” e “Modalidades da memorialística hispano-americanas” é feito um inventário tão extenso quanto minucioso dessa tradição que desde logo revela os critérios de seleção dos capítulos do livro. A categorização se inicia pela via cronológica, pela autobiografia como escrito político da era das revoluções de inde-

pendência, chegando à autobiografia vinculada à cidade e à vida moderna. O movimento diacrônico dos estilos e subgêneros não exclui, entretanto, a sincronia de motivações e efeitos, verificando-se, por exemplo, a permanência do sentido político de muitas autobiografias do período mais recente. Transformações na sociedade hispano-americana do século XX teriam implicado, segundo os autores, “um leque novo de possibilidades para a memorialística”, que, de um modo geral, oscilou entre as temáticas da esfera pública – desde o já mencionado tema da cidade, da ampliação da vida artística e intelectual e das questões profissionais –, quando a partir dos testemunhos pessoais chegar-se-ia a uma “história externa de uma formação intelectual”, e as temáticas da vida privada, nas quais a subjetividade ganharia relevo, fosse no tratamento das formas de expressão da intimidade, como a correspondência, fosse no tratamento da infância e do amor, presente nas autobiografias, nas memórias e nos diários.

Na seção sobre a memorialística brasileira do século XX é possível inferir que seu desenvolvimento seguiu um padrão similar ao de suas congêneres hispano-americanas, visto que a seleção de autores e temáticas se encaixa nos mesmos critérios que presidiram a escolha dos artigos dos hispânicos. Apenas o capítulo final, “Traumas do viver”, é exclusivamente composto de textos de brasileiros sobre brasileiros, o que, evidentemente, não significa em absoluto a ausência de trabalhos publicados de autores

hispanicos sobre os temas da loucura, do suicídio e da prisão.

O texto colocado como epílogo do livro, “A autobiografia como objeto do discurso intelectual”, trata da crítica literária argentina, em particular da produção do crítico Adolfo Prieto, autor de *La literatura autobiográfica argentina*. A análise de Alejandro Blanco e Luiz Carlos Jackson é feita com o intuito de demonstrar as condicionantes sociais e políticas da vida literária e, nesse sentido, se atém a explicar a escolha de Prieto pela crítica literária em função daquelas condicionantes, sem entrar propriamente na investigação dos critérios de composição de sua obra. Essa perspectiva é inteiramente diferente da que encontramos nos textos de Ricardo Benzaquen, André Botelho, Leopoldo Waizbort, Regina Crespo, Francisco Rodrigues Cascante e Rafael Rojas, para citar apenas alguns, nos quais as pesquisas documentais e as orientações teóricas para a análise textual são recortadas e articuladas de modos diversos e irreduzíveis entre si.

Na esteira destes comentários seguem-se alguns outros. O primeiro, de fatura complexa, diz respeito aos critérios de importância do texto e do seu significado. Duas posições, até certo ponto contrastantes, têm marcado o debate no campo do pensamento social. Uma delas afirma que tais critérios devem ser buscados fora do texto, em um contexto concebido em sua objetividade e do qual o texto participa como documento. A outra, na articulação do texto com um contexto construído, quer pelo autor, quer por seu intérprete, e dotado de capa-

cidade de interpelação singular desse próprio contexto. Neste último sentido, por exemplo, a afirmação de que o diário pessoal de Gamboa “importa na medida em que oferece um panorama amplo e detalhado da vida política e literária do México” deveria estar seguida do complemento “na visão de Gamboa”, pois trata-se de um recorte específico, de uma reconstrução contextual realizada por esse autor. Caberia, então, ao intérprete entender os princípios pelos quais artistas e intelectuais fizeram seleções e exclusões para a composição de suas recordações letradas. Também no caso dos relatos singulares da vida erótica de Blanco Bombona importam tanto as suas condições objetivas de possibilidade quanto seu papel ativo, ou os efeitos que quis produzir por meio do seu diálogo específico com tradições literárias que têm no erotismo seu tema central e que, por sua vez, conformam tanto instituições literárias quanto subjetividades.

O segundo diz respeito à relação de afinidade entre os subgêneros da memorialística e os contextos históricos nos quais foram produzidos. A partir desse suposto foi possível aos organizadores perceber que a autobiografia cívica, a autobiografia profissional, relatos sobre a atuação pública, assim como a literatura de denúncia testemunhal, proliferaram nas épocas de guerra civil e de ditadura. Nada impediria, contudo, que a partir desses testemunhos se tivesse por objetivo destacar as formas pelas quais os autores organizam a totalidade autobiográfica em função de elementos sub-

jetivos, independentemente do fato de que essas ênfases subjetivas possam ou não ser reveladoras de padrões societários mais amplos. Ou seja, uma obviedade a ser levada em conta aqui é que a proporção em que a quantidade de variáveis entra na explicação de uma totalidade é sempre em menor número das que a compõem.

Em terceiro lugar, convém discutir a relação necessária entre gêneros e subgêneros e temáticas que organizam o campo da memorialística. Como não foram os primeiros que orientaram a organização do livro, caberia perguntar como essas distinções aparecem nos autores e em seus intérpretes. Como podemos constatar pela organização da primeira seção “Recordações dos intelectuais a serviço da revolução”, dos dez ensaios, apenas três são sobre autores brasileiros – Jorge Amado, Otávio de Faria e Fernando Gabeira – e, desses, dois escrevem suas memórias. O excelente trabalho de pesquisa de Elide Rugai Bastos perseque as pistas da ausência deliberada de dados biográficos na pena de Otávio de Faria e lança mão de um conjunto eclético de notas de diários, entrevistas e correspondências para os reconstituir. Nesse sentido, constitui uma provocação da própria coletânea incitar o leitor a uma pesquisa dessa relação ao longo dos seus 37 artigos.

Por fim, cabe ponderar que o valor universal do desejo de duração e das práticas que o confirmam constitui uma característica do Ocidente moderno, associada à acumulação e à preservação. Entre elas está o colecionamento, do qual a própria coletânea em

questão seria, por analogia, um exemplo. Se, como nos diz James Clifford (1988), essas práticas têm um papel constitutivo no processo de formação de determinadas subjetividades individuais e coletivas, *Retratos latino-americanos* teria um lugar importante na constituição daquilo que poderíamos chamar de “pensamento social latino-americano”, pela afirmação de uma certa unidade de temáticas e questões na diversidade interpretativa de sua memorialística, com propósito claro de lhe conferir autenticidade e identidade. Como esclarecem Miceli e Myers, o livro parte da hipótese da especificidade da experiência memorialística latino-americana “como ação histórico-cultural, como intervenção concreta em um universo específico, temporal e geográfico, de significação social que por sua própria natureza [e por seu caráter enraizado em uma comunidade] só pode constituir-se num fato significativo”.

Além de seu valor intrínseco e pragmático, há também que considerar seu valor heurístico. Como é sabido, essa coletânea é parte do trabalho de uma ampla rede de pesquisadores de vários países e instituições, cuja produção já foi objeto de resenha publicada em *Sociologia & Antropologia* 5/3 e constitui um estimulante desafio para que se conheça, pontualmente ou na íntegra, o seu objeto, o extenso mosaico da escrita memorialística latino-americana. Reconstituir os laços que possam levar a uma certa unidade possível, para além dos eixos temáticos propostos, quer incluindo outros temas, quer produzindo varia-

ções e cruzamentos entre eles, talvez seja o maior desses desafios.

Recebida em 13/09/2020 |
Aprovada em 12/12/2020

Carmen Felgueiras é professora do Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF).

NOTA

- I A ausência de indicação de página neste e nos demais trechos citados se deve ao fato de a autora da resenha ter feito em versão kindle a leitura da obra resenhada (NE).

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Clifford, James. (1988). *The predicament of culture*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES

ESCOPO E POLÍTICA EDITORIAL

Sociologia & Antropologia busca contribuir para a divulgação, expansão e aprimoramento do conhecimento sociológico e antropológico em seus diversos campos temáticos e perspectivas teóricas, valorizando a troca profícua entre as distintas tradições teóricas que configuram as duas disciplinas. *Sociologia & Antropologia* almeja, portanto, a colaboração, a um só tempo crítica e compreensiva, entre as perspectivas sociológica e antropológica, favorecendo a comunicação dinâmica e o debate sobre questões teóricas, empíricas, históricas e analíticas cruciais. Reconhecendo a natureza pluriparadigmática do conhecimento social, a Revista valoriza assim as oportunidades de intercâmbio entre pontos de vista convergentes e divergentes nesses diferentes campos do conhecimento. Essa é a proposta expressa pelo símbolo “&”, que, no título da revista *Sociologia & Antropologia*, interliga as denominações das disciplinas que nos referenciam.

Sociologia & Antropologia aceita os seguintes tipos de contribuição em português, inglês e espanhol:

- 1) Artigos inéditos (até 9 mil palavras incluindo referências bibliográficas e notas)
- 2) Registros de pesquisa (até 4.400 palavras). Esta seção inclui:
 - a. Apresentação de fontes e documentos de interesse para a história das ciências sociais
 - b. Notas de pesquisa com fotografias
 - c. Balanço bibliográfico de temas e questões das ciências sociais
- 3) Resenhas bibliográficas (até 1.600 palavras).
- 4) Entrevistas

Manuscritos originais podem ser submetidos em português, espanhol, inglês e francês, porém os textos somente serão publicados em português, espanhol e inglês. Se necessário, o autor se responsabilizará pela tradução. Excepcionalmente será concedido auxílio financeiro.

A pertinência para publicação será avaliada, numa primeira etapa, pela Comissão Editorial no que diz respeito à adequação ao perfil e à linha editorial da revista e, se aprovados, numa segunda etapa, por pareceristas *ad hoc* brasileiros e estrangeiros, sempre doutores, de reconhecida *expertise* tema no que diz respeito ao conteúdo e à qualidade das contribuições.

A revista funciona sob o princípio do duplo anonimato: os artigos serão submetidos a dois pareceristas *ad hoc* e, em caso de pareceres contraditórios, uma terceira avaliação será requerida. Sendo identificado conflito de interesse da parte dos pareceristas, o texto será

reencaminhado para avaliação. Os artigos serão avaliados de acordo com os critérios de qualidade e rigor dos argumentos, validade dos dados, oportunidade e relevância para sua área de pesquisa, atualidade e adequação das referências.

A editoria demanda de todos os autores e avaliadores que declarem possíveis conflitos de interesse relacionados a manuscritos submetidos a *Sociologia & Antropologia*. Entende-se conflito de interesse como qualquer interesse comercial, financeiro ou pessoal relacionados a dados ou questões do estudo de um ou mais autores que levem a potenciais conflitos entre as partes envolvidas. Conflitos de interesse podem influenciar os resultados e conclusões de um estudo e do processo de avaliação. A sua existência não impede a submissão de um artigo ou sua publicação na revista, porém, os autores deverão explicar a razão do conflito aos editores, que tomarão uma decisão sobre o encaminhamento do manuscrito.

A revista encaminhará, em prazo estimado de aproximadamente (6) seis meses, uma carta de decisão sobre o artigo recebido, anexando, de acordo com cada caso, os devidos pareceres. Um dos seguintes resultados será informado: (a) aceito sem alterações; (b) aceito mediante pequenas revisões; (c) reformular e reapresentar para nova avaliação; e (d) negado. Ao revisar os manuscritos aceitos para publicação, os autores devem marcar todas as alterações feitas no texto e justificar devidamente quaisquer eventuais exigências ou recomendações de pareceristas não atendidas.

O periódico segue as diretrizes dos Códigos de Ética do Committee on Publication Ethics (COPE) (<<http://www.publicationethics.org/>>), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (<<http://www.cnpq.br/web/guest/diretrizes>>) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (<<http://www.fapesp.br/boaspraticas/>>).

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE COLABORAÇÕES

Forma e preparação de textos

O texto completo não deverá conter os nomes dos autores e deverá incluir notas substantivas (de fim de texto) em algarismos arábicos; referências bibliográficas; título e resumo (entre cem e 150 palavras) acompanhado de cinco palavras-chave, em português e inglês; e, quando for o caso, os créditos das imagens utilizadas. Agradecimentos e notas biográficas dos autores (de até 90 palavras) incluindo formação, instituição, cargo, áreas de interesse e principais publicações deverão ser enviados em arquivo separado.

Desenhos, fotografias, gráficos, mapas, quadros e tabelas devem conter título e fonte, e estar numerados. Além de constarem no corpo do artigo, as imagens deverão ser encaminhadas em arquivo separado do texto, em formato .tiff (de preferência) ou .jpg e em alta resolução (300 dpi), medindo no mínimo 17cm (3.000 pixels) pelo lado maior. No caso de imagens que exijam autorização para reprodução, a obtenção da mesma caberá ao autor.

Os textos deverão ser escritos em fonte Times New Roman, tamanho 12, recuo padrão de início de parágrafo, alinhamento justificado, espaçamento duplo e em páginas de tamanho A4 (210x297cm), numa única face.

As notas devem vir ao final do texto, não podendo consistir em simples referências bibliográficas. Estas devem aparecer no corpo do texto com o seguinte formato:

**(sobrenome do autor, ano de publicação),
conforme o exemplo: (Tilly, 1996)**

No caso de citações, quando a transcrição ultrapassar cinco linhas deverá ser centralizada em margens menores do que as do corpo do artigo; quando menor do que cinco linhas, deverá ser feita no próprio corpo do texto entre aspas. Em ambos os casos a referência seguirá o formato:

**(sobrenome do autor, ano de publicação: páginas),
conforme os exemplos:
(Tilly, 1996: 105)
(Tilly, 1996: 105-106)**

As referências bibliográficas em ordem alfabética de sobrenome devem vir após as notas, seguindo o formato que aparece nos seguintes exemplos (os demais elementos complementares são de uso facultativo):

1. Livro

Pinto, Luis de Aguiar Costa. (1949). *Lutas de famílias no Brasil: introdução ao seu estudo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

2. Livro de dois autores

Cardoso, Fernando Henrique & Ianni, Octávio. (1960). *Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

3. Livro de vários autores

Wagley, Charles et al. (1952). *Race and class in rural Brasil*. Paris: Unesco.

4. Capítulo de livro

Fernandes, Florestan. (2008). Os movimentos sociais no “meio negro”. In: *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Globo, p. 7-134 (vol. 2).

5. Coletânea

Botelho, André & Schwarcz, Lilia Moritz (orgs.). (2009). *Um enigma chamado Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

6. Artigo em coletânea organizada pelo mesmo autor

Gonçalves, José Reginaldo Santos. (2007). Teorias antropológicas e objetos materiais. In: *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: Iphan, p. 13-42.

7. Artigo em coletânea organizada pelo autor em conjunto com outro

Villas Bôas, Glauca. (2008). O insolidarismo revisitado em *O problema do sindicato único no Brasil*. In: Villas Bôas, Glauca; Pessanha, Elina Gonçalves da Fonte & Morel, Regina Lúcia de Moraes. *Evaristo de Moraes Filho, um intelectual humanista*. Rio de Janeiro: Topbooks, p. 61-84.

8. Artigo em coletânea organizada por outro autor

Alexander, Jeffrey. (1999). A importância dos clássicos. In: Giddens, Anthony & Jonathan Turner (orgs.). *Teoria social hoje*. São Paulo: Ed. Unesp, p. 23-89.

9. Artigo em Periódico

Lévi-Strauss, Claude. (1988). Exode sur exode. *L'Homme*, XXVIII/2-3, p. 13-23.

10. Tese Acadêmica

Veiga Junior, Maurício Hoelz. (2010). *Homens livres, mundo privado: violência e pessoalização numa sequência sociológica*. Dissertação de Mestrado. PPGSA/Universidade Federal do Rio de Janeiro.

11. Segunda ocorrência seguida do mesmo autor

Luhmann, Niklas. (2010). *Introdução à teoria dos sistemas*. Petrópolis: Vozes.

Luhmann, Niklas. (1991). *O amor como paixão*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil.

12. Consultas on-line

Sallum Jr., Brasília & Casarões, Guilherme. (2011). O impeachment de Collor: literatura e processo. Disponível em <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1374>>. Acesso em 9 jun. 2011.

ENVIO DE CONTRIBUIÇÕES

Sociologia & Antropologia não assume responsabilidade por conceitos emitidos pelos autores, aos quais solicita que declarem responsabilidade pelo conteúdo do manuscrito submetido, bem como que especifiquem, em caso de coautoria, a participação de cada um na sua versão final, da pesquisa à redação.

Os trabalhos enviados para publicação devem ser originais e inéditos, não sendo permitida sua apresentação simultânea em outro periódico. O sistema Plagius é utilizado para identificação de plágio.

A revista não cobra taxa de submissão, avaliação e processamento dos artigos e tem acesso aberto, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.

Possíveis modificações de estrutura ou de conteúdo, por parte da Editoria, serão previamente acordadas com os autores, e não serão admitidas após os trabalhos serem entregues para composição.

Contribuições deverão ser submetidas eletronicamente através do sistema ScholarOne acessando o link:

<<https://mco4.manuscriptcentral.com/sant-scielo>>

A revista solicita aos autores que registrem um identificador digital ORCID.

Autores que publicam em *Sociologia & Antropologia* (1) mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista; (2) têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista; e (3) têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal e sistemas de auto arquivo), já que isso pode aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado (veja O efeito do acesso aberto em <<http://opcit.eprints.org/oacitation-biblio.html>>).

Para mais informações, consultar os editores no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia:

Sociologia & Antropologia

Revista do PPGSA

Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia/UFRJ

Largo de São Francisco de Paula, 1, sala 420

20051-070 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Telefone/Fax +55 (21) 2224-8965 ramal 215

revistappgsa@gmail.com

sociologiaeantropologia.com.br

revistappgsa.ifcs.ufrj.br

scielo.br/sant

The guidelines for submitting manuscripts are available in English at our website

Declaração de Singapura sobre Integridade em Pesquisa

Preâmbulo. O valor e os benefícios provenientes da pesquisa dependem essencialmente da sua integridade. Embora haja diferenças entre países e entre disciplinas na maneira pela qual a pesquisa é organizada e conduzida, há também princípios e responsabilidades profissionais comuns que são fundamentais para a integridade da mesma, onde quer que seja realizada.

PRINCÍPIOS

Honestidade em todos os aspectos da pesquisa.

Responsabilização na condução da pesquisa.

Respeito e imparcialidade profissionais no trabalho com outros.

Boa gestão da pesquisa em benefício de outros.

RESPONSABILIDADES

1. Integridade: Os pesquisadores devem assumir a responsabilidade pela confiabilidade de suas pesquisas.

2. Cumprimento com as regras: Os pesquisadores devem estar cientes das regras e políticas de pesquisa e segui-las em todas as etapas.

3. Métodos de pesquisa: Os pesquisadores devem utilizar métodos de pesquisa apropriados, embasar as conclusões em uma análise crítica das evidências e relatar os achados e interpretações de maneira integral e objetiva.

4. Documentação da pesquisa: Os pesquisadores devem manter documentação clara e precisa de suas pesquisas, de maneira que sempre permita a averiguação e replicação do seu trabalho por outros.

5. Resultados: Os pesquisadores devem compartilhar seus dados e achados prontamente e abertamente, após assegurarem a oportunidade de estabelecer a prioridade e propriedade sobre os mesmos.

6. Autoria: Os pesquisadores devem assumir plena responsabilidade pelas suas contribuições em todas as publicações, solicitações de financiamento, relatórios e outras representações de suas pesquisas. A lista de autores deve sempre incluir todos aqueles (mas apenas aqueles) que atendam os critérios de autoria.

7. Agradecimentos na publicação: Nas publicações, os pesquisadores devem reconhecer os nomes e papéis daqueles que fizeram contribuições significativas à pesquisa, inclusive redatores, financiadores, patrocinadores e outros, mas que não atendem aos critérios de autoria.

8. Revisão de pares: Ao participar da avaliação do trabalho de outros, os pesquisadores devem fornecer pareceres imparciais, oportunos e rigorosos.

9. Conflitos de interesse: Os pesquisadores devem revelar quaisquer conflitos de interesse, sejam financeiros ou de outra natureza, que possam comprometer a confiabilidade de seu trabalho nos projetos, publicações e comunicações públicas de suas pesquisas,

assim como, em todas as atividades de revisão.

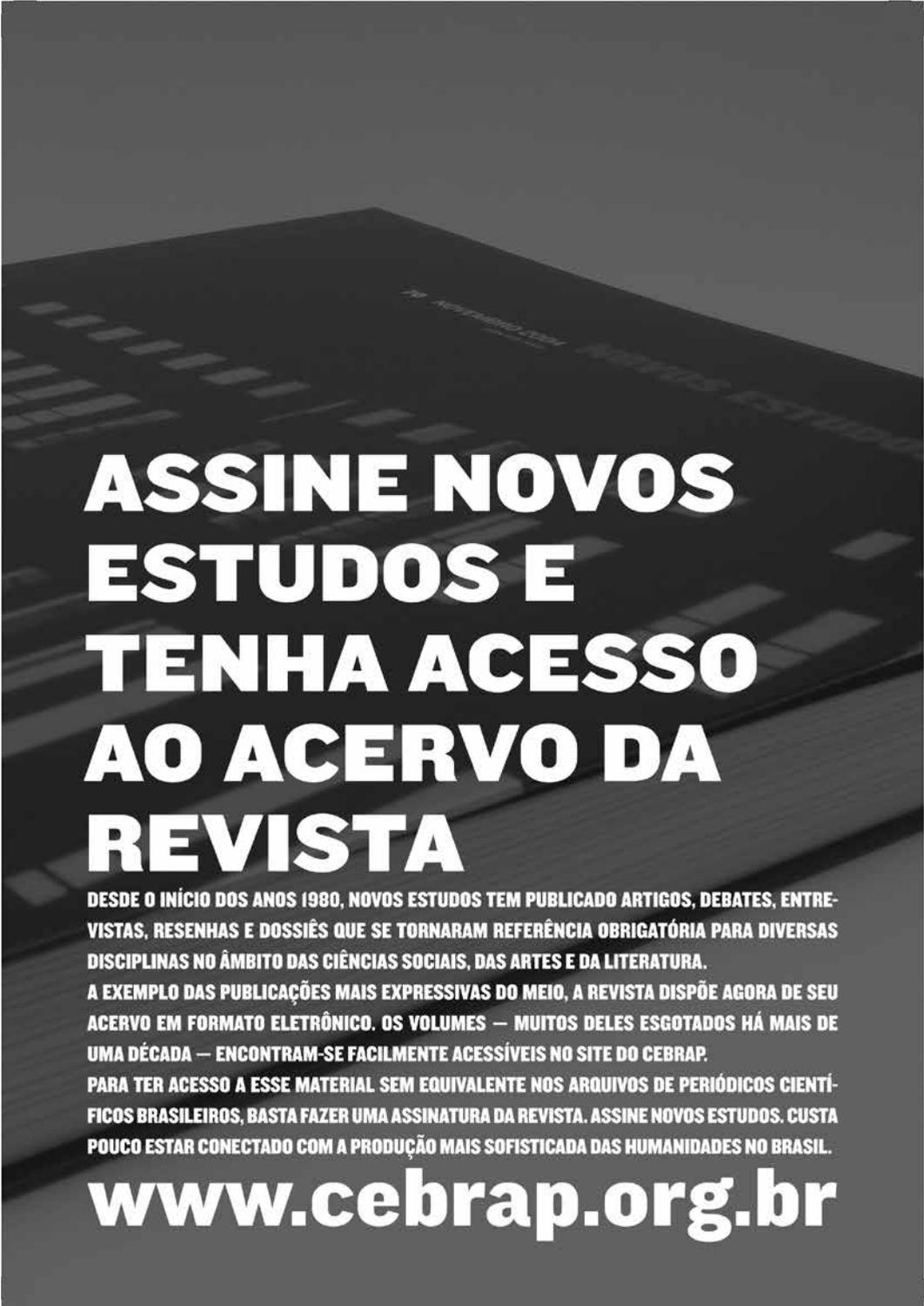
10. Comunicação pública: Os pesquisadores devem limitar seus comentários profissionais à sua própria área de especialização reconhecida quando participarem em discussões públicas sobre a aplicação e relevância de resultados de pesquisa, e devem distinguir claramente entre comentários profissionais e opiniões baseadas em visões pessoais.

11. Notificação de práticas de pesquisa irresponsáveis: Os pesquisadores devem notificar às autoridades competentes qualquer suspeita de má conduta profissional, inclusive a fabricação e/ou falsificação de resultados, plágio e outras práticas de pesquisa irresponsáveis que comprometam a confiabilidade da pesquisa, tais como desleixo, inclusão inapropriada de autores, negligência no relato de dados conflitantes ou uso de métodos analíticos enganosos.

12. Resposta a alegações de práticas de pesquisa irresponsáveis: As instituições de pesquisa, assim como as revistas, organizações profissionais e agências que tiverem compromissos com a pesquisa em questão devem dispor de procedimentos para responder a alegações de má conduta e outras práticas de pesquisa irresponsáveis, assim como proteger aqueles que, de boa fé, tenham denunciado tais comportamentos. Quando for confirmada a má conduta ou outra prática de pesquisa irresponsável, devem ser tomadas as medidas cabíveis prontamente, inclusive a correção da documentação da pesquisa.

13. Ambientes de pesquisa: As instituições de pesquisa devem criar e sustentar ambientes que incentivem a integridade através da educação, políticas claras e normas razoáveis para o progresso da pesquisa, ao mesmo tempo em que fomentam ambientes de trabalho que apoiem a integridade da mesma.

14. Considerações sociais: Os pesquisadores e as instituições de pesquisa devem reconhecer que têm uma obrigação ética no sentido de pesar os benefícios sociais contra os riscos inerentes apresentados pelo seu trabalho.



ASSINE NOVOS ESTUDOS E TENHA ACESSO AO ACERVO DA REVISTA

DESDE O INÍCIO DOS ANOS 1980, NOVOS ESTUDOS TEM PUBLICADO ARTIGOS, DEBATES, ENTREVISTAS, RESENHAS E DOSSIÊS QUE SE TORNARAM REFERÊNCIA OBRIGATÓRIA PARA DIVERSAS DISCIPLINAS NO ÂMBITO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS, DAS ARTES E DA LITERATURA.

A EXEMPLO DAS PUBLICAÇÕES MAIS EXPRESSIVAS DO MEIO, A REVISTA DISPÕE AGORA DE SEU ACERVO EM FORMATO ELETRÔNICO. OS VOLUMES – MUITOS DELES ESGOTADOS HÁ MAIS DE UMA DÉCADA – ENCONTRAM-SE FACILMENTE ACESSÍVEIS NO SITE DO CEBRAP.

PARA TER ACESSO A ESSE MATERIAL SEM EQUIVALENTE NOS ARQUIVOS DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS BRASILEIROS, BASTA FAZER UMA ASSINATURA DA REVISTA. ASSINE NOVOS ESTUDOS. CUSTA POUCO ESTAR CONECTADO COM A PRODUÇÃO MAIS SOFISTICADA DAS HUMANIDADES NO BRASIL.

www.cebrap.org.br

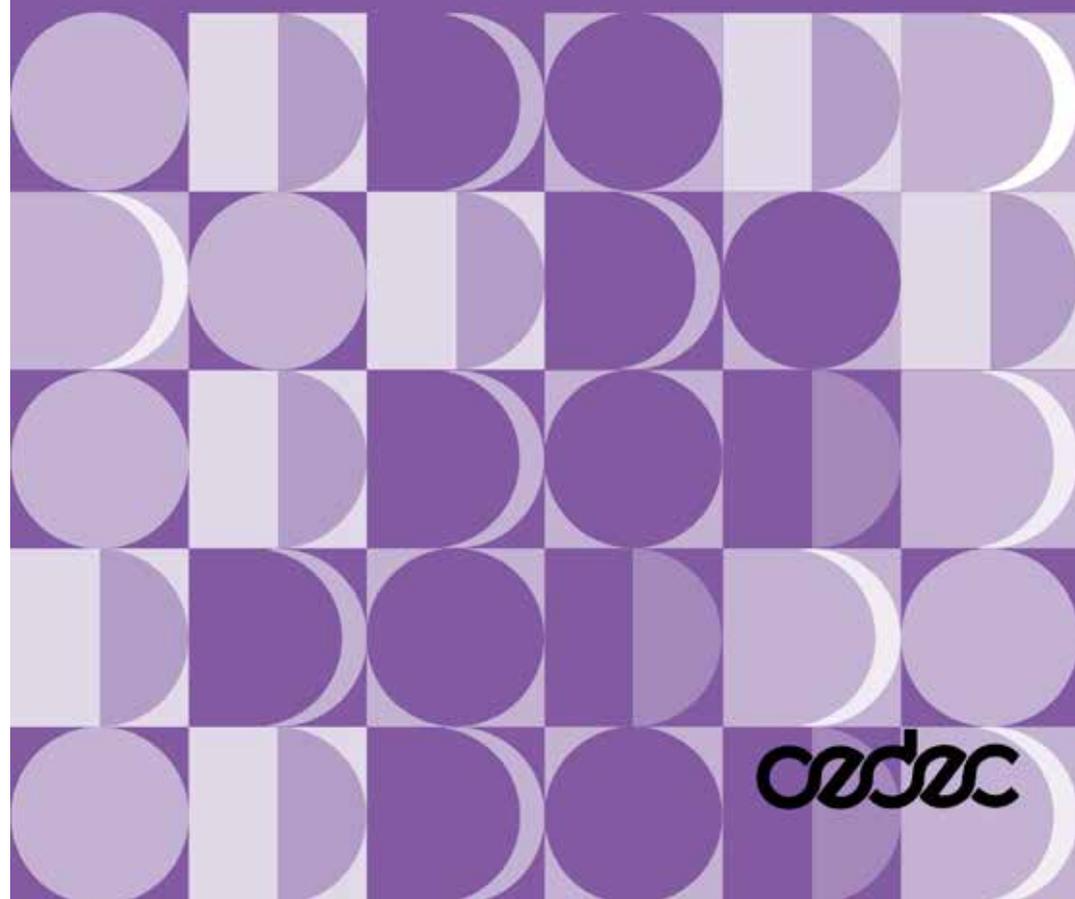
LUA NOVA

revista de cultura e política

2020 | Nº 110

ISSN 0102-6445

CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO



cebsc

